



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST/MCTIC

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**  
**Doutorado em Museologia e Patrimônio**

# **BENTO RODRIGUES E AS MEMÓRIAS QUE A LAMA NÃO APAGOU**

***EMOÇÕES PATRIMONIAIS NA (RE)  
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO  
CONTEXTO PÓS-DESASTRE***

***André Fabrício Silva***

***UNIRIO / MAST - RJ, junho de 2023***

**BENTO RODRIGUES E AS  
MEMÓRIAS QUE A LAMA NÃO  
APAGOU:  
EMOÇÕES PATRIMONIAIS NA (RE)  
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NO  
CONTEXTO PÓS-DESASTRE.**

***André Fabrício Silva***

*Aluno(a) do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio  
– PPG-PMUS (UNIRIO/MAST).

O presente trabalho foi realizado com apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal  
de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de  
Financiamento 001

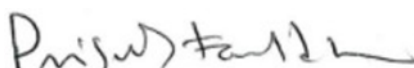
Orientador: Professor(a) Doutor(a) Priscila  
Faulhaber Barbosa

*UNIRIO/MAST - RJ, 19 de junho de 2023*

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof(a). Dr(a).  \_\_\_\_\_


Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa  
(orientadora - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Bruno César Brulon Soares  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Mário de Souza Chagas  
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a).  \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Diego Lemos Ribeiro (UFPeI)

Prof(a). Dr(a).  \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (UERJ)

**Rio de Janeiro, 19 de junho de 2023**

S586 Silva, André Fabrício  
Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (re) construção das identidades no contexto pós-desastre. / André Fabrício Silva. -- Rio de Janeiro, 2023.  
208

Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa .  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2023.

1. Emoções patrimoniais. 2. Bento Rodrigues. 3. Musealidade. 4. Identidades. 5. Território. I. , Priscila Faulhaber Barbosa, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Priscila Faulhaber, que durante 6 anos me acompanha nessa trajetória na pós-graduação, no mestrado e doutorado, com observações sempre pontuais em relação à pesquisa desenvolvida.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Bruno Brulon Soares, Diego Lemos Ribeiro, Gelsom Rozentino e Mário de Souza Chagas, pelas contribuições. A Bruno Brulon Soares, um agradecimento especial por contribuir, desde o mestrado, com a ampliação da minha compreensão sobre o campo teórico da Museologia e do Patrimônio. À Alexandra, secretária do PPGPMUS, pela ajuda nos momentos de dúvidas burocráticas. Aproveito para agradecer aos professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), essenciais para a minha trajetória acadêmica na Museologia: Yara Matos, Fabio Hering, Ana Audebert, Priscilla Arigoni, Gabriela de Lima, Marcia Arcuri e Matheus Pereira.

Agradeço aos amigos que sempre estiveram presentes: Karem Lopes, Silas Santos, Douglas “Ulisses”, David “Irmão de Ulisses”, Renato Strutz, Fabiano Minimim, Castor, Castorzinho, Jurema Beraldo, Gabriela Almeida, Raquel Catão, Luciano Machado, Guilherme Bianchi, Luís, Flávio, Ludimila, Valéria, Mara Vasconcelo e Nelson Cayer. Aos novos amigos e colegas feitos na cidade de Curitiba: Mario Saretta, Vivian, Keila, Deborah, Maxwell, Gabriella, Jasmine, Nahyara e Luciana. À Raquel, que me ajudou nos primeiros meses na cidade. Agradeço também à Vanessa Leal.

À minha família, em especial minha irmã Andreia, minha mãe Maria, minha tia Nonoca e meus primos Sergio, Glaucia e Olívia. Dedico à Angelita (in memorian), minha segunda mãe.

Agradeço à CAPES pelos anos de financiamento, sem o qual a realização da pesquisa e a escrita da tese não seriam possíveis.

Por fim, às vítimas do desastre de Bento Rodrigues, que mesmo diante do trauma provocado pelo crime, compartilharam suas dores, como um grito de denúncia contra a exploração exacerbada dos recursos naturais e toda a destruição que o extrativismo causa na sociedade.

## RESUMO

SILVA, André Fabrício. **Bento Rodrigues e as memórias que a lama não apagou: emoções patrimoniais na (re) construção das identidades no contexto pós-desastre**. Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2023. Tese.

Exploramos, nesta tese, as dimensões das emoções patrimoniais experimentadas pela comunidade de Bento Rodrigues após o desastre de 2015 que devastou completamente o povoado. Nosso objetivo é refletir sobre como a noção de patrimônio é usada para construir e reconstruir processos identitários e renegociar valores e significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Por meio de fontes etnográficas e históricas, entrevistas e histórias coletadas junto às vítimas, documentos produzidos em torno do desastre, investigamos como as emoções patrimoniais se manifestaram nas ações de luta por reparação que surgiram após o evento. Nossa análise se concentra nos processos de desterritorialização e reterritorialização que se seguiram ao rompimento da barragem, compreendidos dentro do espectro histórico-temporal, espacial e simbólico que representou a remoção forçada do território e suas implicações nos processos de reterritorialização, marcadas por alterações nas práticas cotidianas, nos códigos sociais e nas relações sociais. A escolha por esse enfoque se deve ao fato de que as emoções frequentemente emergem após eventos traumáticos e o ocorrido em Bento Rodrigues apresentou elementos significativos para compreender a relação emocional das vítimas com o patrimônio destruído e as práticas patrimoniais envolvidas. Nosso objetivo foi compreender como as vítimas expressam suas emoções e como as emoções patrimoniais contribuem para mobilizar os sujeitos diante da perda de seu patrimônio. No mesmo caminho, examinamos os objetos pessoais soterrados a partir da musealidade, buscando apreender suas propriedades comunicacionais e as dinâmicas de valorização e transmissão identitária diante dos processos de redescobertas e ausências. Observamos que a perda de objetos afetivos materiais no desastre de Bento Rodrigues deixou marcas nas vítimas, acionando emoções, estabelecendo-se, a partir da ausência, como artefatos comunicacionais ativadores de memórias.

**Palavras-chave:** Bento Rodrigues; Emoções Patrimoniais; Musealidade; Desastre; Território; Desterritorialização; Reterritorialização; Identidades.

## ABSTRACT

SILVA, André Fabricio. **Bento Rodrigues and the memories that the mud did not erase: heritage emotions in the (re) construction of identities in the post-disaster context.**

Advisor: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2023. Thesis.

In this thesis, we explore the dimensions of heritage emotions experienced by the community of Bento Rodrigues after the devastating 2015 disaster that completely devastated the village. Our goal is to reflect on how the notion of heritage is used to construct and reconstruct identity processes and renegotiate social and cultural values and meanings in the post-disaster context. Through ethnographic and historical sources, interviews, and stories collected from the victims, as well as documents produced around the disaster, we investigate how heritage emotions manifested in the actions of the struggle for repair that emerged after the event. Our analysis focuses on the processes of deterritorialization and reterritorialization that followed the dam's rupture, understood within the historical-temporal, spatial, and symbolic spectrum that represented the forced removal of the territory and its implications in the processes of reterritorialization, marked by changes in daily practices, social codes, and social relationships. The choice of this approach is due to the fact that emotions often emerge after traumatic events, and the incident in Bento Rodrigues presented significant elements to understand the emotional relationship of the victims with the destroyed heritage and the involved heritage practices. Our objective was to understand how the victims express their emotions and how heritage emotions contribute to mobilizing individuals in the face of the loss of their heritage. In the same vein, we examined the buried personal objects from the perspective of museology, seeking to grasp their communicational properties and the dynamics of valuation and identity transmission in the face of processes of rediscovery and absence. We observed that the loss of material affective objects in the Bento Rodrigues disaster left marks on the victims, triggering emotions, and establishing themselves, through absence, as communicational artifacts that activate memories.

**Keywords:** Bento Rodrigues; Heritage Emotions; Museality; Disaster; Territory; Deterritorialization; Reterritorialization; Identities.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:**

ACIAM - Associação Comercial de Mariana

AEDAS - Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social

AHOBERO - Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues

COMPAT - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

INCOP - Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários

NIMBY - Not In My Back Yard

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

SAMITRI - S.A. Mineração da Trindade

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto



## Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da localização da cidade de Mariana, do subdistrito de Bento Rodrigues e da Barragem de Fundão.....	2
Figura 2: Percurso da lama de rejeitos até o oceano atlântico. Fonte: Revista Piauí - Edição 118, julho 2016.....	3
Figura 3: Imagem satélite da região do subdistrito de Bento Rodrigues no ano de 1984. ....	28
Figura 4: Imagem satélite da região do subdistrito de Bento Rodrigues no ano de 2015. É possível observar a localização da Barragem do Fundão logo acima da comunidade, além do processo de degradação causado pela mineradora Samarco. ....	28
Figura 5: Festejo na Igreja Nossa Senhora das Mercês. Daniel Camargos. Fonte: Brasil de Fato 29/09/2016.....	31
Figura 6: Registro de Bento Rodrigues no Google Street View .....	32
Figura 7: O bar, restaurante e pousada da Sandra. Foto: Raquel Freitas/G1 .....	33
Figura 8: Sandra Quintão e suas famosas coxinhas. Foto: Raquel Freitas/G1 .....	33
Figura 9: Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero). Foto: Kíria Ribeiro/Prefeitura de Mariana.....	34
Figura 10: Foto de Sônia – A Sirene, 2016.....	40
Figura 11: Foto de Seu Sebastião – A Sirene, 2016.....	41
Figura 12: Foto de Arnaldo – A Sirene, 2016.....	41
Figura 13: Foto de Gladismar – A Sirene, 2016.....	41
Figura 14: Foto de Pablo – A Sirene, 2016.....	42
Figura 15: Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, em Minas Gerais - Antônio Cruz/ Agência Brasil .....	43
Figura 16: Rua de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem do Fundão, em 2015.....	43
Figura 17: Paula com a moto Berenice. Foto: DW/R. Malke.....	45
Figura 18: Paula e sua moto . Foto: Arquivo pessoal / BBC News Brasil .....	45
Figura 19: Foto de Terezinha- A Sirene, 2016.....	45
Figura 20: A Escola Municipal Bento Rodrigues, de onde dezenas de alunos saíram às pressas, agora não passa de um esqueleto no meio ao barro formado pelo mar de lama – Foto: Arquivo/Internet.....	50
Figura 21: Escola de Bento Rodrigues antes da tragédia. Fonte - Facebook.....	50
Figura 22: Escola de Bento Rodrigues destruída pelo mar de lama de rejeitos (foto: Tulio Santos/EM/D.A Press) .....	50
Figura 23: Desabrigados. Vítimas da tragédia em um ginásio da cidade de Mariana. Foto: Daniel Marengo (2015). Fonte: Tinoco & Sanches (2015) .....	52
Figura 24: Mãe e filhos se acomodam em hotel em Mariana (MG) após a tragédia Imagem: Moacyr Lopes Junior/Folhapress .....	53
Figura 25: passeata em defesa da mineradora Samarco. Fonte - <a href="https://www.facebook.com/ficasamarco/photos">https://www.facebook.com/ficasamarco/photos</a> .....	63
Figura 26: passeata em defesa da mineradora Samarco. Fonte - <a href="https://www.facebook.com/ficasamarco/photos">https://www.facebook.com/ficasamarco/photos</a> .....	63
Figura 27: passeata em defesa da mineradora Samarco. Fonte - <a href="https://www.facebook.com/ficasamarco/photos">https://www.facebook.com/ficasamarco/photos</a> .....	63
Figura 28: passeata em defesa da mineradora Samarco. Fonte - <a href="https://www.facebook.com/ficasamarco/photos">https://www.facebook.com/ficasamarco/photos</a> .....	63
Figura 29: Foto de Joana D'Arc - Jornal A Sirene.....	65
Figura 30: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de São Bento (Camargo,2017).....	81
Figura 31: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de São Bento (Camargo,2017).....	81
Figura 32: Moradores voltaram ao território de Bento Rodrigues 10 meses após a tragédia. FOTO: Cristiano José Sales (Jornal A Sirene, 2016, p.13).....	83
Figura 33: Desenho original feito pela criança L.....	89
Figura 34: Texto original feito pela criança F.....	90
Figura 35: Texto original feito pela criança L.....	90
Figura 36: Desenho original feito pela criança L representando como era sua vida em Bento Rodrigues. .	91
Figura 37: Maria chora emocionada ao reencontrar o banco de pedra. A Sirene.10ª edição. Jan. 2017. Fotos: Cristiano Sales.....	91
Figura 38: Maria e seu filho José Sales sob o banco reencontrado. Jornal A Sirene.10ª edição. Jan. 2017. Fotos: Cristiano Sales.....	91
Figura 39: Marquinhos Muniz e Marinalda Ruiz juntos aos convidados na comemoração das bodas de prata realizada nas ruínas da Igreja de São Bento. Foto: Lucas de Godoy (2018). ....	92
Figura 40: Mapa da localização do Novo Bento. Imagem satélite de junho/2023..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
Figura 41: Placa colocada pelos moradores sob as ruínas de Bento Rodrigues. Mônica dos Santos argumenta que, mesmo com proposta de nova casa, Bento Rodrigues ainda pertence aos moradores. Foto: Luiz Pereira/Agência Primaz.....	113

Figura 42: Grupo “Loucos por Bento” malhando o judas cuja referência simboliza a mineradora Samarco. 2017. Fonte: Jornal A Sirene. ....	114
Figura 43: Grupo “Loucos por Bento” reunidos para celebração da Semana Santa. 2017. Fonte: Jornal A Sirene .....	114
Figura 44:Mauro Marques, que nasceu e viveu toda sua em Bento Rodrigues, comunidade atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, mostra a casa onde fora criado, destruída pelo desastre. ....	115
Figura 45:Membros do grupo Loucos por Bento visitam reassentamento onde deveriam estar as casas de Bento Rodrigues e protestam contra os atrasos da Fundação Renova. Foto: Joice Valverde/Caritas .....	116
Figura 46: Comunidade reunida na ocasião da festa de São Bento, em casa que foi saqueada e reconstituída com recursos próprios dos membros do grupo "Loucos por Bento" (27/07/2019). Fotos: Flora Passos .....	117
Figura 47:Conceição de Paula segura a foto encontrada no meio da lama, em Bento Rodrigues (MG). Ela mostra seu irmão, José dos Santos, montado em burro (Foto: Reprodução/G1) (Foto: Flávia Mantovani/G1) .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 48: Imagem de Nossa Senhora Aparecida encontrada na lama. <a href="https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/40876-bento-rodrigues-apos-a-lama#foto-517811">https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/40876-bento-rodrigues-apos-a-lama#foto-517811</a> .....	123
Figura 49:Gesteira, Minas Gerais, 2016. Cristiano Mascaro .....	123
Figura 50:: Registro de objetos afetados pela lama. Acervo O Globo. ....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 51:Quadro resgatado por Josilene . Foto: ESTADAO CONTEUDO .....	132
Figura 52:Registro de José Sales com a sua camisa e imagem resgatadas da lama. Foto: Estadão Conteúdo. ....	134
Figura 53:Impressão de uma foto feita por Paulo Cesar. Registra parte de sua casa. Fonte: Paulo Cesar. ....	148
Figura 54:Foto das visitas realizadas pelas sobrinhas de Paulo Cesar. Ao fundo se encontra as 3 palmeiras que dava nome ao sítio de Paulo. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar.....	148
Figura 55: Paulo Cesar segura a foto registrando suas sobrinhas andando de cavalo. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	148
Figura 56: Os filhos de Paulo Cesar andando a cavalo. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	148
Figura 57:Registro do filho de Paulo Cesar quando criança. Ao fundo se encontra parte da Igreja de São Bento destruída pela lama. Fonte: Arquivo pessoal/Paulo Cesar. ....	148
Figura 58:Registro do aniversário da filha de Paulo Cesar em Bento Rodrigues. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar .....	149
Figura 59:Comemoração de aniversário na casa de Paulo Cesar em Bento Rodrigues. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	149
Figura 60:: Registro de crianças na casa de Paulo Cesar. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	149
Figura 61:Registro da Chácara das Três Palmeiras. Fonte. Arquivo Pessoal/Paulo Cesar.....	150
Figura 62:Paulo Cesar carrega a sua filha na igreja de São Bento em Bento Rodrigues. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	151
Figura 63:Paulo andando a Cavalo em Bento Rodrigues. Fonte: Arquivo Pessoal/Paulo Cesar. ....	151
Figura 64:Dona Irene com seu pandeiro resgatado da lama. Fonte: Jornal A Sirene.....	153
Figura 65:Seu Zezinho com o jogo de camisa do time de futebol de Bento Rodrigues. Fonte: Jornal A Sirene .....	156
Figura 66:Quadro com o único registro vivo da casa onde viviam Dona Irene e Seu Zezinho. Em primeiro plano se encontra a Igreja de São Bento e ao fundo a praça. ....	157
Figura 67:Registro dos pés de fruta feito por Mônica Quintão. Foto: Arquivo Mônica Quintão.....	171
Figura 68:Foto do banco de pedras e da árvore onde Mônica Quintão se reunia com a sua família. Foto: Arquivo Mônica Quintão.....	171
Figura 69:Objetos da igreja levados pela lama. Fonte: Jornal A Sirene, Edição 0, p.7.....	174
Figura 70:Objetos que pertenciam a Igreja de São Bento encontrados a Km distância. Fonte: Jornal A Sirene, Edição 0, p.7.....	174

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - BENTO RODRIGUES: TRAJETÓRIA SOB A SOMBRA DO EXTRATIVISMO E O IMPACTO DO DESASTRE</b> .....	<b>22</b>
1.1. Entre memórias e tradições .....	24
1.2. A sirene que não tocou: “é no silêncio que as barragens se rompem” .....	36
1.3. Novos espaços, novos sujeitos: quando a solidariedade se transforma em repulsa .....	52
<b>CAPÍTULO 2 - EMOÇÕES PATRIMONIAIS E EVENTO CRÍTICO: A MANIFESTAÇÃO EMOTIVA DO PATRIMÔNIO</b> .....	<b>69</b>
2.1. Taxonomia das emoções: emoções patrimoniais e mobilização coletiva .....	71
2.2. Manifestar a dor: quando a emoção transforma o lamento em resistência. ....	77
2.3. Emoção e revolta no patrimônio afetivo .....	95
2.4. “Somos fortes, somos muitos e somos loucos, loucos por bento rodrigues” .....	112
<b>CAPÍTULO 3 - EMOÇÕES E COMUNICAÇÃO: OBJETOS SOBREVIVENTES, OBJETOS AUSENTES</b> .....	<b>119</b>
3.1. Sobrevida dos objetos: emoção e ressignificação patrimonial a partir do desastre .....	125
3.2. Objetos sobreviventes: a tobata, as fotos e a exteriorização da memória .....	138
3.3. Emoções em movimento: o pandeiro meia-lua, o quadro na parede, a comunicação das memórias .....	152
3.4. Da lama à reestruturação no presente: a musealidade emocional dos objetos ausentes .....	161
3.5. Reserva técnica: emoção, conservação e valoração dos objetos sobreviventes .....	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>194</b>

# INTRODUÇÃO

Esta tese tem como marco temporal o dia 05 de novembro de 2015. Como morador da cidade de Mariana, também fui marcado por esta data. Era mais um ano de confraternização entre crianças, familiares e professores na instituição em que trabalhava como educador. Momento esperado por todos, a celebração era realizada em um teatro no centro histórico da cidade, em que as crianças realizavam diversas apresentações teatrais e musicais para os familiares. Neste dia, incumbido pela iluminação e sonoplastia, assistia as apresentações da cabine técnica do teatro, acompanhado por um profissional responsável pelo espaço. O evento havia iniciado às 15h30 e as atrações seguiam emocionando crianças e familiares em total clima de felicidade. Na cabine, tínhamos acesso a um computador, onde, em alguns momentos, o técnico que acompanhava lia algumas notícias. Foi quando, de repente, começaram a surgir diversas notícias sobre o desastre ocorrido na cidade de Mariana. Instantaneamente, entre a gente, a euforia foi tomada por uma sensação de perplexidade ao ver que algo de grave havia ocorrido na cidade. Enquanto ia chegando as notícias, fomos tomando dimensão do que acabara de ocorrer.

**Figura 1:** Mapa da localização da cidade de Mariana, do subdistrito de Bento Rodrigues e da Barragem de Fundão.

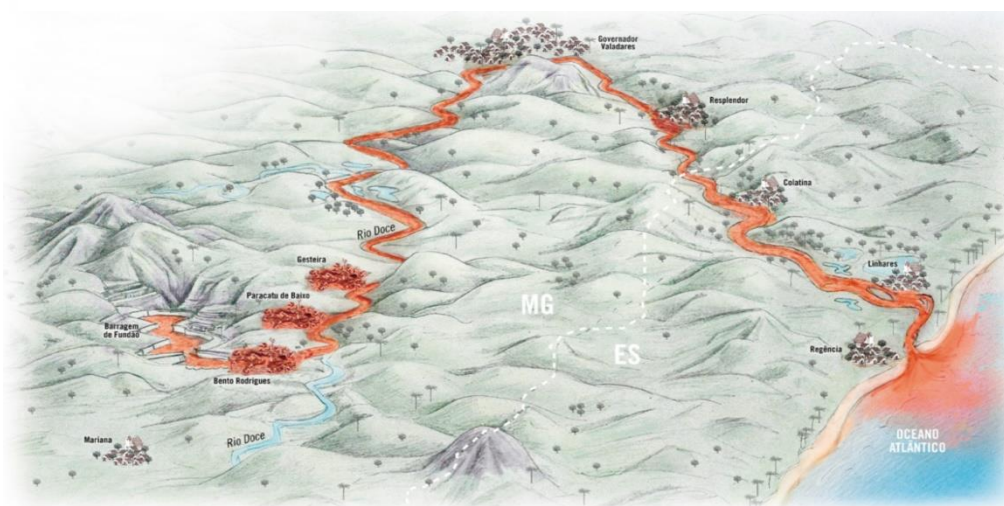


Fonte: Google Earth

Embora todas as atenções estivessem voltadas para a cidade de Mariana, o evento que presenciávamos ocorria no subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a 35 km da cidade. Por volta das 16h e 20min, a barragem de Fundão, da mineradora Samarco Mineração S.A. — um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton —, sofreu uma ruptura e entrou em colapso. Com isto, cerca de 34 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério desceu a encosta em direção a Bento Rodrigues (BRITO,2016). O enorme volume de rejeitos destruiu completamente o subdistrito, afetando também os distritos vizinhos de Paracutu de Baixo, Gesteira, Barra Longa e algumas comunidades no distrito de Camargos. Seguiram contaminando o Rio Doce, Gualaxo do Norte e Rio do Carmo, chegando até o litoral do Espírito Santo. O maior crime ambiental do Brasil deixou 35 cidades de Minas Gerais em emergência ou calamidade pública e afetou 4 municípios no estado do Espírito Santo.

O subdistrito de Bento Rodrigues, devido a sua proximidade com a barragem, foi o primeiro a receber o impacto da onda de rejeitos. A violência da enxurrada foi tão forte que a pequena comunidade desapareceu soterrada pela lama. Com ela, parte de sua história. Neste instante, ficamos paralisados na cabine técnica sem saber o que fazer com a notícia do rompimento, em meio a um evento que celebrava a vida, a família, a amizade. Também porque, na plateia, diversas pessoas tinham parentes que trabalhavam na mineradora. Mas, em um mundo marcado pela velocidade em que as informações transitam, logo se percebeu a euforia na plateia e entre os familiares. Enquanto tomavam conhecimento do que estava ocorrendo, saíram desesperados, ligando para saberem se seus parentes haviam sido afetados pelo rompimento. O clima de alegria fora tomado pelo medo e incertezas.

**Figura 2:** Percurso da lama de rejeitos até o oceano atlântico. Fonte: Revista Piauí - Edição 118, julho 2016



**Fonte:** Revista Piauí - Edição 118, julho 2016

O dia 05 de novembro marcou a minha vida, assim como a de vários moradores da cidade de Mariana. Mudou completamente a dinâmica da cidade e, principalmente, da vida das vítimas diretas da avalanche. A lama ocasionou a perda de referências. As marcas delimitadas pelo desastre colocaram esses moradores no patamar de atingidos e representou algumas ressignificações na relação destes com o patrimônio perdido, que agora se reconstituiu mediante uma memória afetiva, na busca em recompor aquilo que se foi e na tentativa de manterem vivas as identidades ligadas ao espaço que já não existe.

Sobre o conceito de atingidos, um amplo debate tem se estabelecido no Brasil. É uma categoria em disputa, cuja noção central, conforme aponta Carlos Vainer (2008), é determinada pelo processo de reconhecimento de um grupo social específico, família ou indivíduo, como atingido por empreendimento cujo reconhecimento legal estabelece alguma categoria de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação (VAINER,

2008, P 39). Tal categoria surge em meio ao grande número de barragens construídas no Brasil a partir da década de 1950 para atender à crescente demanda de produção de energia elétrica, culminando na construção de diversas usinas hidrelétricas no território brasileiro (SILVA; SILVA, 2011).

Esse empreendimento visa à apropriação e reprodução dos espaços sob a lógica desenvolvimentista e exploratória dos recursos naturais, não considerando as populações que habitam esses espaços e as relações de afetividades materiais e imateriais que envolvem toda a prática da territorialização. Nessa dinâmica, a população atingida pode ser entendida pela mesma concepção de atribuição de ação coletiva, a de “atingidos por barragens”, que se caracteriza pela perda de terras para o empreendimento, cujo resultado é o deslocamento do espaço de sociabilidade estabelecido (SANTOS, 2015, p.124).

Embora esteja ligada à concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos, é uma categoria social em disputa. Para Vainer, a noção de atingidos varia no tempo e no espaço, conforme o contexto político e cultural. Nesse sentido, ampliamos a noção de atingidos para compreendê-los não só a partir do impacto da remoção “planejada”, mas também a partir da lógica do desastre envolvendo barragens. Pensado como um dos “estados possíveis do real”, o “desastre” é definido como um “acontecimento que desorganiza a ordem social, cultural, econômica e política de uma coletividade, a ponto de que esta não é capaz de reorganizar-se de forma espontânea e autônoma” (TADDEI, 2014,2016)<sup>1</sup>.

As pessoas comumente denominadas de atingidas enfrentam uma situação limite de abandono do território, obrigadas a abdicarem de suas terras, costumes e tradições. São forçadas não somente a se adaptarem a uma nova realidade e lugar, mas também a reconstruírem seus laços familiares e sociais em um território insólito. Com isso, a partir do desastre ocorrido em 2015, as vítimas passaram a ser definidas como atingidas. Se, a princípio, essa denominação serviu como ponto de partida na luta pelo direito à reparação, em muitos casos, ganhou uma conotação em que as vítimas passaram a perder suas identidades, suas subjetividades, vistas apenas como atingidos. Embora esse termo seja simbólico na perspectiva da luta por reparação, é importante destacar que optei por usar termos como moradores, vítimas, membros da comunidade, justamente para identificá-los enquanto sujeitos que ainda mantêm uma relação com a comunidade destruída. Usar constantemente atingido, atingida, atingidos, me pareceu sobrecarregado de uma carga negativa, que reduz todos os moradores a

---

<sup>1</sup> Disponível em : <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=121&id=1469> . Acessado no dia 26/02/2022.

uma única identidade, a de atingidos, caminho contrário ao que se pretende traçar neste trabalho.

A partir da crítica à ideia essencialista de identidade, reforçam-se aqui as reflexões que envolvem pensar teoricamente tal conceito, como proposto por Homi Bhabha(1998) e Stuart Hall (2005). Ambos questionam a ideia de uma identidade fixa e imutável. Ao invés disso, apresentam que a identidade é construída social e culturalmente, mutável, fluída e está em constante mudança. Embora eles tenham perspectivas teóricas diferentes, seus trabalhos se complementam, já que ambos argumentam que a identidade não é algo natural ou inato, mas sim uma construção social. Em Bhabha, a identidade é construída mediante um processo de hibridização cultural. O autor argumenta que a identidade não é simplesmente um produto da cultura dominante, mas sim o resultado de um processo de interação e negociação entre diferentes culturas. Essa interação entre culturas produz uma nova identidade que é híbrida e que transcende as fronteiras culturais. Dessa forma, observamos que os moradores estão em constante processo de luta identitária, se relacionando com a teoria de Bhabha, mostrando suas construções por meio de um processo de negociação cultural constante que a revela, portanto, mutável e dinâmica.

Ponto importante de se destacar se refere à denominação que comumente dão ao crime e a que pretendo abordar. Consolidou-se nos diversos meios de comunicação, entre as vítimas, moradores da cidade, que o rompimento ocorrido no ano de 2015 se trata de uma tragédia. Com isso, qualquer busca sobre o tema encontramos expressões como “Tragédia de Mariana” ou “Tragédia de Bento Rodrigues”. Por questões conceituais, não veremos o evento como tragédia, uma vez que uma ampla literatura especializada sobre a tragédia destaca que o termo é usado para descrever eventos ou situações que causam sofrimento ou angústia em um grupo de pessoas, muitas vezes devido a fatores externos, como desastres naturais, guerras ou doenças, (ROSALDO, 1993; SCHEPER-HUGHES, 1992; TURNER,1969). Se tivermos como aceitável a ideia de tragédia, seria como se a vontade das vítimas de mudar o curso das coisas fosse enfraquecida diante do destino inevitável, uma vez que se vê o evento crítico como um fenômeno cultural, com um impacto significativo na maneira como as pessoas pensam, sentem e se comportam em resposta ao sofrimento. Como veremos mais adiante, as vítimas percebem o evento ocorrido em Bento Rodrigues como um crime que poderia ter sido evitado, o que retira o entendimento do ocorrido como tragédia, pois não se trata de fatalidade, o que a naturalizaria.

O entendimento maior está na perspectiva do desastre, pois, como vimos anteriormente, é um termo usado para descrever eventos que causam danos significativos a uma comunidade ou sociedade. Os desastres podem incluir eventos



naturais, como terremotos, furacões, enchentes, secas ou incêndios florestais, bem como eventos causados pelo homem, como acidentes industriais, atos terroristas ou conflitos armados. O conceito de desastre, principalmente pelo enfoque antropológico, é importante porque reconhece que os desastres não são apenas eventos físicos, mas também sociais e culturais. Isso significa que os seus efeitos não se limitam apenas aos danos físicos, mas também incluem impactos emocionais, psicológicos e sociais. Os desastres podem causar traumas, perdas de vidas, deslocamentos forçados, danos à propriedade e interrupção das redes sociais e econômicas. Eles também podem desafiar as normas culturais e as estruturas sociais existentes, levando a mudanças na forma como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo ao seu redor. Por isso, denominaremos o evento ocorrido como desastre e como “evento crítico”, razões que se justificarão mais adiante a partir das reflexões proposta por Veena Das.

A ideia para esta pesquisa surgiu da experiência vivenciada durante um trabalho desenvolvido com algumas crianças que não se rotulavam como atingidas, apesar de se enquadrarem nesta terminologia enquanto vítimas do desastre. Foi pelo trabalho desenvolvidos com elas que aquele dia 05 de novembro retornou a mim, que agora o via com outros olhos. Isso porque, após o ano de 2015, vivenciei os desdobramentos do desastre de maneira distanciada. Via pelas ruas protestos das vítimas, como o movimento “1 minuto de sirene” durante todo o dia 05 de novembro para lembrar o dia do crime; moradores da cidade se organizando em favor da mineradora; distribuições de jornais realizados pelas vítimas<sup>2</sup>. Tudo estava muito próximo e distante ao mesmo tempo. Somente no ano de 2018 essa relação passou a se alterar. Vivia na cidade do Rio de Janeiro onde realizava o meu mestrado, quando resolvi voltar para a cidade de Mariana para terminar a escrita da dissertação. Neste momento, tive a oportunidade de entrar em um projeto de educação patrimonial que seria implementado nas escolas de Mariana. Pude escolher em qual lugar desenvolver as ações: em escolas da sede da cidade ou nos distritos e subdistritos. Neste contexto, interessou-me desenvolver um trabalho de educação patrimonial fora dos grandes centros, ainda mais em uma cidade referência como patrimônio nacional, marcada pela materialidade do seu patrimônio e os grandes legados históricos.

Fui direcionado para 5 escolas, todas em distritos e subdistritos localizados em áreas rurais. Para a minha surpresa, umas dessas escolas seria a de Bento Rodrigues. O primeiro impacto, para mim, foi justamente que esse subdistrito não existia mais. Foi quando tomei conhecimento de que agora a escola se encontrava na cidade de Mariana.

---

<sup>2</sup> “Um minuto de sirene” em Mariana é uma homenagem e uma forma de lembrar do desastre ocorrida em 5 de novembro de 2015, quando ocorreu o rompimento da barragem de Fundão. É utilizado como uma forma de honrar as vítimas e lembrar da importância de se tomar medidas preventivas para evitar que acidentes como esse voltem a ocorrer no futuro.

Isso trouxe diversos outros questionamentos, principalmente sobre: como desenvolver um trabalho de educação patrimonial com crianças que tiveram o seu território completamente destruído? Nesta experiência que o olhar patrimonial sobre o ocorrido se evidenciou. A razão está ligada ao fato de que pude perceber que as crianças, que na época do ocorrido tinham a faixa etária de dois, três, quatro e cinco anos, sentiam-se totalmente afetadas por estarem em um território ao qual não eram pertencentes. Falavam o tempo inteiro de Bento Rodrigues, das saudades, como não estabeleciam uma relação afetiva com a cidade de Mariana. Sentiam falta das festas, do brincar na natureza, das relações familiares, tudo que não tinham mais na cidade. Por isso, me veio o desejo de entender como a ruptura total do território, pensando na sua relação com as dinâmicas patrimoniais, tem mobilizado e afetado as vítimas em um território que não são seus, no processo de reparação do crime.

Se admitirmos aqui que os mecanismos de reparação no contexto pós-desastres estão sujeitos às especificidades da forma como elas se estabelecem, sendo, em alguns casos, monopólio dos governos e, em outros, a sociedade civil articula estratégias próprias de reconciliação e transição, então observaríamos tensões e conflitos na própria natureza que envolve os processos de articulação ligados ao patrimônio na sua relação com a memória e identidade. Em tal registro, a presente tese propôs investigar sobre como a ideia de patrimônio é usada para acionar processos identitários, bem como reconstruir e negociar valores e significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Nossa percepção é de que o estudo de tais experiências pudesse apontar para outros horizontes nos estudos no trato com as memórias e afirmações das identidades ligadas ao patrimônio.

Para além de uma pesquisa preocupada com o estudo das formas institucionais em que essa relação se dá, procuramos objetivar um trabalho de investigação que desse conta também da compreensão de formas não-institucionais de lidar com o passado, sobre as estratégias e percepções efetivadas pelas pessoas comuns, pelas vítimas, através dos desafios enfrentados por estas que buscam acordos, reconciliações ou remediações, em relação aos passados e presentes. Com efeito, acreditamos que essa gama variada de modos de se relacionar com a memória está articulada com a definição de Paul Ricoeur acerca do testemunho como um ato de lembrança do agora que dá significado ao passado, permitindo assim aos sujeitos sociais pensarem em outro *devoir* praticável a partir da reafirmação da tradição e das heranças até então recalçadas e ausentes da memória comum compartilhada (RICOEUR, 1990). No entanto, não há como entender tais testemunhos se não ligarmos os enunciados com a categoria de historicidade específica de determinado evento, ou seja, sobre como, em cada situação, um certo conceito de drama determina as formas como as vítimas são amparadas,

como são estabelecidos os mecanismos de reparação ligados ao patrimônio destruído que estabelece o elo de processos identitários dos indivíduos afetados e como os próprios indivíduos se organizam na luta pela manutenção das recordações vividas.

Nesta tese, o conceito de drama percebido e elaborado a partir das observações dos desdobramentos do desastre está baseado nas reflexões propostas por Priscila Faulhaber, que busca conceituar o drama numa perspectiva antropológica de análise das espacialidades e historicidades dos movimentos indígenas no contexto de colonização territorial que envolvem processos ideológicos e políticos (FAULHABER, 2018). Faulhaber reelabora o conceito de drama político proposto por Walter Benjamin, destacando que ele é caracterizado pela representação de situações de tensão, em que os atores podem se tornar ativos e desenvolver práticas políticas. Além disso, a autora argumenta que os múltiplos papéis desempenhados pelos atores no contexto de tensão devem ser analisados em relação aos grupos sociais aos quais estão ligados. É possível observar essa situação nesta tese, uma vez que o rompimento da barragem e a destruição do território de Bento Rodrigues geraram um processo dramático vivenciado pelas vítimas, permitindo observar uma mobilização em defesa do território a partir de práticas patrimoniais, tanto individuais quanto coletivas, ligadas às memórias que fornecem elementos elucidativos dos moradores de Bento Rodrigues, aos quais cada ator está ligado ou se relaciona por contraste ou identificação (FAULHABER, 2018, p.82).

O desastre provocou o deslocamento de praticamente 600 pessoas do seu território, gerando um impacto significativo na vida desses indivíduos, destruindo o tecido social e provocando assim a perda dos seus referentes pessoais. É interessante destacar como o desastre despertou nas vítimas uma vivência do patrimônio perdido, que os usos e apropriações do patrimônio demonstraram uma tentativa de reconectar uma identidade destruída que se estabelece por meio da memória coletiva e individual. O processo foi delimitado por uma realocação da população para um novo lugar, de diferentes condições sociais e econômicas. Esse processo de “reterritorialização” ocorrido na cidade de Mariana é marcado por uma ruptura da percepção de si, dos outros e do meio ambiente, por parte dos atingidos pela lama, desenvolvida por meios das subjetividades, tanto individuais, quanto coletivas, que estão relacionadas aos grupos sociais ligados ao território, estabelecido por uma relação de vizinhança que se perdeu.

A mudança de território trouxe a necessidade para os moradores de Bento Rodrigues de reconfigurarem a maneira como se comunicavam. Na nova luta que se iniciava pela busca dos direitos garantidos aos atingidos, era necessário pensar como reconstruir suas vidas e, nessa dinâmica, manterem vivas as memórias do território

destruído. Nesta perspectiva, parte desta tese tem por objetivo debruçar-se sobre como a ideia de patrimônio é usada para construir, reconstruir e negociar as identidades, valores e significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Busca ainda compreender de que maneira os moradores medeiam os velhos significados sobre o que significa ser um morador de Bento Rodrigues e entender o “poder do lugar” no sentido de evocar a emoção patrimonial, em que a memória e a ideia de pertencimento contribuem para repensar o passado, ao mesmo tempo em que traz uma expectativa de futuro enraizado nesse passado.

Estudando os usos do patrimônio pelos indivíduos e comunidades no trato com a memória recente e suas perspectivas de resolução, buscamos entender como se dão as fundações narrativas de tais memórias em um contexto pós-desastre e como essas estratégias dialogam e se confrontam com a empresa responsável por tal evento. Somente a partir da análise das estratégias efetivadas por esses personagens, seja através dos relatos, das ações, da política cotidiana, concebendo-as como produtoras de sentido histórico, é que podemos levar adiante a elaboração de uma crítica capaz de complexificar os entendimentos da relação entre passado e presente nos usos do patrimônio em contextos pós-desastre.

Se é verdade que quantidade significativa de textos já foram escritos em torno do desastre que se estabeleceu em Bento Rodrigues, também é verdade que a menor parte deles trataram sobre o alcance dessas relações ao redor da experiência da memória, identidade e patrimônio cultural na perspectiva das emoções. A proposta de um trabalho em que os centros de análises sejam as formas como os indivíduos pertencentes a um território lidam com a memória conectada à destruição completa deste, possibilitou a demonstração de outras formas de experimentação de tais tensões e como a relação com o patrimônio cultural pode figurar como estratégia de manutenção da memória e como mecanismo de luta. Da mesma forma, o estudo onde passado e presente se imbricam de forma tão categórica na experiência dos sujeitos permitiu reflexões originais acerca de como a produção de sentidos patrimoniais e de estratégias políticas de reconciliação são afetadas por (e afetam) certas relações com o tempo e com as categorias de experiência e expectativa.

Este projeto de tese surgiu, como foi destacado, das múltiplas inquietações levantadas durante o trabalho de educação patrimonial desenvolvido durante o segundo semestre de 2018 com crianças de Bento Rodrigues, em que foi possível perceber como estas se sentiam deslocadas fora do território de origem, demonstrando que o desastre pode trazer importantes elementos para a análise de uma percepção do patrimônio cultural de uma comunidade para além do fruto de uma escolha centrada, que, no caso das políticas públicas, tem a participação do Estado, por meio de leis, instituições e

políticas específicas, uma vez que se trata de um desastre derivado de um crime. É importante destacar que o desastre de Bento Rodrigues se estabeleceu como uma catástrofe sem precedentes. Por isso, faz-se necessário estabelecer uma análise acerca desse fenômeno e os consequentes processos de reparação das vítimas no contexto pós-desastre, que, como veremos, são delimitadas por questões sociais e políticas.

Arthur Neslrovski e Márcio Seligmann, na obra “Catástrofe e Representação”, destacam que a palavra “catástrofe” é originária do grego e significa “virada para baixo” (*kata + strophé*) (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.8). Acrescentam que outras traduções possíveis a aproximam da ideia de “desabamento” ou “desastre”. De uma maneira geral, a catástrofe é por definição um evento traumático, que afeta, transforma e, em simultâneo, suplanta, trazendo um grande problema de “representação”. A representação está intimamente ligada a uma catástrofe. Conforme destaca Neslrovski e Seligmann, “sem catástrofe, não há o que representar” (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.7). Da mesma forma que a catástrofe traz à luz essa ideia de representação, ela dificulta e impede, em simultâneo, a representação (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000).

As catástrofes, pensadas aqui como a ideia de desastre, estão profundamente enraizadas na história humana, ligadas à ideologia e economia política das sociedades e, principalmente, nas relações humanas (OLIVER-SMITH, 2009). Um desastre é, então, fruto das formas como ecossistemas e grupos sociais relacionam-se entre si. Por isso, um desastre não está na natureza e sim na relação que se tem com ela (OLIVER-SMITH, 1999). Grupos sociais, ao longo da trajetória humana, estabelecem uma relação de adaptação à natureza e, ao mesmo tempo, buscam formas de controlá-la. Dessa maneira, o desastre é um fenômeno que se estabelece nessa relação humana com a natureza.

Os desastres estão relacionados a uma série de fatores que refletem muitas vezes a maneira como se dão as ações de reparação diante do estrago causado nas suas mais variadas formas. Assim como as desigualdades sociais e políticas delimitam os processos pelos quais os sujeitos são assistidos em uma sociedade, da mesma forma essas distinções são características quando pensamos nas reparações pós-desastres. Embora sejam comumente definidos unicamente em termos de fatores geradores de agentes naturais, tecnológicos e sociais, também são eventos que estão relacionados ao que Anthony Oliver-Smith vai chamar de “vulnerabilidade” (OLIVER-SMITH, 2009). O autor compreende a vulnerabilidade, na perspectiva do desastre, como a característica de uma pessoa ou de um grupo, em termos da sua capacidade de antecipar, enfrentar, resistir e recuperar-se do impacto sofrido pelo desastre, seja ele natural ou tecnológico. Está relacionada a uma combinação de fatores que determinam

o grau em que a vida e a sobrevivência do indivíduo são colocadas em risco, por um evento que pode ser identificável, ou não, na natureza e na sociedade (OLIVER-SMITH,2009).

A vulnerabilidade pode ser compreendida através de uma cadeia causal, cuja raiz provocadora se insere em um sistema ideológico, social e econômico, criando um conjunto específico de condições que, combinadas, levam ao risco ambiental e contribuem para a ocorrência do desastre. Nesse sentido, a sociedade é uma característica fundamental de um desastre, enquanto condiciona o comportamento dos indivíduos e organizações em torno de uma série de adaptações que podem colocar esses grupos em perigo. O desastre envolve tanto o evento, quanto as suas consequências, que inclui o processo de reconstrução, ponto que interessa nos estudos desenvolvidos nesta tese.

Se um desastre causa uma série complexa de prejuízos, o processo de reconstrução também se estabelece de maneira igualmente complexa. Ele está diretamente relacionado ao estado de vulnerabilidade em que o sujeito se encontra diante do que poderia ter sido previsto e evitado. Os processos associados à criação de vulnerabilidade, ao se relacionar com a reconstrução no contexto pós-desastre, revelam de maneira significativa a relação direta estabelecida entre os desastres e o contexto político e social de uma região. Oliver-Smith aponta que o modelo de vulnerabilidade revela que as perdas de desastres são, na maioria, consequências da ação humana. Tanto na sua prevenção, como na reconstrução, as condições que envolvem o desastre diz respeito à condição social em que o sujeito se encontra. A combinação do aumento populacional, a densidade populacional, o aumento da pobreza e ocupações em locais perigosos, são fatores que acentuam o risco de vulnerabilidade ao desastre, tanto natural quanto tecnológico, visto que os impactos são mais graves nos indivíduos que vivem nessas condições.

A análise realizada, pensada na ideia de vulnerabilidade, oferece elementos essenciais para o propósito desse trabalho. Pensando o desastre na sua relação com a memória e processos identitários, permeando a ideia de territorialidade, o contexto político e social em que ocorrem os desastres, revelam a maneira como os sujeitos lidam com o contexto de pós-desastre, principalmente na luta pelo direito à memória daquilo que foi destruído.

Recorrentemente observamos no mundo a ocorrência de desastres que transformam de maneira drástica uma comunidade, um espaço social e ambiental. Tais eventos geram uma série de experiências que modificam o território e a natureza de quem o habita. As ruínas que se mantêm sobre esses espaços e a relação que os indivíduos estabelecem com este possibilita a construção de reflexões sobre a relação

dos lugares com os corpos, entendidos como sistemas sensíveis, marcados a partir da perspectiva do desastre que se estabelece sobre o território. Isso permite afirmar que a experiência do lugar não é apenas física, mas também cultural, intelectual e emocional, possibilitando a construção de reflexões sobre como os lugares e os corpos entendidos como sistemas sensíveis interagem.

Vemos que o olhar sobre o desastre é carregado pela representação que os indivíduos estabelecem sobre ela. Conforme destaca Neslrovski e Seligmann, catástrofe, trauma e memória traduzem-se uns aos outros, não se deixando capturar pelo pensamento e nem pelo discurso. O que se destaca são fragmentos, ou “cacos de uma memória esmagada pela força de ocorrência que não chegam nunca a se cristalizar em compreensão ou lembrança.” (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.10). A representação sobre o desastre é carregada de elementos que se estabelecem como mecanismos de resistência e luta pelo direito à memória e afirmação das identidades. Parte dessa representação é o reflexo da sucessão de eventos causadores de determinado desastre e a sua magnitude geram traumas que afetam os sujeitos. Veena Das vai chamar tais eventos de “Eventos Críticos”.

Ao procurar debruçar-se sobre os fatos históricos recentes ocorridos na Índia, a autora propõe a noção do conceito de evento crítico. Tal reflexão, surge a partir da crítica e tentativa da autora em identificar alguns eventos críticos na história contemporânea da Índia, reescritos na perspectiva antropológica. Ao olhar para a sua própria sociedade, Das propõe uma crítica ao pensamento teórico antropológico baseadas no estudo dos “outros”, ao invés de propor uma teoria do “Eu”. Essa categoria de análise, segundo a antropóloga, corta os espaços significativos de análise da sociedade e da cultura, por ser conceitualizado em uma totalidade. Propõe assim uma etnografia da sociedade moderna com um olhar antropológico que não arrisque cair em uma armadilha do “holismo flexível”, no que se refere a uma abordagem dos fenômenos sociais por perspectiva integral, em oposição a procedimentos analíticos exercidos de forma isolada (DAS, 1995, p.3). A autora faz uma crítica a esse pensamento Holista, afirmando que a visão de uma investigação particular sobre determinada cultura, com um “olhar totalizante”, onde cada indivíduo é visto como representante de toda a cultura, foi talvez uma “Fantasia Antropológica” (DAS, 1995, p.4).

Recusando qualquer concepção homogeneia da análise social, Das irá se debruçar sobre as descontinuidades que permeiam as identidades sociais, denunciando noções etnográficas universalistas. Ao apresentar uma perspectiva antropológica de dimensões críticas, Das traz a luz às relações de conflitos entre o Estado e algumas comunidades políticas indiana, onde o processo de dor dos indivíduos trazem o desejo de uma resposta moral. Das escolhe um conjunto heterogêneo de eventos, os “eventos

críticos”, que se refere a uma série de ações violentas ocorridas na Índia e fizeram surgir novos atores, até então anônimos, diante da violência do Estado. Nesse processo de análise, a autora busca compreender e mostrar que certas categorias centrais na política indiana, como de “vítima”, “memória” e “tradição”, são ressignificadas quando são analisadas por meio do sofrimento cotidiano das vítimas.

O evento crítico é então um processo permeado pela violência. A partir dele, surgem novos modos de ação que redefinem categorias tradicionais. Igualmente, novas formas são adquiridas por uma variedade de atores políticos, como grupos de castas, comunidades religiosas, grupos de mulheres e a nação na totalidade. Esses eventos evocam a destruição do sentido de pertencimento local e da ideia de homogeneidade. A experiência da violência gera consequências de análises teóricas e metodológicas que devem considerar os traumas e processos gerados pelo rompimento provocado pelos desastres. Para Das, esses eventos críticos representam a ruptura na continuidade temporal, de maneira que o passado perde o seu sentido de sustentação do presente, visto que o evento gera uma nova relação, e os sujeitos envolvidos são obrigados a criar modelos interpretativos da realidade. A violência gera a desconstrução do olhar sobre a nação, o local, e redefine o papel do sujeito social. Estabelece-se uma luta por narrativas, onde de um lado tem a figura do Estado tentando controlar a ideia de identidade a partir de uma perspectiva nacional, delimitando esse grupo em uma mesma categoria de “vítimas” e do outro as comunidades vítimas dos desastres que resistem a esse processo delimitador, integrando múltiplas vozes e narrativas. O que Das propõe é perceber as dimensões performativas da linguagem diante da violência, evitando negar e obscurecer experiências culturais traumáticas. Tais experiências surgem como um imperativo analítico e existencial fundamental na análise do silenciamento, da dor, do sofrimento, das linguagens que se modificam e resistem, adquirindo novos usos por meio da experiência traumática.

O evento crítico, na luta por narrativa, deixa de ser um fato isolado, com desdobramento local, para inscrever-se em um domínio nacional, onde diversos encadeamentos de forças políticas e econômicas impulsionaram uma narrativa sobre o ocorrido. A respeito do desastre de Bento Rodrigues, o evento provocou uma comoção nacional e mobilizou diversos setores do domínio político, econômico e cultural em escala nacional, em que os agentes privados e públicos se mobilizaram para proporem ações de reparação as vítimas do crime. O evento ocasionou demandas sociais e impôs novas estratégias de negociação entre a sociedade civil e o Estado. As vítimas passaram a exigir ações de políticas públicas que atendessem a sua demanda emergente, o que deu início a uma série de conflitos e lutas por narrativas.



Nesse embate, esta tese se propôs a analisar o evento crítico do rompimento da barragem que destruiu a comunidade de Bento Rodrigues pela perspectiva dos atingidos. Essa proposição se alinha ao argumento de Veena Das, ao conceber a investigação de narrativas a partir dos sujeitos que vivenciaram eventos críticos, como elementos que dá voz as vítimas, que não possuem apoio oficial para suas demandas e narrativas. É no conteúdo dessas vozes que se encontram rastros de uma organização social, a partir da apropriação da história do território em contraposição a visões dos responsáveis, inserida na disputa discursiva sobre o crime.

O desastre de Bento Rodrigues provocou uma ruptura profunda e fragmentária no tecido social da comunidade. Essa ruptura desagregou a vida dos moradores, transformando a perspectiva temporal cotidiana, dando início a uma nova vida, temporal e identitária, por meio de um novo processo dramático. Conforme destaca Suzane Vieira (2010), a ruptura gerada pelo evento crítico tende “a invalidar os paradigmas e padrões de ação disponíveis” e “a partir do processo dramático, novos dispositivos e modelos de pensamento e ação são, então, criados para dar conta do ineditismo e da singularidade do evento”. (SUZANE,2010, p.35).

Propomos analisar o crime a partir das bases de análise que dizem respeito às consequências físicas dos danos causados e como essas vítimas vivem um processo de luto. A análise parte de um ponto em que podemos perceber as dimensões que envolve os patrimônios, os afetos, as memórias e identidades correlacionadas ao território. O evento não se constitui somente pelo desastre, mas toda a extensão dos seus efeitos, movido por uma dinâmica de dramaticidade que se encontra tanto no evento quanto na narrativa que se estabelece sobre ele. Nessa dinâmica, como são pensados os bens destruídos, as memórias, as identidades? Como elas são expostas numa perspectiva do desastre? Como observar esse evento a partir de uma perspectiva museológica?

Sabemos que as catástrofes provocam um sentido de ruptura absoluta. É interna ao mundo do sujeito e opera tanto no campo cognitivo quanto psicológico. Essas rupturas afetam diretamente como esses sujeitos olham para o seu passado, presente e futuro. A reconstituição da memória perpassa pelo trauma e quando lançamos o nosso olhar nesta tese a partir de uma perspectiva museológica do patrimônio, nos perguntamos se o olhar para esse passado, para esse patrimônio destruído, é permeado pelas emoções. De que maneira o evento interfere na vida social dos atingidos a partir da ruptura? O evento não se encerra no momento da sua ocorrência, o desastre de Bento Rodrigues provocou uma experiência de ruptura que ainda segue afetando as vítimas, permanecendo na linguagem e na memória. Nesse processo, a biografia desses sujeitos se constitui de maneira distinta na forma como veem seu passado no

território destruído. Cada trato individual com a memória e o território vai estabelecer um elo que define a comunidade e os processos identitários.

Buscamos analisar as relações entre memória e território e os processos identitários a partir da ausência do patrimônio provocado pelo desastre. Interessa compreender como a ausência do território e suas dinâmicas, e objetos patrimoniais, mobilizam as vítimas na busca por manterem viva as memórias sobre o território destruído. Um dos conceitos que irão nortear esta tese é o de emoções patrimoniais, que será aprofundado no segundo capítulo. Um dos principais autores a se debruçar sobre tal conceito foi Daniel Fabre. Vai observá-lo no movimento de reconstituição da memória na relação estabelecida com o patrimônio destruído que revela uma emoção que se desvela nas estruturas da memória e das práticas patrimoniais (FABRE,2013). As emoções patrimoniais, a princípio, são percebidas como essas emoções que mobilizam os indivíduos na perda do seu patrimônio. Com isso, os sentimentos expressos nas emoções patrimoniais podem ser permeados pelo luto, pela dor, pela raiva, pela perda, pela ausência.

Refletindo a taxonomia das emoções proposta por Daniel Fabre, o conceito é resgatado pelo autor a partir do significado que representava na França do século XVIII. Nas palavras do autor, o conceito

Retoma o sentido um tanto esquecido do século XVIII, onde o termo designa um fenômeno coletivo, um movimento espontâneo e inesperado, que desafia a ordem estabelecida e exerce uma certa violência, direta ou simbólica, contra ela. (FABRE,2019, p.3. tradução nossa).

Pensar o patrimônio a partir do conceito das emoções, e não outros conceitos sinônimos, se dá a partir do entendimento do autor de que a emoção está na articulação do coletivo e do individual, levando à própria questão do compromisso patrimonial, onde a emoção pode ser expressa em movimentos. (FABRE,2019, p.3. Tradução nossa). Dessa forma, o que se destaca nas dimensões que envolve o conceito de emoções patrimoniais é que elas colocam em jogo os valores dos objetos patrimoniais, muitas vezes cristalizados por uma perspectiva oficial. Para Daniel Fabre, as emoções patrimoniais lidam com um processo muitas vezes complexo que envolve pensar a atribuição de valor que se dá a determinado objeto patrimonial. No contexto das emoções, são introduzidas outras qualificações que vão para além das atribuídas pelos órgãos e instituições oficiais responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Elas conduzem ao cerne do processo de atribuição de valor, ora consensual, ora questionada pelas camadas da sociedade.

O estudo das emoções ocorre mais frequentemente após o acontecimento do evento emocional, ou seja, reconstitui a sua emergência, intensificada pelos múltiplos

vestígios do fenômeno, bem como a memória dos atores e testemunhas, para quem a investigação é uma espécie de anamnese. Assim, observar, tanto quanto possível, a emoção em curso, estar atento as múltiplas reverberações do fenômeno, permitem uma captura ampliada das emoções.

Aquilo que dimensiona e traz à luz as emoções não se estabelecem como algo historicamente datado, visto que as emoções ocorrem, segundo Daniel Fabre, após o acontecimento de um evento que desperte a emoção, que pode ser entendido na perspectiva do evento crítico. Ou seja, a emoção reconstitui a emergência do evento, amplifica a intensidade diante dos vestígios, envolvendo a memória dos atores e testemunhas. Estes grupos se formam na temporalidade do evento, em que as emoções patrimoniais afloram em momentos específicos de mobilização social, em sua maioria provocado por tragédias ou desastres. Diante da perda, a emoção traz consigo um registro que decorre da relação com o patrimônio destruído e da consciência sobre ele, revelando uma série de engajamentos e percepções individuais e coletivas de valoração, mobilizando os indivíduos na luta diante da perda ou alteração deste.

Lugar para a memória, as ruínas de Bento Rodrigues expõem os registros da vida e da trajetória social e histórica dos atingidos, incididos sob a luz do patrimônio na reconfiguração do tempo e sentidos na ressignificação de suas identidades. Iremos observar que a ligação com as ruínas desperta variadas formas de emoções patrimoniais, ora atreladas ao aspecto da autenticidade, que se concentra na continuidade do vínculo entre o estado atual do patrimônio destruído na relação com a sua origem; ora com a emoção da presença, na dinâmica da proximidade estabelecida entre os atingidos junto aos bens patrimoniais; ora em relação com a beleza, ligada ao valor estético que o território destruído ainda representa (HEINICH, 2013). Todos esses sentimentos são amplificados pela emoção frente às ruínas, que se liga aos lugares de memória, reforçando a presença do passado e promovendo uma série de ações por parte das vítimas, visando evitar o apagamento da memória de Bento Rodrigues.

A categoria de estudo emoção nesta pesquisa teve como cenário de observação os desdobramentos ocorridos após o ocorrido no ano de 2015. A escolha de Bento Rodrigues, uma vez que o desastre também destruiu diversos outros territórios, como o de Paracatu de Baixo, é devido às experiências vivenciadas na Escola de Bento Rodrigues junto às crianças e por perceber que os moradores do subdistrito se encontravam mais organizados na luta por reparação. Observei terem uma dimensão valorativa patrimonial do território destruído, em que era perceptível o afloramento das emoções, em um sentido antropológico e sociológico, envolvendo o modo como percebemos e sentimos o mundo ao nosso redor e os fenômenos recorrentes de interações sociais. Revela que não só as memórias e identidades, mas também as

emoções e suas variações, derivam de relações e interações sociais que no contexto de análise desta tese envolve o trauma provocado pelo desastre.

Na esfera patrimonial, a categoria emoção se amplia a partir do movimento de destruição do território. Por isso, as reflexões teóricas que perpassam esta tese estão sustentadas nas análises teóricas sobre o tema elaboradas por diversos autores, como Daniel Fabre, já citado, Natalie Heinich, Véronique Dassié, Jean Davallon, dentre outros autores que propuseram uma reflexão densa sobre a especificidade do patrimônio na contemporaneidade, destacando a categoria emoções patrimoniais. Apesar do enfoque nas emoções patrimoniais, não deixaremos de lançar luz sobre o tema aqui tratado aos olhos de outras categorias patrimoniais, sendo elas de ativação patrimonial (PRATS,2006), patrimonialização (DAVALLON,2006) e ancoragens patrimoniais (TORNATORE,2013).

Outro ponto essencial são os objetos afetivos das vítimas, que se perderam completamente no desastre, dado que os moradores tiveram somente 15 minutos para fugirem da lama. Dessa forma, entendemos os objetos, o território e os eventos patrimoniais, na perspectiva museológica da musealidade, que abrange as qualidades não materiais do objeto ou dos conjuntos de patrimônio cultural (MAROEVIC, 1997). Sendo assim, ancorados nas emoções patrimoniais, nos interessa a musealidade enquanto valoração e característica de um objeto material que “inserido numa realidade, documenta outra realidade” que “no tempo presente é um documento do passado(...) de outras relações espaciais” (MAROEVIC, 1997, p.111). A musealidade contribui para o aumento da influência sobre o papel da memória na identificação do significado do objeto patrimonial, incita o homem no processo de associação e de conotações que elevam a percepção do sujeito na sua relação com o real. Para Mario Chagas, essa relação, seja ela estabelecida de maneira afetiva, cognitiva, sensorial e intuitiva, pode ser operada tanto na perspectiva de um lugar-comum, quanto no que Chagas destaca “não-lugar” (CHAGAS, 2005, p. 63). Portanto, uma das formas de preservação da memória do patrimônio pelas vítimas se estabelece pela comunicação das mensagens do patrimônio tangível e intangível (MAROEVIC,1997, p.114) conectadas às histórias e ruínas de Bento Rodrigues a partir da relação com o “não-lugar” onde se encontram desterritorializados. Tal reflexão se insere na própria discussão sobre decolonizar o pensamento museológico, como sugere Bruno Brulon, ao nos convidar a propor um pensamento crítico “para re-pensar as práticas museais” (BRULON SOARES, 2020, p. 2). A ruptura com o pensamento colonial fundante das práticas museológicas oferece outras formas de análises que, neste trabalho, se relacionam com a apropriação dos dispositivos de atribuição de valor por aqueles indivíduos que até então eram excluídos das representações (BRULON SOARES, 2020).

Tal perspectiva se coloca da mesma maneira com os usos que se pretende dar as ruínas de Bento Rodrigues, pois para os moradores de Bento Rodrigues “voltar (as ruínas) significa resistência (...)Bento Rodrigues é o lugar onde planejamos viver (...) é um patrimônio e não podemos perder esse lugar” (Marcos Muniz, 2019, p.15). Aqui, vemos transcender o conceito de patrimônio tratado por Scheiner, associado a ideia de morte, ou na sua negação (SCHNEINER, 2004). A morte entendida não como fim da existência, mas como transformação, permitindo apreender que o domínio patrimonial enfatiza a resistência natural do humano a ideia de fim e de perda. Nesse sentido, toda esfera patrimonial é constituída por uma tendência continuada a eludir o processo da natureza e da cultura, no medo da perda de referenciais, daquilo que possa identificar e significar a existência (SCHNEINER, 2004, p.78).

O evento de Bento Rodrigues foi o maior desastre ambiental ocorrido na história do Brasil e representa também o primeiro caso de remoção forçada de uma comunidade inteira de seu território por meio de um desastre e a sua inserção em um novo local. É um caso específico que permitiu desenvolver uma análise acerca de como os sujeitos estabelecem uma relação de musealidade com determinado território a partir da destruição dos objetos identitários e, da mesma maneira, a forma como se deu a criação de novos vínculos em um novo espaço, onde ainda parece figurar a ideia de que os ritos da comunidade estabelecidos no antigo território se manterão no novo.

O ato de lidar com indivíduos que tiveram o seu território vinculado às memórias e identidade completamente destruídos requereu uma metodologia que fosse capaz de mobilizar possíveis ganhos analíticos que resultassem de uma análise aprofundada, cujo propósito foi trazer a luz sobre como os referenciais patrimoniais são determinantes no processo de resistência no contexto do desastre. É visível que o conceito de patrimônio cultural e a participação das vítimas nas ações preservacionistas das ruínas de Bento Rodrigues contribuíram para que a patrimonialização assumisse um importante papel como instrumento de resistência e de afirmações identitárias diante de agentes e agências do Estado e da Sociedade Civil. Na sequência deste processo, ações e debates configuraram uma das frentes de reivindicação do direito à memória, abrindo caminho para a evidenciação de bens materiais e imateriais associados a processos históricos e manifestações culturais que envolvem toda a dinâmica dos processos identitários das vítimas. Dessa forma, o estudo aqui desenvolvido visou construir, sobretudo, uma análise que permitisse compreender como elas, deslocadas do seu território de origem, estabeleceram uma relação com o patrimônio destruído e de que maneira os usos da memória e dos ritos serviram, e ainda servem, como mecanismo de manutenção da memória da comunidade no intuito de manterem vivos o tecido social.

Tendo em vista tais análises necessárias, a princípio, o uso do método da história oral se estabeleceu como uma importante ferramenta nesse processo, por permitir compreender como indivíduos experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade (ALBERTI, 2005; BOSI, 2007; THOMPSON, 1992). Porém, surge nesse processo o primeiro problema metodológico enfrentado nesta tese. Iniciei o Doutorado em março de 2020. Após a primeira semana de aula, o país decretou lockdown. A partir desta data, fomos assolados pela crise pandêmica do COVID 19 que impossibilitou qualquer contato social por quase 2 anos. Para uma pesquisa cujo foco principal são pessoas, a impossibilidade de qualquer contato humano dificultou o processo inicial de trabalho. Mas, devido à organização dos moradores de Bento Rodrigues, pude, nesse momento, ter acesso a diversos outros materiais desenvolvidos sobre e pelas vítimas. O principal deles, neste contexto, foi o jornal A Sirene. Criado em janeiro de 2016, 3 meses após o desastre, o jornal A Sirene é uma parceria entre os atingidos, a Arquidiocese de Mariana e o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP). O jornal foi construído no intuito de reforçar a autonomia dos atingidos, na mesma medida que procurou empoderar os mesmos nas suas reivindicações. Conforme consta no editorial da primeira edição do periódico, A Sirene é um jornal feito pelos atingidos e para os atingidos, servindo como ferramenta de apoio para preservar as memórias dos mesmos e que, a partir dela, se possa reconstruir o elo de identidade que se rompeu no processo de desterritorialização (A SIRENE, 2016, P 1).

Além do jornal, tomei a memória do desastre disponibilizada na internet como um desafio metodológico. Para alguns pesquisadores, o processo de recuperação de memórias não oficiais online se aproxima das dinâmicas de pesquisa da história oral (MAIA; ALVES DA SILVA, 2017; 2020). Diz respeito às formas como tomamos as referências, as fontes alternativas, oficiais, buscando documentos conformados digitalmente pelos diversos meios de comunicação. Todos esses registros contêm depoimentos, histórias de vida, a partir do recorte temático do ocorrido como evento extremo. Dessa forma, vídeos no YouTube, materiais de jornais, debates em redes sociais, estabeleceram-se como importantes espaços que permitiram a possibilidade de seguir com a pesquisa em meio à pandemia.

Somente no final do ano de 2021, quando as medidas de lockdown foram sendo amenizadas, é que tive a oportunidade de realizar algumas entrevistas. Nesse contexto, já havia me aprofundado em algumas discussões teóricas que direcionaram a minha pesquisa. Não interessava nesse contexto uma análise específica de história oral. Mais do que isso, procurei fazer uma etnografia do desastre pelo viés das emoções. Optei por uma escolha metodológica e teórica que direcionou as entrevistas sem roteiros

fechados e definidos previamente. O aspecto das emoções era em tal intensidade que os moradores entrevistados falavam de maneira emotiva que me recusava interrompê-los com perguntas, com o objetivo de não interromper o momento de externalização da dor causada pelas perdas irrecuperáveis. Tal dinâmica me permitiu olhar para os registros das falas, assim como as encontradas no jornal A Sirene e em diversas outras fontes, buscando compreender os aspectos das emoções, da comunicação dos objetos e dos processos de desterritorialização e reterritorialização.

Dessa forma, buscamos responder alguns questionamentos que estruturaram o desenvolvimento desta tese, sendo elas: a partir da análise conceitual das teorias que embasam os conceitos e pesquisas relacionadas à Museologia e os estudos sobre o Patrimônio, como se articulam as questões patrimoniais a partir da destruição do território?; No que se refere a territorialidade, como os atingidos se afetam e são afetados nos processos de desterritorialização e reterritorialização a partir da remoção repentina do território?; O rompimento da barragem causou inúmeras perdas que levarão anos para serem reparadas; algumas delas jamais serão restituídas. A grande dúvida que se coloca é: como se estabeleceram as relações afetivas, de processos identitários, que os atingidos identificam nesse passado, mas que se reconfigura no presente, e podem gerar outras formas de socialização no futuro? Objetiva-se propor uma análise que permita apreender de que forma os sentimentos dos atingidos são amplificados pela emoção frente às ruínas, que se liga aos lugares de memória, reforçando a presença do passado; e ainda, vemos que Ivo Maroevic destacar que o valor documental de um objeto é expresso no eixo temporal, porque durante seu tempo de vida o objeto acumula os traços do tempo e eventos em sua estrutura material e formal. Ao mesmo tempo, por sua estrutura material e forma, ele transfere os valores preservados para o futuro. (MAROEVIĆ, 2004). Uma questão que se coloca neste trabalho, a partir das discussões sobre a musealidade dos objetos, é como os objetos patrimoniais destruídos de Bento Rodrigues estabelecem uma comunicação com os atingidos a partir da ausência, que para eles ainda se constituem enquanto objeto de valor representativo da memória.

Para responder a esses questionamentos, a tese foi estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos compreender o território de Bento Rodrigues a partir da consolidação dos processos identitários espaciais, uma vez que estes se estruturam na consolidação de um passado, assegurando o presente e criando uma tradição que legitima o território. Abordamos de forma analítica os conceitos de território e memória para investigar as consolidações identitárias dos moradores de Bento Rodrigues. A partir do rompimento da barragem, debruçamos nossa análise nos processos de desterritorialização e reterritorialização, compreendidos dentro do

espectro histórico-temporal, espacial e simbólico, que representou a remoção forçada do território e suas implicações nos processos de reterritorialização, marcados por alterações nas práticas cotidianas, nos códigos sociais, nas relações sociais. Tais transformações representaram mudanças nos processos identitários que se configurou em mecanismos de lutas nas afirmações dos papéis sociais.

No segundo capítulo, tivemos por objetivo nos debruçar, a partir dos processos de reterritorialização ocasionado pelo desastre, em como a ideia de patrimônio é usada para construir, reconstruir e negociar os papéis sociais, os valores e os significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Sob uma perspectiva que se baseou no entrecruzamento de emoções patrimoniais, usos do patrimônio, nostalgia do patrimônio e lugares de memória, buscou-se apreender de que maneira essas noções se configuram nas ações de luta por reparação que se estabeleceram a partir do desastre. Consideramos esses elementos constituintes fundamentais para compreender como a comunidade de Bento Rodrigues se mobilizou a partir de um entendimento de patrimônio despertado pela perda do território e concebido como mecanismo de reivindicação de direito à memória.

O desastre de Bento Rodrigues se configurou como um evento efêmero que, no entanto, deixou marcas nas vítimas que serão dificilmente esquecidas. A lama, em questão de minutos, gerou um movimento instintivo por sobrevivência. Gritos e buzinas tomaram as ruas de Bento Rodrigues, à medida que a lama se aproximava. Só havia tempo para correr e escapar da morte. Nesse momento de dor e desespero, documentos, roupas, álbuns de fotografias, quadros, camisetas de futebol, presentes, enfim, todos os objetos afetivos materiais ficaram para trás, soterrados na lama, enquanto Bento Rodrigues era riscado do mapa. Um ano após o evento, os moradores puderam voltar as ruínas de Bento Rodrigues e nesse processo conseguiram resgatar alguns objetos os quais tornaram-se referências emotivas de rememoração da territorialidade perdida. Da mesma forma, outros objetos jamais foram encontrados, mas ainda se estabelecem como artefatos comunicacionais ativadores de uma memória que se mantém viva a partir da ausência. Diante dessa problemática, no terceiro capítulo buscamos propor uma análise desses objetos na perspectiva da musealidade e das emoções patrimoniais, buscando compreender os objetos soterrados na lama a partir das suas propriedades e qualidades comunicacionais e as dinâmicas de valorização e transmissão identitária diante os processos de redescobertas e por meio das ausências.



**CAPÍTULO 1 - BENTO RODRIGUES:  
TRAJETÓRIA SOB A SOMBRA DO  
EXTRATIVISMO E O IMPACTO DO  
DESASTRE**

## *O Maior Trem do Mundo*

*O maior trem do mundo*

*Leva minha terra*

*Para a Alemanha*

*Leva minha terra*

*Para o Canadá*

*Leva minha terra*

*Para o Japão*

*O maior trem do mundo*

*Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel*

*Engatadas geminadas desembestadas*

*Leva meu tempo, minha infância, minha vida*

*Triturada em 163 vagões de minério e destruição*

*O maior trem do mundo*

*Transporta a coisa mínima do mundo*

*Meu coração itabirano*

*Lá vai o trem maior do mundo*

*Vai serpenteando, vai sumindo*

*E um dia, eu sei não voltará*

*Pois nem terra nem coração existem mais.*

*Carlos Drummond de Andrade*

## 1.1. Entre memórias e tradições

Este trabalho de tese se insere na perspectiva de análise que busca entender as dinâmicas identitárias que se entrelaçam, alicerçadas nos processos relacionais que se estabeleceram a partir do desastre ocorrido em 2015. O evento em si provocou uma série de mobilizações que, quando observado a partir da óptica patrimonial, oferece importantes elementos para as reflexões que envolvem as relações entre memória, processos identitários, patrimônio e território. Neste capítulo, nos debruçaremos sobre o território de Bento Rodrigues. Não o território apenas como um lugar concreto, mas que carrega um simbolismo que envolve todo o processo de formação identitária do lugar. Dessa forma, lançaremos um olhar para o entrecruzamento das narrativas e conceitos que dão forma ao espaço. Somente é possível compreender como esta imagem se constrói, como o espaço social se delimita, a partir do entendimento dos conceitos teóricos sobre o território, que dentro da dramaticidade do evento crítico irão se desdobrar nos processos de desterritorialização e reterritorialização, igualmente carregados de simbolismos e disputas identitárias.

Comumente, nos estudos no campo da Geografia e das Ciências Sociais, o conceito de território se vincula a uma dimensão que se relaciona com os procedimentos de apropriação e/ou sentimento de pertença. A apropriação envolve tanto o sentido de controle afetivo pelas instituições e pelos grupos sobre determinado fragmento espacial, quanto pela apropriação afetiva de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2004). Haesbaert irá propor uma reflexão sobre o território, compreendendo-o em suas várias formas e dimensões. Para o autor, há uma dimensão material-concreta (política, econômica) e uma dimensão simbólica. Dessa forma, o território envolve:

[...] sempre e, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, P.42).

Vemos, então, que o conceito de território para Haesbaert envolve um duplo sentido, constituído de elementos simbólicos e concretos. Suas reflexões se correlacionam com as ideias propostas por Henri Lefebvre, que procurou refletir sobre os espaços e compreendê-los também em duas dimensões: o “espaço dominado” e o “espaço apropriado”. Segundo o autor, “através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é dominado” (LEFEBVRE, 2006, 191-192). Para ele,

quando ocorre a dominação do espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele, se assemelhando a ideia de Haesbaert, que entende o território como um conjunto de nossas experiências. Ou, em outras palavras, “relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004, p.78).

A reflexão inicial permite a compreensão que existe uma ideia de espaço e uma ideia de território. Embora possam se assemelhar, espaço e território não são idênticos. Claude Raffestin se debruça sobre esses dois conceitos e afirma que nessa relação o espaço antecede ao território (RAFFESTIN, 1993, P.143). Para o autor, a diferenciação entre as duas categorias é o território ser fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço, ou seja, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ esse espaço” (Ibidem). Assim sendo, afirma que o espaço é o físico, o concreto que existe antes de qualquer fator antrópico, seja ele simbólico ou físico. É a ação antrópica que transforma o espaço em território, sendo que essa “passagem” sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação (RAFFESTIN, 1993, p.144).

O território é, então, entendido como uma construção social, histórica e relacional. Para Marcos Aurélio Saquet, ele está sempre vinculado aos processos de apropriação e dominação do espaço (SAQUET, 2015). O autor destaca que o território é construído historicamente na relação entre a sociedade e a natureza, e tais relações estabelecem os significados concretos do desenvolvimento territorial, tornando-o degradante ou sustentável. Na concepção do autor, no território existe uma capacidade de mobilização e autogestão, ajuda mútua, autonomia, cooperação, valores que carecem ser compreendidos e valorizados, mesclado ao patrimônio material, imaterial e natural. Dessa forma, observamos que o território é fruto das interações de seus habitantes, entre a sociedade e natureza, permitindo compreender que as questões que envolvem a dinâmica territorial carregam um simbolismo que direciona a organização coletiva, delimitando as relações identitárias dos grupos sociais. Neste sentido, nos apoiando em Saquet, podemos entender que os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder de determinado grupo ou classe social. No entanto, no território, também ocorrem relações de cooperação, de ação coletiva, na busca da superação das suas dificuldades ou na projeção de novas opções de organizações socioeconômicas. É onde são expressas as diferentes formas de pensar e agir dos sujeitos, não só daqueles que habitam o território, mas também daqueles que, mesmo de fora, têm interesses projetados naquele recorte espacial (DALLABRIDA, 2016, p. 15). Nas palavras de Felix Guattari e Suely Rolnik,

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si

mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 323)

O recorte espacial que baliza o território de Bento Rodrigues irá configurá-lo como um espaço que desde a sua ocupação e delimitação esteve condicionado a lógica desenvolvimentista exploratória. Neste universo que a dinâmica identitária e territorial irá se desenvolver, reverberando nas ações de luta, reparação, afirmações identitárias, exercícios da memória e uma série de outros processos como consequência do evento ocorrido em 2015. Na perspectiva do território aqui abordada, o subdistrito de Bento Rodrigues nasceu sob o signo da extração do ouro, carregando em si toda uma história ligada à mineração. Sua fundação remete ao final do século XVII, pelo bandeirante Bento Rodrigues. O paulista chegou à região do Mata-Cavalos em fins do século XVII e, percorrendo o Ribeirão do Carmo<sup>3</sup>, fundou vários assentamentos de garimpo. Um deles, que recebeu o seu nome, cresceu, tornou-se um centro minerador importante na região da Vila do Carmo<sup>4</sup>, tanto que em 1723 os seus moradores contavam com 355 escravos, 18 vendas, com uma produção de ouro na ordem de 1,072 ¼ oitavas de ouro. Por volta de 1718, foi construída a sua igreja, dedicada a São Bento. Logo depois, outra maior foi construída, tendo como padroeira a Virgem das Mercês (CASTRIOTA,2019).

Bento Rodrigues foi um dos primeiros distritos auríferos de Minas Gerais e ponto de passagem para Ouro Preto e Diamantina (locais de extração de ouro e diamante no século XVIII). Outras atividades econômicas somaram-se à extração aurífera e passaram a desenhar uma rede local de negócios nas décadas iniciais do século XVIII. A colonização de Bento Rodrigues, como ocorreu em diferentes regiões de Minas Gerais, foi alimentada também pela procura de terras para o cultivo de plantas, beneficiamento de produtos e criação de animais (CASTRIOTA,2019). Devido a sua importância histórica, antes do desastre, fazia parte da chamada Estrada Real, circuito turístico criado em 1999, com cerca de 1600km de extensão. A Estrada Real possui a maior rota turística do país, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Busca valorizar as tradições do percurso dos antigos caminhos oficiais de transporte de mercadorias, escravos, ouro e diamante, servindo de ligação entre minas e o litoral.

---

<sup>3</sup> O rio Ribeirão do Carmo foi um dos principais pontos de referência para a extração do ouro em Minas Gerais. A descoberta do ouro nas cabeceiras da bacia do ribeirão do Carmo em fins do século XVII provocou um processo migratório na província de Minas Gerais e o surgimento de vários povoados, que originaram posteriormente as vilas que hoje são as cidades de Ouro Preto e Mariana.

<sup>4</sup>Em 8 de abril de 1711, o governador do Rio de Janeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho criou, no arraial do Ribeirão do Carmo, a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, confirmada por Carta Régia de 14 de abril de 1712 com o nome mudado para Vila Real de Nossa Senhora. No dia 23 de abril de 1745 seu nome muda para Mariana, homenagem do rei dom João V de Portugal a sua esposa dona Maria Ana de Áustria.

Durante o século XVIII e boa parte do século XIX, este caminho, que incluía Bento Rodrigues, foi utilizado por bandeirantes, militares, comboio de escravos, transporte de mercadorias, tropeiros, viajantes nacionais e estrangeiros. Os viajantes estrangeiros irão registrar sua passagem por Bento Rodrigues e destacar sua decadência devido à diminuição da extração do ouro.

Um deles foi o inglês John Mawe, que chegou ao Brasil em 1807 e relata o processo de decadência do subdistrito.

Descansei em Camargo, pequena aldeia, e passei em frente a uma bela vivenda situada perto do córrego do mesmo nome, onde há uma lavagem de ouro que ocupa duzentos negros e que dizem ser riquíssima. **Uma légua além está Bento Rodrigues, lugar pobre, de pouca importância.** (MAWE, 1978, p.143 – grifo nosso.)

O francês Auguste de Saint-Hilaire, cuja passagem pelo Brasil foi entre 1816 e 1822, mais do que relatar sua estadia por Minas Gerais e Bento Rodrigues, nos revela o processo destruidor da mineração, que irá se perpetuar ao longo do século XX.

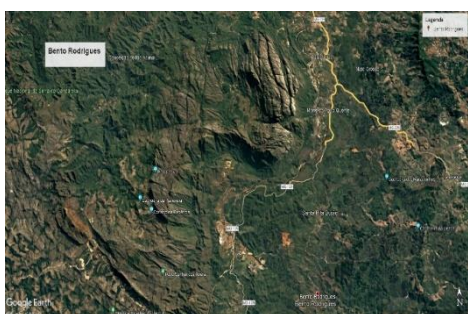
A região que atravessamos entre Mariana e a povoação de Camargos, em que fizemos alto, não apresenta nenhum vestígio de cultura. Camargos, sede de uma paróquia, está situada à margem de um regato em posição bastante triste, rodeada de morros desolados, esburacados pelos mineradores de ouro. Seus atuais habitantes são muito pobres; possuem muito poucos escravos para manter lavagens de certa importância, e suas casas estão mal-conservadas. (...) A distância pouco considerável de Camargos, **passamos por Bento Rodrigues, outra povoação situada à margem de um córrego, entre morros pouco elevados, e que apresenta aspecto bastante pitoresco com a presença de numerosas bananeiras plantadas pelos habitantes em torno de suas casas.** (SAINT-HILAIRE, 1974, p.87-88, grifo nosso.)

Se a extração de ouro foi determinante para a consolidação do subdistrito, é com o advento da mineração do minério de ferro, na segunda metade do século XX, que a localidade vai se constituir e torna-se dependente ao longo dos anos. A empresa que mais se destacou na localidade foi a Samarco, fundada em 1977, como uma empresa brasileira de mineração, de capital fechado, controlada no ano do crime em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Ltda. e Vale S.A - antiga CVRD. Explora as minas de Alegria e Germano, antigas Fazendas nos arredores de Bento Rodrigues. (SAMARCO, 2016).

Desde o início da exploração do minério de ferro na região, diversas ações voltadas para a ampliação do acesso à localidade foram desenvolvidas por parte do Estado e do município de Mariana. Para atender as mineradoras e a população, foi aberto um novo traçado da antiga MG-129, entre Ouro Preto e Santa Bárbara, passando por Antônio Pereira, por fora da sede do distrito de Santa Rita Durão e dos povoados de

Bento Rodrigues e Camargos, por onde as minas passaram a ser alcançadas. Se, por um lado, a estrada que passou a servir ao tráfego de caminhões de minério encurtou distâncias, evitou a poluição do ar e reduziu os riscos de acidentes de trânsito no povoado, por outro, contribuiu para o isolamento da comunidade. Como ação de medida compensatória para a instalação de uma das barragens de rejeitos, o povoado de Bento Rodrigues conseguiu na gestão do então prefeito de Mariana Jadir Macedo (1976-1982) a sua eletrificação. Posteriormente, chegou o telefone e em 2003 o asfaltamento de suas principais ruas (ICOMOS *et al.* 2019).

**Figura 3:** Imagem satélite da região do subdistrito de Bento Rodrigues no ano de 1984.



Fonte: Google Earth.

**Figura 4:** Imagem satélite da região do subdistrito de Bento Rodrigues no ano de 2015. É possível observar a localização da Barragem do Fundão logo acima da comunidade, além do processo de degradação causado pela mineradora Samarco.



Fonte: Google Earth.

Bento Rodrigues, quando do desastre, contava com aproximadamente 600 pessoas, tendo como atividade econômica básica a indústria extrativa mineral, que empregava significativa parcela da mão de obra local. O comércio da localidade era pouco diversificado, registrando-se grande dependência da cidade de Mariana. Existiam bares, mercearias e restaurantes com pouca relevância em termos de geração de renda. O artesanato, o turismo (ecológico, histórico e cultural) e atividades agrícolas também se faziam presentes, em caráter de subsistência, principalmente (SEMAD, 2013).

Embora os moradores desenvolvessem outras atividades de subsistência, quando observamos o estudo de Mauricio Boratto Viana (2012) em sua tese de doutorado, em que procurou abordar os sistemas de avaliação para a construção do Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM), analisando os fatores de ordem econômica, social e ambiental que envolvem a mineração e as comunidades existentes em seu entorno e o município em que elas se inserem, percebemos que em Bento Rodrigues o nível de dependência da mineração era extremamente elevado. Segundo o autor, 72% dos moradores do subdistrito mantinham, ou mantiveram, em algum momento de suas vidas, relações com as mineradoras do entorno (VIANA, 2012, p.203).

Ao analisar o período de residência dos moradores no território, o autor destaca que 14% residiam no local entre 10 e 20 anos, 60% entre 20 e 40 anos e 14% acima de 40 anos (VIANA, 2012, p. 204). Essa análise permite afirmar que os moradores já

estabeleciam uma relação de afetividade com o território. De certo modo, segundo o autor, a população local mantinha um vínculo amistosa com a Samarco, em que praticamente 60% dos entrevistados tinham uma visão positiva da mineração (VIANA, 2012, p. 206). Apesar da relação amistosa, 68% dos moradores viam o possível rompimento das barragens como problemas para o subdistrito<sup>5</sup>.

Podemos observar que Bento Rodrigues tinha um número praticamente idêntico de moradores em relação ao período de colonização. Além disso, a análise trazida por Viana demonstra que a população de Bento Rodrigues, até o dia 05 de novembro, tinha a sua vida inteiramente vinculada a exploração do minério, uma vez que a empresa Samarco começou a atuar no distrito nos anos 1970 e apenas 14% da população vivia em Bento Rodrigues há mais de 40 anos. Esses dados trazem para a reflexão outro ponto sobre o processo de consolidação do território, que diz respeito à territorialidade. Primeiro, podemos entender que Bento Rodrigues se configura dentro da vertente estabelecida por Rogério Haesbaert ao conceituar a ideia de território a partir de três vertentes: 1) jurídico-política: quando o território é entendido como um espaço delimitado e controlado por um poder, especialmente estatal, nesse caso podemos direcionar Bento Rodrigues como uma divisão territorial pertencente ao Município de Mariana ; 2) a cultural: onde o território é visto como produto de apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, que tematizamos neste trabalho de tese como central, a partir do exame das emergências de processos identitários territorialmente referidos ; 3) econômica: quando o território é encarado como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação entre classe-trabalho, pensamento que se direciona ao processo de mineração nas proximidades do subdistrito, que condicionou toda a vivência no território e gerou o maior crime ambiental na história do Brasil.

Se no território de Bento Rodrigues vemos relacionar as três vertentes, a territorialidade vai se estabelecer como uma apropriação do território. No caso dos moradores, estará condicionada aos processos históricos de formação do subdistrito e, principalmente, à sombra da mineração. A territorialidade diz respeito à maneira como são configurados os territórios. Conserva uma relação com o sentimento de pertencimento que os grupos humanos têm com o espaço que habitam.

---

<sup>5</sup> A mineradora optou por construir ali uma barragem com a tecnologia mais arriscada existente, em função de custos menores, risco somado à pouca distância de Bento Rodrigues. O método conhecido como "alçamento a montante", no qual a barreira de contenção recebe camadas do próprio material do rejeito da mineração (também usado pela mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho) "é a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar porque ocupa menos espaço da bacia hidrográfica. Mas é também a mais perigosa e com maior risco. Por isso, países com características similares ao do Brasil não usam ou estão proibindo". (ODILLA, 2019).



Conseqüentemente, não se trata apenas da apropriação do espaço geográfico, mas sim a construção de vivências, num processo de interação com o território. Segundo Saquet, é preciso compreender o território e o tempo, pois somente a partir da compreensão desses conceitos é possível entender as territorialidades e as temporalidades e, a partir disso, apreendemos o conjunto de fenômenos que delimitam espaço territorial. (SAQUET,2015). Para o autor, as configurações da territorialidade envolvem uma dinamicidade muito grande em que as vítimas territorializam-se, o que se focaliza aqui de forma histórica e relacional.

Em vista disso, podemos reputar como territorialização as ações diárias que realizam os grupos sociais na busca de modificarem e melhorarem suas condições de vida, o crescimento econômico, assim como efetivando ações que transformam a realidade onde se encontram inseridos, de maneira tal que consigam buscar melhorias na qualidade de vida. Mesmo sob a sombra da mineração, os moradores de Bento Rodrigues seguiam estabelecendo seus ritos característicos constituintes dos processos identitários ligados à própria história de fundação da localidade. Nessa dinâmica, enraizados em um passado colonial cristão, os eventos mais significativos estavam marcados pelas manifestações religiosas. Os ritos religiosos eram uns dos principais laços de identidade que uniam o grupo enquanto membros da comunidade. A Semana Santa era considerada um dos principais eventos, momento em que realizavam missas e procissões pelas ruas do subdistrito.

Evento de maior destaque era o dedicado ao padroeiro da Comunidade, São Bento. A Festa de São Bento, conforme destaca Eduardo Campos, mobilizava toda a comunidade, o que pode ser percebido no seu relato:

Na Praça a movimentação era intensa, enquanto os homens furavam buracos para colocarem as estacas para dependurar os enfeites e as bandeirolas, as mulheres davam a faxina na igreja(...). Aos poucos, na companhia do "Sô Lulu", ia conhecendo as pessoas que se empenhavam na realização da festa: como o Sr. Filomeno (o guardião da Igreja de São Bento) (...). Logo quando a noite caía, todos iam tomar banho para acompanhar a procissão da bandeira, que neste ano saiu da casa do Sr. José Sobreira. Dona Tuttita e o Sr. Lulu, não deixavam ninguém beber antes de cumprir o ritual religioso (...). A Procissão rodava todo o Bento, tendo à frente o "Sô Lulu" com o Antônio Andrade que iam abrindo caminho soltando rojões e os foguetes de cara anunciando o cortejo (...) Logo após a queima de fogos, dava início ao forro(...)Na praça as barraquinhas serviam todos os tipos de iguarias das festas juninas mineiras. (CAMPOS, 2016, p.13)

Conforme vemos destacar nas palavras de Eduardo Campos, a Festa de São Bento reflete a dinâmica identitária dos moradores da comunidade de Bento Rodrigues, configurando-se nos ritos estabelecidos nos procedimentos de realização da Festa. Além da Festa de São Bento, no mês de março, havia outras duas festas de caráter religioso: a de Nossa Senhora das Mercês e a de São Benedito, que ocorriam em

setembro. Nelas, são evidenciadas outras manifestações que remetem aos valores tradicionais da comunidade de Bento Rodrigues, com destaque para os reinados.

Os reinados aconteciam na Festa de Nossa Senhora das Mercês e São Benedito, em que o padre vinha a cavalo para Bento Rodrigues e ficava toda semana durante a realização da novena. Os reinados eram muito bonitos, com sua rainha, rei, príncipe e princesas, a juíza da palma e o juiz, que davam esmolas para o santo. Na hora que o rei e a rainha tomavam posse, subiam ao altar – mor e a banda tocava saldando os dois, no final o rei e a rainha em agradecimento aos presentes serviam barris de vinhos para os fiéis. Eram dois dias de festa que se dividiam entre a igreja das Mercês e a Igreja de São Bento, onde ficava o São Benedito. (CAMPOS, 2016, p. 14)

As duas capelas onde eram realizadas as festividades religiosas possuem um valor significativo tanto para a história de Minas Gerais quanto para a história do Brasil. A Capela de Nossa Senhora das Mercês não possui uma datação precisa, mas foi construída por volta dos anos de 1750 a 1815. A sua construção se deu, provavelmente, logo após a criação da Irmandade das Mercês no local. Sua arquitetura segue um tipo tradicional de capelas das Minas setecentistas e oitocentistas.

**Figura 3:** Festejo na Igreja Nossa Senhora das Mercês. Daniel Camargos.



Fonte: Brasil de Fato 29/09/ 2016

A igreja de São Bento não possui uma arquitetura de estilo colonial. Porém, segundo relatos de alguns moradores, a igreja era uma igreja matriz que teve suas torres derrubadas após um incêndio provocado por um raio que danificou praticamente toda a igreja. Nesse período foi erguida outra igreja sem as torres principais (CAMPOS, 2016, p.15).

Após a destruição do território de Bento Rodrigues, todas essas manifestações foram alteradas. A perda, tanto do território quanto da própria possibilidade de realização dos rituais acima citados, gerou uma série de conflitos que culminaram na luta pela afirmação das identidades dos moradores que se configurarão na manutenção

dessas tradições e no direito de estabelecerem esses ritos nos mesmos locais onde eram realizados, mesmo que sobre as ruínas.

Além das manifestações religiosas, Bento Rodrigues tinha uma dinâmica característica de uma vida no campo atrelada ao fato de pertencer à rota da Estrada Real, configurando assim a sua importância histórica. Por isso, era um importante ponto de passagem de turistas e romeiros. Esse caminho, antes utilizado por tropeiros, era parte da conhecida Estrada Real que, como analisamos, era um importante rota do período colonial que ligava essa região de exploração mineral ao litoral da cidade do Rio de Janeiro.

Por seu aspecto rural, as relações de vizinhança eram estabelecidas por um ciclo de afetividade, situado às vezes pelo próprio grau de parentesco. Havia uma relação de confiança e, com elas, as crianças podiam brincar livremente pelas ruas, sem se preocuparem com carros e/ou horários para voltarem para casa, “a vida era mais tranquila, brincava mais solto” (BRAYAN, 2017, p.40). Nas palavras da criança Flavio Eduardo “era um lugar simples, porém cheio de riquezas naturais e minerais. As pessoas levavam uma vida muito simples, mas era a vida deles e por isso davam muito valor.” (FLAVIO EDUARDO, 2017, p.12.). Acrescenta: “havia também igrejas, campos de futebol, quadra, policlínica, correio, escola e comércios, entre eles o bar e restaurante da Sandra.” (FLAVIO EDUARDO, 2017, p.16.).

**Figura 4:** Registro de Bento Rodrigues no Google Street View



Fonte: Google Street View

O Bar e restaurante da Sandra, citado anteriormente, era uma importante referência para a comunidade de Bento Rodrigues. O Bar funcionava como um ponto de encontro e distração dos moradores. Nos finais de semana, pessoas da cidade de Mariana se reuniam para experimentar os pratos cozinhados por Sandra e, principalmente, a sua coxinha, uma iguaria muito conhecida na região. O Bar da Sandra ficava ao lado da Capela de São Bento e possuía uma pousada onde recebia os turistas que percorriam a Estrada Real.

**Figura 5:** O bar, restaurante e pousada da Sandra.



**Fonte:** Raquel Freitas/G1

**Figura 6:** Sandra Quintão e suas famosas coxinhas.



**Fonte:** Raquel Freitas/G1

Além das coxinhas da Sandra, um dos grandes símbolos de Bento Rodrigues era, e ainda é, a geleia de pimenta biquinho. A geleia começou a ser produzida após a criação da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO) em 2002, pelas moradoras Geralda Alves, Keila Vardeli, Rosângela Sobreira, Marinalva Salgado, Neuza da Silva e Sônia Xisto<sup>7</sup>. Conforme destaca a moradora Keila, o excesso da pimenta levou ao desenvolvimento de testes de receitas, chegando a produção da geleia, passando a ser o produto principal da Associação. Formada só por mulheres, a associação vem reforçar a força feminina no campo, desenvolvendo toda a cadeia produtiva para a produção da geleia, plantando, colhendo e beneficiando a pimenta biquinho (REDE MINAS,2016). Antes do desastre, a Associação contava com a parceria do Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Dessa parceria surgiu o projeto "Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues: do cultivo da pimenta biquinho agroecológica a produção da geleia artesanal", que concorreu, sendo premiado, na 15ª edição do Prêmio Santander Universidade Solidária. O projeto promoveu melhorias na gestão da Associação, baseada na economia solidária, ajudando tanto no processo produtivo e mercado, quanto na regulamentação da associação. A implantação dessas melhorias contribuiu para que a associação expandisse o seu trabalho, chegando a realizar parcerias internacionais para exportação da geleia. No ano do ocorrido, elas estavam inscritas em uma feira de alimentos na Alemanha. Após um tempo paradas devido ao desastre, retomaram as atividades na cidade de Mariana no ano de 2016 (CAMARGOS,2016).

**Figura 7:** Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero).  
Foto: Kíria Ribeiro/Prefeitura de Mariana.



**Fonte:** Kíria Ribeiro/Prefeitura de Mariana

Observamos que o processo de constituição territorial de Bento Rodrigues permeia uma vivência delimitada por uma vida no campo, em seu aspecto rural; nas realizações sagradas religiosas que temporalizam o cotidiano nos seus ritos de passagem; nas relações afetivas construídas na convivência, cuja confiança de vizinhança dinamiza e estrutura a forma como se organiza o território, permitindo que a população possa conviver de forma comunitária, em um processo de autoajuda, uma vez que não existe uma barreira social, o medo da violência ou a desconfiança. Da mesma forma, permite o brincar livre das crianças, longe do caos urbano e no contato constante com a natureza. Esta, sempre teve um valor central na vivência dos indivíduos no território de Bento Rodrigues, direcionando o passar lento do tempo, uma vez que a base da agricultura sempre foi produzida pelos próprios moradores, em suas hortas, pomares, sítios e fazendas. O alimento retirado da própria terra. Em muitos casos, boa parte dos moradores sobreviviam daquilo que plantavam e colhiam. Sem um emprego fixo, a agricultura, em muitos casos, tornou-se o único meio de subsistência.

A cosmovisão estabelecida no território de Bento Rodrigues ordenava os valores, crenças, impressões, sentimentos e concepções de natureza de uma vida no campo. Nesse direcionamento, é importante chamar a atenção para a necessidade da compreensão do rural como distinto do agrário, ou das dicotomias entre Campo e Cidade / rural e urbano. Nesse sentido, pensando a relação entre a cidade de Mariana, onde os moradores de Bento Rodrigues irão viver após o desastre, e o subdistrito, a compreensão de rural e urbano requer, antes de qualquer coisa, vinculá-los aos seus pares dialéticos, ou seja, campo e cidade. Arthur Magon Whitacker vai destacar que esta distinção é necessária, porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão. Por outro lado, urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. De uma maneira geral, reforça

que cidade e campo são formas espaciais, urbano e rural possuem uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITAKER, 2010, p. 192).

Nas reflexões de Whitaker, entrevemos as dimensões entre Campo e Cidade / Urbano e Rural, ponto este também evidenciado por Pedro Paulo Biazzo, ao afirmar que Campo e Cidade são formas concretas que se materializam e tecem as paisagens produzidas pelo homem. Em todo caso, o urbano e rural são representações sociais, noções das práticas de cada sujeito, instituição, agentes na sociedade que representam a territorialidade, as relações disputadas no cotidiano dos coletivos humanos. Dessa forma, para Biazzo, a dicotomia entre urbano e rural diz respeito ao pertencimento, ao conflito que se estabelece no contato diário dos atores sociais. A compreensão de um não pode ser estabelecida separada do outro, uma vez que ambos não existem de forma isolada, embora cada um deles possuam um conteúdo específico que os caracterizam enquanto tal. Quando observado dentro da perspectiva da dramaticidade do evento extremo, esse traço se torna importante, pois irá marcar a própria forma como as vítimas do desastre irão, na cidade de Mariana, estabelecendo a todo instante um contraponto em relação à vida que viviam em Bento Rodrigues. Dimensão essa projetada também pelos moradores de Mariana no contexto pós-desastre.

Tal apontamento estabelecido é importante, na medida em que acentua as discussões até aqui estabelecidas, no que se refere às dimensões que envolvem a constituição do território de Bento Rodrigues até o dia do desastre. Ele irá marcar um processo de ruptura com o território que se desdobrará em uma série de eventos. O primeiro deles se encontra no dia do rompimento da barragem, que irá gerar um processo de desterritorialização, cuja perda do território é apropriada e experimentada em razão de diferentes meios, decorrentes de contradições e experiências vividas por cada morador no momento de desfalecimento do território de Bento Rodrigues. Esse movimento irá gerar outro, de reterritorialização, visto como a instituição de novos territórios, seja por meio da reconstrução parcial e de vivências no antigo território de Bento Rodrigues ou da recriação deste em outros lugares, uma vez que os papéis sociais estão ligados aos atributos do espaço concreto.

A dramaticidade do evento crítico que se estabeleceu no subdistrito de Bento Rodrigues traz alguns elementos para pensarmos o alcance do desastre e o quanto ele pode afetar diretamente toda uma estrutura social estabelecida no território. A perda material do subdistrito de Bento Rodrigues é evidente. Mas, além disso, podemos perceber que a perda imaterial é imensurável. Rotinas, dinâmicas do dia a dia, tradições culturais, trabalhos, estilos de vida, relações das pessoas enquanto seres sociais, foram totalmente destruídas e não podem mais serem recuperadas.

As reconstruções pós-desastres são extremamente complexas e não se desenvolvem consoante as expectativas. Estão intimamente ligadas ao desastre. O conceito de desastre surge então como um importante elemento para se pensar e entender como são sistematizadas e criadas ações vinculadas ao contexto de pós desastre. Nesse aspecto, parece figurar que a recuperação da memória coletiva, que traz a essência do pertencer à comunidade, poderá, em certa medida, garantir a reconstrução do aspecto material, mas também a intangibilidade representativa de Bento Rodrigues. Fato é que todos esses movimentos são determinados pelas experiências traumáticas provocadas pela dramaticidade. Cada uma dessas experiências irá direcionar como os membros da comunidade, sejam individuais ou coletivamente, estabelecerão um vínculo com o território de Bento Rodrigues e, da mesma maneira, lutarão por reparação. Observar esses regimes nos próximos capítulos permitirão desenvolver análises sobre como a dimensão patrimonial e identitária irão gerar uma série de movimentos de proteção do território de Bento Rodrigues, assim como se estabelecerem como mecanismo de resistência e manutenção dos papéis sociais. O primeiro desses processos é marcado pelo dia do rompimento da barragem.

## **1.2. A sirene que não tocou: “é no silêncio que as barragens se rompem”**

“É no silêncio que a barragem se rompe” é um grito ecoado por um poeta vítima do desastre, ao descrever em versos a dor causada pelo rompimento da barragem<sup>6</sup>. Expressa a ausência de qualquer meio para alertar as vítimas, que tiveram a dimensão do que se aproximava quando a lama já destruía Bento Rodrigues por completo. A barragem torna-se, então, o símbolo causador da desterritorialização dos moradores do subdistrito. Toda a vivência territorial, em questão de minutos, desaparecia por completo. Os 15 minutos representaram uma multiplicidade de experiências de desterritorialização forçada, culminando em distintas percepções e reações ao ocorrido. Dessa forma, nos questionamos: o que representa a desterritorialização quando a olhamos pelos olhos das vítimas?

Para uma reflexão inicial, Felix Guattari e Suely Rolnik oferece uma importante análise ao pensarem o território e o seu conseqüente processo de desterritorialização:

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana

---

<sup>6</sup> Sergio Papagaio é um membro ativo na luta pelos direitos das vítimas. É editor-chefe do Jornal A Sirene. Como nem todas as vítimas do desastre sabem ler, Papagaio se tornou o porta voz dessas pessoas. Durante muito tempo era comum que se reunissem nos alpendres das casas para ouvir Papagaio ler as notícias do jornal, que sai uma vez por mês, sempre no dia 5. Papagaio que em muitos momentos informava sobre os processos que reivindicavam a compensação pelas perdas decorrentes do rompimento.

está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1996, p. 323)

Observamos, a partir da fala dos autores, que o fenômeno da desterritorialização ocorre na mesma dinâmica em que os territórios vão se constituindo. Os territórios estão constantemente em movimento, “desfazendo” -se e se reconstruindo a partir de diversos deslocamentos que são estruturados por uma multiplicidade de fatores sociais e culturais. Esse movimento permite entender os processos de desterritorialização dentro do pensamento filosófico elaborado por Deleuze e Guattari, que propõem uma “teoria das multiplicidades” quando lançam um olhar sobre a desterritorialização. Multiplicidades estas que, segundo os autores, são a própria realidade, suplantando assim as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Os autores irão construir seus pensamentos através do modelo rizoma, cuja proposta reflexiva propõe uma conceituação da desterritorialização de forma não hierarquizada, não partindo de um ponto central, de um centro de poder, mas funcionando, por encontros, de uma cartografia das multiplicidades (DELEUZE e GUATTARI, 2010).

Assim sendo, de uma maneira geral, os autores irão afirmar que a desterritorialização é um movimento que envolve o abandono do território, uma “operação da linha de fuga” (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.224). Nesse processo, primeiramente os agentes se desterritorializam e, em seguida, se reterritorializam com novos agenciamentos de corpos coletivos. Essa linha de pensamento vai reforçar um ponto importante trazido pelos autores: de que a desterritorialização e a reterritorialização são processos inseparáveis. Ou seja, se há um movimento de desterritorialização, teremos, simultaneamente, um processo de reterritorialização. Esse movimento síncrono de desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização elaborado pelos autores. Nele, vemos que jamais nos desterritorializamos sozinhos e a cada processo de desterritorialização, nos reterritorializamos sobre os outros. Pontuam, ainda, que não devemos confundir reterritorialização como o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga. Ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.41). No espectro do evento aqui analisado, iremos observar nos próximos capítulos como o “primeiro teorema” do processo de reterritorialização se estabelece em meio a uma série de ações que se ancoram em movimentos de valoração patrimoniais através das emoções. E, ainda neste capítulo,



como a reterritorialização é marcada por um processo de exclusão que culminará nos desdobramentos dos capítulos seguintes.

Outra característica importante da desterritorialização aparece no segundo teorema proposto pelos autores, envolvendo o questionamento da relação frequentemente feita entre desterritorialização e velocidade. Isso porque, segundo os autores, a intensidade da desterritorialização não deve ser confundida com a velocidade de movimento ou de desenvolvimento. Representa que o mais rápido conecta sua intensidade com a intensidade do mais lento (ibidem). Essa duplicidade do tempo no processo de desterritorialização será observada neste capítulo, porque se considerarmos a desterritorialização ocorrida em Bento Rodrigues, ela ocorreu de maneira rápida, sem qualquer possibilidade de absorção por parte das vítimas. Mas, a vivência desse processo, para cada uma delas, é longa e cheia de detalhes, na medida em que cada morador experienciou esse evento de forma múltipla.

No terceiro, e último, teorema proposto, Deleuze e Guattari irão relacionar as intensidades dentro do processo de desterritorialização e apontar a distinção de dois tipos de desterritorialização: a desterritorialização relativa e a desterritorialização absoluta. Dessa forma, “pode-se mesmo concluir (...) que o menos desterritorializado se reterritorializa sobre o mais desterritorializado. Surge aqui um segundo sistema de reterritorializações, vertical, de baixo para cima. (...) (Ibidem). Simplificadamente, a desterritorialização relativa diz respeito ao próprio *socius*. Esta desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização. A desterritorialização absoluta remete-se ao próprio pensamento, à criação. Para Deleuze e Guattari, o pensamento é concebido no processo de desterritorialização. Ou seja, pensar é desterritorializar. Deste modo, o pensamento só é possível na criação e a criação de algo novo envolve romper com o território existente, criando outro. Novos agenciamentos, encontros, novas funções, novos arranjos são necessários nos processos de desterritorialização.

No caso dos moradores de Bento Rodrigues, todo esse processo de desterritorialização ocorre, em um primeiro momento, de forma efêmera e instantânea. Deparam-se abruptamente com o fim do povoado, que existia há mais 300 anos. Após o desastre, histórias escritas no território foram removidas, deslocadas de lugar, apagadas. Casas, escolas, objetos, fotografias, lugares afetivos, ritos sagrados, foram sepultados pela lama. O mundo real e simbólico conhecido pelos moradores foi destruído. Outro mundo se constrói a partir da desterritorialização. A relação dos moradores de Bento com esse novo mundo é reiniciada. A história começa a se reescrever a partir do vazio simbólico, depois de uma ruptura no mundo físico.

É importante perceber, seguindo Haesbaert, que os fenômenos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais, mas não há um aviltamento do espaço (HAESBAERT, 1995; 2004). Para o autor, um grupo social desterritorializado particulariza-se por viver processos involuntários de desenraizamento na apropriação simbólica do espaço geográfico, provocando desarranjos identitários. Por isso, para ele, o conceito de desterritorialização é assentado a

“fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de facto impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural” (HAESBAERT, 2004, p 312).

Embora Haesbaert traga essa afirmação quanto ao controle político-econômico ou simbólico-cultural, veremos ao longo desta tese que é através do simbolismo representado pelas relações patrimoniais com o território de Bento Rodrigues que a comunidade irá estabelecer uma série de ações, tomando para si, novamente, o protagonismo sobre o território e a narrativa dramática.

A luz da geografia, a desterritorialização é vista como um processo, geralmente violento e involuntário, que se desdobra na privação de espaço territorial. Corresponde, assim, a uma perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, reduzindo drasticamente a acessibilidades aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros locais que constituam eixos estruturantes da identificação e da territorialização de cada grupo ou indivíduo. Nesse sentido, dentro das reflexões proposta por Haesbaert, a desterritorialização corresponde a uma agressão as emoções topofílicas. Para Anthony Giddens, vai configurar como um fator de instabilidade e um retrocesso no valor ontológico da segurança, uma vez que o processo de desterritorialização gera a perda do território e o controle sobre a apropriação do espaço geográfico, aumentando a vulnerabilidade e o afastamento individual ou coletivo dos territórios representativos da comunidade, tornando-se assim uma causa de agressividade através da quebra da sensação de previsibilidade e segurança ontológica (GIDDENS, 1991).

O evento de desterritorialização ocorrido em Bento Rodrigues foi definitivo e irreversível, pelo menos se considerarmos a escala de vida dos moradores do subdistrito e a destruição do território. Irá gerar o aumento da vulnerabilidade dos moradores, tornando-se alvos de constante agressividade no ambiente desterritorializado. A quebra de sensação de segurança, da previsibilidade na relação ontológica com o território, acarretará uma série de descontentamentos, como veremos mais adiante. Mas antes, é importante perceber esse momento de ruptura, do corte na relação dos moradores

com o subdistrito. Perceber através dos relatos que a desterritorialização involuntária sofrida pelas vítimas carrega muito mais do que apenas um relato do evento em si, mas também esse processo destacado por Deleuze e Guattari ,sobre a desterritorialização absoluta, que envolve o pensamento, que desterritorializado, cria na memória percepções que buscam romper com o território existente pós-desastre, trazendo para o presente o momento exato do ocorrido e as dores causadas, contrapondo-se ao próprio ambiente onde se encontram desterritorializados. O problema concreto que se coloca é o de como se dá a destruição do território de Bento Rodrigues, quais são os seus componentes e suas intensidades — utilizando a linguagem de Deleuze e Guattari.

O título deste subcapítulo representa a ausência contestada por todos os moradores de Bento Rodrigues quando do rompimento da barragem. O silêncio em que a barragem se rompeu poderia ter gerado um número maior de vítimas, não fosse a mobilização dos próprios moradores. Ou teria evitado as 18 mortes. A empresa responsável pelo crime, teoricamente, deveria ter emitido uma sirene de alerta. Sirene que não tocou e, com isso, cada morador teve que lidar de forma subjetiva com o repentino processo de desterritorialização. O mal poderia ter sido maior se a barragem tivesse rompido no silêncio da noite, provavelmente ocasionaria o completo apagamento não só do território de Bento Rodrigues, mas também de todos os moradores. Olhar por uma perspectiva positiva este desastre é impossível. Mas, diante do mal, mesmo com a ausência da sirene, os moradores lutaram para sobreviver. Muitos deles estavam na cidade de Mariana, trabalhando, realizando compras, preparando-se para o fim de mais um dia comum em suas rotinas. Para estes, restou a angústia de lidarem com a dor, a partir da notícia de que Bento Rodrigues estava sendo engolido pela lama, que seus familiares estavam em meio a todo esse caos. Aos que estavam no subdistrito, o momento representou um marco que transformaria para sempre suas vidas.

É simbólico observar inicialmente esse processo de desterritorialização a partir da matéria trazida pelas próprias vítimas na primeira edição do Jornal A Sirene. A matéria tem como título “Quem foi sua sirene?” e traz diversos relatos dos sobreviventes, que na ausência da ajuda da empresa, tanto para evitar a destruição quanto para avisar que a barragem havia rompido, tiveram que contar com a ajuda dos próprios moradores, em que cada um, a sua maneira, buscou socorrer

**Figura 8:** Foto de Sônia.



**Fonte:** A Sirene, 2016

aqueles tentavam fugir da lama. Os relatos trazem consigo uma dimensão do desespero, da desterritorialização, cuja quebra do vínculo de territorialidade entre os moradores e o território de Bento Rodrigues são permeados por uma carga emocional

traumática que irá transformar a relação dos moradores com o espaço, assim como na lida com o processo de reterritorialização. O primeiro morador a manifestar esse momento de ruptura na matéria foi o morador conhecido como Seu Sebastião. Acima dos seus 70 anos, viu a morte se aproximar enquanto a lama descia, e num impulso de sobrevivência salvou a si e sua irmã. Para ele, a sirene que o alertou do desastre que se aproximava foi um sinal divino: “Minha sirene foi Deus. Vi a lama a cinco metros de onde estava; corri muito, se não corresse morreria. Salvei minha irmã de 70 anos, carreguei ela no colo” (SEU SEBASTIÃO, 2016, p.4).

Se para Seu Sebastião o chamado foi divino, para a maioria dos moradores a sirene que não tocou foi substituída pelos gritos de desespero ao avistarem a avalanche de lama que se aproximava. É o que relata a moradora Sônia: “Minha sirene foi a gritaiada na praça, a afobação do povo. Não deu tempo de correr. Quando vi, a lama já estava na minha garagem. Eu, meu filho e meu sobrinho nadamos na lama grudenta em zig-zag, fugindo da correnteza, até chegar em um ponto firme” (SÔNIA, 2016, p.4). Mesmo processo vivido por Arnaldo, que, alertado

**Figura 11:** Foto de Arnaldo.



**Fonte:** A Sirene, 2016

**Figura 10:** Foto de Seu Sebastião



**Fonte:** A Sirene, 2016

pelos gritos, ainda conseguiu ajudar a salvar outros moradores: “acordei às 16 horas e ouvi o Gladismar gritando na praça. Ele foi a minha sirene. Depois disso salvei seis pessoas da lama (ARNALDO, 2016, p.4). Esse movimento involuntário de preservação da vida dos moradores sem a consciência de que isso pudesse representar a perda da própria vida é uma ocorrência que se vislumbra no relato de quase todos os

**Figura 9:** Foto de Gladismar



**Fonte:** A Sirene, 2016

moradores. O sentimento comunitário afetivo, de vizinhança, gerou uma ação coletiva por parte daqueles que iam tomando consciência do ocorrido, conforme descreve o morador Glasdmar,

Eu estava na praça e ouvi o barulho da lama quebrando tudo. Corri em casa e tirei minha família. Subi na moto, tentei buscar o Mauricélio, mas o portão da casa estava trancado e nos perdemos. Quando fugia da lama, seu Marcolino caiu da caminhonete. Pensei: ou salvo ele ou me salvo. Nós dois estamos vivos (GLADISMAR, 2016, p.5)

### Experiência igualmente vivida pelo morador Pablo:

Quando chegou perto do portão da igreja, a caminhonete não podia subir mais. Carreguei minha avó e levei até perto do barranco, mas não consegui subir. Uns caras ajudaram. Ajudei a salvar outra idosa. Pedi o Wilson para ajudar. Ele cansou. Carreguei até o meio do mato, e aí o Jonas me ajudou (PABLO,2016, p.5).

**Figura 12:** Foto de Pablo – A Sirene, 2016



**Fonte:** A Sirene, 2016

O espírito coletivo, que por alguns instantes apaga qualquer entendimento do risco de perder a vida, ao voltarem para salvarem as pessoas que ficaram para trás, revela um traço marcante no processo de territorialização, pois reforça o vínculo das estruturas de solidariedade, os elos de lealdade e de interesse existente na comunidade. Traz um aspecto que quanto mais a sociedade ou determinados grupos avançam no sentido de construir laços de solidariedade coletiva, próprios da lógica dos processos de territorialização, mais se reforçam os laços mútuos

de afetividades e ajuda. No processo de desterritorialização ocasionado pelo desastre, os laços são fortalecidos, porque para eles o mundo simbólico que os identificavam enquanto membros de uma mesma comunidade ruía diante de todos. A visão desse mundo que se desmoronava era dramática, trazia consigo o reflexo devastador da mineração desenfreada, que se institui destruindo tudo o que encontra pela frente. Uma desolação que ninguém imaginava, como destaca uma das vítimas, ao dizer que “nunca esperava que isso fosse acontecer. E mesmo que acontecesse, eu não esperava de acontecer da forma como aconteceu: a água subir da altura que subiu lá. Aí, quando eu saí de lá de fora, a água vinha varrendo a rua que eu morava nela” (VÍTIMA 1, 2016). Com a perda do território, restou para os moradores a vontade de manterem vivos aqueles que sustentam o sentido simbólico da comunidade. O testemunho de um morador vítima é revelador desse processo:

A Gente viu barulho. Vimos uma poeira enorme de cima, junto com a lama, máquina, caminhão, tudo descendo. A gente se preocupou em subir, gritando pro pessoal que saísse, que a barragem estava estourando. Uma coisa muito horrível. Criança descendo, a gente fazendo o cordão humano pra tirar o pessoal da água. Escutava o choro de criança. A gente mergulhava naquilo ali, cara, sem medo de morrer, porque pra gente o mundo estava acabando. Porque eu nasci e fui criado ali, cara. Então, pra mim, o mundo acabou. (VÍTIMA 2, 2016)

**Figura 14:** Área afetada pelo rompimento de barragem no distrito de Bento Rodrigues, zona rural de Mariana, em Minas Gerais



**Fonte:** - Antônio Cruz/ Agência Brasil

**Figura 13:** Rua de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem do Fundão, em 2015



**Fonte:** - Antônio Cruz/ Agência Brasil

Na ausência da sirene para alertar os moradores sobre o rompimento, uma moradora desempenhou esse papel e provavelmente foi responsável por evitar que o desastre tomasse uma dimensão maior em relação ao número de vítimas: Paula Geralda. A figura de Paula Geralda traz a luz essa dimensão solidária, coletiva, da comunidade de Bento Rodrigues, e representou um movimento unificado de preservação da vida. No ano de 2015, no instante do evento, Paula Geralda trabalhava para a empresa Brandt Meio Ambiente, contratada pela mineradora Samarco para reflorestar áreas desmatadas pelo arrasador processo de mineração. No momento do rompimento, plantava mudas numa área próxima da barragem de Fundão quando escutou um som estranho, que soava cada vez mais alto e próximo. Segundo a vítima, “Parecia barulho de avião, onda do mar, helicóptero... Tudo junto. Era o impacto da lama destruindo tudo. Ela vinha igual a um monstro acabando com o que tinha pela frente.” (PAULA GERALDA, 2016). De acordo com Paula, um técnico de segurança da empresa ligou o rádio de uma caminhonete da empresa Samarco para obter alguma informação e neste momento tiveram a pior notícia: de que a barragem de Fundão havia rompido.

A partir do momento em que toma consciência da devastação, o primeiro movimento de Paula é expressar essa relação de solidariedade, reforçando a ideia de coletividade constituída no território, quando observado dentro da perspectiva tratada anteriormente sobre a dinâmica da vida rural. Por isso, a primeira ação de Paula foi dizer: "Tenho que avisar o meu povo." (PAULA, 2016). Contrariamente à possibilidade de salvar a própria vida, de se refugiar em cima de um morro próximo, onde estaria em uma área segura, ela subiu em sua moto e saiu em direção ao subdistrito de Bento Rodrigues, fazendo todo o trajeto que seria a rota da lama até a comunidade. Os colegas de Paula, de onde estavam, viam a lama de rejeitos descer em uma velocidade aterradora e gritavam desesperados para que ela não seguisse adiante. Porém, ela ignorou os chamados, passou por uma pequena ponte, que em questão de minutos seria destruída, e chegou no subdistrito antes da lama.

Ao chegar em Bento Rodrigues, usou a sua voz e principalmente a buzina de sua moto, carinhosamente chamada de “Berenice”, para alertar os moradores que a barragem havia rompido: "Foge todo mundo! A barragem rompeu. Corre todo mundo."(PAULA,2016). O alerta de Paula gerou uma mobilização coletiva e todos passaram a correr desesperadamente, ajudando-se reciprocamente: "Os mais velhos eram ajudados pelos mais novos. Quem não conseguia andar era carregado"(Ibidem). Na época, o filho de Paula estava na casa dos avós. Ela foi até a casa, avisou a família e continuou o trajeto pelo subdistrito tentando alertar o maior número possível de pessoas. Dessa forma, apressadamente, centenas de moradores subiram para a área mais alta da região. Somente ao chegar nesse local é que Paula reencontrou o filho e os pais. Somente lá teve a dimensão do tamanho do estrago causado pelo rompimento da barragem, da lama que avançava levando casas, carros e árvores, como se fossem brinquedo. A “Berenice” não pôde ser salva. No ato heroico de ajudar os moradores, o combustível da motocicleta acabou. Paula teve que abandoná-la e nesse processo ainda ajudou mais familiares e vizinhos a fugir na caçamba de um caminhão que, por sorte, passava no exato momento em que abandonou sua moto. Ela teve a intenção de voltar para a sua casa para pegar ao menos seus documentos, mas era tarde demais, perdeu tudo. Os quatro cachorros de estimação e as galinhas ficaram para trás. A casa de Paula foi uma das poucas que ficaram de pé, embora quintal e cozinha tenham sido destruídos e toda a parte interna, inundada pela lama<sup>7</sup>.

No período entre o rompimento da barragem e a chegada da lama de rejeitos em Bento Rodrigues, Paula não teve uma dimensão racional da dramaticidade. Agiu apenas em um instinto coletivo cujo único desejo era salvar os moradores da comunidade. Sua ligação afetiva com o território de Bento, nas suas múltiplas dimensões, e a teia de solidariedade desenvolvidas ente os moradores, foi o que manteve a comunidade unida lutando um pela vida do outro. É o que expressa Paula sobre esse momento:

Entrei em transe. Não pensava em nada. Só corri. Queria que todo mundo escapasse. Atravessei na frente do tsunami de lama para avisar a comunidade. No caminho, eu não parei para olhar para trás. Depois que deixei a moto no alto da colina e olhei para trás para ver se havia mais gente em Bento, me dei conta de que não havia mais Bento! Foi só quando eu cheguei lá no alto do morro que eu vi a destruição. Vi que o Bento tinha acabado foi questão de dez minutos, e a cidade desapareceu. Tudo ficou marrom" (PAULA, 2016)

---

<sup>7</sup> Paula perdeu o seu emprego porque a empresa que trabalhava deixou de prestar serviços para a mineradora após o rompimento. Posteriormente foi contratada pela Samarco para trabalhar em uma fazenda onde residiam os animais resgatados da lama. Ela trabalhou cinco meses, foi demitida sem nenhuma explicação. A notícia da demissão circulou pela cidade de Mariana e a mineradora Samarco a recontratou como sinaleira dentro do complexo industrial. Porém, Paula não quis continuar com esse trabalho e hoje trabalha como cabeleireira autônoma.

**Figura 16:** Paula com a moto Berenice.

Fonte: DW/R. Malke

**Figura 15:** Paula e sua moto. Foto: Arquivo pessoal / BBC News Brasil

Fonte: Arquivo pessoal / BBC News Brasil

Aqueles que não tiveram tempo de receber ajuda, procuraram se proteger da maneira que puderam. Nesse instante de perda, do limite entre a vida e a morte, os lugares, as referências afetivas, os espaços sagrados, são vistos e apreciados por alguns instantes. Como se trouxesse a certeza de que essa relação fraterna com o espaço iria se perder para sempre, demonstrando como o território pode se manifestar em múltiplas escalas, momento em que a territorialidade revela a dimensão simbólica do lugar, da relação com o espaço, com a família. Dimensão esta exposta pela moradora Terezinha, que mesmo visualizando o tamanho da lama que se aproximava, destruindo tudo pela frente, realizou um último ato de despedida do quarto da sua mãe antes de fugir: “achei que era chuva de poeira. As casas já estavam todas caindo na praça. Voltei atrás, peguei meu telefone, uma sacolinha com uma sombrinha, **despedi do quarto da minha mãe**. Segui para o mato” (TEREZINHA, 2016, p.5, grifo nosso)

**Figura 17:**Foto de Terezinha.

Fonte: A Sirene, 2016

Quando observamos os relatos até aqui elencados, é possível notar que eles revelam um processo específico da desterritorialização, estabelecendo-se como uma ruptura, uma suspensão, um corte em toda a relação simbólica dos moradores com o território. Demonstra que a desterritorialização sofrida pelos moradores de Bento Rodrigues é bem específica quando comparada as análises comumente estabelecidas em torno dos processos de desterritorialização. Isso porque, como analisamos na introdução, a configuração dessas vítimas enquanto atingidos está fora da ideia do impacto de remoção “planejada”, como comumente ocorre com as vítimas de empreendimentos de barragem. As vítimas de Bento Rodrigues sofreram uma remoção



forçada que transpassa a lógica usualmente refletida nas dinâmicas de desterritorialização. Envolve a própria percepção do território que passa pelo processo de desterritorialização.

Tal entendimento fica claro a luz do pensamento trazido por Haesbaert acerca da desterritorialização. O autor é assertivo em suas reflexões ao afirmar que se a desterritorialização existe, ela está relacionada a uma problemática territorial (HAESBAERT, 2004, p.35). Nesse universo, a desterritorialização pode, por exemplo, está ligada à fragilidade das fronteiras estatais e, dessa forma, o território é sobretudo um território político. Para outros, a desterritorialização relaciona-se com a hibridização cultural, impedindo o reconhecimento de papéis claramente definidos. Neste aspecto, o território é visto a partir da sua dimensão simbólica ou espaço de referência para construção de identidades (Ibidem). Ou seja, para o autor, dependendo da concepção de território, muda, da mesma forma, a nossa definição de desterritorialização, revelando a polissemia que acompanha a sua utilização. Dessa forma, buscamos analisar aqui o território de Bento Rodrigues nos seus aspectos simbólicos e concretos, que envolve a dinâmica desenvolvimentista de exploração do minério que afetou diretamente a vivência no território, assim como a característica da comunidade nos seus ritos, no tempo rural, nas relações solidárias afetivas. A ruptura analisada, no processo de desterritorialização forçada, não envolve embates identitários, transformação social do meio, fragilidade das fronteiras, mas sim um movimento brusco de corte da relação com o território, ocorrendo em questão de minutos, sem que os moradores pudessem ter qualquer dimensão desse processo.

O movimento repentino de desterritorialização torna mais doloroso e traumático a percepção que as vítimas têm desse processo. Elas estavam vivendo suas vidas na cotidianidade característica da comunidade. O desastre, que inicialmente salientamos inserir na perspectiva indicada por Veena Das de evento crítico, provocou uma quebra do cotidiano e uma ruptura nas trajetórias e projetos individuais e familiares dos atingidos. Destruíu as formas de sociabilidade cotidiana e de territorialidade, engendrando descontinuidades nas memórias individuais e coletivas. Por isso, a dor desse processo de desterritorialização permanece a cada momento de lembrança do dia do desastre.

A cotidianidade rompida e a dor pode ser sentida em diversos relatos. Um deles é o trazido por Dona Irene, de 80 anos, tinha 72 a época do rompimento. Vive agora na cidade de Mariana com seu esposo Zezinho. Ela é umas das vítimas cujos desdobramentos reflexivos propostos nesta tese serão aprofundados no terceiro capítulo, destacando as experiências patrimoniais a partir das emoções patrimoniais e musealidade dos objetos que se perderam na lama. Por ora, importa perceber como

ela vivenciou a desterritorialização no dia do crime. Seu relato carrega uma diversidade de camadas envolvendo a dor da perda do território, da fé, do cotidiano rompido, do caos causado pela lama, que o apresentou na íntegra, para não arriscar esvaziar o sentimento e a fala da vítima. Sua resposta veio a partir de uma pergunta minha, se ela estava em Bento Rodrigues ou na cidade de Mariana no dia do rompimento da barragem.

Nós tava aqui em Mariana, porque todos os dias 5 a gente vinha receber, fazer compras, né? Porque lá (Bento Rodrigues) a gente compra no armazém, lá era meio carinho. A gente ia fazer a compra aqui pra dar pra mês, né? A gente levava carne que dava pro mês, colocava no congelador. Levava de tudo. Entendeu? De tudo. Nós estávamos em Mariana, mas a gente chegou antes de acontecer a tragédia, né?

A gente chegando com carro, guardamos as compras, aí o Zezinho falou assim: "Irene, vamos lavar o carro." Aí eu falei com ele assim: "Ah, não, tá muito calor." Porque esse dia tava quente demais, você precisava de ver. Tava um absurdo. Não sei o que, que tava acontecendo, mas tava quente demais. Falei: "O sol tá quente demais, tá muito calor. Deixa pra gente lavar mais de tardezinha. De tardezinha que o carro foi embora, foi tudo embora. Aí ele falou: "Então, eu vou guardar o carro". Ele pegou e colocou lá em cima na garagem. Aí a gente entrou, né? A gente guardou a compra. Entramos pra dentro. E tava lá tranquilo. Aí assim, tipo assim, minha cozinheira é na entrada, assim, tinha uma escada. Ele pegou, botou um tapete dentro, tirou camisa, tirou a roupa, né? Ficou só de bermuda, sem camisa e foi de chinelo. De chinelinho. Eu também peguei, também, aqui a roupa. Porque tá calor demais. Marrei uma coisa, assim, uma blusinha que eu tinha, assim, marrei aqui, né? Sem sutiã, sem nada. Botei meu chinelinho, um short desfiadinho. E falei assim: "nossa, mas tá quente demais". Ele deitou e falou, "Irene, faz um suco pra gente".

Eu tinha levado uma rosca, coloquei assim em cima da mesa da cozinha. Minha mesa era igual essa aqui mesmo. Botei em cima da mesa da cozinha. Falei: "então vou fazer um suco, você come um pedacinho da rosca". E aí eu tava lá mexendo o suco na pia. Aí quando eu vi, ele falou pra mim: "Irene, tô escutando um barulho estranho". Eu falei: "ah, não é nada não, sô". É a tubulação que passa ali do outro lado, sempre ali estoura e faz barulho". Falei com ele. Nem imaginava. A gente estava tudo inocente. André, a gente tem que agradecer muito a Deus de eu e Zezinho tá vivo". Porque o lugar que nós morava, a proporção de lama que passou lá, não era nem para estar vivo. Eu falei: "Foi Deus que avisou a gente, avisou o Zezinho deitado e ouvi o barulho". Eu não era pra tá aqui não. Ele ouviu o barulho. Aí ele falou comigo assim: "Irene, o barulho está aumentando." Eu falei: "Uai, que negócio é esse?" Ele falou: "Está parecendo o barulho de um avião, um avião querendo cair." Aí parece que ele sustou com aquilo, sabe?

E tudo que a gente sentia ou ouvia, qualquer barulho que nós ouvíamos, nós corríamos para a rua. A casa já estava toda aberta, ele deitado ali, eu fazendo isso, eu venho lá. Ele saiu correndo, aí ele me gritou: "Irene, um barulho está vindo aqui do lado da Samarco." A caixa d'água nossa era alta e tinha uma escada. Ele subiu na escada e falou: " O Barulho, está vindo aqui do lado da Samarco." Aí eu fui atrás dele. Tudo é coisa de Deus. Tudo é coisa de Deus. Porque eu e Zezinho nois era muito católico, nós íamos no terço todos os dias do Santíssimo, às sete horas. Todo dia tinha o texto, nós íamos. Só se nós não estivéssemos viajando. Eu e Zezinho era muito católica. Acho que é isso que Deus salvou a gente. Aí ele pegou e falou comigo assim. Aí, nisso, eu corri para a rua. Na frente dele, ele corria atrás de mim. Larguei tudo. O açúcar, sem acabar de fazer, tudo os trem lá e corri para a rua. Aí, nisso, eu vi ele me

chamando. O irmão da Sandra. Gritando: "Corre, Zezinho! Corre Irene! que a barragem estourou, já tá chegando aqui na praça." Aí, eu falei com o Zezinho: " não dá nem pra você pegar o carro?" Quando ele olha pra trás, ele olhou pra trás assim, o negócio já vinha, assim, o muro do nosso vizinho já tava chegando e a gente correndo, feito doido, correndo, correndo, não pegou nada, levou nada, eu de shortzinho, com o negócio amarrado aqui, Zezinho sem camisa e nós correndo, correndo feito doido, correndo!

Você nem imagina que coisa. Não gosto nem de lembrar, mas parece que... Sei lá, parece que foi um sonho, parece que para a gente um sonho, né? Mas até hoje a ficha ainda não caiu. Parece que até hoje a ficha ainda não caiu. Da proporção de coisa que foi, sabe? Aí a gente pegou e saiu correndo, né? O Antônio Quintão e a irmã da Sandra, que estava com a caminhonete, né? Mandou a gente subir na caminhonete, porque medo de não dar tempo, né? E levar a gente. E nisso o ônibus também. O ônibus que carregava a gente de Santa Rita Durão, pegava o pessoal do Bento. Por pouco não pegava ele atravessando a ponte também. Aí você vê que foi uma coisa de Deus mesmo. Pela proporção de lama, de como é que foi quando ela veio, era para ter morrido muito mais gente ali em Bento Rodrigues. (DONA IRENE, 2020).

Percebe-se, através das sequências relatadas, que o rompimento da barragem representou uma ruptura, envolvendo subjetividades cotidianas e trajetórias sociais engendradas em discontinuidades que se solidificam nas memórias individuais e coletivas. Todas as vítimas anunciadas nesta tese apresentam a memória coletiva do que vivenciaram como drama do desastre. Contudo, as vivências vão sendo tecidas nas memórias individuais. No movimento de desterritorialização, Dona Irene clarifica que com ela se perdeu a rotina de todo dia 05 ir à cidade de Mariana com seu marido para realizar compras, de relaxarem durante o calor, tomando cafés juntos, lavando o carro. Desvela como gradualmente foi vendo a sua vida enraizada no território de Bento Rodrigues desaparecer, enquanto toma conhecimento da destruição, tendo que sair em debandada com a roupa do corpo, leve, que havia colocado para vivenciar mais um dia comum de sol. Mais do que isso, evidencia quão próximo da morte ela esteve, assim como seu marido e diversos outros moradores, sinalizado que a desterritorialização causada pelo desastre quase carregou consigo, além do território, as vidas que davam sentido ao lugar. Para Dona Irene, provavelmente esse era o desejo da mineradora, pois "diz que quando aconteceu a tragédia lá em Bento, o pessoal da Samarco pensou que o povo do Bento tinha tudo morrido. Eu acho que é isso que eles queriam" (Ibidem). Faz essa afirmação lembrando das vítimas e de algumas que escaparam da morte. Como de uma criança que quase foi levada pela lama: "veio o negócio que quebrou até a perna dele, coitado. Hoje acho que já tá bom, já. O tratamento já melhorou." (Ibidem).

A criança citada por Dona Irene hoje é um adolescente. Durante visita à escola de Bento Rodrigues, tive a oportunidade de conversar com algumas crianças e, coincidentemente, a primeira a demonstrar interesse em ser entrevistada foi a relatada por Dona Irene. A princípio, ela não havia dito que passara por esse momento de horror. Quando perguntei se ainda frequentava Bento Rodrigues, a resposta foi negativa. A

razão vem do trauma causado pelo desastre. O adolescente D, hoje com 14 anos, disse: “não gosto de ir lá mesmo, porque eu fui, não sei se você sabe, fui arrastado pela lama também” (D.,2022)<sup>8</sup>. Aturdido com essa fala, pergunto, reafirmando o que ele havia dito, e o mesmo me mostra a sua cicatriz no pé quebrado pela lama: “Tem até uma cicatriz no pé” (Ibidem). Segundo D., “tava eu, minha tia e meu primo dentro de casa. Ele foi tomar banho pra poder ir pra escola. Foi assim que nós escutamos um barulho. Barulhão mesmo. Aí nós olhamos pela janela assim, e viu a lama passando. Rapidona. Aí nós não conseguimos sair não. Nós tentamos sair pela janela, aí ela (a lama) foi e pegou nós. Foi graças ao meu primo que nós estamos vivos, porque ele conseguiu arrastar nós.” (Ibidem)

D. narra esse momento com tristeza, pois por alguns segundos viveu um momento de horror. Não fosse pelo seu primo, teria sido mais uma vítima da devastação. Ficou preso por alguns segundos na lama que com a sua força quebrou o seu pé. Não conseguiu sentir a dimensão do que estava acontecendo: “você acredita que na hora eu nem senti? É porque a gente está tão nervoso, né, na adrenalina e não percebe. Depois que eu saí da lama que eu olhei pro pé e comecei a sentir dor” (Ibidem).

No momento em que D. quase perdeu a vida, seu primo se arrumava para ir à Escola de Bento Rodrigues. Ele não chegou a ir, mas no instante do evento, dezenas de crianças, alguns professores e funcionários se encontravam naquele espaço. Mais uma rotina de vivência no território que seria ceifada pela lama. Na hora do desastre, alunos estudavam na escola municipal Bento Rodrigues. A ação rápida da diretora Eliene Geralda dos Santos foi crucial para que a vida das crianças e professores fossem salvas. Conforme relata a diretora, a “secretaria da escola a gente se dividiu. Eram 5 salas. Ela foi para um lado do corredor, eu fui para o outro lado. A gente gritou muito porque não dava tempo de ir em todas as salas. Então, assim, a gente só gritava muito. Então, deu para todo mundo que estava na escola, ouvi e saí da escola (ELIENE,2015). O professor Felipe descreve a mesma cena de destruição e tensão.

[...] naquele primeiro momento, [...]eu estava já na porta da escola e aproximou um moço e ele gritava assim comigo: “Professor, nós temos que correr”. Eu falei assim: “Moço, mas por quê? É briga?”. Ele falou assim: “Não, moço, é a barragem que ...” Ele não falava que nem que rompeu, ele fala que estourou a barragem. Aí eu custei a entender o que era, minha ficha caiu assim já tinha uns cinco minutos que realmente foi aproximando um barulho muito grande e aí que eu percebi que realmente tinha acontecido um acidente grave. Nesse momento né, aproximou o ônibus que passa por volta de cinco da tarde, que trazia a linha de Mariana/Bento Rodrigues, foi ele (o motorista do ônibus) que deu a gente uma carona porque se não fosse o ônibus acho que nós não estaríamos aqui hoje, contando a história. Ele andou com a gente acho que uns 100 metros, mais ou

---

<sup>8</sup> Para manter o anonimato das crianças optamos por colocar apenas a iniciais dos seus respectivos nomes, uma vez que, devido a pandemia de Covid 19, não foi possível obter a autorização dos pais para a divulgação completa. Faz-se necessário destacar que os nomes das vítimas do desastre aqui apresentados se encontram em publicações já em circulação e com autorização.

menos, não tinha mais como prosseguir, porque a lama já estava vindo nos encontrar. Então, onde que nós já tínhamos saído da frente da escola já existia lama e onde o ônibus teve que parar a 100 metros já tinha lama. Onde que descemos, subimos por cima... em torno do cemitério onde que conseguimos ter a noção né, do perigo. Quando já tínhamos dez minutos [...] tive a coragem de olhar para trás e ver a direção da escola, a lama já batia em cima do telhado da escola. E aí, quando eu olhei o relógio, tinha exatamente dez minutos. Então, naquele primeiro momento, eu não sabia nem se todo os meus colegas e todos os alunos tinha saído dali daquele local. Porque tinha gente gritando, desmaiando, senhores de idade pedindo socorro “Me ajuda, professor, não deixa eu pá trás!”. E aí corríamos eu e dois professores, juntos [...] foi assim, uma loucura, até chegarmos no topo da montanha que onde a lama circulou a gente, porque não tinha como ir nem pra frente nem pra trás. Ficamos ilhados (FELIPE apud HUNZICKER,2022, p.89-90).

A narrativa de Felipe delinea o processo traumático vivido por cada um dos moradores. Todos, nas suas experiências subjetivas, em sua maioria seguiram para o mesmo morro. Como numa ficção cinematográfica, nesse pequeno espaço temporal, toda uma vida do território de Bento Rodrigues e dos moradores foi sendo destruída enquanto buscavam salvar suas vidas e dos membros da comunidade. Não fosse os vínculos dos moradores, marcados pelas vivências identitária do campo, que reforça a relação de pertencimento, de afetuosidade entre a comunidade, que se materializa na construção do imaginário socio territorial, provavelmente não só o território estaria desaparecido. É o que acredita a diretora da escola: “se a gente não fosse unido, metade da população tinha morrido. Foi muito pouco tempo pra gente buscar um abrigo, buscar um local seguro. As pessoas se ajudaram.” (ELIENE,2015)

**Figura 18:** Escola de Bento Rodrigues antes da tragédia.



**Fonte:** facebook.com/embentorodrigues

**Figura 21:** A Escola Municipal Bento Rodrigues, onde dezenas de alunos saíram às pressas. Agora não passa de um esqueleto em meio ao barro formado pela lama.



**Fonte:** Arquivo/Internet

**Figura 19:** Escola de Bento Rodrigues destruída



**Fonte:** Tulio Santos/EM/D.A Press)

A discussão teórica estabelecida neste capítulo serviu como ponto de referência para compreendermos a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.224 apud HAESBAERT, 2009, p.127). Apreendemos que no espectro da destruição do território de Bento Rodrigues, ela se estabeleceu de maneira abrupta e efêmera. Apenas 15 minutos representou o apagamento de toda uma história e de um território. Minutos que os relatos aqui apresentados parecem representar uma eternidade. A destruição que se apresentava aos olhos dos moradores, a luta pela sobrevivência, a angústia em testemunhar tudo aquilo que foi construído se desvanecer mediante a impossibilidade de salvar qualquer objeto afetivo como recordação de uma vida que se apagava naquele instante. Minutos que acabaram com mais de 300 anos de história.

Não bastasse a angústia vivida nesses 15 minutos, aqueles que se refugiaram no alto do morro para escaparem da lama, ainda lidaram com a dor maior da espera para serem resgatados. Conforme lembra o professor Felipe, "por volta de meia hora que já tinha acontecido o rompimento, já estávamos já no topo da montanha em estado de choque, aproximou o primeiro helicóptero." (FELIPE apud HUNZICKER,2022, p.90). Ao pedir ajuda, foi informado pelo comandante que ele não tinha autorização para resgatar as vítimas, apenas os que estavam com fraturas. E complementou: "permanece aí no topo mais alto, por termo de segurança, porque eu já estou sabendo que a próxima barragem tá rompe que não rompe e ela é três vezes maior do que isso. Então permanece no topo mais alto por termo de segurança e vocês não tem como ser resgatado hoje, somente a partir de amanhã" (Ibidem). Além do trauma sofrido pelo rompimento, o medo da ruptura de mais três barragens da Samarco assombrou as vítimas naquela noite.

O resgate iniciou apenas no dia 6 de novembro, por volta das 8h, "foi quando tivemos o maior sufoco de novo. Pessoas chorando, desmaiando, né? Que aí já começou a desidratar, porque tinha muito tempo sem alimentação" (FELIPE apud HUNZICKER,2022, p.90-91). As pessoas falavam assim com a gente: "professor, eu não tô vendo onde que era a minha casa". Perderam o rumo porque a lama igualou, né, lá embaixo, então perdeu o rumo de ruas, de tudo" (Ibidem). Neste instante, começaram a despertar uma relação emocional com o território destruído que irá se desdobrar em uma série de eventos, no instante em que passam a viver em um território ao qual não se sentem pertencentes. Logo após o resgate, todos os moradores de Bento Rodrigues foram levados para Mariana. Iniciava a dolorosa jornada no processo de reterritorialização.

### 1.3. Novos espaços, novos sujeitos: quando a solidariedade se transforma em repulsa

Haesbaert afirma que em todo processo de “desterritorialização desenraizadora” ocorre um processo inverso de reterritorialização, espacialmente descontínuo e de maneira complexa (Haesbaert, 2004, p. 1). Nessa lógica, o processo é delimitado por uma realocação de determinada população para um novo lugar, de diferentes condições sociais e econômicas. Como observado, para Deleuze e Guattari a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um deslocamento de desterritorialização, da mesma forma teremos um movimento de reterritorialização. Esse movimento concomitante de desterritorialização e reterritorialização está expresso no “primeiro teorema” da desterritorialização proposto pelos autores. Quando observamos os processos de desterritorialização causados por rompimentos de barragens, vemos que o ocorrido em Bento Rodrigues não traz à população uma realocação que garanta as mesmas condições sociais e econômicas de vida que tinham antes do rompimento.

Pensando na desterritorialização sofrida pelos moradores de Bento Rodrigues, o processo de reterritorialização ocorreu na cidade de Mariana. A princípio, com as famílias aglomeradas em um ginásio poliesportivo da cidade, posteriormente espalhadas pelos hotéis e em seguida alocadas em casas alugadas, pagas pela empresa responsável pelo desastre. O processo de reterritorialização é marcado por uma ruptura dos papéis sociais dos atingidos, desenvolvido por meio das subjetividades, tanto individuais quanto coletivas, que estão relacionadas aos grupos sociais ligados ao território, estabelecido por uma relação de vizinhança que se perdeu. Nesse contexto, a população de Bento Rodrigues se viu em um território que não diz respeito às suas identidades, como podemos visualizar na fala do atingido pela lama, Antônio: “Mesmo mudando de casa, não nos adaptamos e continuamos procurando nossa identidade, nos ajustando aos padrões” (ANTONIO, 2017, p. 8). No processo de adaptação, lidaram com os diversos preconceitos por parte de alguns moradores da cidade.

**Figura 20:** Desabrigados. Vítimas da tragédia em um ginásio da cidade de Mariana.



**Fonte:** Tinoco & Sanches (2015) - Foto: Daniel Marengo (2015).

A desterritorialização causada pelo desastre irá gerar uma dupla experiência para as vítimas: a primeira será tomada pelo espírito de solidariedade coletiva da população de Mariana, que, mediante ao caos, irá se mobilizar para acolher as vítimas, recolhendo e doando uma infinidade de itens de primeiras necessidades, roupas, dinheiros; a segunda ocorre quando as vítimas passam a serem identificadas como os outros, desterritorializados no seu novo território, responsáveis pela crise econômica que se abateu sob a cidade devido ao interrompimento das atividades da mineradora Samarco, gerando uma série de descontentamento e críticas por parte da população local.

Após o evento, os moradores foram direcionados para outras localidades. Cerca de 150 se refugiaram na Arena Mariana, no centro da cidade, e outros 120 na Igreja de Nossa Senhora das Mercês (REDAÇÃO, 2016). A prefeitura da cidade fez uma campanha para arrecadação de doativos. A mobilização no país, e principalmente na cidade de Mariana, foi tão grande que a prefeitura teve que interromper as doações para fazer o levantamento da quantidade dos itens para evitar desperdícios (G1, 2015). A população local foi completamente solidária às vítimas. Estas, permaneceram um dia alojadas nos espaços improvisados. Porém, o promotor da cidade, junto ao ministério público, exigiu que a mineradora responsável pelo crime alugasse hotéis para que as famílias fossem alocadas, pois considerou inadequado o espaço onde estavam alojadas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2015).

**Figura 21:** Mãe e filhos se acomodam em hotel em Mariana (MG) após o desastre.



**Fonte:** Moacyr Lopes Junior/Folhapress

Nesse contexto, podemos observar os desdobramentos da desterritorialização sofrida pelos moradores de Bento Rodrigues. O rompimento da barragem surgiu como primeiro golpe na quebra da rede de sociabilidade estabelecida no subdistrito. Logo em seguida, são realocados em distintos hotéis da cidade. Muitos, longe dos seus familiares com quem mantinham relações cotidianamente. Constatamos que o processo de



desterritorialização dos moradores de Bento Rodrigues começa a tirar dos moradores todo o modo de vida anterior. A reterritorialização ocorre concomitante a desterritorialização. Isto é, a desterritorialização ocorre em uma escala geográfica geralmente implicando em reterritorialização em outra. A de Bento Rodrigues, passa a ocorrer em uma leitura econômica, cartográfica e cultural, promovendo um grau de desenraizamento nos moradores em relação aos seus espaços simbólicos de vida.

À vista disso, podemos depreender que o processo de reterritorialização ocorreu inicialmente em diversos hotéis espalhados pela cidade e, logo depois, em distintos bairros marianense. Foi justamente a partir desse processo de responsabilização por parte da empresa Samarco que a relação com os moradores locais foram sendo alteradas, conforme as vítimas passaram a ser indenizadas pelo desastre. Passado mais de um mês do desastre, 245 famílias, das 296 de desabrigadas, permaneciam instaladas em hotéis. Por causa disso, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) à mineradora Samarco para agilizar o atendimento emergencial das famílias atingidas. O termo, que é um acordo extrajudicial, possuía 21 itens. Parte significativa se tratava de ações que a mineradora deveria adotar em caráter emergencial, como: acomodação das famílias desabrigadas em casas e auxílio financeiro para que as vítimas pudessem retomar suas atividades econômicas. Além disso, já tratava da indenização das famílias.

A princípio, a Samarco se dispôs a pagar para cada família atingida um salário-mínimo, que na época valia R\$ 788, além dos 20% por dependente. Segundo o promotor que participou do processo, os moradores discordaram desse valor e exigiram R\$ 1.500, mais 30% por dependente (ESTADÃO CONTEÚDO, 2015). Nesse mesmo contexto, a mineradora ficou impedida de extrair ou processar minério de ferro na região de Bento Rodrigues. Só poderia retomar as atividades após a apuração e a adoção de medidas de reparo dos danos provocados pelo rompimento. Por causa disso, a empresa Samarco ficou sem atuar na cidade de Mariana por 5 anos (PIMENTEL,2020). Para uma cidade totalmente dependente da mineração, irá representar uma crise econômica e social. Segundo o prefeito da cidade de Mariana à época, após o encerramento das atividades da mineradora a cidade tinha 12 mil desempregados, sendo que 8 mil deles tinham relação direta com a Samarco e suas contratadas. Além disso, era a maior arrecadação do município, que segundo a prefeitura de Mariana era cerca de 80%. Com o fim das atividades mineradoras, diminuiu o orçamento da prefeitura, sendo obrigada a dispensar os contratados que prestavam serviço para ela (CNDH,2017). Além disso, impactou diretamente os programas sociais, de saúde, educação e contas do município.

Em meio a todo esse caos, o Ministério Público seguiu agindo, exigindo que a Samarco assistisse e indenizasse as vítimas. Com isso, os moradores passaram a ter

casas alugadas para viverem com suas famílias e a receberem um cartão auxílio financeiro. Este auxílio não representou nenhuma indenização das perdas e danos, tinha como objetivo oferecer condições para o pagamento de despesas pessoais, familiares e residenciais, uma vez que a maioria das vítimas perderam suas fontes de renda (HOJEEMDIA,2016). Tendo em conta que o Homem é um ser social, necessitando se adaptar às novas circunstâncias no novo território, quando desterritorializado, implicitamente se insere no processo de reterritorialização. Processo esse que, como vimos, nem sempre é bem-sucedido, onde o sujeito busca se adaptar aos novos territórios, tornando-se num agente ativo no novo espaço. Neste ponto, os moradores de Bento Rodrigues buscaram dar prosseguimento as suas vidas e a lutarem por uma indenização justa.

À proporção em que foram recebendo parte da indenização, os moradores de Bento Rodrigues passaram a viver uma vida normal, como qualquer cidadão, comprando carros, motos, fazendo churrasco nos fins de semana, cuidando da estética etc. Porém, ao mesmo tempo em que buscavam reerguer suas vidas, a cidade passava pelo momento de crise gerada pelo fechamento das atividades da mineradora. A realidade dos atingidos que estavam sendo indenizados se contrapunha à realidade de crise econômica da cidade, fazendo com que as vítimas passassem a sofrer preconceitos por parte dos moradores da cidade em que se encontravam desterritorializados. Não bastasse o crime causado pela mineradora, a mesma iniciou uma série de demissões. Dessa forma, os moradores passaram a fazer uma associação de que eles estavam sendo demitidos por culpa das vítimas, que seguiam lutando pelos seus direitos. Elas passam, então, a sofrer um processo de segregação.

Diversos são os relatos das vítimas que vivenciaram essa experiência negativa, como Sandra Quintão, que indignada diz: "Já ouvi gente falando que devia ter morrido todo mundo na tragédia de Mariana"(SANDRA,2016). A indignação de Sandra é direcionada ao fato de que parte desses moradores que os criticavam acreditarem que eles não trabalham, vivem de aluguel, recebem auxílio da mineradora, como se fosse por escolha própria. Mas, como bem destaca a moradora, essa não é nem a vida que eles desejavam ter, "quem construiu aquela barragem bem acima da nossa comunidade foram eles. Se a Samarco devolver as minhas coisas, a minha casa e o meu restaurante, eu vou dizer 'tchau Samarco', eu quero viver a minha vida sem ela"(Ibidem).

A solidariedade experienciada nos dias após o evento foi dando lugar ao rancor e a segregação, conforme as atividades mineradoras não voltavam a operar (MENDONÇA,2016). Para Sandra, mesmo que muitos moradores da cidade tenham a dimensão de que o desastre poderia ter sido evitado pela mineradora e que a própria é responsável pelo crime, uma parte só pensa na volta da empresa para melhorar a

economia da cidade. Por isso, qualquer atividade feita pelas vítimas é criticada por parte da população local: "Eles criticam até o fato do pessoal de Bento Rodrigues fazer churrasco todos os fins de semana, isso era normal lá, faz parte da nossa cultura. Somos alegres mesmo, não podemos ficar só chorando, não"(Ibidem). Maria Quintão, irmã de Sandra, aponta que "eles acham que a gente está com muito dinheiro, que está muito bem"(MARIA QUINTÃO, 2016, n.p). Uma matéria do jornal A Sirene traz o relato da experiência negativa vivida por uma vítima, que revoltada questionou aqueles que criticavam os criticavam. A resposta demonstra que, em alguns aspectos, os moradores da cidade acabam reproduzindo as falas sem a dimensão da dor sofrida pelas vítimas.

No ponto do ônibus, Lêda, ouve a conversa de duas mulheres. Em um dado momento, percebe que, sem saber, falavam dela: - Esse povo da barragem é tudo folgado, aproveitador. Enquanto pôde, Lêda permaneceu quieta. Quando não pôde mais, desabafou: - Licença. Meu nome é Lêda, sou atingida de Paracatu de Baixo. Desde o dia 15 de novembro de 2015, quando ainda estava no hotel com os meus filhos, saí pra procurar emprego. Não sou folgada, nem aproveitadora... - Desculpa, não estávamos falando da senhora. - disse uma delas. - Desculpa eu, mas estavam, sim. Estavam falando dos atingidos. Eu sou atingida. Eu, meu marido e minha filha mais velha trabalhamos e não merecemos ouvir esse tipo de coisa. Quando vocês falam de barragem, não importa a comunidade, dói na gente. Não pedi para sair da minha casa. "É difícil demais ser atingido" (LEDA,2017, p.7).

O morador de Bento Rodrigues, Emerson, reconhece o quanto é delicado ser visto como atingido na cidade de Mariana. Da mesma forma, presenciou uma conversa de moradores da cidade. Estes, desejando terem sido afetados pelo rompimento da barragem por acreditarem que as vítimas estão com a "vida feita".

Certa vez, enquanto esperava na fila do SINE, à procura de emprego, ouviu um morador relatar que queria ter sido vítima da lama da mineradora. "Esse pessoal tá com a vida feita. Tudo sustentado pela Samarco." Emerson acabou relevando o que escutou: "Ele não fazia ideia do que estava dizendo" (EMERSON,2017, p.7).

Em muitos casos, as vítimas se sentiam intimidadas de frequentarem alguns espaços após sofrerem preconceito. É o caso de Dona Maria: "no Centro de Convenções eu ouvi uma pessoa dizendo: "chegou o povo vagabundo come quieto". Mas nós não demos atenção, a gente estava precisando daquelas coisas. Só não voltei lá mais pra buscar nada. (DONA MARIA, A SIRENE, 2016, p. 03). Caso parecido ocorreu com um grupo de atingidos que aguardavam o início de uma audiência com a Fundação Renova, quando foram hostilizados por um grupo que "passaram gritando: 'Vão trabalhar, seus desocupados!'", conforme relata a diretora da Escola de Bento Rodrigues Eliene Santos. Segundo ela, "a visão geral é que nós somos um bando de aproveitadores, mas o que a gente está recebendo é direito." "(ELIENE, 2017, n.p). Para

Marinalva, outra vítima, parte da crítica vem inclusive do desejo destes que criticam de também terem sido afetados pelo desastre para que pudessem ser indenizados.

Muitas vezes eu penso que essas pessoas queriam estar no nosso lugar agora, que estamos lutando por nossos direitos e sim, vamos conquistá-los. Mas essas mesmas pessoas não conseguem se colocar no nosso lugar enquanto pessoas que perderam tudo e sofreram tudo que sofremos. É como se essas pessoas considerassem as conquistas dos nossos direitos como benefícios. Não temos benefícios, temos ressarcimento do que perdemos, pelo que passamos. O preconceito vem de quem não conhece e não quer conhecer nem a gente nem nossos problemas. Dizer que somos vagabundos porque estamos brigando e conquistando direitos e recebendo a solidariedade – que é da maioria – é desconhecer o que somos e o que temos passado. Só quero o que é meu por direito. Não quero mais nada além disso. (Marinalva, A Sirene, 2016, p.3)

A fala de Marinalva reflete diversas experiências que tive na cidade de Mariana enquanto morador e desenvolvendo trabalhos de educação patrimonial na escola de Bento Rodrigues. Inúmeras foram as conversas em que pude perceber como alguns moradores de Mariana afirmavam que as vítimas estavam “reclamando de barriga cheia”, já que estavam sendo indenizadas. Que deveriam esquecer o antigo território em que viviam, já que tinham uma “vida boa” em Mariana. Desconsideram a relação afetiva estabelecida entre os sujeitos e o território, que para essa comunidade o desejo de estar no território ao qual são pertencentes é maior do que qualquer indenização. Mesmo desterritorializados, ainda mantêm uma relação com o espaço destruído.

Para boa parte deste que criticam as vítimas, é inconcebível a ideia de lutar pelos seus direitos mesmo sendo indenizados. Acreditam que as vítimas deveriam agradecer e seguirem suas vidas. Em muitos casos, foi possível ouvir relatos de pessoas que lamentaram não terem uma casa ou terreno no subdistrito de Bento Rodrigues, pois assim estariam “tranquilos”, como as vítimas. Questionam até o pedido de indenização feito, como se tivessem mentido para a mineradora para conseguirem mais dinheiro, como vemos descrito nesta matéria do Estadão: “O cara tinha uma vaca, agora fala para a Samarco que eram cem” ou; “O rapaz disse que tinha um cofre cheio de dinheiro em casa que a lama levou. Acharam o cofre e não era nada disso” (ESTADÃO, 2016, n.p). Muitos criticam o fato de que algumas vítimas viviam em situação de miséria em Bento Rodrigues e agora tem carro, casa, celulares novos.

Este ambiente de hostilidade era alimentado de todas as formas, ao ponto de o principal jornal da cidade, Ponto Final, publicar no início do ano de 2016 um artigo em que o morador da cidade acusava as vítimas de serem “proveitadores” da Samarco, causando o embargo das atividades desde o rompimento da barragem, comprometendo a arrecadação e o comércio de Mariana. Ironicamente, o mesmo jornal, após a

crescente onda de segregação que ocorria na cidade, publicou um editorial na semana em que o crime completava um ano, condenando os atos.

Enfim, a lama não apenas inundou os lares, mas deixou marcas que ficarão para sempre, prova disso é que em pouco tempo os atos de solidariedade aos atingidos pelo desastre da barragem de Fundão deram lugar à discriminação, à rejeição de um povo, que passou a ser chamado de forma depreciativa “povo do Bento” ou “os bentos”. Inúmeras piadas passaram a circular para menosprezá-los e, se não bastasse, até um abaixo-assinado para que as crianças de Bento Rodrigues não estudassem na escola do Bairro Rosário foi feito. Ou seja, além da morte de 19 pessoas, a onda de lama também contribuiu para matar a esperança de muitos jovens que até para estudar encontraram dificuldades, sofrendo bullying. (CDNH,2017, p.36)

O editorial traz a luz que os moradores passaram a ser visto como o outro, não pertencente à cidade. São “o povo de Bento”, “Os Bento”. Mais do que isso, mostra que mesmo as crianças não estavam isentas desse processo discriminatório. A maioria das discriminações ocorriam na escola. Com frequência, parte do preconceito sofrido pelas crianças foi por irresponsabilidade da própria mineradora e da Fundação Renova, criada para lidar com o processo indenizatório. As crianças, como perderam suas escolas, tiveram que se alocar em uma nova na cidade. Inseridas em um espaço escolar ao qual não se sentiam pertencentes, enquanto vítimas, recebiam um tratamento diferenciado. Os inúmeros presentes, roupas, comidas, muitas vezes eram entregues para as crianças na própria escola. As outras, por não serem atingidas, não recebiam o mesmo tratamento. Essa ideia de privilégio aprofundou o preconceito das crianças locais frequentadoras da escola. As vítimas passaram a ser rotuladas de “os meninos da lama”, “pé de lama”. Isso fez com que elas perdessem o próprio interesse em estudar, pois se sentiam desterritorializadas. Podemos observar esse sentimento na fala de uma das crianças vítima do evento, que com saudades da vida no Bento, diz: “No Bento, a gente brincava. Aqui, na hora da educação física, a gente não brinca na quadra. Os meninos do Rosário não deixam. Estudar aqui é horrível. Eles ficam chamando de ‘da lama’ e cavalada’ (Criança da Escola de Bento Rodrigues, 2016, p.09).

O movimento de preconceito foi tão grande que os pais, moradores da cidade, fizeram um abaixo assinado para que as crianças de Bento Rodrigues deixassem a escola. Com isso, a Samarco, como responsável pelo crime e pelo fato de as crianças estarem passando por esse processo discriminatório, e a Fundação Renova tiveram que providenciar um novo espaço para que as crianças de Bento Rodrigues pudessem estudar sem serem recriminadas. Sendo assim, foi alugado um novo espaço, uma casa, que teve que ser adaptada para receber os alunos, onde hoje funciona a Escola Municipal de Bento Rodrigues. Neste espaço eles podem simular uma experiência vivida

em Bento Rodrigues, já que todos os funcionários que trabalhavam na escola destruída agora trabalham neste novo espaço.

O que podemos observar por parte do preconceito sofrido pelos moradores é como se fosse quase um erro os indivíduos que tiveram as suas terras arrasadas, seus objetos levados pela lama, toda a vivência destruída, exigirem que sejam indenizados. Como se a vítimas que viviam em Bento Rodrigues comendo daquilo que plantavam, não pudessem agora, ao serem indenizados, terem uma vida melhor, trazendo a ideia de exploração da empresa. Esta que teve um lucro de mais de 5 bilhões no ano do evento (Notícias da mineração, 2015). Essa defesa constante da mineradora vai fazer com que ela não sofresse muitos danos com o crime provocado. Mais do que isso, teve o apoio da própria população para poder voltar as atividades.

Perante o medo da mineradora encerrar as suas atividades, o que acarretou desempregos e baixa arrecadação do município, surgiu o movimento inicialmente intitulado “Fica Samarco. Organizado pela Associação Comercial de Mariana (ACIAM) e por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi inicialmente planejado uma passeata por Mariana, com o lema “Justiça sim, desemprego não #FicaSamarco”, que se tornou a marca do movimento. O movimento destacava que concordava que a empresa deveria pagar pelo prejuízo causado, mas que não deveria parar as suas atividades, pois geraria um prejuízo muito grande para a comunidade. O movimento ganhou força na cidade devido às especulações geradas das demissões em massa, prejuízos financeiros, impactando diretamente na subsistência das famílias que viviam da renda da mineração.

Pamella Thaís Magalhães Ferreira e Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão irão realizar uma importante reflexão acerca desse movimento no artigo “A Catástrofe como Perpetuadora da Sociedade Unidimensional”. As autoras lançam um olhar sobre o movimento “Justiça sim, desemprego não #FicaSamarco” a luz das reflexões teóricas propostas por Hebert Marcuse sobre a sociedade industrial, entendida pelo autor como sociedade unidimensional. Baseiam-se nas ideias do autor visando descortinar a relação existente entre a empresa mineradora e a cidade de Mariana, condicionadas por amarras de dominação que barram as reflexões críticas dos moradores, que acabam sendo cooptados com a ideologia unidimensional por meio do trabalho, com a relação de dependência, defendendo assim a empresa dominadora (FERREIRA, SARAIVA, 2016).

As autoras se debruçam sobre a obra “*A ideologia da Sociedade Industrial: o homem unidimensional*” (1973) de Herbert Marcuse, que busca refletir sobre as transformações industriais que levaram à paralisia da crítica na sociedade. Inicia a discussão a partir do próprio caráter ilógico da racionalidade instrumental quando são

submetidos a situações que colocam em risco a própria sobrevivência dos sujeitos. Estes, acabam por agir sobre as ameaças, as razões do perigo do que a própria causadora dos danos.

A ameaça de uma catástrofe atômica, que poderia exterminar a raça humana, não servirá, também, para proteger as próprias forças que perpetuam esse perigo? Os esforços para impedir tal catástrofe ofuscam a procura de suas causas potenciais na sociedade industrial contemporânea. (...) Nós nos submetemos à produção pacífica dos meios de destruição, à perfeição do desperdício, a ser educados para a defesa que deforma os defensores e aquilo que estes defendem. (MARCUSE, 1973, p. 13).

Marcuse reflete que à proporção que algum perigo iminente se aproxima, mais os grupos trabalham para afastar seus efeitos, distanciando-se do pensamento crítico sobre as causas do perigo iminente, “ou seja, a disseminação da ameaça escraviza os sujeitos à submissão de medidas paliativas em relação a essas mesmas ameaças na mesma dimensão em que o perigo é perpetuado” (Ibidem). A ameaça urgente de alteração do padrão de vida estabelecido leva os sujeitos a ações de correções e gera, em simultâneo, a perda da racionalidade crítica. Marcuse encontra esse fenômeno principalmente em sociedades oriundas do progresso técnico, identificada como sociedade unidimensional, caracterizando-se por uma sociedade que reprime os sujeitos, mecanizando-os por meio do processo produtivo e do trabalho (MARCUSE, 1973).

Dessa forma, Marcuse busca evidenciar como na sociedade unidimensional a ideologia dominante dessa sociedade cria uma relação de dependência, ocultando a associação de dominação e alienação. Denuncia as mazelas do capitalismo, que se estruturam por meio da exploração, das desigualdades e manipulações do trabalho, buscando, ao mesmo tempo, trazer a percepção para a sociedade de que vivem em um universo aparentemente desenvolvido, com a ideia de avanço tecnológico, aumentos na produção e a possibilidade de uma existência confortável. Assim sendo, a sociedade industrial desenvolvida, unidimensional,

faz o aparato técnico da produção e sua distribuição deixarem de se portar como instrumentos que produzem efeitos isolados na sociedade e assumem uma influência social e política na vida dos indivíduos, uma influência em caráter totalitário. Esse caráter totalitário não se limita somente às atitudes e decisões sociais, mas sim ao atingir as aspirações individuais, a subjetividade, invadirem a vida privada de seus indivíduos, levando-os a um condicionamento, os interesses particulares são transformados em interesses individuais (FERREIRA, SARAIVA, 2016, p.06).

Na sociedade unidimensional, as indústrias, empresas, criam uma relação de dependência em que os sujeitos agem de maneira permissiva a sua organização dominante de controle social, enraizadas por meio da criação da ideia de uma

dependência material, biológica e também intelectual, criando forte resistência contra a libertação e o controle social. Em uma cidade como Mariana, cuja ideia de dependência em relação à mineração está enraizada na estrutura da cidade, a própria percepção de que essas atividades se encerrariam criou uma histeria social, momento que os próprios sujeitos da sociedade, por medo de perderem essa sensação de estabilidade criada pelo capitalismo na representação da mineradora Samarco, se organizaram para defenderem a empresa causadora do maior crime ambiental da história do Brasil. Nesse processo de alienação, sequer reconheceram a gravidade da situação que apagou do mapa uma comunidade inteira, que agora se encontra desterritorializada, tendo que lidar com o preconceito por serem responsabilizadas pelo fim das atividades da mineradora. Nessa relação de dependência, a “consolidação do homem unidimensional, é o pensamento unidimensional, é a mimese plena do sujeito, significa a absorção da ideologia social no âmbito da consciência, da cognição como racionalidade e realidade” (FERREIRA, SARAIVA, 2016, p.09).

Com isso, vemos que o movimento “Justiça sim, desemprego não #FicaSamarco” consolida a ideia defendida por Marcuse de que o ideal de progresso e de um padrão de vida social mobiliza a comunidade de maneira a defender a dominação e a exploração do trabalho, reduzindo alternativas de sobrevivência. Não existe um pensamento crítico em relação ao desastre, que gerou mortes, prejuízos ambientais, materiais e imateriais aos moradores de Bento Rodrigues. A empresa, ao criar essa comoção social, ao afirmar que terá que encerrar suas atividades e realizar demissões, faz revelar a predominância da racionalidade instrumental e funcional no discurso da população marianense. Esta, passa a afirmar que a cidade necessita da existência de suas atividades exploratórias. Os discursos em defesa da mineradora são os mais diversos, e trazem consigo uma ideia de que o movimento tem uma dimensão social e justa, ao requerem a volta das atividades da empresa, criticando o próprio sistema judiciário.

Sabemos que ainda não estamos preparados para viver sem a mineração. Não podemos deixar que a punição das esferas judiciais afete o povo. Comércio estão fechando e parece que o judiciário que vive embargando as ações não se importa com o povo. (JUSTIÇA SIM, DESEMPREGO NÃO, 2016).

Chegam a versar a mineradora como um sujeito que pode arrepende-se de suas ações, tratando as barragens como uma necessidade dessa pretensa ideia de progresso, além de acharem que os sindicatos, em alguns momentos, são muito ofensivos com a empresa.

A Samarco teve "peito" e coragem de estar à mesa com diversas centrais sindicais que proferiram seus pontos vistas ainda que de maneira que possa parecer ofensiva, mas a empresa ouviu de cabeça



erguida e porque não dizer que também não tenha aprendido. (...) Nosso grupo vai continuar lutando e SAIBAM QUE EM junho CORREMOS O RISCO DE AMARGAR 1200 DEMISSÕES DE TRABALHADORES QUE ESTÃO EM LAYOFF. Corremos o risco da Samarco não retornar as atividades por negligência política e judiciária. Somos mais de 60 mil habitantes arrastados junto com a lama. (...) As barragens fazem parte de investimentos e progresso, como Mariana vai desenvolver se não tem onde crescer. (JUSTIÇA SIM, DESEMPREGO NÃO, 2016).

O grupo agiu de forma assídua durante todo o período em que a mineradora esteve com as atividades suspensas. Mais do que isso, recebeu apoio da própria mineradora, assim como representantes governamentais, sindicatos, lojistas e comerciantes. Conforme destaca as autoras Pamella Thaís Magalhães Ferreira e Carolina Machado Saraiva de Albuquerque Maranhão, o movimento é ligado ao fator progressivo da alienação, caracterizando-se pela introjeção da ideologia totalitária, em que uma falsa consciência da realidade é transformada em consciência verdadeira e, conseqüentemente, uma não consciência (FERREIRA, SARAIVA, 2016, p.13). Nesse universo de alienação, são ampliadas as críticas aos atingidos pela destruição. Se a Samarco é o bom a ser protegido, o inimigo é o outro que luta contra a empresa por um processo justo de reparação. Então, não bastasse a destruição do território, no processo de reterritorialização, as vítimas ainda tiveram que lidar logo após o evento com o fantasma da empresa criminosa que agora tem o apoio da população, colocando em muitos momentos as próprias vítimas como culpadas: "uma minoria fora da realidade enxerga que eles são responsáveis pelo que aconteceu (a interrupção das operações da mineradora)"(DUARTE JUNIOR, 2017). Reflete o desdobramento do quão doloroso é o processo de reterritorialização para os moradores de Bento Rodrigues. Como podemos observar nas imagens abaixo, mesmo com os reflexos do desastre ainda presentes, pois as passeatas ocorreram entre os dias 15 e 21 de novembro de 2015, 10 dias apenas após o ocorrido, a população já havia saído as ruas para defender a volta da empresa<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Na página criada no Facebook para o movimento, podemos observar que ela se estabelece quase como uma página em defesa da mineradora. <https://www.facebook.com/ficasamarco/photos>

**Figura 23:** Passeata em defesa da mineradora Samarco.



Fonte: <https://www.facebook.com/ficasamarco>

**Figura 22:** Passeata em defesa da mineradora Samarco.



Fonte: <https://www.facebook.com/ficasamarco>

**Figura 25:** Passeata em defesa da mineradora Samarco.



Fonte: <https://www.facebook.com/ficasamarco>

**Figura 24:** Passeata em defesa da mineradora Samarco.



Fonte: <https://www.facebook.com/ficasamarco>

Os julgamentos por parte de alguns moradores da cidade fazem com que as feridas do drama se mantenham abertas e que as vítimas tenham medo de afirmarem suas próprias aspirações.

Essas palavras e acusações machucam, fazem com que a gente reviva toda a dor da tragédia, mais uma vez. Talvez quem faça isso não saiba a dor que esteja causando, por isso, queremos contar sobre o quanto isso nos entristece, que muitas vezes deixamos de ir a alguns lugares com medo da hostilização, deixamos de falar de onde somos. Imagine só você, tendo que esconder sua origem para não ser identificado como atingido, como se isso fosse um crime. Isso nos dói, e contamos esses fatos para que essas atitudes sejam repensadas. Bem sabemos que muitas pessoas da cidade perderam o emprego e queremos dizer que somos solidários, que precisamos nos olhar mais de perto, sem julgamentos e, quem sabe, nos reconhecer mais em nossos medos, nossas dores e nossas lutas. (VÍTIMA 3, 2016, p.07)

As dificuldades de adaptação à rotina provisória começaram pelo choque com a vida urbana, pelo preconceito por parte de alguns moradores da cidade e se desdobraram nas diversas camadas da vida das vítimas. A principal dela talvez seja como se encontraram desterritorializados na cidade de Mariana. Desde a tarde daquele 5 de novembro de 2015, os moradores do Bento Rodrigues, que viviam unidos na comunidade, passaram a sobreviver espalhados pelos hotéis, ruas e, posteriormente, em casas provisórias na sede de Mariana. Um território ao qual não se sentem

pertencentes, que não representa a “comunidade unida”. Espalhados pela cidade, os laços afetivos são rompidos, afetando diretamente o processo de reterritorialização.

A vivência das vítimas do desastre de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana, desde a data do evento, foi marcada por fraturas sociais e identitárias. A mais sentida, já no dia do rompimento, foi a adaptação forçada a um cotidiano sem a convivência com os vizinhos. As relações de vizinhança eram marcadas por uma rede de solidariedade, uma vez que, como boa parte eram parentes, as famílias se ajudavam mutuamente, nas rotinas do dia a dia. Eram avós que cuidavam dos netos, tios e tias dos sobrinhos, primos que se encontravam para brincar e vizinhos sem laços familiares que constantemente se ajudavam. Viviam todos próximos, “é o caso de Servulo, que ficava a uma porteira de distância de Antônio. O de Cecília, que vivia próxima à Efigênia. Manuel Pereira morando lado a lado com Kaé. E, ainda, de Maria do Carmo, que criava os filhos meio a meio com os pais.” (A SIRENE, 2017, p.08). Desterritorializados, muitos desses moradores ficaram mais de 22 meses sem se encontrarem ou terem notícias um dos outros (Ibidem).

O jornal A Sirene traz uma importante matéria realizada no ano de 2017 e reflete o doloroso processo separação forçada sofrido pelas vítimas. Embora a cidade de Mariana seja pequena, a maioria dos moradores de Bento Rodrigues não conseguiam se encontrar, uma vez que o território é outro, muda-se a dinâmica do dia a dia. Não existe o tempo lento que direcionava a rotina do dia a dia. A habitualidade dos encontros cotidianos fora cortada pela distância, pela dificuldade de locomoção e pela própria rotina que impossibilita o estabelecimento de um contato diário. O título da matéria é significativo: “Não te ver... dá uma saudade”. Muitos dos relatos demonstram como a quebra dos laços afetivos representou um vazio para esses sujeitos. Sem a cotidianidade, o ombro amigo para poder compartilhar as dores e alegrias, muitos deles acabaram perdendo o próprio ânimo de viver, como destaca a moradora Joana D’Arc:

Passou ano e agora que consegui ir lá na dona Irene. Para saber dela só indo lá, porque não tem nem telefone. Aí é descer no ponto final do Cabanas, passar por um bar/mercearia e perguntar onde que ela mora. Achei ela bem abatida. Tinha costume de brincar com a gente, mas agora não tá a mesma coisa. Era uma pessoa que eu via por cima do muro da minha casa todo santo dia. Era assim, um contato bem chegado mesmo o que a gente tinha. Muito boa essa amizade. Quando vinha para Mariana, ela falava: “Ô Joana, tô indo pra Mariana, precisa passar lá em casa não”. Muita gente boa mesmo, não deixava de me avisar. A única pessoa que sabia tudo o que eu ia fazer era ela. E aqui? Se eu sair, vou falar com quem? (JOANA D’ARC, 2017, p.08)

Depois de quase 2 anos, Joana D’Arc conseguiu reencontrar a sua vizinha e amiga Irene. Dona Irene é idosa, não usa celular e morava em um bairro muito distante, cheio de morros. Por ser idosa, não costuma sair de casa. A falta de celular dificulta a

comunicação, fazendo com que Joana D'Arc tenha que sair perguntando até encontrar a casa da amiga. Sua amiga não tem mais o mesmo espírito alegre e brincalhão. O rompimento dos laços, a vivência em um bairro onde não conhece mais ninguém, gera esse vazio existencial. Não vê uma pessoa que costumava conversar todos os dias sobre o muro, com quem compartilhava seus segredos, gera um sentimento de tristeza também em Joana D'Arc. A relação entre as vizinhas ia para além das conversas, havia ajuda nos momentos de dificuldade, em que faltava comida na casa de Joana D'arc. Demonstra que o que foi perdido transpassa o aspecto material do território.

**Figura 26:**Foto de Joana D'Arc



**Fonte:** A Sirene/2016

Não esqueço que meu menino era pequeno e não comia sem feijão. O marido dela chegava na minha porta e perguntava se ele já tinha almoçado, eu respondia que não porque não tinha feijão, aí ele pegava ele e levava pra lá [casa da Irene]. Eu devo muita obrigação a eles. E, se a gente for contar todo mundo que ajudava, é muita gente. Hermínia, Geralda, Nedina, Helenice, gente com quem eu podia contar. Mandeí um recado pra Helenice no Facebook pra ela vir aqui. Mas ela não veio e nem eu fui.(Ibidem)

Outras moradoras de Bento Rodrigues, da mesma forma expressam a dificuldade em reencontrarem os vizinhos com quem compartilhavam história todos os dias, como Eva da Paixão:

Morava no meio, entre a Maria da Cruz e a Maria da Conceição. Eu falo mais com a Maria Cruz, semana passada encontrei com ela. A Maria da Conceição só veio aqui uma vez bem no início, aí ficou difícil manter o contato que a gente tinha. Eu não posso sair e deixar meu marido [Starlin] sozinho depois que ele adoeceu, então elas vêm mais do que eu vou. A gente se dava muito bem era tranquilo. A dona Efigênia era outra que morava perto e era que nem uma mãe pra mim. Cecilia, filha dela, era que nem irmã. Fiquei sabendo que Efigênia estava doente, mas agora é assim, né machuca, se acontece alguma coisa, é difícil da gente ajudar. (EVA DA PAIXÃO,2017, p.8)

As falas apresentadas ressaltam um aspecto simbólico importante da vivência na comunidade. Pela relação específica de uma vida no campo, cuja rotina perpassa o âmbito da cooperação, os laços afetivos criam uma unidade social em que os moradores, no processo de ajuda mútua, acabam por tratar os vizinhos como membros da família. Criam laços que ultrapassam a barreira sanguínea. Sem essas referências, acabam por deslocar o seu lugar no mundo. Por isso, a maioria sente falta dessa relação de vizinhança, em muitos acabam por adoecer<sup>10</sup>. O rompimento separou amigos e, em

<sup>10</sup> Em matéria publicada no ano de 2021, a jornalista Raquel Freitas traz uma pesquisa realizada e publicada na revista internacional "Science Direct", demonstrando que estudos apontam impactos na saúde de 74% dos atingidos. Conforme destaca a jornalista, antes do rompimento da barragem, 1% dos participantes da pesquisa relatavam ansiedade e depressão severa. Depois do desastre, o percentual subiu para 23%. Aumento de ansiedade, surgimento de depressão, pessoas que passaram a tomar remédios controlados, se tornou comum na vida das vítimas (FREITAS,2021).

sua maioria, familiares. Nesse enfoque, muitos perderam um contato direto com parentes. O evento não só rompeu a relação com o território, mas também provocou um profundo desmembramento do núcleo familiar.

Quem morava perto de mim era minha irmã, Maria Luísa. Ficava do meu lado, uma amizade muito boa. Também tinha meus filhos, criados perto. Hoje, só o Edno que é solteiro que vive comigo. Os outros eu estou distante (JUDITE SOUZA, 2017, p.08).

A experiência do deslocamento representou para as vítimas uma “vida improvisada”. Vivendo em espaços totalmente diversos da sua comunidade, vemos na fala das vítimas que a distância causada entre familiares e vizinhos representou mais sofrimento, uma vez que o desmembramento dos núcleos construídos em Bento Rodrigues representou da mesma forma a suspensão dos laços de solidariedade, isolando os grupos nos distintos bairros da cidade. A vida provisória estabelecida trouxe consigo insegurança e sofrimento.

O caminho que eu faço para sair e voltar pra casa é o mesmo que preciso aprender e reaprender todos os dias. O quarto tem uma outra cama e o cobertor não me aquece da mesma forma. A varanda não fica mais cheia, nem a horta no quintal de casa. A igreja está mais longe e meus animais, que viviam soltos, não têm a mesma liberdade. As noites escurecem de um outro jeito e, da janela, a paisagem está diferente. Hoje, o espaço mudou, mas, todos os dias, nós somos os mesmos (A SIRENE, 2018, p.11).

A mudança obrigou boa parte da comunidade, que tinha uma vivência rural, a viverem em apartamentos fechados, sem qualquer contato com o mundo externo. Muitos são os casos de moradores descontentes com os novos espaços ocupados. A grande maioria vivia daquilo que plantavam e colhiam. Tinham uma vivência marcada pela relação com a terra, da colheita. Pelo trato cotidiano com os animais. Tudo foi levado pela lama. Colocados em Mariana, em apartamentos e casas, não podem mais desenvolver as atividades realizadas em suas vidas. Principalmente os mais idosos, afetados diretamente por esse processo de remoção, vivendo enclausurados, sem qualquer contato com a vida rural ao qual estavam acostumados.

O vazio da desterritorialização é sentido também pelas crianças. A vida marcada pela liberdade em poder se locomover, brincar com amigos e parentes é ceifada pelo desastre. As brincadeiras, os jogos de futebol, as convivências cotidianas do brincar, não podem ser vividas na cidade de Mariana. A realidade urbana não é a mesma, gerando, na mesma medida, certo descontentamento nas crianças: “No Bento, tinha time, aqui não dá pra jogar porque não tem uma quadra separada. A gente tá sem treino desde o dia da tragédia” (A SIRENE, 2016, p.11). O desagrado se estende a diversas outras camadas da vida infantil: “A gente brincava de pique-esconde e de pique-pegar com nossos amigos. Agora não pode. A gente mora na cidade e os pais não deixam

porque é perigoso ficar na rua, se machucar ou vir um carro” (Ibidem). Destacam, da mesma forma, como foi apresentado pelos moradores mais velhos, que o distanciamento causado pela desterritorialização, espalhando as famílias pela cidade, impossibilitaram o contato com quem estavam acostumados a brincar cotidianamente: “A gente brincava muito na rua, na frente da casa da gente, e os vizinhos eram perto da gente. Agora uns estão na Colina, uns estão no Centro, aqui no Rosário” (Ibidem).

Sentem-se presos na cidade de Mariana, pois “Lá no Bento era melhor porque eu não era tão presa”, “era tudo muito simples, mas era onde as pessoas iam se divertir, esperar o tempo passar”. Sem qualquer contato rotineiro, a escola se tornou a única forma para estabelecerem relações de afetividades: “Lá no Bento, quando os professores passavam trabalho, a gente podia ir na casa um do outro pra fazer. Aqui a gente tem que fazer os trabalhos na sala, porque a gente só encontra aqui” (A SIRENE, 2016, p.09).

O que se pode apreender das análises realizadas é que o evento promoveu uma mudança drástica na vida dos atingidos. A tessitura do passado comum aos moradores de Bento Rodrigues foi completamente destruída no dia do ocorrido. Evento que durou apenas 15 minutos, mas que, como pudemos observar na fala das vítimas, representou diferentes experiências temporais, enquanto cada morador buscou formas de sobreviver. Os 15 minutos direcionaram distintas experiências que marcaram para sempre a vida dos moradores e configura a forma como lidam com o trauma, a partir do momento e que passam a viver desterritorializados na cidade de Mariana. Não bastasse o trauma representado pela luta da vida, os desdobramentos no processo de desterritorialização se mostraram, da mesma maneira, um desafio para os moradores de Bento Rodrigues. A solidariedade inicial deu lugar a uma série de preconceitos sofridos, vindo de parte da população local. Processo marcado pelo desmembramento do núcleo familiar, das redes de sociabilidade, dos laços afetivos. As identidades dos moradores de Bento Rodrigues são constantemente questionadas e repreendidas.

Neste universo, são confrontados a todo instante a integração dos elementos constituintes dos processos identitários territoriais. A articulação entre a territorialidade e a apropriação espacial são afrontadas, conferindo conformação aos lugares através dos sentidos culturalmente atribuídos a eles. Vemos, assim, territorialidades que são superpostas na cidade de Mariana, ensejando a percepção de como os agentes, em suas conjecturas sociais, viabilizam a construção e desconstrução de seus territórios, instituindo relações de poder e domínio que, efetivamente, reverberam em significados múltiplos. Para os marianenses, os moradores de Bento Rodrigues são vistos como os outros. Em muitos casos, são considerados culpados pela crise econômica que se instaurou na cidade. Para as vítimas, resta o vazio de estarem em um território ao qual

não se sentem pertencentes. Essa ambivalência permite observar uma série de desdobramentos quando lançamos um olhar para o evento por uma perspectiva que entrelaça patrimônio, memória e identidade. O vazio territorial, os conflitos identitários, provocarão uma série de eventos em que os moradores irão manter uma ligação com o antigo território, com o patrimônio destruído, gerando uma série de mobilizações, tanto no contexto das afirmações identitárias, quanto na luta por reparação.

**CAPÍTULO 2 - EMOÇÕES PATRIMONIAIS E  
EVENTO CRÍTICO: A MANIFESTAÇÃO  
EMOTIVA DO PATRIMÔNIO**



*"Tem uns barato que não dá pra perceber  
Que tem mó valor e você não vê  
Uma pá de árvore na praça, as crianças na rua  
O vento fresco na cara, as estrelas, a lua..."*

Trecho da música "Tô ouvindo alguém me chamar".  
Racionais MC's

*"Todo patrimônio é o fruto de uma emoção que o funda"*  
Michel Rautenberg

## 2.1. Taxonomia das emoções: emoções patrimoniais e mobilização coletiva

No processo de reconstituição da memória, na relação estabelecida com o patrimônio destruído, é possível perceber um fenômeno que Daniel Fabre vai conceituar como emoções patrimoniais. Uma emoção que sempre toma conta, perturba, transborda nas estruturas do pensamento e da ação patrimonial (Fabre, 2013, P 21). Para Nathalie Heinich, a emoção parece quase que inseparável da experiência patrimonial (HEINICH, 2013). Apoiando-nos em Thomas J. Scheff, justificamos a escolha pelo conceito proposto por Daniel Fabre de emoções, que irá influenciar uma série de estudos sobre a relação das emoções e o patrimônio. Scheff vai propor a necessidade de se pensar a taxonomia das emoções de maneira que tal conceito possa ser desenvolvido conforme a proposta investigativa (SCHEFF, 2012). Na concepção do autor, os estudos envolvendo as emoções, de uma maneira geral, utilizam de palavras vernaculares para designá-las, sendo que tais conceitos, dependendo do idioma, podem ter significados ambíguos.

Dentre os vários conceitos de emoção, citamos como exemplo o amor, que se insere na preocupação de Thomas J. Scheff a partir da designação de sentidos de determinada palavra. Segundo o autor, há vinte e quatro significados relacionados à palavra amor, envolvendo uma infinidade de sentimentos, como a paixão, a luxúria, a mágoa etc. Tais sentimentos expressos na emoção se relacionam com componentes extra verbais, visto que uma mesma palavra pode representar vários significados, conforme o contexto da forma como é expressa. Diante disso, Thomas J. Scheff nos traz a reflexão: “como podemos desenvolver conceitos para emoções que se encontrem intimamente relacionados com a realidade que deveriam representar?” (SCHEFF, 2012, p.21).

O autor vai oferecer alguns caminhos, sendo que um deles é abordar o problema da taxonomia das emoções como da “parte” relacionado ao “todo”. Ou seja, *linkar* conceitos abstratos, que o autor vai definir como “o todo”, com elementos que envolvem as experiências reais, entendidas como as “partes”. (SCHEFF, 2012, p.22). Além disso, afirma que a compreensão do verdadeiro sentido das emoções envolve um processo de registro integral do discurso, seja por áudio ou vídeo, que permita uma análise das expressões verbais e não verbais das emoções, somando-se a isso o silêncio, o indizível (*ibidem*).

Trazendo essas reflexões para o problema apresentado neste trabalho, a pergunta que fazemos é: de que maneira as emoções são expressas pelas vítimas? Vimos que as emoções podem ser manifestadas por uma série de palavras e

sentimentos. Utilizando o conceito elaborado por Daniel Fabre, as emoções patrimoniais, a princípio, são percebidas como emoções que mobilizam os indivíduos na perda do seu patrimônio. Com isso, os sentimentos manifestados nas emoções patrimoniais podem ser permeados pelo luto, pela dor, pela raiva, pela perda, pela ausência etc.

O desastre de Bento Rodrigues, como observamos no primeiro capítulo, provocou nos moradores uma série de sentimentos diante da iminente perda dos referenciais culturais e territoriais que, instantaneamente, se desfiguraram sobre os olhos daqueles que, perplexos e impossibilitados de qualquer ação na proteção do patrimônio de Bento Rodrigues, viram suas vidas, em questão de minutos, mudarem completamente. O evento gerou uma série de elementos que oferecem algumas análises quando nos atentamos aos mecanismos patrimoniais que inferem nos sujeitos um sentimento de pertença ao território. A destruição deste provocou uma mobilização imediata nas vítimas e permanece enquanto o crime vigora, visto que a reparação total das perdas causadas pelo desastre não tem nenhuma expectativa de conclusão. É a partir dessa ausência do território e dos referenciais patrimoniais ligados a ele que pretendemos analisar como os moradores de Bento Rodrigues, por meio das emoções patrimoniais manifestadas mediante ao evento ocorrido e o processo de desterritorialização, mobilizam-se e se expressam, tendo como único referencial a memória ligada ao território que não existe mais. Mas antes, faz-se necessário, em um primeiro momento, compreender de que forma as emoções patrimoniais se manifestam e se desdobram a partir das acepções destacadas por Daniel Fabre.

A primeira manifestação coletiva das emoções ligadas ao patrimônio, tanto no seu processo de destruição, quanto de conservação, vai se estabelecer a partir da Revolução Francesa. Conforme aponta Daniel Fabre, o desenrolar do evento provocou uma série de ações diante do temor da destruição dos vestígios do passado, ao invocar um desejo de preservar ou destruir, estimulado por um sentimento de raiva, compaixão, arrependimento, que envolve toda a configuração delimitada como “vandalismo” no processo de revolta e apagamento da memória vinculada à nobreza (FABRE, 2016). A emoção, nesse contexto, é carregada por um recurso de autenticidade e singularidade, amplificado por meio das sensibilidades pessoais e coletivas, adquirindo um valor político. Fabre vai perceber e analisar essa manifestação das emoções por meio de uma dupla concepção de “desordem”, resultante da movimentação dos sujeitos no evento. Tal movimentação diz respeito, e envolve, às duas concepções de “desordem”, que, na verdade, são compreendidas como sinônimas do termo emoção apresentada pelo autor. As duas conceituações de emoções são identificadas primeiramente através

do termo que aparece no século XIX no dicionário *Litttré*<sup>11</sup>, cuja definição de emoção se refere ao “<<movimento que ocorre em uma população>> e, mais precisamente, a uma <<agitação popular que precede uma sedição e às vezes a própria sedição.>>” (FABRE,2016, p.36, tradução nossa). O primeiro significado irá evocar um segundo, que apresenta os mesmos termos, porém são estimulados pelo movimento que Fabre conceitua no campo semântico do movimento como “transporte”, termo introduzido no século XVII (FABRE,2013, p.37).

À vista disso, a emoção designa dois aspectos do movimento causado por desastres: um social e outro fisiológico. A primeira emoção, social, coloca em movimento as pessoas; a segunda, envolve o estado de ânimo cujo movimento é estimulado pelo corpo. Os dois movimentos estão, dessa forma, ligados e, no espectro das agitações populares, são compreendidos como um movimento “meio físico, meio moral” (FABRE,2016, p.37). As categorias de emoções apresentam, dessa forma, um problema intrínseco, que se refere à própria historicidade cultural dos eventos. Quando propõe uma análise das emoções, cuja origem e finalidade tem como ponto central o patrimônio, Fabre esclarece que essa perspectiva de análise reduz o espectro das emoções possíveis, dado que a relação com o patrimônio expressa uma escala de emoção particular, visto que se relaciona com um objeto específico e seu repertório é delimitado pelas formas de expressão para com este, envolvendo relações duais como raiva e compaixão, indignação e melancolia, ódio e amor, dentre outras(FABRE,2016).

Todos esses movimentos correspondem a um grau específico de emoção que, na sua transitividade polissêmica definida pelos tipos causais patrimoniais, oscilam conforme é provocado uma alternância nas graduações emocionais, acabando por sugerir um diagrama delimitado pela recepção patrimonial. Esse fenômeno teve uma amplitude durante o século XIX e se expandiu ao longo do século XX e XXI, a partir de uma corrente patrimonial que ampliou o campo de análise das emoções na relação com os objetos, os territórios, as manifestações etc(Ibidem). O patrimônio passa a funcionar como um dispositivo, contribuindo para o afloramento das emoções nos processos traumáticos que enervam os sentimentos e promovem ações específicas, tanto individuais, quanto coletivas, segundo os eventos e os consequentes traumas.

É preciso entender que Daniel Fabre pensa as emoções a partir do movimento de tomada de consciência do patrimônio e da sua importância enquanto elemento constituinte de uma identidade. Não estamos pensando aqui na identidade essencializada, mas na emergência de um processo identitário que implica

---

<sup>11</sup> O Dictionnaire de la langue française de Émile Littré, comumente chamado de "Littré", é um dicionário de quatro volumes da língua francesa publicado em Paris pela Hachette. O dicionário foi originalmente publicado em 30 partes, 1863 – 1872; uma segunda edição é datada de 1872 a 1877.

diferenciações e fragmentações. A destruição do patrimônio francês durante a Revolução Francesa fez despertar uma emoção, tanto positiva, quanto negativa, relacionando-se com a revolta e a destruição dos bens que não representavam a identidade dos revolucionários, enquanto levantou a preocupação para a preservação desses bens destruídos. Eram duas concepções de nacionalidade em jogo, uma que destruíra para reforçar o novo e outra que lutava para conservar os bens considerados característicos da cultura nacional. Daniel Fabre irá encontrar alguns elementos específicos que direcionam as emoções, em que sua análise e existência só passou a existir diante dos fenômenos da destruição e transformação causada pela revolução. O autor foca sua investigação sobre as emoções patrimoniais em cinco categorias específicas, que tiveram uma amplitude no evento da revolução e consagraram-se como critérios característicos de valoração do patrimônio cultural até os dias atuais. Portanto, estão intimamente ligadas às emoções patrimoniais.

O patrimônio, ao instalar-se na cena pública, constituiu-se como um espaço de conflito, adquirindo uma força de mobilização social que direciona os campos de disputas, cuja força se assemelha ao enquadramento político e moral que delimita a organização social dos sujeitos. Instituiu-se como um campo de digressões e experimentações, contribuindo para a maturação de conceitos e ações a partir do século XIX. A tentativa de preservação dos monumentos históricos na França no período que segue à Revolução Francesa, fruto da reação ao “vandalismo” revolucionário que ameaçava destruir parte representativa da herança artística francesa, conduziu à apreensão do patrimônio como dispositivo investido de emoções mobilizadoras de uma cadeia do patrimônio das quais alguns elementos específicos têm potencial elevado de questionar o funcionamento da cadeia patrimonial e ampliar as emoções conforme os casos específicos em que esses elementos são postos em disputas. Daniel Fabre os pontua como cinco categorias patrimoniais que estarão presentes no que o autor chama de “Idade Monumental”, estendendo-se ao período que o autor identifica como a “era do patrimônio”, principalmente a partir da segunda metade do século XX, contribuindo para

a entoação das cinco categorias patrimoniais destacadas, sendo elas: **designar**<sup>12</sup>, **classificar**<sup>13</sup>, **conservar**<sup>14</sup>, **restaurar**<sup>15</sup> e **divulgar**<sup>16</sup>(FABRE,2016, p.52).

<sup>12</sup> A designação e classificação do objeto patrimonial e museológico são categorias que se enquadram em um plano amplo de luta política, por mobilizarem diferentes camadas da sociedade que apresentam visões múltiplas sobre o objeto e os valores a serem transmitidos. É uma disputa que envolve a intelectualidade, os meios de comunicação, interesses políticos e particulares, ampliando o olhar sobre o patrimônio e as suas diferentes categorias. A designação remete a própria ideia dos “inventores” do patrimônio diante uma série de ações durante a Revolução Francesa, momento em que igrejas foram incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados, etc. Em relação aos monumentos históricos, a revolta provocou uma imensa destruição causada pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, visando apagar os símbolos das classes dominantes, representadas pela nobreza e pelo clero (CHOAY,2006). A reação diante desse processo de destruição revolucionária resultou em ações de proteção ao patrimônio francês, com a montagem de um aparato jurídico e técnico, que anteciparam, por decretos e instruções, procedimentos de preservação desenvolvidos posteriormente no século XIX (CHOAY, 2006). Revela o primeiro movimento de uma preocupação por parte do Estado de tutelar os monumentos históricos. Nesse aspecto, a emoção diante ao “vandalismo” provocou a criação de uma série de documentos, designando os monumentos de valor histórico que estavam sendo destruídos. Embora Daniel Fabre aponte o aspecto institucionalizado dos processos de designação do patrimônio, o mesmo vai demonstrar e reforçar o aspecto de valoração do patrimônio e conseqüentemente a luta por sua preservação, que transpassa a barreira do campo específico de debate e irá alcançar outros setores da sociedade (FABRE,2019). Seus estudos irão reverberar e, com isso, uma série de análises sobre as emoções patrimoniais revelarão que os processos de designação do patrimônio envolvem muito mais as relações que os sujeitos estabelecem com determinado bem do que o seu reconhecimento dentro de um âmbito oficial de proteção.

<sup>13</sup> A classificação, segunda etapa da cadeia operatória patrimonial destacada por Daniel Fabre, caminha no mesmo movimento de transformação ocorrido na designação do patrimônio. Relacionada ao processo de inventário e organização dos objetos, ela se constitui como elemento central de valoração, atribuindo ao objeto o “título” de patrimônio, implicando na sua salvaguarda. As atribuições, que expressam uma lógica classificatória, a princípio se instituíram no espectro da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, produzindo categorizações sociais interpretadas por um grupo delimitado de especialistas que definiam, e ainda definem, o que deve ser classificado ou não como patrimônio. Essas operações revelam a reprodução da lógica da perpetuação e aumento do capital social, sobre a lógica de manutenção de um pensamento discriminatório de relação de poder implementando de cima para baixo. Fabre reforça que o domínio de pequenos grupos legitimados para classificar o patrimônio sintetiza o argumento de que se trata de um campo em que as práticas culturais são articuladas por uma relação de dominação (FABRE,2016, p.56).

<sup>14</sup> A conservação envolve a terceira etapa da cadeia patrimonial e emerge quase sempre após o processo de designação, cujo interesse é estabelecer parâmetros para as regulações e opiniões sobre o patrimônio e a sua função de preservar a memória através do tempo. A perspectiva ocidental do patrimônio se estabeleceu a partir da ideia de monumento e a noção de conservação como uma proposta de perpetuar o patrimônio pela eternidade. Para Daniel Fabre, tais acepções se enquadram no contexto histórico cujas emoções e mobilizações de indivíduos ligados às elites locais convergiram em ações de conservação. Como é o caso da cidade de Carcassonne na França, também afetada pelo evento da Revolução Francesa, onde a mobilização inicial pretendia conservar somente uma capela funerária dentro de uma catedral e, a partir da movimentação do arquiteto Viollet le Duc, apoiado pelas elites, ampliou-se para castelos e a cidade na totalidade (FABRE,2016, p.59). Nesse ponto, as emoções concentraram as dinâmicas de conservação a partir de uma perspectiva oficial de proteção do patrimônio. Mas, as emoções, quando expressas, mobilizam-se não somente de um ponto de vista oficial do desejo de conservação. Como o critério de valoração e proteção do patrimônio se estabelece por acepções subjetivas, em diversos casos um bem que tenha interesse da sociedade pode não representar um valor para os órgãos de proteção, na figura do estado. Nesse caso, a emoção coletiva promove um movimento de conservação de determinado bem cultural, obrigando assim o estado a promover políticas de proteção desses bens.

<sup>15</sup> O ato de restaurar gera no mesmo sentido um conflito que se apresenta entre a objetividade da história, os hábitos e memórias que marcam as transformações do patrimônio. Gera, na mesma ordem, uma emoção, que em alguns casos se apresentam como positivas, como de lamentação e de nostalgia mediante à intervenção dos bens. O próprio Viollet le Duc, citado anteriormente, destaca-se como figura central nesse processo de restauração e afetação das emoções. Daniel Fabre cita a mesma cidade de Carcassonne, que passou por um processo de restauração, e se enquadra mais como uma reconstrução por parte de Viollet le Duc. Fabre vai entender essa intervenção como uma “máquina de matar emoções” (FABRE,2016, p.64).

<sup>16</sup> Na cadeia operatória do patrimônio, a conservação e o restauro são, na mesma medida, impulsionados por uma emoção que desloca um interesse oficial sobre o que conservar e como conservar, assim como a própria restauração. As emoções direcionam os usos do patrimônio para um campo amplo de análise, em

Todas as cinco categorias são permeadas por disputas patrimoniais, ocorrendo em contextos específicos, fragmentando, enraizando e segmentando-as, de maneira que as emoções são fatores determinantes na apropriação e no discurso que se estabelece sobre o patrimônio. As ações que alteram as percepções sobre as categorias destacadas, segundo Fabre, são recursivamente mobilizadas por três processos: o primeiro diz respeito ao **objeto**, que representa, é identificado e traz a noção de patrimônio por meio do seu valor intrínseco e extrínseco. A origem do objeto, seu pertencimento, sua transição e categorização, são sempre pensados no aspecto da materialidade e da imaterialidade, tema constante de disputa; a segunda é ligada ao **ator**, que amplia o debate sobre a legitimidade do objeto e sua autenticidade patrimonial. Isso envolve ações de emoção enquanto o ator tem uma relação afetiva com o objeto, ou órgãos oficiais criam profissões certificadas como competentes para agregar valor a eles, gerando conflitos de interesse; o terceiro se estrutura na relação entre os dois primeiros e se enquadra institucionalmente na **ação**. Aqui estão envolvidos os diferentes atores da sociedade, permeados por relações de poder, abrangendo a comunidade e o estado, gerando discussões, confrontos e negociações, revelando a problemática do patrimônio cultural.

As emoções patrimoniais, na cadeia patrimonial de designar, classificar, conservar, restaurar e divulgar, geram operações destacando cada um dos elementos como um forte potencial de questionar o funcionamento operacional do patrimônio, principalmente aqueles estabelecidos em uma perspectiva oficial. Os casos emblemáticos, com destaque para os ligados aos desastres, promovem desdobramentos nas narrativas patrimoniais, intensificados pelas emoções, a partir dos usos e sentidos que os sujeitos dão ao objeto patrimonial, que a princípio parece invisível, mas que possui um elemento de comunicação que se expande diante da possibilidade ou da efetuação de sua perda. Quando voltamos o nosso olhar para o evento ocorrido em Bento Rodrigues, observamos que irá gerar uma série de mobilizações que nos permitem enquadrá-las nas operações patrimoniais destacadas por Daniel Fabre. Nesse sentido, é possível perceber o evento em Bento Rodrigues como geradora de emoções patrimoniais refletidas na luta por reparação e direto à

---

que os sujeitos é que significam esses bens patrimoniais e o valoram a partir da representação que possuem sobre sua inserção em processos coletivos de pertencimento identitário. Nesse sentido, vemos que as emoções, principalmente diante de desastres, possibilitam uma visão mobilizadora do patrimônio, cujos critérios de valoração, autenticidade e artístico, alcançam outras dimensões, questionando a ordem estabelecida sobre o patrimônio, a partir de uma perspectiva ocidental e moderna de patrimonialização. Essa partilha pública do patrimônio, em diversos casos, se relaciona com o próprio processo de divulgação, quinto ponto destacado na cadeia operatória do patrimônio apresentada por Daniel Fabre, cuja mídia e os meios de comunicação tem uma ampla influência nesse processo. Direciona as emoções e, em simultâneo, é direcionada, visto que as mobilizações vão dando o tom das emoções e das apropriações sobre o patrimônio.

memória, ao desejo de seguirem compartilhando as lembranças junto ao território de Bento Rodrigues, mesmo que sob ruínas.

Caminharemos no sentido de compreender como as emoções patrimoniais são manifestas e configuram ações concretas que trazem a dimensão dos reflexos da perda do território e dos referenciais patrimoniais. A ausência, a ruptura repentina com espaço afetivo gera emoções que são expressas nos mais diversos aspectos cotidianos e fazem transparecer ações que envolvem a cadeia patrimonial destacada anteriormente, mobilizador de diferentes ações coletivas, reivindicando direitos patrimoniais. O despertar para o patrimônio provocado pelo desastre e suas variadas consequências destacam que os moradores expressam ações que envolvem elementos da cadeia patrimonial em que o ato de designar, classificar, conservar, restaurar e divulgar o patrimônio torna-se quase que intrínsecos a própria luta cotidiana por direito à memória e à reparação. Intercruzam-se nas ações cotidianas, onde cada um dos elementos emocionais é expresso nos mais diversos processos em que ora se intercruzam, ora caminham lado a lado.

## **2.2 Manifestar a dor: quando a emoção transforma o lamento em resistência.**

Os desastres geradores das emoções têm como primeiro ato revelar nos indivíduos a manifestação da dor e do lamento. A princípio, de acordo com Fabre, a lamentação centra-se no indivíduo, depois em ações e gestos de ajuda e, por último, estabelece-se como um processo de renascimento, como reflexo da vida que não se foi em meio ao desastre (FABRE,2016). Na coletividade, o lamento se transforma em indignação. Toda indignação é direcionada a um alvo, reestruturando a lógica das denúncias que se intensificam por diversos meios, transformando-se em multiplicador das emoções a partir dos fragmentos de dor, revolta e indignação. Para os moradores de Bento Rodrigues, o alvo, desde o momento do ocorrido, foi a mineradora Samarco, responsável pelo crime, e a Fundação Renova, criada visando indenizar as vítimas sem que teoricamente a mineradora interferisse no processo<sup>17</sup>. No embate contra a responsável pelo crime que as emoções patrimoniais vão se intensificando entre os moradores de Bento Rodrigues, gerando uma série de ações que têm como elemento central os usos do patrimônio.

---

<sup>17</sup> A Fundação Renova é uma organização privada e sem fins lucrativos. Sua criação ocorreu em 2 de março de 2016, através de um acordo chamado Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), e começou suas atividades em 2 de agosto do mesmo ano. Seu principal objetivo é reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, que ocorreu em novembro de 2015 nas instalações da mineradora Samarco, localizadas em Bento.



Logo após o rompimento, foi baixado um decreto proibindo os moradores de acessarem a área atingida, visto que se tornou uma área de risco por se encontrar em um raio de cinco a dez minutos de onde ocorreu o rompimento da barragem, classificando o distrito como área de risco máximo (BASSO,2018)<sup>18</sup>. Com isso, a própria mineradora responsável pelo crime passou a controlar o acesso à Bento Rodrigues, financiando guaritas de segurança para controlar a área<sup>19</sup>. Dor maior que o desastre é ter o próprio território destruído sob a responsabilidade da empresa responsável pelo crime. Diante da indignação de não poderem acessar a comunidade, é por meio dos laços afetivos com o território destruído que as vítimas irão se organizar e exigir o direito de frequentarem o território do qual se sentem pertencentes.

Os patrimônios, conforme destaca Reginaldo Gonçalves, constituiu-se como expressão e representação das identidades de grupos e segmentos, dos processos sociais e identitários (GOLÇALVES,2015). A arquitetura, os modos de fazer, as festas, as produções artesanais, as expressões musicais, envolvem o patrimônio cultural a partir do seu reconhecimento, abrangendo reivindicações identitárias. Nessa perspectiva, “defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio, significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo.” (GONÇALVES, 2015, p. 213). Ao nos debruçarmos sobre a fala das vítimas, notamos como ponto central as observações apresentadas por Gonçalves. Elas expressam uma relação com o patrimônio que define suas identidades. A luta pelo reconhecimento do patrimônio destruído pela lama significa buscar o reconhecimento de suas próprias existências e histórias. Diz respeito às expressões identitárias, relacionando as memórias do espaço e as lutas envolvidas nas celebrações de eventos que ocorriam no território destruído.

A sensação de perda após o desastre teve como movimento de reivindicação inicial o direito à expressão da fé. Quase um ano após o desastre, o evento de comemoração do padroeiro do subdistrito, São Bento, marcou um processo coletivo de afloramento das emoções patrimoniais, estabelecido a princípio pela ausência do território afetivo onde ocorriam as celebrações. A moradora Mônica dos Santos expressa a dor ao lembrar da festa e as emoções despontam na ausência dos referenciais constitutivos dos ritos de celebração da festa de São Bento.

Falar sobre a festa do nosso padroeiro, São Bento, este ano é muito difícil, pois era um momento aguardado com muita ansiedade e alegria

---

<sup>18</sup> Para saber mais, ler: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/11/21/3-anos-apos-tragedia-familias-seguem-proibidas-de-morar-em-area-de-mariana.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>19</sup> O acesso ao subdistrito de Bento Rodrigues até hoje é controlado pela mineradora Samarco. É necessária uma autorização da defesa civil da cidade de Mariana junto a Fundação Renova para adentrar no subdistrito. Porém, como iremos observar mais adiante, as vítimas conseguiram o direito de acessarem o território sem autorização da fundação.

por todos, onde a comunidade se envolvia nos preparativos com muito empenho e ansiedade para que tudo saísse perfeito. Este ano, porém, foi um momento de mais reflexão. Por termos perdido todas as nossas referências, principalmente a nossa Capela, a imagem de São Bento e tudo mais. (SANTOS,2016, p.13).

Mônica dos Santos nasceu, cresceu e viveu, até às seis horas da manhã do dia cinco de novembro de 2015, em Bento Rodrigues. Trabalhava como auxiliar odontológica e atualmente estuda Direito, vive em uma casa alugada e, há oito anos, doa a maior parte de sua vida para reconstruir as raízes de sua terra, enterrada sob lama tóxica. Sua fala remete a um problema que envolve pensar como os moradores, ligados a uma tradição religiosa, irão estabelecer os ritos religiosos, sendo que todas as referências materiais foram perdidas: as imagens dos santos, as igrejas, os percursos. Realizar o rito no ambiente que lhes foi emprestado, que não diz respeito à comunidade, em ruas que não são deles, desperta nos moradores de Bento um senso de pertencimento ao território que se estabelece com o estranhamento inicial de realizar o evento em um espaço onde não se sentem pertencentes: “pedimos a Deus coragem para prosseguir e celebramos com muita fé em uma capela emprestada, tomamos as ruas que não eram as nossas com uma imagem doada por irmãos de outra comunidade (Ibidem).

A consciência sobre o patrimônio, que diz respeito ao “outro” e não ao “nós”, na fala da moradora reforça uma percepção apresentada por Teresa Scheiner ao elencar a força emocional do componente evocativo do patrimônio e sua profunda ligação com a memória afetiva. É esse elemento evocativo que permite aos sujeitos se identificarem, principalmente através das manifestações imateriais da cultura, e transparecem as fortes relações afetivas que estabelecemos com o território e todas as coisas que o constituem enquanto signo cultural (SCHEINER,2004, p.108). Tal percepção expressa a relação entre imaginário e patrimônio, quando a moradora evoca um universo imagético enquanto elemento afetivo e passa a fazer uso dele para vivenciar experiências que desejariam “reais” (SCHEINER,2004).

Esse movimento irá representar uma percepção de que a realização do evento em um território ao qual não se sentem pertencentes de modo algum fortalece as relações com o sagrado. Tal entendimento fica explícito na fala da moradora Dona Irene, uma senhora de 80 anos, quando é perguntada se a festa de São Bento tem a mesma representatividade para ela sendo celebrada na cidade de Mariana: “Nossa Senhora, é muito diferente, né? Tem nada a vê, né? A gente vai, tudo assim, porque a gente é devota de São Bento. Mas nunca que é igual lá no Bento Rodrigues, as festas que fazia lá. Não tem aquele lugar, não tem a praça né? Nossa, muito diferente, não tem nem comparação.” (DONA IRENE,2020)

Em Dona Irene, a dimensão do valor do território evocada pela emoção patrimonial revela que as manifestações patrimoniais se constituem como elemento central nas percepções identitárias e na importância desses ritos e lugares na manutenção das identidades. Nesse sentido, para os moradores, a celebração da festa de São Bento só teria seu sentido completo sagrado se fosse realizada em Bento Rodrigues, mesmo que sobre as ruínas. O morador Mauro, da mesma forma, sente a ausência do território, principalmente a necessidade de soltar foguetes durante a festa. A emoção patrimonial expressa no sentimento de ausência desse espaço afetivo irá gerar um movimento emocional coletivo que se transforma em mobilização para a realização da festa em Bento Rodrigues.

Em 2016 foi realizado (a festa) aqui lá na própria igreja no Barro Preto. Eu passei perto da Maria e falei: "É Maria, aqui não tem jeito de soltar os foguetes". De um tempo para cá, eu fiquei responsável, que o meu o meu primo faleceu, ele que era responsável pelos fogos de artifício nas festas. E aí depois que ele faleceu, no ano seguinte não teve os fogos de artifícios. Eu peguei e falei: "A gente, mas o Antônio faleceu e gostava tanto então, não vou fazer da mesma forma que fazia, mas vou tentar né? Para dar continuidade a alegria dele. E aí eu comprei. E no último final de semana de julho, que era de costume a festa de São Bento lá em Bento, eu falei pra Maria: "eu vou lá soltar os foguetes". Ela falou: "ah, mas oce não vai sozinho não. Nós vamos". Aí juntamos também na surdina, porque também ainda era uma área restrita e não podia ter acesso mesmo, a Samarco dificultava ao máximo. E aí resolvemos ir lá. Quando nós fomos vê tinha várias outras pessoas lá. Chegamos com 58 pessoas. Aí soltamos os fogos, fizemos uma procissão só com a bandeira. (MAURO,2021)

Como as outras vítimas, Mauro Marques da Silva tinha planos e memórias que foram apagados pela lama de rejeitos. Mas, firme nas suas convicções e fé, nunca teve a intenção de deixar aqueles que se acomodam na ganância e na injustiça descansarem. Por isso, tornou-se um militante ativo na causa dos moradores de Bento Rodrigues e o desejo expresso na fala anterior tornou-se um movimento coletivo que, à revelia das recomendações da Defesa Civil e da Samarco, ocuparam os espaços seus para soltura dos foguetes e realização dos ritos religiosos nos destroços. Com isso, além da festa em Mariana, "no dia 30 de julho, São Bento também foi celebrado no território arrasado pelo rejeito, com procissão, celebração, queima de fogos e o hasteamento da bandeira do padroeiro. Uma festa marcada por união e perseverança dos ex-moradores de Bento Rodrigues (SANTOS,2016, p.13). A emoção se completa com a prática do ritual sobre as ruínas, ao realizarem os mesmos percursos sobre as ruas, tal qual eram antes do desastre. Além disso, para desafiar a empresa Samarco pelo direito de ocuparem o território, tiveram que escapar da arena legal, que segundo Fabre, é onde a responsabilidade reside na incerteza e subvertê-la é fundamental para a dinâmica geral que transforma emoção em ação (FABRE,2016, p.72 – 73).

**Figura 28:** Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de São Bento.



**Fonte:** Camargo, 2017.

**Figura 27:** Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de São Bento (Camargo,2017).



**Fonte:** Camargo, 2017.

Embora a comunidade de Bento Rodrigues esteja sob ruínas, ainda é o espaço ao qual os moradores se sentem pertencentes e, por isso, a aura dos ritos religiosos mantém-se ligada à identificação com a comunidade se eles são realizados no local de origem das celebrações. Tal sentimento fez com que os moradores se engajassem na luta para que as festas religiosas fossem realizadas nos mesmos espaços onde sempre ocorreram. Mais do que isso, representou um passo inicial na luta pelo direito de continuarem frequentando o território de Bento Rodrigues. Conforme destaca a moradora Lucimar Muniz, museóloga e herdeira de terrenos no subdistrito: “A festa de São Bento, celebrada em Bento Rodrigues, foi um momento importante na nossa luta pelo direito à propriedade.” (MUNIZ, 2016, p.13). A fala de Lucimar Muniz revela os usos do patrimônio como ferramenta de luta pelo direito ao território. Para além do seu aspecto sagrado, podemos aferir em sua fala que a dimensão patrimonial do evento sagrado é fortalecida a partir da percepção de que ela se configura também como estratégia para manutenção do território.

A emoção patrimonial ligada à fé se estabeleceu como um processo inicial de luta contra a mineradora Samarco, que cerceava o direito dos moradores de continuarem a frequentar o território de Bento Rodrigues. Se o direito à manifestação religiosa expressou o descontentamento inicial contra a empresa e trouxe o tema pelo uso do espaço pelas vítimas, outro acontecimento simbólico, cujo ato se sustenta também na fé, revelou um aspecto emocional nas vítimas que se configura na manifestação do luto. Laurajane Smith, ao tratar dos usos do patrimônio, demonstra que o patrimônio pode ser entendido como uma importante ferramenta política e cultural na definição e na legitimação das identidades por parte de determinados grupos (SMITH,2006). Reforçando tal percepção, Smith se apoia em Brett, ao argumentar que indivíduos e comunidades são forçados a se articularem e recuperarem o sentido do passado, afirmando e/ou renegociando o senso de *habitus* (1996, citado em SMITH,

2006). O uso do patrimônio é essencial nesse processo, principalmente quando se trata de um patrimônio perdido, mas que ainda se configura como representação única das identidades de determinados grupos, como no caso dos moradores de Bento Rodrigues. Assim sendo, não só a ocupação do espaço destruído para manter os ritos religiosos torna-se uma ferramenta de recuperação do sentido desse passado que se perdeu, mas, também, envolve outras ligações afetivas com o espaço, determinado pela noção de territorialidade que o patrimônio ocupa.

Como a área atingida pela lama é administrada pela Samarco, a luta entre os moradores para terem o direito de manterem a relação com o espaço é constante. Assim como a própria realização da festa de São Bento, as vítimas buscam também consagrar outros ritos com o território, como o do sepultamento. O falecimento do primeiro morador após o desastre, no mesmo mês em que foi realizada a primeira festa de São Bento pós-desastre, levantou o debate e as exigências por parte dos moradores de terem o direito de sepultarem os moradores no espaço onde sempre viveram.

Junto a esse acontecimento (festa de São Bento), é também simbólico o sepultamento de Suely da Conceição Sobreira, em 28 de julho. Essa data foi a primeira vez em que todos conseguiram entrar em suas terras, tendo acesso digno via estrada original, fato insistentemente cobrado por todos desde dezembro quando a empresa se apropriou da área. A morte de Suely foi a terceira ocorrida desde o rompimento da barragem. Apesar de momentos de extrema tristeza, cada uma dessas mortes teve um papel importante em nossa luta. O primeiro falecido, Adilio Monteiro (o mudo), ocorrido em março, provocou as primeiras reflexões e cobranças à Samarco a respeito do direito ao sepultamento na comunidade de origem. Rafael Silva faleceu em junho, às vésperas da festa junina da escola local, outra festa que também era bastante aguardada por todos(...)A festa de São Bento e o sepultamento no território de Bento Rodrigues são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence àquele chão e o que deve ser feito dele. (MUNIZ,2016, p.13)

A função sagrada do território é ressignificada a partir do momento que os seus usos expressam não somente o rito em si, mas revela, ao mesmo tempo, mecanismos de resistência na proteção do território. Mesmo diante do luto, a fala de Lucimar Muniz representa que as emoções provocadas pela perda são transformadas em outro movimento de resistência, pelo direito ao sepultamento no território ao qual são pertencentes. Sentimento reforçado por Manuel Marcos Muniz, mais conhecido como Marquinhos, familiar de Lucimar Muniz. No embate contra a mineradora Samarco, questiona em uma reunião onde seriam enterrados os moradores de Bento Rodrigues, uma vez que estão desterritorializados. Os representantes da mineradora então respondem que “No Novo Bento vai ter cemitério”. Diante da realidade em que o Novo

Bento sequer foi construído, Marquinhos contesta e traz um exemplo significativo ao dizer:

Vou dar um exemplo claro: eu caio aqui agora morto. Onde minha família vai me enterrar? Ai eles: “Ó Marquinhos, eu não sei. Nós temos que ver isso”. Aí depois passou um tempo e eles falaram que podia ser enterrado lá (em Bento Rodrigues). Porque o Bento estava naquela questão: eles que controlavam. Não entrava ninguém, era tudo fechado. (MARQUINHOS apud VASCOS, 2020, p.112).

Mesmo consciente de que um novo cemitério será criado, Marquinhos tem o desejo expresso de ser enterrado no território destruído. O desejo que se direcionou no movimento de contestação junto aos representantes da mineradora responsável pelo crime, representou mais uma vitória no embate pelo uso do território de Bento Rodrigues, uma vez que, naquele contexto, somente a mineradora tinha o direito adquirido de uso do espaço. O sentimento expresso por Marquinhos revela um caráter determinante do patrimônio que, nas suas variadas formas, constituem elementos como parte do contexto de suas vidas. Configura um valor patrimonial em si e para toda a comunidade, constitui-se em valor agregado à história dos moradores de Bento Rodrigues. Componente da personalidade dos indivíduos, nos moradores, as identidades parecem manifestar-se a partir de um processo de tomada de consciência, à medida que os ritos de passagem trazem para o grupo um senso de coletividade. O “nós” se expressa sempre como forma de resistências através das emoções patrimoniais, como podemos observar na fala das irmãs Mônica Santos e Maria das Graças Quintão Santos, ao lembrarem da realização de outra festa tradicional na comunidade de Bento Rodrigues:

Na festa de nossa Senhora das mercês deste ano, **tivemos** momentos de grandes emoções, de muitas alegrias por estarmos celebrando em nossa Capela, **percorrendo nossas ruas e nos sentindo novamente em casa**. Ao mesmo tempo, **nos** sentimos tristes pela destruição de tudo o que levamos uma vida toda para construir e pela incerteza sobre o futuro da nossa comunidade. Mas seguimos em frente, com fé e esperança de que a intercessão de nossa Senhora junto a seu filho Jesus nos alimentará de força para que a justiça seja feita, e **para que possamos continuar realizando essa festa todos os anos no nosso Bento**. (SANTOS; QUINTÃO SANTOS, 2016, p.13. **grifos nosso**).

**Figura 29:** Moradores voltaram ao território de Bento Rodrigues 10 meses após a tragédia.



Fonte: Cristiano José Sales (Jornal A Sirene, 2016, p.13).

A reconstrução dos ritos nas ruínas de Bento Rodrigues é o sinal mais óbvio da necessidade de as vítimas reafirmarem a questão dos valores destruídos e de reagirem à agressão e à violência do crime da Samarco. O direito de frequentar o território destruído, além de envolver todos os aspectos das emoções patrimoniais com o espaço, é um ato simbólico de luta e esperança. No processo de luta, os moradores ganharam na justiça o direito de acessarem o território de Bento Rodrigues sem autorização prévia da mineradora. O acesso foi regulamentado por um decreto da Prefeitura de Mariana e a mineradora Samarco ficou responsável por manter a segurança e o controle de entrada e saída de pessoas no local (MARQUES,2019, np.)<sup>20</sup>. É possível observar que com esse processo que a identificação de uma comunidade com o patrimônio pode resultar em eventos que abalam a autoimagem da coletividade e o apego pode ser o meio de reagir, de declarar, pertencer a uma comunidade não só territorial, mas também moral (PISCAGLIA,2006, p.126).

Nos apoiamos em Veena Das para entender essa dimensão de como, logo após o evento, a comunidade se organizou e articulou ações em torno da representatividade do patrimônio para demarcar espaços nos usos do território destruído. A autora acredita que apesar das possíveis assimetrias de poder inscritas no contexto de desastres, os sujeitos não ficam passivos diante da situação. De maneira contrária, possuem uma forte capacidade de diligência. Segundo Das, no esforço por voltar à cotidianidade após um evento crítico, revela-se o valor daqueles que se sobrepõem ao lamento, os quais, por sua vez, apropriam-se das marcas deixadas pela violência do evento e as ressignificam (DAS, 1995). O retorno ao cotidiano pode ser uma forma de lidar com a dor, e, nesses casos, como o ocorrido em Bento Rodrigues, a realização e o retorno das práticas no território destruído é uma maneira de apropriarem-se do espaço e uma estratégia de agenciamento (DAS, 2008).

Véronique Dassié nos diz que ao marcar uma ruptura temporal, a catástrofe estabelece a ideia de um parêntese entre um antes e um depois. Essa divisão está associada à expressão emocional, em que o reflexo do desastre no campo de disputas é movido e realizado no amplo campo das emoções. A quebra na ordem das coisas, portanto, afeta aqueles que as notam (DASSIÉ,2017, p.33). Nessa perspectiva, observamos que os moradores de Bento Rodrigues passam a “repovoar o patrimônio”, a partir do momento em que buscam falar sobre ele, reintroduzindo os seus protagonismos (MENESES, 2017, p. 41). O patrimônio é, então, compreendido em um

---

<sup>20</sup> Marques destaca que o acordo homologado pela Justiça permitiu que os antigos moradores de Bento Rodrigues pudessem acessar o local sem autorização prévia. A autorização para a entrada foi permitida às quartas, sábados e domingos, das 8h às 18h. Os atingidos tiveram que passar por um treinamento da Defesa Civil municipal. Nesse mesmo processo foram liberadas as celebrações de festas populares após combinação prévia com a Samarco e Defesa Civil.

processo cultural que envolve atos de recordações trabalhadas de modo a serem criadas maneiras para melhor entenderem e se engajarem no presente (SMITH, 2006). Nessa ordem, os locais e os ritos são ferramentas culturais determinantes para as identificações. A perda desses referenciais sugere um vazio quanto ao lugar das vítimas no mundo. As ruínas de Bento Rodrigues se converteram em “lugares de memória”. A memória é revivida e ritualizada na tentativa de trazer a vida lembranças cujo meio de acesso é estabelecido pela ritualização de uma memória/história, investindo o ‘lugar de memória’ de uma “aura simbólica” (NORA, 1993), que, como foi destacado, não se realiza em outro território, se não nas próprias ruínas do subdistrito destruído.

A ligação com o território destruído pode ser entendida na perspectiva de análise sobre a memória elencada por Maurice Halbwachs, ao indicar que no retorno aos lugares onde estivemos anteriormente, aquilo que percebemos contribui para a reconstrução de um quadro de memória (HALBWACHS, 1990). O que apreendemos dessa lembrança a partir da ritualização com os “lugares de memória” é a adaptação de nossas percepções atuais a uma memória passada. No caso de Bento Rodrigues, esse “lugar” está completamente destruído. Nessa lógica, parece que a reconstituição de um quadro de lembrança se estabelece na reconstrução de uma identidade que se perdeu na destruição dos objetos materiais e imateriais, servindo como aparato de gatilho de uma memória que reforça a autoimagem e os vínculos de pertencimentos identitários. As antigas lembranças, ao se adaptarem às percepções atuais, configuram uma forma de manterem vivas as lembranças destruídas.

A sensação de perda após o desastre despertou nas vítimas o olhar para a valorização, o pertencimento e a autoimagem enquanto membro do grupo de referência. Essa percepção é ressaltada pelos moradores Antônio Dalua, Genival Pascoal e Lucimar Muniz, ao destacarem que “é curioso como o rompimento da barragem nos trouxe certos entendimentos, e com eles **passamos a valorizar ainda mais o que sempre nos pertenceu, mas não dávamos o devido valor.**” (DALUA et al., 2017, p. 6. Grifo nosso). Vemos a manifestação do que Gonçalves chama “consciência de identidade” (GONÇALVES, 2015), processo pelo qual, a partir do sentimento de perda, os moradores passam a se organizarem para defenderem sua cultura e a manutenção do território de Bento Rodrigues, para que ali possam ainda estabelecer uma relação de afetividade.

A passagem destacada no parágrafo anterior expressa pelos moradores, de que passaram a valorizar positivamente o patrimônio, oferece uma importante reflexão quando a analisamos na perspectiva da emoção patrimonial. Discutimos inicialmente neste capítulo que a ideia de emoção patrimonial deve ser analisada em casos específicos que contribuem para a ampliação da dimensão patrimonial, envolvendo



principalmente os afetos manifestados de forma espontânea, gerando uma série de deslocamentos interpretativos que ressignificam o aspecto material e imaterial do patrimônio. Quando pensamos nos processos de classificação e designação do patrimônio na lógica das emoções, observamos novos sentidos de valoração que transformam os movimentos de patrimonialização dos bens materiais e imateriais, promovendo novas experiências na sua cadeia operatória. A emoção patrimonial, nesse contexto, oferece uma captura ampliada da operatividade simbólica, registrando as emoções consoante o valor da lembrança (HOTTIN,2011, p.10).

Para os moradores, tais processos de classificação e designação do patrimônio representam um sentido de valoração estruturado por meio das lembranças que contrapõe completamente o sentido dado a dinâmica da vida que ocupam em um espaço onde se encontram desterritorializados. O movimento de ação patrimonial estancada nos processos de memória das vítimas permite-lhes reconectarem com o passado pessoal, momento em que a emoção patrimonial compartilhada 'vem como uma resposta ao "constrangimento de identidade" (DASSIÊ,2017, p.33. Tradução nossa). Esse constrangimento pode ser entendido numa espécie de conflito provocado pelo estranhamento com identidades distintas. No caso das vítimas, transparecem na rotina do dia a dia, em que a memória de um passado que se foi delimita de forma precisa a ausência patrimonial afetiva e as emoções patrimoniais surgem como uma espécie de refúgio da realidade e destacam um processo pessoal de designação e classificação do patrimônio cujos valores se expressam de forma íntima. As lembranças são constituídas a partir da relação que os moradores estabeleciam com o patrimônio nas suas mais diversas categorias. Para a agricultora Marinalva dos Santos Salgado, de 50 anos, que teve a casa e todo o terreno soterrado, aquelas emergem diante da relação afetiva com a natureza:

A gente tinha vários pés. Era acerola, limão doce, jabuticaba, pitanga(...)eu adorava subir no pé de jabuticaba, porque gostoso é subir no pé e panhar a fruta. Agora, a gente tem que comprar, mas não tem o mesmo sabor. (SALGADO, 2018, p.6).

A emoção dos sabores, do desejo de colher aquilo que se planta, do ritual sagrado da espera, respeitando o tempo da natureza que corre lento e que traz uma infinidade de sensações, delimitam o espaço daquilo que eram e que agora se constitui apenas na memória. Estabelece um ponto de inflexão, balizando o diferente, não complementar de suas identidades. Pelo contrário, é visto como um modo de vida negativo. O morador Seu João expressa esse sentimento ao relembrar de sua horta.

Você visse esse quintal aqui, ih, menina, como que era bonito. Banana igual tinha nesse quintal da prima... isso aí tinha ameixa, jabuticaba,

abacaxi. Ali tinha três poço. Tambaqui, piau, carpa, tilápia. No Natal, a gente ia assar um peixe. Hum. Assou? Foi tudo embora, teve peixe não. **Se quiser tem que comprar pra comer** (SEU JOÃO,2016, p.8. Grifo nosso).

Seu João destaca um ponto importante que delimita de forma clara o descontentamento dos moradores com a perda do território e os seus desdobramentos onde se encontram desterritorializados. Em seus cotidianos, as vítimas, em sua maioria, não necessitavam comprar boa parte dos seus alimentos, pois eram colhidos em suas hortas. Agora, além de comprarem, lidam com o estranhamento de consumirem produtos não orgânico e cheio de agrotóxicos: “Tinha uma horta maravilhosa, sem agrotóxicos. A gente não comprava nada. Tomate tão doce(...) (MAURO; KIVIA,2016. p.09). Alguns alimentos nem se encontram em Mariana: “Lobrobô com costelinha de porco. Aqui em mariana não tem, não vejo nem pra comprar.” (MARLENE,2016, p.09).

A ausência do território, e de toda a dinâmica que configurava a rotina dos moradores de Bento Rodrigues, despertam um sentimento de nostalgia, cujas emoções manifestas trazem um duplo sentido de vida, contrapondo a vida no campo e na cidade. Para eles, a vida no campo é sinônimo de uma vida saudável, onde o rito culinário se completa com senso de coletividade. Os sabores e os momentos são únicos.

A galinha caipira feita no fogão à lenha me lembra o Bento. Minha mãe ou meu pai faziam, aí eu chamava os meus amigos, a gente se fartava e depois voltávamos a brincar. Eu gostava das saladas que a minha avó fazia com as verduras e legumes colhidos na horta. **Agora temos que comprar no sacolão. Mas o gosto é diferente, eu não gosto mais. Eu não comia ovo de granja, mas aqui na cidade é difícil encontrar ovos caipira e quando encontro são muito caros.** (GABRIEL MARCOS,2017, p.10 (Grifo nosso)

Observamos no relato de Gabriel Marcos Cardoso Silva, que tinha 13 anos a época, uma forma de emoção representativa de um sentimento de deslocamento que transforma a relação com a comida e o espaço. O prazer do alimento não é mais o mesmo. Mais que isso, representa uma relação negativa, visto que além dos alimentos possuírem um sabor diferentes, ainda têm que pagar para consumi-los. Alimentos que plantavam, colhiam e revendiam. Esse sentimento é expresso, da mesma forma, pela moradora Irlane Geralda. Para ela, “a maior mudança aqui na cidade foi a de passar a comer alimentos não muito saudáveis, enlatados e embalados. Aqui é tudo comprado. No Bento, a maioria dos alimentos eram plantados e colhidos ali mesmo” (IRLANE GERALDA,2017, p.10). O morador Manoel Marcos Muniz compartilha do mesmo sentimento:

Eu vou à feira comprar o que tinha lá no Bento. Aquilo que antes eu vendia e, agora, compro para o meu próprio consumo (...) vamos à feira

para comprar os produtos que tínhamos no nosso quintal. Vamos para adquirir legumes, frutas e verduras que colhíamos em nossas terras e que, hoje, temos que comprar sem saber da origem ou qualidade (MUNIZ,2017, p.11).

Podemos constatar que as emoções transmitidas pelas vítimas nos processos de rememoração, que surgem a partir da ausência, no contato com aquilo que causa estranhamento, demonstram um processo de ressignificação dos bens patrimoniais, valorados a partir da afirmação da autoimagem enquanto membros do grupo atingido pela destruição. As emoções diante ao desastre provocam o contato com outras formas de lidar com os alimentos e com a terra, reforça uma visão mobilizadora do patrimônio, cujos critérios de valoração alcançam dimensões que envolvem atos de afeto com o território e manifestam a expressão cultural da identificação com a terra. Elas delimitam um lugar das vítimas no mundo, representada por suas identificações, por isso “não tem necessidade de ser representada ou reivindicada, ela está lá, e manifesta-se de maneira soberana” (JEUDY,2005, p.22).

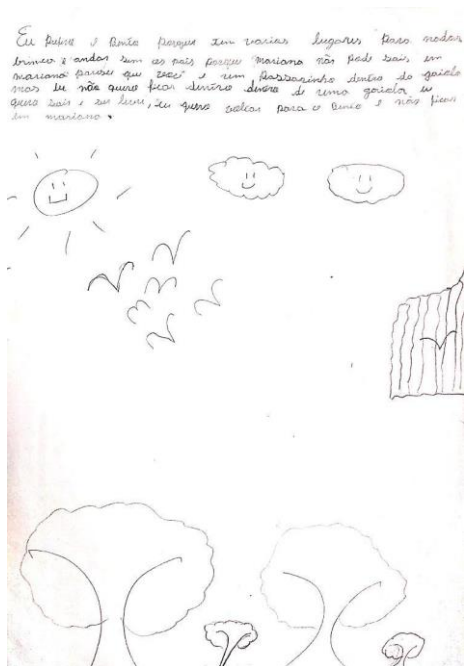
Berardino Palumbo destaca a impossibilidade de se compreender o surgimento de sentimentos de pertença e emoções patrimoniais sem ter em conta as articulações e contextos locais (PALUMBO,2013, p.359). Esta afirmação permite compreender as emoções patrimoniais expressas pelos moradores quando pensamos suas relações com a terra e a natureza. Desterritorializados, eles não encontram nenhuma referência afetiva com os alimentos que consomem na cidade de Mariana. Não existe uma lógica em pagar para ter que se alimentar de algo que pode ser extraído da natureza. A ausência desse espaço gera um sentimento de nostalgia, como nos apresenta os moradores Dona Conceição, com 71 anos e Seu José Filipe, 77. Ambos são casados há 52 anos e tinham o costume de plantar verduras e cuidar dos animais na casa onde viviam em Bento Rodrigues. Mantinham um contato diário, por anos, com a terra. Para José Felipe, “foi muito triste (...) ver a lama levando tudo. Sinto falta daquele tempo” (JOSÉ FILIPE,2017, p.13). Para amenizar a saudade da terra, busca participar do projeto “Espaço da Horta”, uma intervenção criada e coordenada pelo Grupo Conviver, da equipe de Saúde Mental da Prefeitura de Mariana, que funciona como espaço de socialização para idosos.

As emoções patrimoniais e o sentimento de pertença emergem de várias formas, tanto na relação com a terra e os alimentos, visto anteriormente, como também em diversos outros espectros do cotidiano. Neste ponto, é interessante lançar o nosso olhar sobre as crianças, que de forma peculiar, expressam as emoções patrimoniais a partir da ausência daquilo que elas mais amam. As emoções destacam um aspecto interessante da relação de pertencimento com o espaço que não se modifica, nem se perde, com o passar dos tempos. O documento apresentado abaixo é elucidativo para

nossa análise. É um texto e desenho apresentado pela criança L. É uma resposta à pergunta que procurava entender como ela se sentia morando na cidade de Mariana.

“Eu prefiro Bento porque tem vários lugares para nadar, brincar e nadar sem os pais. Porque Mariana não pode sair. Em Mariana parece que você é um passarinho dentro da gaiola. Mas eu não quero ficar dentro de uma gaiola. Eu quero sair e ser livre, eu quero voltar para o Bento e não ficar em Mariana(L,2018).

**Figura 30:**Desenho original feito pela criança L.



Fonte: Do autor

A resposta traz algumas camadas emocionais que traduzem os diversos aspectos envolvendo a memória, o patrimônio e o território. A primeira camada a ser compreendida diz respeito à idade da criança. Esse trabalho foi realizado no ano de 2018 e a moradora de Bento Rodrigues tinha nove anos. Representa que no ano do rompimento, em 2015, ela tinha seis anos. A princípio, na prática de realização desse exercício com a criança L., e outras, na mesma escola, o pensamento inicial é que como parte dessas crianças eram muito novas no ano do crime, possivelmente sentiriam um impacto menor em relação ao desastre no que tange as relações patrimoniais. Mas, as respostas revelaram um universo completamente diferente. Conforme destacado na resposta da moradora L, ela se sente totalmente descontente,

desterritorializada na cidade de Mariana. As razões remetem a uma memória de quando tinha menos de seis anos. Uma dessas camadas emocionais está naquilo que Bento Rodrigues representa para ela, pois era um lugar onde podia ir a vários locais, para nadar, brincar, andar, ser criança de forma livre<sup>21</sup>. Com isso, temos a dimensão clara de que, em Mariana, L. expressa um sentimento de que sua liberdade de brincar foi cerceada, visto que agora, vivendo na cidade, ela não pode mais brincar nas ruas sem a supervisão dos pais, pois na cidade a rotina é marcada pelo medo dos carros, da violência cotidiana.

A resposta de L. revela os dois mundos, mais uma vez, sobre as relações cotidianas no campo e na cidade. Por isso, na cidade é simbólico que a criança L. se

<sup>21</sup> Sobre o tema do uso das águas, é importante acrescentar que a criança L., e outras, manifestaram descontentamento com o fato de que em Mariana elas teriam que pagar para nadar. Revela a percepção de liberdade tinham em poder acessar rios e cachoeiras e que agora esse simples ato de lazer deve ser pago.

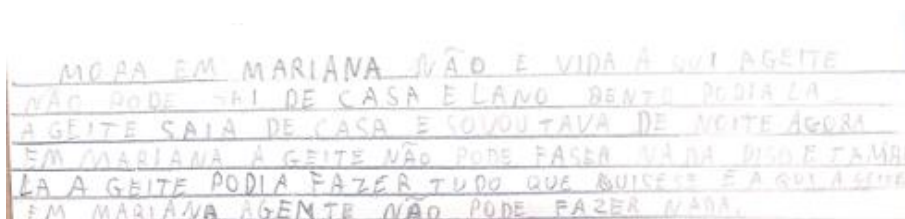
sinta como um pássaro preso em uma gaiola, cuja liberdade só será alcançada quando voltar para Bento Rodrigues, mesmo que ele já não exista mais. Não ter mais o espaço para brincar livremente representa um vazio que se completa por meio da memória com o território. Embora ela tivesse seis anos quando ocorreu o evento crítico, a memória desse passado permanece sendo o elo afetivo com Bento Rodrigues. O mesmo sentimento de descontentamento pode ser observado na fala da criança F., que na época também tinha seis anos

Mora em Mariana não é vida. Aqui a gente não pode sair de casa e lá no Bento podia. Lá a gente saía de casa e só voltava de noite. Agora em Mariana a gente não pode fazer nada disso. Também a gente podia fazer tudo o que quisesse e aqui a gente, em Mariana, não pode fazer nada(F,2018).

F. expressa o desejo de liberdade perdida. Mais do que isso, foram perdidas as relações de afetos com os amigos, dado que em Bento Rodrigues todos eram vizinhos e parentes e podiam transitar livremente, pois o afeto e a confiança eram a base do convívio na comunidade, conforme destaca a própria L. em outro documento que reforça o que ela mais gostava.

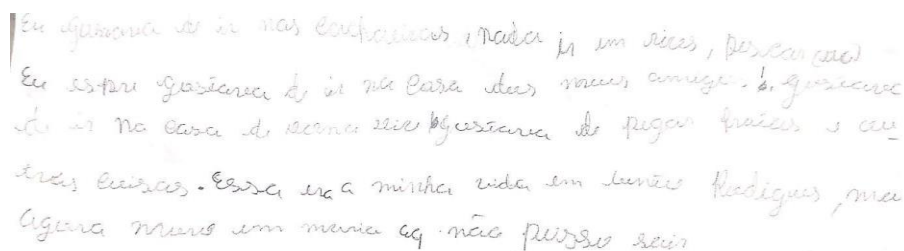
Eu gostava de ir nas cachoeiras, nadar, ir em rios, pescar, (etc). Eu sempre gostava de ir na casa dos meus amigos. Gostava de ir na casa de Dona Dice. Gostava de pegar frutas e outras coisas. Essa era a minha vida em Bento Rodrigues. Mas agora eu moro em Mariana e aqui não posso sair(L,2018).

**Figura 31:** Texto original feito pela criança F.



Fonte: Do autor

**Figura 32:** Texto original feito pela criança L.



Fonte: Do autor

Figura 33: Desenho original feito pela criança L representando como era sua vida em Bento Rodrigues.



Fonte: Do autor

É possível observar as emoções expressas como determinantes na compreensão das crianças como sujeitos no mundo, como sujeitos que sentem e vivenciam, a sua maneira, o que acontece em seu cotidiano. O crime que ocorreu no dia 5 de novembro de 2015 marcou as suas vidas de igual maneira e, dessa forma, sentem os impactos e absorvem as dores e os sofrimentos causados pelos danos do desastre. As emoções patrimoniais direcionam o olhar dessas crianças para a imaterialidade do patrimônio, enraizada na memória vinculada ao cotidiano das brincadeiras, símbolo de liberdade para elas. O elo

com o passado, com o lugar onde nasceu e cresceu, vai fazer com que a moradora Olívia Quintão Muniz desejasse realizar o seu aniversário de 09 anos em Bento Rodrigues. Almejando recordar as lembranças dos momentos que viveu em Bento Rodrigues, quis que a festa fosse realizada no local com a presença de parentes e amigos (OLIVIA QUINTÃO, 2017, p.12).

O desejo de Olívia destaca o afeto dos moradores pela terra de origem. Percebemos que a emoção nas vítimas se torna mais latente quando a experiência patrimonial é estabelecida de maneira direta com as ruínas da comunidade de Bento Rodrigues. A emoção fez com que os moradores exigissem a participação nos processos de escavações arqueológicas que ocorreram na lama que soterrou o subdistrito. Nesse processo de descoberta, as emoções são constantemente avivadas. Pequenos bancos que estavam soterrados trazem, de maneira instantânea, a emoção despertada pela experiência patrimonial, como o caso experimentado pela moradora Maria, ao se emocionar no encontro com um banco que costumava sentar-se desde criança: "Era o que minha mãe mais queria achar: os bancos de pedra. Foi emocionante! Uma outra vez escavamos no lugar que eles estavam, mas foi em vão. A cada pedra que achávamos que eram os bancos, ela chorava. Foi lindo." (MARIA, 2017, p. 7).

**Figura 35:** Maria chora emocionada ao reencontrar o banco de pedra.



Fonte: A Sirene. 10ª edição. Jan. 2017. Fotos: Cristiano Sales

**Figura 34:** Maria e seu filho José Sales sob o banco reencontrado.



Fonte: Jornal A Sirene. 10ª edição. Jan. 2017. Fotos: Cristiano Sales

As emoções são manifestadas não somente na descoberta dos objetos, mas na própria experiência de se estar sobre as ruínas da comunidade. Devido a não ruptura dos laços afetivos com o território, o espaço permanece como ativador das emoções, situado na relação que os moradores estabelecem com as memórias coletivas do território. Parte dessa memória fez com que o casal Marquinhos Muniz e Marinalda Muniz realizassem, no ano de 2017, a comemoração de suas Bodas de Pratas na mesma igreja onde se casaram há 25 anos. Nos seus discursos sobre a celebração, afloram as emoções despertadas pela relação com o objeto patrimonial: “Vivemos a emoção de celebrar as bodas na simplicidade do nosso povoado Bento Rodrigues. Foi nas ruínas da Igreja São Bento, celebração realizada pelo Padre Armando Godinho, e ao lado dos nossos parentes e dos verdadeiros amigos. (MARINALDA, 2018, p. 9). Nas palavras de Marquinhos, “Aquele lugar, principalmente a Igreja, pra gente é muito valioso. Foi ali que começamos a aprender as coisas. Depois do rompimento da barragem, eu pensei: “perdi a Igreja, esse espaço”; mas hoje em dia eu penso que é muito importante ter celebrado ali, nas ruínas mesmo, no Bento” (MUNIZ, 2018, p. 9).

Uma das categorizações de emoções patrimoniais está relacionada com o valor de presença das pessoas e, a partir dela, no contato com determinados objetos, a sensação de presença traz a emoção que vem do sentimento de insubstituibilidade do objeto na conexão com as pessoas que mantêm uma relação de afetividade com este (HEINICH, 2013, p.203). Essa presença se faz constante na relação que os moradores mantêm com as ruínas de Bento Rodrigues, porque é somente a partir desta conexão que eles se sentem ligados a uma identidade que os definem enquanto membros da comunidade.

**Figura 36:** Marquinhos Muniz e Marinalda Ruiz juntos aos convidados na comemoração das bodas de prata realizada nas ruínas da Igreja de São Bento.



Fonte: Lucas de Godoy (2018).

A atribuição de valores aos elementos memoriais de Bento Rodrigues, por meio da reinterpretação do território, do entendimento deste espaço como único, sagrado e onde somente nele serão capazes de vivenciarem experiências que reforçam os componentes identitários da comunidade, podem ser compreendidos dentro do que Llorneç Prats irá denominar como ativação patrimonial (PRATS,2006). O autor irá interpretar esse processo como a mobilização de valores atribuíveis, realizada de forma conjunta por atores sociais que buscam valorizar, por meio de um discurso patrimonial, os referentes memoriais identitários, destacando seus significados e relevâncias. Assim, em Prats vemos a ativação patrimonial como um processo de definição do que é patrimônio e, dessa forma, conforme o autor, o patrimônio é identificado e reconhecido quando tem como base uma construção coletiva ampla, assentada em um discurso memorial pré-estabelecido e compartilhado.

Este raciocínio reforça as referências e experiências de apropriação de referencial memorial para ativação patrimonial observadas nos movimentos das vítimas desde o momento do rompimento da barragem. De quando, desterritorializados, viram-se diante da impossibilidade de manifestarem seus ritos em um território ao qual não se sentem pertencentes. Prats nos mostra que os motivos que levam à ativação de um patrimônio estão na restituição da memória da população que, para ele, não passa de retórica, um desejo de retomada (PRATS,2005). Com isso, reforça a importância do vínculo e utilização do patrimônio pelos grupos sociais, a partir dele se definem e se reproduzem social e culturalmente. No caso dos eventos destacados neste capítulo, a ativação patrimonial gera uma série de movimentos estabelecidos como mecanismos de luta no direito ao território e de serem indenizados. Mais do que isso, a ativação patrimonial, que se desdobra na valorização de elementos selecionados pelas vítimas, como representativos de si, entrelaçando-se as (re)construções de representações no território destruído, contribuindo para as narrativas identitárias, de utilização desse patrimônio pelos grupos que os aciona, sugere um movimento de patrimonialização.

Aquilo que foi destruído pela lama é patrimonializado pelas vítimas, na medida em que os grupos passam a conferir aos objetos reais, ou idealizados, um estatuto particular que os coloca como representativos da autoimagem de cada um. Seus processos de identificação, tornam-se, assim, elementos operacionais na construção identitária no tempo, estabelecendo, de igual maneira, a distinção com o 'outro' (DAVALLON, 2012), configurado como aqueles moradores da cidade de Mariana. Conforme destaca Candau (2011, p. 161), “. . . as representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de comunidade específica conduz, muito facilmente, a tentativas de naturalização da



cultura, num esforço de enraizamento na ‘terra natal’”. A conservação de vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, serve como reservatório para alimentar as histórias que se constroem a respeito do passado de Bento e outorga essa “ilusão de continuidade” (CANDAU, 2011, p. 159), estabelecida mesmo no território deslocado em que se encontram os atingidos pela lama.

Henri-Pierre Jeudy nos diz que “os diferentes momentos vividos ao longo de uma existência representam, como cartões-postais, atmosferas da vida cotidiana que não poderemos jamais esquecer” (JEUDY, 2005, p.16). Complementa afirmando que “o que prevalece é o engodo de uma atualização do que se guarda e se transmite(...). Para que o passado não seja abolido é preciso que tudo o que se vive seja atualizado” (Ibidem). Nos moradores de Bento Rodrigues, a atualização parece se estabelecer no sentido em que cada elemento de lembrança individual ajuda a reconstruir uma memória coletiva. A reconstrução opera a partir de dados ou noções comuns que se encontram no espírito dos moradores<sup>22</sup>. As memórias passam de um indivíduo para o outro, de maneira recíproca, sendo possível essa troca porque são membros de uma mesma comunidade, fazendo com que as lembranças possam ser, ao mesmo tempo, reconhecidas e reconstruídas (HALBWACHS, 1990).

A dimensão da patrimonialização observada nas ações das vítimas nos processos de valoração da memória e do território de Bento Rodrigues se ancoram nas discussões trazidas por Jean Davallon, principalmente quando envolve pensar a patrimonialização do imaterial, uma vez que todo o referencial material do território de Bento foi destruído. A princípio, Davallon irá compreender a patrimonialização como “um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado” (DAVALLON, 2015, P.48). Quando observamos essa ação voltada para a imaterialidade, as condições necessárias para que essa ação ocorra é que haja a existência de um interesse social pelo objeto imaterial e viabilidade do conhecimento desse objeto na relação com o território (DAVALLON, 2015). Sendo assim, os objetos imateriais na sua significância comunitária, para constituírem-se patrimônio, na concepção de Davallon, devem pertencer ao patrimônio cultural do grupo, deterem uma particularidade que o torna algo exemplar do ponto de vista da própria cultura e se manifestarem na materialidade. Ou, nas próprias palavras de Davallon, “pertencerem simultaneamente a uma classe, possuírem uma individualidade e ser objeto de manifestação (DAVALLON, 2025, p.57).

Assim sendo, observamos que os processos de patrimonialização observados na relação dos moradores com o território de Bento Rodrigues são estabelecidos por

---

<sup>22</sup> Entendemos nesta tese “espírito” no sentido metafísico para se referir à consciência ou à personalidade.

meio de elementos que são unicamente inteligíveis, perceptíveis e tangíveis através dos suportes que os tornam manifestos. Ou seja, as ruínas e a imaterialidade dos ritos e das vivências que afloram nos processos de rememoração ou memoração. Esses movimentos são indissolúveis na percepção de Davallon, quando se olha para os processos comunicacionais transmitidos por meio dos ritos realizados no território, como as procissões, as festas tradicionais, os ritos de passagem. Conforme destaca o autor, “do ponto de vista comunicacional, o ponto comum entre memoração (*mise en mémoire*) e patrimonialização (*mise en patrimoine*) é que tanto uma como outra necessitam da produção e da transmissão da significação no tempo” (DAVALLON,2015, p.50).

Nas análises apresentadas, descortinamos que não basta que os objetos do passado, suas memórias, estejam ancoradas no presente para que as práticas da comunidade continuem a existir. É necessário que sua significação seja transmitida e compartilhada. Movimento este que, como observamos, ocorre no senso de coletividade dos moradores, estimuladas pelas emoções patrimoniais a partir da percepção do vazio de sentido da realização dos eventos na cidade de Mariana, gerando um movimento de valorização do território destruído, das memórias e dos seus ritos. Nos apoiando em Davallon, avistamos que o ato de patrimonialização, na perspectiva do desastre aqui tratado, é o equivalente simétrico da memória, da memoração, e não do patrimônio instituído em si, já que “a patrimonialização é um modo de produção e transmissão, implicando, ao mesmo tempo, realidades materiais ou imateriais (aquilo que chamamos precisamente de patrimônio) e saberes relativos a esses objetos” (DAVALLON,2015, p.49).

### 2.3. Emoção e revolta no patrimônio afetivo

Na escala das emoções patrimoniais, Daniel Fabre vai tratar de um aspecto das emoções que o autor irá considerar como uma etapa final. Denominada como *sédition*, conclui que essa etapa deve ser compreendida dentro do fenômeno chamado NIMBY. Esta expressão representa um acrônimo para “*Not In My Back Yard*”<sup>23</sup> (“Não no meu

---

<sup>23</sup> Not in My Backyard Phenomenon (NIMBY), denominado Nimby, representa a oposição à empreendimento indesejável. A frase surgiu pela primeira vez na década de 1970. Foi usada no contexto do esforço das concessionárias de energia elétrica para construir usinas geradoras de energia nucleares localizadas em Seabrook, New Hampshire, e Midland, Michigan, nos Estados Unidos da América. A frase “não no meu quintal” tem dois usos e categorias distintas de usuários. Em algumas circunstâncias, denota a relutância dos indivíduos em aceitar a construção de projetos de grande escala por empresas ou entidades governamentais próximas, o que pode afetar sua qualidade de vida e o valor de sua propriedade. Os proponentes do projeto (que geralmente consistem na empresa patrocinadora, sindicatos de trabalhadores da construção e empreiteiros etc.) tendem a usar a frase dessa maneira. A frase também é usada por defensores do serviço social e da justiça ambiental para sugerir uma ausência de consciência social expressa por uma oposição baseada em classe, raça ou deficiência à localização de instalações de

quintal"/"Não em casa!") e expressa uma oposição a projetos polêmicos que prejudiquem o entorno onde será implementado. Segundo Fabre, a sedição patrimonial é mais bem compreendida nesse contexto, uma vez que o fenômeno NIMBY mobiliza determinados grupos a se organizarem com o objetivo de recusar tais empreendimentos, geralmente implementados com o próprio aval do interesse público (FABRE, 2016, p.77). Para Fabre, esse movimento vai operar em dois espectros: sendo que o primeiro opera com base na pertença territorial; e o segundo sobre referências e valores. Na visão do autor, o apego emocional ao patrimônio é expresso de forma mais intensa em eventos que retratam a destruição injusta do lar (Ibidem, p.78).

Quando observamos as emoções patrimoniais através da *sédition*, Nathalie Heinrich acrescenta que embora a emoção patrimonial, quando manifestada, é entendida naturalmente de maneira positiva, ela também possui um caráter negativo. Para a autora, essas emoções são essencialmente defensivas, aquelas que visam manter vivo determinado objeto que se encontra passível de destruição. Tais movimentos emocionais pressionam por uma ação, principalmente se existe um culpado que pode ser designado como o motivador da destruição desse objeto patrimonial (HEINICH, 2013, p. 200). A mistura de lamentações e acusações é o princípio de mobilizações no sentido de proteger determinado bem de sua completa destruição.

A ideia negativa da emoção patrimonial na defesa do patrimônio expressa uma destacada articulação (*sédition*) dos moradores de Bento Rodrigues na proteção daquilo que restou da comunidade. Isso porque, no ano de 2016, a mineradora Samarco afirma ser necessária a construção de um dique para evitar o carreamento de rejeitos de mineração da Barragem do Fundão e outros problemas nos períodos chuvosos<sup>24</sup>. A justificativa é que com a construção do dique os impactos dos rejeitos que ainda se mantiveram na barragem seriam reduzidos. Porém, a construção do dique acarretaria o alagamento de parte das ruínas de Bento Rodrigues, gerando o descontentamento das vítimas que se mobilizaram para evitar que mais uma vez parte de suas memórias fossem soterradas.

A construção de um dique representa o alagamento de uma área extensa. No caso de Bento Rodrigues, envolve propriedades particulares, objetos patrimoniais

---

serviço social nos bairros. A conotação negativa de “não no meu quintal” vem do fato de que aqueles que se opõem a projetos de alto impacto por motivos ambientais tendem a ter origens de classe média ou classe baixa. Para saber mais, acesse: <https://www.britannica.com/topic/Not-in-My-Backyard-Phenomenon>.

<sup>24</sup> Segundo a Samarco, a construção do dique S4 integraria o “sistema emergencial de retenção de sedimentos composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. Ele será feito por um alteamento com pedras construído, em recuo já existente um pouco abaixo de Bento Rodrigues, e ampliará a chamada área de clareação dos rejeitos. Isso evitará, na avaliação da mineradora, que a poluição volte a atingir o Rio Gualaxo e, conseqüentemente, o Rio Doce.” Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna\\_gerais.806338/governo-libera-construcao-de-novo-dique-da-samarco-em-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna_gerais.806338/governo-libera-construcao-de-novo-dique-da-samarco-em-mariana.shtml). Acessado no dia 14/01/2022.

representativos para a história do subdistrito e, mais do que isso, a própria história do desastre que os moradores não desejam ser apagada. A importância arqueológica dos objetos foi o primeiro movimento que mobilizou a paralisação das obras de construção do dique 4:

A necessidade de levantamento das peças desses muros gerou a paralisação temporária das obras de construção do dique S4.” trecho do Parecer do Comitê interfederativo. “(...) foi solicitado à Samarco apresentar os estudos de alternativas ao S4 de forma detalhada e justificada, com foco nas características estruturais além de locais.” Nota técnica IBAMA, 29 de junho 2016(A SIRENE,2016, p.04).

A possibilidade de construção do dique gerou uma série de questionamentos nas vítimas, que se perguntavam: “o que o dique S4 irá alagar? Somente casas e ruínas? Ou também memórias? Ninguém será arbitrariamente privado da sua propriedade? Como vamos acessar o Bento? (A SIRENE,2016, p.04). Os questionamentos fazem com que os moradores tomem consciência de que “participar das decisões acerca do futuro é um direito, e, antes de tomar qualquer decisão, devem-se conhecer outras alternativas” (Ibidem). Além disso, despertam emoções patrimoniais que agora se relacionam não mais com as memórias afetivas sobre Bento Rodrigues, mas com o próprio crime.

A construção do dique S4, para mim, tem outros motivos além de conter rejeitos que ainda restam da barragem de Fundão. Pela quantidade de lama que ainda existe, penso que ele é insuficiente para remendar todos os problemas que possam vir com o período chuvoso que se aproxima. A empresa tem que encontrar outro meio para solucionar seu problema. Não podem ferir ainda mais os sentimentos das pessoas. Já sofreram demais por ter perdido seus lares.” (ANTÔNIO GERALDO DOS SANTOS,2016, p.04)

Antônio Geraldo dos Santos complementa:

“Para mim, não podemos admitir que a cena do crime seja encoberta com a água e rejeito. As únicas prova e garantia que temos são as ruínas e as casas que sobraram. A construção do dique S4 é inadmissível neste momento. Não conseguimos assimilar a perda que tivemos e tão cedo eles já querem tomar o que é nosso, aquilo que levamos gerações para construir. Querem nos furtar. Estão usando a forma mais covarde para fazer isso: quando dizem que a única solução é a construção do dique S4, querem nos por contra a parede, quando na verdade acho que querem é tirar o que é nosso.” (Ibidem)

Para as vítimas, o alagamento das ruínas seria uma forma de apagar não somente a memória dos moradores, mas também a própria memória do desastre. Nesse sentido, a mobilização se estabeleceu no sentido de perceber outras dinâmicas de proteção do patrimônio, no caso em específico, de recorrer à proteção oficial que evitasse o alagamento. O tombamento do subdistrito surge como a única maneira de

evitar a destruição completa de seus territórios, o que engaja os moradores a realizarem um abaixo-assinado para que o local fosse tombado no âmbito municipal. Podemos entender esse movimento das emoções como o tratado por Mariana Vieira de Brito ao pensar as emoções pelo ângulo político que caminha em duas direções: sendo uma tradicional, que é comumente promovida pelo estado, e outra, que se insere na análise estabelecida nesta tese, em que o patrimônio se coloca como agente de mobilização (BRITO, 2016, p.92). A autora entende que “nesta direção, o patrimônio pode tornar-se promotor de direitos, ferramenta estratégica de grupos sociais em busca de visibilidade, vetor de contestações e reivindicações e/ou objeto de disputas de diferentes interesses, entre eles os empresariais” (Ibidem).

A valorização do patrimônio desperta nas vítimas o desenvolvimento de estratégias que implicam práticas e narrativas, destacando reivindicações relacionadas ao tombamento, que produzem discursos e reflexões sobre a patrimonialidade. O que envolve emergência de disputas de representatividade do espaço para não se esquecer o crime.

Essas ruas que sobraram serviram de rota para quem teve de correr e não ser levado pela lama. Essas casas que sobraram serviram de abrigo para passarmos a última noite. Elas são essenciais para manutenção da nossa memória como comunidade, pois também contam o fato ocorrido no dia do rompimento (ANTÔNIO GERALDO, 2017, p. 19).

Para Genival Pascoal,

O tombamento vai fazer com que tudo aquilo que a gente viveu um dia não seja apagado de nossa memória. Sabemos das dificuldades que vamos enfrentar para conseguir o tombamento, mas depois que conseguir, vai ser melhor porque não vamos precisar ficar com aquela preocupação da empresa destruir tudo aquilo que sobrou (GENIVAL PASCOAL, 2017, p. 25).

A mobilização ocasiona a realização de uma audiência pública realizada no dia 19 de abril de 2016, no qual o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (Compat), após ouvir os moradores de Bento Rodrigues, confirmou que daria início ao processo de tombamento das comunidades atingidas pela Barragem do Fundão<sup>25</sup>. A audiência contou com a participação de mais de 300 pessoas e uma grande presença dos moradores. Segundo o relatório do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana, constante na ata de reunião extraordinária do dia 28 de abril de

<sup>25</sup> Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/> . Acessado no dia 14/01/2022.

2016, as vítimas “manifestaram sua opinião de modo contundente” e que a reunião foi marcada por um “tom emocionante à medida que os atingidos relatavam suas histórias e suas demandas”. Os moradores ressaltaram a importância do tombamento, já que as obras realizadas pela Samarco em Bento Rodrigues estavam ocorrendo sem a fiscalização do Compat, além de que no local ainda existiam bens inventariados pelo Conselho que estavam soterrados<sup>26</sup>. Dessa forma, foi aprovado por unanimidade o tombamento do subdistrito. Essa mobilização representa o resultado da ampliação patrimonial, cuja aproximação dos moradores demonstra que eles passaram a perceber o patrimônio como ferramenta contestatória e instrumento de reivindicações carregadas de emoções patrimoniais (BRITTO,2016).

Interessante notar que a dimensão patrimonial, quando se insere dentro da lógica da jurisdição, mesmo que nesse contexto seja usada como instrumento para evitar o alagamento de todo o subdistrito, para alguns moradores, a visão que se tem do tombamento é a percebida dentro do processo de construção narrativa que se estabeleceu no estabelecimento das políticas de proteção ao patrimônio no Brasil, cuja ideia de tombamento representaria o congelamento do bem patrimonial. Em uma cidade histórica como Mariana, onde a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é presente, a ideia de tombamento representa que o bem patrimonial passa a ter uma fiscalização constante e os proprietários não podem realizar qualquer alteração. Pensamento que se direciona também para o território de Bento Rodrigues, gerando um certo desconforto, pois acreditam que o tombamento irá tirar o direito sobre o território e os objetos que se encontram soterrados. É o que relata a moradora Dona Irene, ao falar do que ela e seu marido Zezinho pensam sobre: Era bom preservar lá para as visitas. Aí era bom né? Do que tombar. Zezinho acha que tombar, ele não aceita tombamento. Porque Bento a gente não tem direito de pegar nada lá. Se de repente alguém achar alguma coisa da gente lá não pode pegar. Tombamento diz que é assim.” (DONA IRENE,2020). Observamos, assim, uma dicotomia nos usos de ferramentas “oficiais” na proteção do território. Ao mesmo tempo que se estabelece como elemento capaz de assegurar o não alagamento do subdistrito, gera o desconforto de que perderão o direito sobre ele.

O processo de tombamento mobilizado pelas vítimas se estendeu por longos meses, sem nenhum resultado efetivo. Somente no ano de 2018, o tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora das Mercês foi aprovado pela Deliberação CONEP 19/2018, de 17 de outubro de 2018, e inscrito nos Livros do Tombo II – de Belas

---

<sup>26</sup> Atas de reunião extraordinária do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana – Compat Mariana. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1JryoXmdgGq\\_EjFUxEcNDileXnjh-RNsU/view](https://drive.google.com/file/d/1JryoXmdgGq_EjFUxEcNDileXnjh-RNsU/view) Acesso em 14/01/2022.

Artes – e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos<sup>27</sup>.

Em relação ao tombamento municipal, nada foi efetivado, ainda se encontra em processo de avaliação, devido à complexidade que envolve o tombamento de um distrito inteiro, o que requer muita discussão<sup>28</sup>. Esse processo revela disputas de poderes e quais instâncias tem autoridade para delimitar qual patrimônio deve ser protegido. Conforme aponta Ana Cristina de Souza Maia, presidente do Compat no ano de 2017, legalmente o projeto do Dique S4 teria que ser analisado pelo Compat, já que eles haviam iniciado o processo de tombamento, sendo um instrumento legal para interromper as obras. Porém, a Samarco desconsiderou o processo de tombamento e aprovou o seu projeto recorrendo a duas outras instâncias: à Delegacia Regional do IPHAN e ao governo do estado de Minas Gerais. Com isso, conseguiu autorização para realização da obra, mesmo com o processo de tombamento municipal em tramitação (MAIA,2017, p.24).

Este processo demonstra que tomar um bem é um passo importante, mas não terá efeito legal sem a necessária fiscalização. Revela que, em alguns casos, as forças políticas na proteção ao patrimônio ainda se encontram delimitadas pelas relações de poder. Podemos observá-las na própria resposta do IPHAN regional, quando foram procurados pelos moradores para tomarem alguma providência em relação à obra, relatando que “pouca coisa pode ser feita para a preservação do muro e de qualquer outra construção antiga de Bento Rodrigues, porque o subdistrito não é tombado ao nível federal” (A SIRENE,2017, p.07). Avistamos uma demarcação clara quanto ao papel do estado na proteção do patrimônio. A instância federal se coloca como a única responsável por delimitar o que deve ser protegido. Nesse processo, desconsidera os órgãos de proteção municipais e o próprio desejo da comunidade local na proteção do seu patrimônio. Para os moradores, o descaso representa medo e insegurança.

A falta de contato com o projeto não permite uma avaliação técnica sobre as ações pensadas para a conservação dessas estruturas, o que reforça a sensação de que Bento Rodrigues não é mais propriedade nossa, mas da empresa. Não podemos fazer mais nada lá. Daqui a pouco não terá mais nada, apenas o rastro da lama. (SANTOS,2017, p.07).

A mobilização fez com que somente uma parte do distrito fosse inundado pelo dique S4, preservando as ruínas, única forma de contato dos moradores com os objetos

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protegido/bens-tombados/details/1/145/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-das-mercês> . Acessado no dia 14/01/2022.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/moradores-decidirao-futuro-de-distritos-atingidos-pela-lama-em-mariana/> . Acessado no dia 14/01/2022.

cuja emoção patrimonial despertada reforçou a luta na preservação desse espaço, conforme destaca o morador Mauro:

De início nós contestamos porque ela (Samarco) quis construir o dique dentro de Bento Rodrigues. A princípio ia inundar tudo, depois de muito briga que inundou parte. Qual que era o intuito? Apagar um pouco o cenário daquela tragédia. Primeiro ela usou a estratégia de plantar algumas leguminosas e não deu o efeito esperado, aí entraram com a proposta do dique. (MAURO,2021).

O dique, que deveria ser provisório por um período de três anos, como medida emergencial, continua a existir até o momento. Após o período decorrido de utilização, a empresa Samarco entrou com um pedido no Ministério Público estadual para estender o prazo de utilização (PARREIRAS,2019, n.p.) e, conforme destaca o morador Mauro, o processo ainda perdura. Isso porque a Samarco, por meio da Fundação Renova, busca uma negociação com as vítimas para indenização do novo período em que as terras deles permanecerão alagadas. Porém, as condições oferecidas não são de interesse dos moradores, que recorreram ao Ministério Público estadual. Enquanto isso, para os moradores, representa a frustração de não poderem encontrar algumas das peças cujo simbolismo remete a fé e a cultura local, que foram levados dos templos e das casas pela lama (PARREIRAS,2019). Outra preocupação se refere ao muro erguido há cerca de 300 anos, representativo do patrimônio histórico arqueológico do subdistrito. Chama atenção as propostas apresentadas pela mineradora ao Ministério Público de Minas Gerais como medida de manutenção do dique, solicitando que “houvesse prorrogação da requisição administrativa ou aquisição, pela própria Samarco, dos terrenos objeto da requisição administrativa para funcionamento do dique”<sup>29</sup>. Fica claro o interesse da mineradora em tomar posse do território de Bento Rodrigues, fato constantemente relatado pelos moradores.

Se a sedição patrimonial dos moradores evitou que todo o território de Bento Rodrigues fosse inundado pelo dique e toda a memória, tanto da comunidade quanto do evento, fossem soterradas, levantou outra questão no que diz respeito ao que será feito das ruínas de Bento Rodrigues. No processo de reparação, as vítimas serão reassentadas em um novo espaço, no que hoje é chamado “Novo Bento”. Antes de abordamos como as emoções patrimoniais estão direcionando ao processo de reassentamento, destaca-se o movimento que se estabeleceu para que os moradores não perdessem o direito sobre o antigo território.

Assim que a empresa Samarco se estabeleceu no território próximo a Bento Rodrigues, sempre teve interesse em ocupar todas as terras ao redor para a construção

---

<sup>29</sup> Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna\\_gerais.1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/09/14/interna_gerais.1085164/samarco-tenta-manter-dique-em-bento-rodrigues-que-tem-de-ser-desmontad.shtml). Acesso em: 14/01/2022.



de barragens e ampliação da mineração. Diversos moradores destacaram que desde os anos 1990 a mineradora envia empresas, realizando levantamentos dos números de moradores, dos bens patrimoniais, do núcleo familiar, como se previssem um desastre futuro e, provavelmente, seria mais fácil indenizar do que parar a produção por erros técnicos. O morador Mauro destacou que existe um dossiê realizado pela mineradora que hoje se encontra na polícia federal e reforça o interesse nas terras de Bento Rodrigues.

Lá no Bento é uma área que há muito tempo era pleiteada pelas empresas, tem até um dossiê que fica na Polícia Federal na justiça federal em Ponte Nova, e esse dossiê foi feito em 2012. Tem fonte de renda, grau de estudo, até o canal de televisão preferido das pessoas consta neste dossiê. Então, a parte final do dossiê tá que tirar os moradores de Bento é difícil devido a resistência, principalmente dos mais velhos. Então a gente tem que ir sufocando, comprando as grandes propriedades em torno de forma que a comunidade não tenha como crescer, expandir, na medida que os mais velhos forem falecendo a gente vai comprando as propriedades (MAURO,2021).

Os moradores fazem notar que a empresa tem uma estratégia a longo prazo de coibir o processo de ampliação do distrito mediante compras de terras ao redor de Bento Rodrigues<sup>30</sup>. Devido à resistência dos moradores mais velhos, que sempre relutaram em vender suas terras, que a comunidade de Bento Rodrigues sempre se manteve viva. Após o rompimento, a mineradora tentou utilizar de artifícios jurídicos para se tornar proprietária das terras de Bento Rodrigues por meio de permuta. A partir do momento que as vítimas ganharam o direito de serem indenizadas com novos terrenos para a construção do Novo Bento, a Fundação Renova passou a exigir uma permuta. Com isso, os moradores de Bento Rodrigues teriam que abdicar de suas terras e imóveis<sup>31</sup>. Porém, os moradores contestaram essa proposta, pois não desejavam renunciar seus patrimônios, suas memórias, histórias e comunidades. Aquele território, mesmo sob ruínas, ainda é o espaço ligado às identidades e às memórias das vítimas. Por isso, deram início a mais uma batalha contra a mineradora e a Fundação Renova. Nesse

---

<sup>30</sup> Marcela Vasco vai apresentar em sua tese uma série de documentos demonstrando o interesse da mineradora na área de Bento Rodrigues. Dentre eles podemos destacar um estudo encomendado pela Samarco no ano de 2013 a empresa de consultoria ambiental YKS. O objetivo era analisar os possíveis destinos da comunidade em função da implantação do sistema de deposição de rejeitos de Mirandinha, uma área que se encontra a 1,2 km de Bento Rodrigues. Procurava-se identificar possíveis alternativas de remanejamento de Bento Rodrigues. Segundo a autora, das 141 residências identificadas em Bento Rodrigues, os técnicos entrevistaram 121, obtendo informações referentes à escolaridade, condições de saúde, trabalho, renda e hábitos, com o objetivo de traçar o perfil familiar dos agora atingidos e a disponibilidade dos entrevistados em deixar Bento Rodrigues para um reassentamento. (VASCO, 2020, p.105).

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/dois-anos-ap%C3%B3s-rompimento-da-barragem-moradores-denunciam-morosidade-na-reconstru%C3%A7%C3%A3o-de-bento-1.560737>. Acesso em: 14/01/2022.

processo, é simbólico como os moradores ganharam na justiça o direito sobre as antigas propriedades e, ainda, qual seria o destino dado a elas. O relato do morador Mauro, que representava as vítimas no dia da audiência contra Fundação Renova, destaca como as emoções podem se estabelecer como ferramenta de contestação e de luta.

Mas aí a gente vê aqui que uma das grandes derrotas da Samarco, da Vale, da BHP, nesse processo, foi a não permuta. Nós conquistamos porque as empresas, elas entendiam que a partir do momento que fosse indenizado e fosse construído o reassentamento, eles teriam direito a área atingida. E aí nós conquistamos. Eu tava no dia da audiência. Eu usei o argumento e falei com a juíza: "Meritíssima, se vem uma pessoa bêbada no carro, aí atropela, mata família e essa pessoa que morreu for o que sustenta a família. Então quem matou vai ter que além de pagar a penalidade com a justiça, vai ter que indenizar a família". A juíza falou: "É, realmente a pessoa vai ter que indenizar a família se essa pessoa que morreu sustenta a família". Eu falei: "tá e a partir do momento que as pessoas pagaram a dívida que ela tem com a justiça, indenizou a família, ela teria teoricamente o direito de ficar com o corpo da vítima?". A juíza falou: "Não doutor. de jeito nenhum". Eu falei: "Uai, é o que a Samarco ta querendo fazer. Ela ta querendo indenizar e ficar com o corpo da vítima". Ai a juíza pensou e falou com os advogados o seguinte: " não pode ter a permuta porque ali ainda tem uma história. Vocês estão restituindo a parte material, mas a parte sentimental das pessoas vocês não estão restituindo e a parte sentimental delas estão ali. De várias famílias estão ali. A origem, a história, a memória tá ali"(MAURO,2021).

O argumento apresentado pelo morador foi crucial para o entendimento da juíza sobre o valor afetivo que os sujeitos estabelecem com o território. Seria um crime ainda maior a empresa, após provocar a destruição do subdistrito, tornar-se proprietária dele. Pois, como foi destacado, ele não se constitui apenas pelo espaço físico, mas por toda a vivência, pela história, pelos laços sentimentais que ainda permanecem vivos para os moradores. O exemplo da pessoa bêbada que mata um indivíduo, indeniza a família e depois tem o desejo de permanecer com o corpo que ele mesmo destruiu, revela não só a barbaridade dessa possibilidade, mas também que esse corpo estabelece uma relação de afeto com os familiares, da mesma forma que o território de Bento Rodrigues estabelece com as vítimas. Ocorreu um processo que Daniel Fabre define como recuperação coletiva da monumentalidade (FABRE,2019)<sup>32</sup>, uma ruptura no tecido temporal, marcada pela revelação do valor do território de Bento Rodrigues diante o desejo da Fundação Renova e da Samarco de se apropriarem desse espaço e dessa memória. Os moradores demonstram que o passado de Bento Rodrigues e seus

---

<sup>32</sup> A ideia de monumentalidade em Daniel Fabre é analisada na mesma perspectiva de Françoise Choay, que irá entender a gênese da ideia de monumento como um processo intencional criado para reforçar fatos ou personagens históricos. A reconfiguração dessa ideia de monumentalidade se estabelece a partir da concepção de patrimônio na sua relação com a temporalidade e de uma cisão entre passado e presente, que viria a influenciar não apenas a relação com a memória assim como o próprio campo do patrimônio. Dessa forma, o monumento intencional passa a perder espaço para o monumento histórico, alterando o processo de valoração do objeto patrimonial tendo seu valor atribuído em uma perspectiva temporal de passado e, nessa ótica, tudo pode passar a ser objeto de consideração patrimonial. (CHOAY, 2006)

vestígios pertencem-lhes, defendendo o que já nos alertava Mario Chagas e Diana Borgado: que “memória não se remove”, e sua manutenção implica desejos, desafios e uma disposição para a luta e para o enfrentamento do campo de disputa em que a memória se insere (BORGADO; CHAGAS,2017).

Nesse debate, entra em discussão a necessidade de se preservar a memória do distrito e do próprio rompimento da barragem que levou a sua completa destruição. As discussões que se estabeleceram desde a mobilização para o tombamento da comunidade é que se tornasse um centro de memória, ou museu de território<sup>33</sup>. Nada foi concretizado quanto ao destino que será dado as ruínas, “ainda tem uma demanda do Ministério Público que tem que definir o que vai ser lá, se vai ser um museu de território, se vai ter um memorial. Mas a gente coloca que nós só vamos definir junto com a comunidade a partir do momento que tiver todo mundo reassentado e indenizado “(MAURO,2021). Mauro afirma existir um projeto solicitado por ele constando que o primeiro passo seria que se limpasse a lama. Esse desejo vai à contramão, segundo ele, da própria discussão junto ao Compat, que deseja que a lama permaneça para marcar a memória do desastre, fato contestado por Mauro, ao expressar que “a memória tem que ser de Bento, não da tragédia. Porque Bento existia antes da tragédia. A lama não fazia parte da história de Bento.” (MAURO,2021).

Diante dessa ideia do “novo”, o que se destaca é como eles lidam temporalmente com o passado na dinâmica que envolve pensar a maneira como será estruturado esse futuro. Nessa lógica, o passado, nos apoiando em Reinhart Koselleck, é pensado como “espaço de experiência” que condiciona os processos identitários nas vítimas, é acionado, possibilitando a percepção de que, nesse “horizonte de expectativa”, o futuro, a vivência no Novo Bento, seria marcado por uma experiência pretérita que surge como aquela que deve ser resgatada. Koselleck, ao procurar definir as categorias meta-históricas, considera a experiência como sendo os acontecimentos do passado incorporados e podem ser lembrados no presente. O passado, nesse sentido, é transmitido a cada geração e desenvolve nos indivíduos determinados comportamentos que o presentificam. Nesse processo, as memórias (re)vividas pelos moradores nas permanências são marcadas por um sentimento de que o presente enquanto experiência temporal não é experimentado, tendo em vista que não consideram como seus os espaços que agora ocupam, restando somente esse “espaço de experiência”, que se configura na proteção da cultura da comunidade, onde o patrimônio emerge como ferramenta identitária das vítimas (KOSELLECK,2006).

---

<sup>33</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/distritos-vao-virar-museu-para-que-tragedia-de-mariana-nao-seja-esquecida> . Acessado no dia14/01/2022.

O passado é experimentado a todo momento e surge como o lugar que deve ser restaurado no Novo Bento. Essas experiências são expressas nos sentimentos dos moradores quando revelam a expectativa quanto ao novo espaço: “Não há nada que substitua a nossa vida em nossa origem. Tudo o que queremos é trazer um pouco de nossa história para podermos viver o pouco dela que ainda resta em nossa mente. (GENIVAL PASCOAL, 2017, p. 9). Para a moradora Hiata Meiriane Salgado, que estava com seis meses de gravidez no dia do desastre, surge o desejo de transmitir aos filhos as memórias com o intuito de manter a identidade da comunidade naqueles que não viveram nesse território: “Quero passar para os meus filhos as boas experiências que tivemos no antigo Bento, porque quando o novo Bento sair eles vão estar bem grandinhos, para que as histórias que nós vivemos no Bento não morram.” (SALGADO, 2017, p. 13).

Imerso na reconstrução do passado, o presente surge como um tempo suspenso, figurando um movimento de rememoração pretérita, cuja expectativa é a do retorno daquilo que foi vivenciado. Esse retorno se configura como a própria relação de vizinhança estabelecida entre os moradores, conforme destaca Mauro Silva: “A gente não quer um Bento lindo e maravilhoso, a gente quer um Bento mais parecido com o antigo e principalmente manter a relação de vizinhança.” (SILVA, 2018, p. 4). Outro morador manifesta a mesma vontade apresentada por Mauro Marcos: “A maioria tem o mesmo objetivo: viver num cantinho, sossegado, na rocinha lá, com os mesmos vizinhos, todo mundo unido, do mesmo jeito.” (citado em Atingidos do Bento, 2016, p. 9).

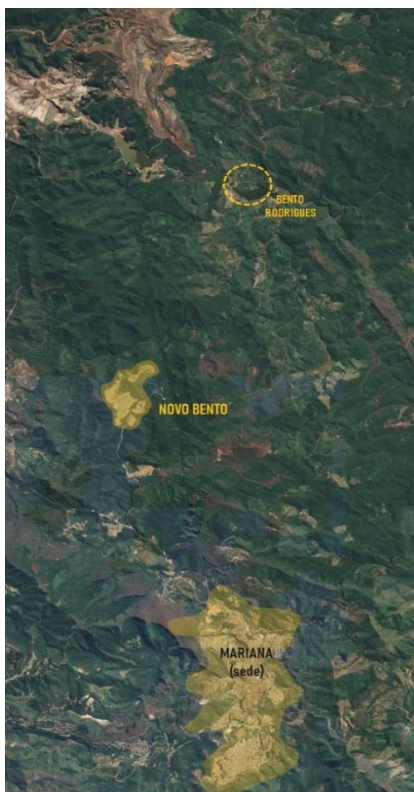
Estabelecer a relação de vizinhança, na concepção das vítimas, possibilitará a manutenção das relações de afetividades, reabilitando o tecido social da comunidade. Esse pensamento fez com que os moradores recusassem o projeto urbanístico do ‘Novo Bento’ apresentado pela Fundação Renova, por não respeitar as disposições das casas, das igrejas, das escolas e das praças, tal qual eram no antigo subdistrito. O projeto não considerava os anseios dos moradores, que exigiram a participação na sua elaboração. Segundo o morador Antônio Geraldo dos Santos,

na elaboração e execução desse projeto é fundamental a nossa participação. Somos nós que iremos frequentar as praças e não podemos deixar o arquiteto fazer tudo do seu jeito, muito menos permitir que alguém defina o modelo de nossas casas sem antes nos consultar. E a dificuldade não se restringe às casas e ruas, mas também ao modo de vida das comunidades. Laços terão que ser refeitos num lugar totalmente diferente e não há técnico que consiga refazer uma comunidade com a nossa identidade sem entender o contexto em que vivíamos. Somente os atingidos são capazes de trazer esses elementos de volta [ênfase adicionada] (SANTOS, 2017a, p. 8).

A partir desse movimento, o novo projeto apresentado, com a participação dos moradores, foi elaborado no sentido de manter as relações de vizinhanças estabelecidas no antigo Bento<sup>34</sup>. A própria escolha do terreno onde será construído o Novo Bento se deu mediante a participação dos moradores. Revela a vontade destes de se manterem conectados com aquilo que sobrou do antigo Bento, no desejo de utilizar os mesmos espaços para manterem sua territorialidade. O terreno foi escolhido pelo morador Zezinho Café, por se encontrar na rota que leva ao antigo terreno de Bento Rodrigues. Embora outros dois terrenos tenham sido sugeridos, o escolhido por Zezinho Café foi aprovado por 95% dos moradores<sup>35</sup>:

O terreno sempre esteve lá. No trajeto pro Bento podia ser visto da estrada, mas ninguém nunca deu muita atenção. Nos anos 1970, alguns chegaram a trabalhar nele, no plantio do eucalipto, na ronda de formiga ou na vigia do lugar. Quando o Bento desapareceu debaixo da lama da barragem de Fundão, a Lavoura foi lembrada como o lugar ideal para receber a comunidade. O mais importante era ficar próximo ao Bento (A SIRENE,2016, p.08).

**Figura 37:** Mapa da localização do Novo Bento. Imagem satélite de junho/2023



Fonte: Google Earth

O terreno, conhecido como Lavoura, fica a 9 km do antigo Bento. Para os moradores, a proximidade é uma forma de manter os laços de afetividade, uma maneira de vivenciar os espaços vinculados à identidade determinada pela relação com os referentes patrimoniais, como destaca um dos moradores: “Pelo menos lá (no sentido do Bento) dá pra gente continuar a ir nos lugares que a gente ia antes.” (ATINGIDOS POR BENTO, 2016, p. 8).

A manutenção da relação com o antigo território é um importante processo para a adaptação no Novo Bento. Além disso, sua escolha reflete a consciência dos moradores acerca das diferentes dinâmicas do que é morar na cidade e do que é morar no campo. Por isso, o reassentamento perto da cidade de Mariana nunca foi do interesse deles, por terem consciência de que o Novo Bento não seria mais um distrito, e sim um bairro: “Se fizesse pro lado de cá (da sede de Mariana), não ia ser mais um distrito, ia ser um

<sup>34</sup> Disponível em: [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4\\_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf) . Acessado no dia 04/04/2023

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.caminhodareparacao.org/historias-no-caminho-da-reparacao-zezinho-cafe/> . Acessado no dia 14/01/2022.

bairro. E a gente não queria ser bairro de Mariana.” (ATINGIDOS POR BENTO, 2016, p. 8).

Podemos compreender um aspecto importante na fala dos moradores em relação ao entendimento entre a dinâmica de vivência na cidade e no campo. Eles representam o que Milton Santos destaca como “homem lento” (SANTOS, 1994). Em suas reflexões sobre técnica, espaço e tempo, vemos a personificação do “homem lento”, apresentado como homem comum, pobre, do lugar, que resiste aos processos externos de globalização. Produtor de solidariedade na contiguidade do lugar, o homem lento representa a manutenção dessa vivência, contrapondo-se a aceleração perversa difundida pelos tempos rápidos, característicos da cidade. Dimensão esta que pode ser visualizada na fala dos moradores, ao questionarem o a escolha do Novo Bento perto da cidade de Mariana, pois configuraria a perda desse tempo lento, que direciona toda a rotina e as identidades do ser morador de Bento Rodrigues. Sentimento relatado pela moradora Maria das Graças Quintão Santos, de 65 anos. Perdeu a casa com tudo o que havia dentro – pertences, móveis, roupas, fotos e lembranças materiais de onde passou mais de cinquenta anos de sua vida. Após o desastre, passou a viver na cidade de Mariana. A mudança de território não representou uma adaptação ao ritmo e ao estilo de vida em uma cidade cujo perspectiva temporal é acelerada, em contraponto a vida “lenta” no subdistrito: “A vida na cidade é muito estranha para mim. Não consigo me acostumar. Volto para Bento todo fim de semana e feriado. Passo um tempo lá com a minha família, na casa da minha irmã – e são essas idas que fazem a gente continuar a sobreviver. Não estamos acostumados com a cidade.” (MARIA QUINTÃO, 2022).

O dilema que se coloca, a partir do cenário pós-desastre, é como se dará a ocupação desse novo espaço e de que maneira serão estabelecidas as novas construções históricas no novo território. As narrativas dos moradores expressam um desejo de retorno a partir do constante contato com os bens patrimoniais destruídos. Mas de que maneira esses bens se apresentarão nesse ‘Novo Bento’? Alois Riegl destaca que os bens patrimoniais podem apresentar diferentes valores de memória, como: o valor de antiguidade, que marca a passagem do tempo; o valor de comemoração, que expressa um desejo de continuidade na retomada de um passado; e o bem de valor histórico, que atua como evidência de um passado do qual fez parte (RIEGL, 1984). Embora os moradores lutem para manterem as relações afetivas no Novo Bento, os novos bens patrimoniais que surgirão no novo espaço encontrar-se-ão vazios de valores, porque a construção coletiva do passado se baseia na referência estabelecida com o “velho” Bento, e não com o “novo”.

As identidades dos moradores encontram-se, ainda que fragmentadas e diferenciadas, enraizadas nas ruínas do antigo Bento. As ruínas, por si só, têm a

natureza de retorno a um passado perdido e funcionam como ferramentas que possibilitam a imersão no passado ligado a elas, bem como o entendimento desse passado. Em Bento Rodrigues, são o registro histórico de outros tempos que se perderam e que não voltarão mais a existir. Cumpre o seu papel de testemunho e de narrar parte da história do desastre e dos seus desdobramentos que se seguirão no Novo Bento. Como lugar de memória, carrega em si uma carga simbólica do patrimônio da comunidade de Bento Rodrigues, capaz de proporcionar uma “volta” ao passado.

Se, em sua maioria, as identidades dos moradores de Bento Rodrigues situam-se no vínculo criado com o território em ruínas, segmentadas nas relações subjetivas e coletivas que cada um estabelecia por meio das vivências patrimoniais com o espaço, outra questão que se apresenta é em como o encadeamento das dinâmicas patrimoniais que direcionam as perspectivas identitárias no cotidiano irão se estabelecer no novo território. Para a maioria dos moradores, as referências identitárias e patrimoniais se encontram em Bento Rodrigues e, mesmo reassentados no Novo Bento, o antigo território é o que parece ser o único elo que solidifica o entendimento dos moradores enquanto membros da comunidade. Mas, existe a consciência de que no novo espaço, novas relações serão criadas. Mesmo com a nostalgia e o desejo de que possam recuperar algumas tradições, têm o entendimento de que as gerações mais jovens é que serão responsáveis por construir as novas associações identitárias da comunidade.

Para o morador Mauro, que veremos a fundo a sua relação com o território mais a frente, o vínculo que existia na comunidade irá se perder no Novo Bento. Conforme destaca o morador, “vai perder tudo. As próprias festividades religiosas, vão perder tudo.” (MAURO,2022). Essa visão de que as festividades religiosas irão se perder ocorre porque, segundo o morador, quem cuidava da igreja de São Bento e das festividades era a sua família, passando de geração em geração. Após o desastre, a família não quer mais essa responsabilidade, por acreditarem que no Novo Bento não será da mesma forma. O desejo em continuar organizando se manteria apenas se as festividades continuassem a ser realizada sobre as ruínas: “se restaurar a igreja lá de Bento, a igreja de São Bento, porque o que a gente quer é que se construa em cima das ruínas, se faça um lar. Aí eu ainda posso(...) A família ainda pode tentar querer cuidar com os amigos.” (Ibidem).

Mauro salienta a importância da territorialidade para a comunidade, resultado de uma apropriação simbólica expressiva do espaço que carrega consigo significados e relações simbólicas. Para ele, o Novo Bento é vazio dessas relações, é “um novo local, assim... Um novo, porém, um novo sem... uma história, sem uma memória, sem valor sentimental e efetivo.” (Ibidem). Embora tenha essa perspectiva quanto ao novo território, acredita que uma nova história pode se estabelecer a partir das gerações mais

novas, que não tiveram uma vivência aprofundada no antigo território e por isso podem construir novas relações. Por isso, ele diz que

“história pode ser que se construa uma nova história a partir dos mais novos, né? É, das crianças que forem crescendo, que aí as crianças passam a ter um vínculo afetivo no local, porque nós não. Nós, eu pelo menos, eu e meus amigos, família, o vínculo lá vai ser só o espírito de comunidade” (Ibiden).

Uma figura importante na vida das crianças de Bento Rodrigues também tem a mesma percepção e por isso desenvolve projetos para ajudá-las nesse processo de transição. Se trata da professora e diretora Eliene. Ela é diretora da Escola de Bento Rodrigues e, antes do rompimento da barragem, sempre esteve trabalhando junto às crianças da comunidade. Ela sempre viu a escola como a principal referência de Bento Rodrigues e acredita que este espaço é essencial no desenvolvimento do sentimento de coletividade que se refletirá no novo território. Ciente do trauma causado pelo desastre, busca de forma gradual inserir as crianças no Novo Bento para irem se apropriando do novo espaço. Enquanto educadora, Eliene, dentro das discussões tratada sobre as emoções, parece compreender que existe uma emoção particular nas crianças, a qual Dominique Ottavi irá chamar de “emoção ligada à criança” (OTTAVI, 2020, p.161). Essas emoções entram em jogo na relação com os adultos e nas vivências cotidianas traumáticas, que, no contexto do desastre, podem afetar as crianças negativamente. Ottavi reforça que tais transformações geralmente são profundas, afetando os indivíduos de maneira inconsciente (OTTAVI,2020). Atenta a delicadeza da absorção das reverberações provocadas pelos desdobramentos do evento, Eliene busca evitar que as crianças evoquem uma emoção negativa na experiência com o novo território.

A gente tem uma preocupação muito grande com eles. É eles que vão construir a história. Porque esse novo legado de Novo Bento vai ser a partir da realidade que eles vão construir lá. Não é? Então, eles precisam estar preparados, estarem abertos pra esse novo. Que isso é muito importante. Então, a escola vem muito com esse papel, sabe? Mas eu acho que é com o tempo, sabe, André? Trazer essas questões patrimoniais, culturais do antigo Bento e colocar ele no novo é um processo, né? Só que visitando o velho Bento a gente não está trazendo a memória das coisas de Bento, né? Já fui questionada, a comissão (de atingidos) já questionou que a gente precisa fazer coisas lá no antigo Bento. Eu não acho. Porque não dá para resgatar nada no meio daquela tragédia toda, né? (ELIENE,2022)

A diretora manifesta que as memórias e vivências patrimoniais estabelecidas em Bento Rodrigues são importantes para a manutenção das identidades referentes à comunidade e que por isso é importante serem transmitidas. No entanto, para ela, fazer esse trabalho de valoração no território sob ruínas não representa um elo com o qual as crianças possam se conectar. Por isso, desenvolve um trabalho de educação



patrimonial, mesmo sofrendo críticas, entendendo que tais identidades não se encontram no lugar, mas sim nos membros da comunidade, “a gente precisa estudar a antiga história, né? De Bento, porque os alunos precisam conhecer, né? Até mesmo porque eles estão ganhando uma nova casa, mas saber o porquê eu tô ganhando uma nova casa, né?” (Ibidem). Através dos relatos orais, Eliene busca contribuir para que os alunos da escola tenham a compreensão da vida que foi em Bento Rodrigues e que terão uma completamente diferente no Novo Bento.

A conexão com o novo espaço ganha destaque no trabalho desenvolvido por Eliene. Ela busca uma forma de fazer com que as crianças se apropriem dele por meio de ações de visita no novo território, mesmo que ele ainda se encontre em construção. “O objetivo do projeto é realmente esse, né? Não é chegar lá no novo bento e dizer: “nossa, que casa linda!” É os meninos se sentirem lá. Imaginar uma vida Nova lá. Imaginar a vida deles lá dentro, né? Como que vai ser o domingo? Onde eu vou pra passear? É um trabalho de formiguinha. É, formiguinha, mas tem que ser.” (Ibidem). Entrevemos que Eliene tem uma preocupação do que esse Novo Bento pode oferecer, o que será construído nesse novo universo de relações. Por isso, tem como objetivo fazer com que as crianças se apropriem do espaço, criando conexões a partir da convivência.

Mas, por enquanto, a gente precisa ainda, assim, né? Bem devagarzinho, levando os alunos. E essas visitas é tão interessante, André, que a gente... Na primeira visita eu fui, né? Foram os alunos do quarto ano que foram. Foi ano passado, em novembro. Eu achei muito interessante, porque assim, quando você vai numa visita, aparentemente, tipo assim, principalmente pra Fundação Renova, né? É que os alunos fiquem deslumbrados, né? Que escola maravilhosa, que escola grande, que diferente! Mas sabe qual que é o olhar dos meninos? Mesmo com nove aninhos, uma menina falou assim: “olha, minha casa é tal lugar, se é assim. Pra mim vir pra escola eu vou ter que usar bicicleta”. Já tava se vendo ali, sabe? Ah, ela já tava se colocando no espaço, já. Não tava nem deslumbrado com a escola, nem nada. É como que ela ia transitar e mexer. Então ela já se imaginou pegando a bicicleta, descendo. Onde que ela colocaria a bicicleta? Porque tem estacionamento na escola, né? Aí eu coloco minha bicicleta no estacionamento e pronto, “já tô na escola””. (Ibidem)

O relato acima reflete diversas camadas quando pensamos as discussões tratadas nesta tese, no que se refere às emoções patrimoniais e os seus desdobramentos a partir do evento ocorrido no dia 5 de novembro. Como observadas nas análises realizadas neste capítulo, testemunhamos que todos os protagonistas dos eventos destacados expressam um sentimento de que “o passado nos pertence”. As emoções patrimoniais expõem o passado e seus vestígios transfigurados na memória, percebidas como bens comuns. Mas, a fala da diretora Eliene parece revelar um novo processo. As emoções patrimoniais manifestas parecem projetadas para um futuro em construção, compreendido como o lugar onde novas relações identitárias ligadas ao

subdistrito de Bento Rodrigues serão construídas. Contemplamos essa projeção das emoções na experiência relatada pela criança de 9 anos ao não se deslumbrar com a grandiosidade da escola em relação à antiga de Bento Rodrigues. As emoções patrimoniais exteriorizam uma vivência patrimonial futura, onde a criança projeta uma nova realidade, uma nova relação com o território, que se manifesta de forma positiva no entendimento da diretora.

Ao conversar com alguns adolescentes de Bento Rodrigues, foi possível perceber o pensamento de que não se deve apegar a um passado marcado pelo desastre. Creem que o Novo Bento é um recomeço e que novas histórias e relações devem ser estabelecidas. É o caso do adolescente D. de 14 anos, que no dia do desastre tinha 09 anos. Ele expressa que quando mudar para o Novo Bento, não tem o desejo de ficar visitando o antigo território. Acredita que mesmo com as casas novas, a vivência no novo território ainda será uma semelhante ao campo, do “homem lento”. O desejo de não visitar o antigo território se reflete na ideia de um recomeço, de se desprender de uma memória passada que ele não viveu. Por isso, afirma que é “melhor criar uma nova vida sabe? Já perdeu tudo mesmo, né? Não tem como resgatar mais nada. Sinto que tem que começar tudo de novo.” (D.,2022). O adolescente D. não tem o mesmo vínculo emocional com o antigo território, assim como os moradores mais velhos. As emoções patrimoniais projetam um recomeço, uma vivência futura, desvinculada do passado ao qual ele não se sente parte. É significativo o olhar que ele se lança enquanto membro da comunidade de Bento, esta identificada em um passado e território que já não existe. Nesse limbo identitário, identifica-se com uma projeção patrimonial que irá se constituir no futuro.

Outros adolescentes expressam o mesmo desejo e sentimento. Para a adolescente C., de 14 anos, é importante relembrar as experiências do passado no novo território, mas que devem ser construída novas histórias. A adolescente de 14 anos, L., traz uma reflexão que amplia a própria gravidade do mal que o crime causou para toda a comunidade de Bento Rodrigues. Ao falar sobre a manutenção das tradições e da convivência no novo território, L. diz: “eu acho que é importante manter, só que vai mudar muita coisa. A convivência, as pessoas, muita gente que antes moravam lá estão mudando. Agora todo mundo separou, tem família lá que não tá mais junta.” (L.,2022). Embora manifeste o desejo de que os laços estabelecidos no antigo Bento Rodrigues permaneçam, tem a consciência de que eles já foram rompidos e não voltarão mais a ser como antes. Revela uma realidade cruel, pois na medida que a Fundação Renova e a mineradora Samarco atrasam o processo de reparação e reassentamento, os membros da comunidade seguem vivendo desterritorializados. Passados oito anos, torna-se insustentável manter um sentimento de comunidade, na medida em que vão

perdendo os vínculos afetivos no ambiente desterritorializado. As crianças vivem outra realidade, alguns vínculos familiares se desfazem, relações de vizinhanças e de solidariedade se rompem. A morosidade representa outro crime, de completa destruição do elo que identificava todos os moradores como pertencentes a um mesmo território.

No jogo das emoções patrimoniais, vemos diferentes percepções sobre o território e as memórias afetivas estabelecidas com ele. Nesse processo de transição, as jovens gerações têm a dimensão de que novas relações identitárias devem ser estabelecidas. Os moradores mais velhos seguem lutando pela manutenção dos antigos ritos e relações. Mesmo diante da morosidade no processo de reassentamento, que segue corroendo os elos afetivos e destruindo a possibilidade de que permaneçam unidos como comunidade, alguns moradores seguem resistindo a esse processo, reforçando ainda mais os laços com o território destruído.

## **2.4 “Somos fortes, somos muitos e somos loucos, loucos por bento rodrigues”**

Os eventos que ainda continuam a ocorrer em Bento Rodrigues, em meio às ruínas, demonstram que “destruir não é reduzir a nada, ou seja, a relação dos moradores com o povoado, mesmo hoje devastado, não se perde. Pelo contrário, ela ganha novas camadas de significados (VASCO,2019, p113). A categoria de emoção patrimonial, a partir da relação de presença com o objeto — no caso, as ruínas de Bento Rodrigues —, conduz as motivações para a criação do grupo denominado “Loucos por Bento”. Ele surge como tentativa por parte dos moradores de ressignificarem o espaço destruído, ao mesmo tempo em que reforça os laços de afetividades com o local. Nessa lógica, o objetivo do grupo se estabelece com o propósito de se reunirem nos fins de semana para acampar nas ruínas e lá reviverem um pouco de sua história, buscando realizar as comemorações que antes faziam parte do cotidiano de cada morador.

Mauro descreve como surgiu essa vontade dos moradores de frequentarem as ruínas de Bento Rodrigues. O desejo surgiu a partir do primeiro contato que as vítimas tiveram com as ruínas no mês de julho de 2016, na ocasião em que decidiram realizar a festa de São Bento. Mauro relata que a

Mônica, que é filha da Maria falou: " Aí gente, mas meu sonho é passar uma noite aqui no Bento. Dormir aqui. Eu sei que tá tudo destruído, mas a gente vai dá um jeito, na parte alta, a gente acampar em barraca. E aí quando foi em outubro nós começamos a frequentar lá direto. Todo final de semana a gente tava indo lá (MAURO,2021).

Esse primeiro contato com as ruínas de Bento, no pós-desastre, fez ampliar as emoções patrimoniais com o território e culminou no desejo de continuarem a frequentar

aquele espaço, que mesmo marcado pela lacuna da ausência, não representa um vazio (VASCO,2019). O desejo foi se ampliando no sentido de que não somente ir às ruínas durante os fins de semana completava o desejo, o elo com o local e ,por isso, era preciso reviverem naquele espaço as emoções que agora se encontram na memória. A partir disso, surge o desejo de dormir naquele espaço.

Foi em outubro. Tinha um pessoal da tv alterosa que queria fazer uma reportagem com a gente, mas lá. Ai a gente falou. 'ah não, vamos dormir e passar a primeira noite lá'. Ai quando as outras pessoas ficaram sabendo, falou assim: "você são loucos de passar a noite naquele lugar". Ai eu falei: "ah Mônica, nós vamos ter um grupo e esse grupo vai chamar loucos por Bento". Já que o pessoal falou que nós somos loucos, nós vamos aderir o nome. Somos loucos, mas loucos por Bento. Passamos a primeira noite lá e foi muito no improviso mesmo. E aí em novembro a tia da Mônica, que é a Teresinha, a casa dela ficou lá. Porém foi tudo saqueado. Ai nos falamos: "vamos arrumar do nosso jeito e vamos passar a vir pra cá". E agora todo final de semana nós vamos pra lá (MAURO.2021).

Os sujeitos constroem distintas dimensões do território e todo o patrimônio constituinte da memória daquele. Para algumas pessoas, é uma completa loucura que um grupo de pessoas tenham o desejo de dormir em um território destruído, mas que permanece como o único lugar capaz de invocar elo o que define aquele grupo enquanto comunidade. Os moradores demonstram bem essa relação e, a partir desse adjetivo negativo direcionado a eles, subvertem o sentido e se apropriam do termo louco de maneira positiva, criando um grupo que passa a reatualizar o território, dando novos sentidos, sustentados por meio dos ritos reestabelecidos. Além de subverterem o sentido de loucos, subvertem também a ideia do Novo Bento, que embora seja denominado como o novo território onde serão reassentados, para eles esse "novo" é o espaço de ruínas que passaram a dar novos sentidos.

**Figura 38:** Placa colocada pelos moradores sob as ruínas de Bento Rodrigues. Mônica dos Santos argumenta que, mesmo com proposta de nova casa, Bento Rodrigues ainda pertence aos moradores.



**Fonte:** Luiz Pereira/Agência

A festa realizada na semana santa no ano de 2017 pelo grupo Loucos por Bento revela a importância da criação do grupo, pois coloca em evidência uma comunidade confraternizando em meio ao caos, felizes por estarem em seus territórios, celebrando da forma como faziam. Exprime a esperança de que juntos podem seguir lutando contra a empresa causadora do crime, bem representada pela figura do judas sendo queimado.

Nós somos sobreviventes e somos pioneiros na construção de um novo Bento. E o novo Bento é aqui. A realidade do Bento é aqui. Hoje nós estamos aqui malhando Judas, mas se Deus quiser ano que vem vai ter muito mais pessoas aqui ajudando a gente a reconstruir e fazer a história do Bento real. O Bento Rodrigues de verdade. Hoje nós estamos recuperando essas casas que ainda restam e vamos reconstruir a nossa história. Vamos fazer história aqui. Viva nós!<sup>36</sup>

**Figura 40:** Grupo “Loucos por Bento” malhando o judas cuja referência simboliza a mineradora Samarco. 2017.



Fonte: Jornal A Sirene.

**Figura 39:** Grupo “Loucos por Bento” reunidos para celebração da Semana Santa. 2017.



Fonte: Jornal A Sirene.

A fala do morador Mauro, assim como o depoimento da moradora Maria Quintão abaixo, destacam a importância desse grupo e o quanto as emoções afloram a partir do contato com o patrimônio identitário:

Sempre que possível, vamos pra lá [Bento] tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama desarrumou, já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou o nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram nos sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de nós. Temos, desde o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterradas pela lama, são nossas. E queremos mostrar para o mundo o quanto amamos aquele lugar, onde nascemos e passamos a maior parte das nossas vidas, e que não estamos dispostos a abrir mão dele. Estamos apenas resistindo porque essa luta nos fortalece. Juntos, o nosso grupo “Loucos pelo Bento” pretende vencer com a ajuda de Deus, pois a nossa fé é o que nos dá força. (QUINTÃO, 2017, p. 5).

<sup>36</sup> Fala do atingido Mauro e o vídeo é um registro da festa comemorada pelos moradores nas ruínas de Bento. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=CYqiYqzS41s&t=6s&ab\\_channel=JornalASirene](https://www.youtube.com/watch?v=CYqiYqzS41s&t=6s&ab_channel=JornalASirene). Acessado em: 28/01/2023

Maria Quintão exterioriza a importância das emoções patrimoniais na luta para a preservação não só das tradições, mas do próprio espaço, porque é a partir dele que as vítimas mantêm um vínculo com a memória da comunidade. Assim, todas as celebrações importantes para os moradores passam ser realizadas novamente nas ruínas de Bento Rodrigues. As principais festas religiosas em comemoração aos padroeiros das duas capelas existentes, de São Bento e Nossa Senhora das Mercês, continuam a ser celebradas na comunidade. Além destas, festas de Natal, Ano Novo, carnaval, casamentos, festas de aniversários, Dia das Crianças, dentre outras, também continuam a ser realizadas pelo grupo.

**Figura 41:** Mauro Marques, que nasceu e viveu toda sua vida em Bento Rodrigues, comunidade atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, mostra a casa onde foi criado, destruída pelo desastre.



**Fonte:** Lucas Negrisoni/O Tempo

O grupo foi ocupando as poucas casas de alguns moradores que não foram levadas pela lama e, no improviso, atuaram reformando os espaços para acolherem melhor todos os que desejavam visitar Bento. Organizaram alguns quartos com colchões, fizeram um fogão a lenha para aquecer o chuveiro de serpentina para se banharem. As instalações, que eram precárias no início, foram aprimoradas, já que inicialmente dormiam sem janelas, portas e água. Tiveram que improvisar, pois o que havia antes, como encanamentos, rede elétrica,

hidráulica, moveis, a cozinha planejada, foram roubados. A iluminação funciona a base de uma bateria de carro responsável por alimentar quatro lâmpadas da casa. Perante as condições destacadas, pouco importa o desconforto, “os amigos não se importam. Adultos, crianças e idosos ficam felizes por aproveitarem o tempo juntos. Geladeira? não. Uma televisão? Também não tem televisão. Que que vocês ficam fazendo? A gente fica batendo papo. Lembrando e chorando”.<sup>37</sup>

Mario Chagas em uma de suas reflexões afirma que “patrimônio é o caminho das formigas”, ao analisar o programa “Jovens agentes do patrimônio” desenvolvido pelo Museu Vivo de São Bento e reconhecer nesse grupo uma habilidade capaz de articular “patrimônio material e imaterial, cultura e natureza, trabalho e lazer, festa e cotidiano, casa e rua, identidade e diferença, história e memória, antiguidade e

<sup>37</sup> 'Loucos por Bento Rodrigues', ex-moradores querem resgatar memória de povoado devastado pela lama. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=lv35lqVwD7o&t=5s&ab\\_channel=Rep%C3%B3rterRecordInvestiga%C3%A7%C3%A3o](https://www.youtube.com/watch?v=lv35lqVwD7o&t=5s&ab_channel=Rep%C3%B3rterRecordInvestiga%C3%A7%C3%A3o). Acesso em :14/01/2022.

contemporaneidade.” (CHAGAS,2014, p145). Tais habilidades se configuram como ferramentas para um grupo de adolescentes participantes do projeto estabelecerem uma conexão com o patrimônio local e compreenderem e reconhecerem a própria comunidade onde estão inseridos como patrimônio<sup>38</sup>. Compreendemos o grupo “Loucos por Bentos” dentro dessa perspectiva patrimonial como um “caminho das formigas” , pois somente nesse processo de militância e persistência é que conseguem manter a conexão com o patrimônio de Bento Rodrigues. É no cotidiano que o patrimônio se revela, afirma e se confirma para as vítimas, pois é “na relação, no encontro, na vivência e nas convivências que o patrimônio se constitui, se enraíza e adquire sentido (Ibidem, p.157).

**Figura 42:** Membros do grupo Loucos por Bento visitam reassentamento onde deveriam estar as casas de Bento Rodrigues e protestam contra os atrasos da Fundação Renova



**Fonte:** Joice Valverde/Caritas

A noção de patrimônio nos moradores de Bento Rodrigues decorre da experiência, da lida cotidiana com a vida. Da experiência da tristeza ao longo dos tempos, no enfrentamento aos processos traumáticos de reparação. Enfrentamento esse que abala, enquanto inflama, contamina, mas que também propicia a resistência através da memória ligada ao patrimônio que afeta, transforma e se constitui como a única maneira dos moradores se manterem firmes na busca por justiça e reparação. Lutam diariamente contra o esquecimento. Resistência expressa no lema do grupo: “Somos fortes e somos muitos e somos loucos, loucos por Bento Rodrigues”. Esse movimento representa o aumento da participação dos moradores nas comemorações nas ruínas.

<sup>38</sup> De acordo com Mário Chagas o programa Jovens Agentes do Patrimônio foi criado em 2009 e buscava compreender que a patrimonialização “é um campo de disputa pela ocupação do passado, do presente e do futuro, logo tem papel estratégico na formação educacional e cultural das novas gerações.” (CHAGAS,2014, p.147).

Para o nosso grupo [Loucos pelo Bento], é muito bom ver que está aumentando o número de atingidos que frequentam as festas lá. Muitos não querem ir ao Bento, mas existem aqueles que estão começando a se interessar, até mesmo pra passar o final de semana lá com a gente. No ano passado, na celebração de São Bento, participaram, em média, 20 pessoas, já neste ano, na celebração de Nossa Senhora das Mercês, o número aumentou bastante (ANDREIA SALES, 2017, p.12)

A experiência emocional patrimonial do grupo Loucos por Bento provoca o que já observamos nas reflexões propostas por Llorenç Prats ao destacar a ativação patrimonial (PRATS, 1998), uma vez que o grupo estabelece um critério de escolhas dos objetos e rituais representativos no espectro do processo de ativação territorial do patrimônio. Conforme apresenta o autor, os elementos constituintes dos repertórios patrimoniais para adquirir uma representatividade necessita ser legitimado como construção social. Dessa forma, destaca que a construção social não se produz de forma espontânea, mas sim inventada no interior de um discurso, adquirindo um caráter sagrado, elevado à expressão coletiva, cujo vestígio do passado une os sujeitos no presente, apesar de suas diferentes posições no processo (RAMIREZ, 2007, p. 7). O grupo, através do passado, permanece ativando as memórias e, a partir delas, reterritorializando-se, revivendo-as. Desenvolvem, nesse sentido, atos de patrimonialização.

Comumente observamos que os atos de patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais sugerem da instituição e o reforço de uma “ordem patrimonial”, tanto no que se refere à organização espaço-temporal dos bens, de modo a evitar disseminações e confusões, como no que diz respeito à prescrição de usos admissíveis, com a finalidade de coibir gestos e narrativas que afrontem ou confrontem a pretensa sacralidade do patrimônio (MACHADO, 2018). Conforme destaca Dominique Poulot “o patrimônio elabora-se, em cada instante, com base na soma de seus objetos, na configuração de suas afinidades e na definição de seus horizontes” (POULOT, 2009, p. 15). Sendo assim, observamos que os membros do grupo Loucos por Bento, enquanto agentes incumbidos de gerirem processos de patrimonialização, esforçam-se para contemplar uma visão de grupo, estabelecendo coesões e coerências para preencher as lacunas deixadas pelo desastre e ordenar, dentro do espectro das emoções, um senso de comunidade, atribuindo valor e importância ao território e aos ritos realizados no mesmo.

**Figura 43:** Comunidade reunida na ocasião da festa de São Bento, em casa que foi saqueada e reconstituída com recursos próprios dos membros do grupo "Loucos por Bento" (27/07/2019).



Fonte: Flora Passos



O esforço de preencher as lacunas, que podem, a princípio, desestruturar a coesão e a coerência da “ordem patrimonial” do grupo, é uma tarefa que envolve, como observamos, estabelecer uma topografia das narrativas sobre o passado, de histórias e memórias, conforme a pretensão do grupo de evocar o conhecimento e reconhecer esse passado como estruturantes identitários da comunidade. Revela que a diacronia temporal pode se exprimir na sincronia do território valorizado, protegido e preservado pelas vítimas. Ao mesmo tempo, o preenchimento dessas lacunas envolve, da mesma forma, estabelecer estratigrafias temporais do espaço, “escavadas” nas camadas temporais visando se sobrepor ao desastre e a singularidade da imagem deixada por ele. Em síntese, o ato de patrimonializar no grupo Loucos por Bento se exprime na ambivalência de espacializar o tempo e de reocupar o território.

Quando observamos a materialidade do território no qual os moradores reconstituem suas vivências, podemos rememorar dois pontos distintos dos regimes de patrimonialização, quando pensamos esses processos numa lógica instituída do patrimônio: o primeiro se refere ao “regime de singularidade”, cuja atribuição de valor do bem cultural se dá pela sua excepcional raridade; o segundo, que podemos vislumbrar nas práticas estabelecidas pelos moradores de Bento Rodrigues, é o “regime de comunidade. Destacado por Natalie Heinich, esse regime envolve a atribuição de valor àquilo que está ligado a um conjunto cuja harmonia é captada da interação entre os bens na sua relevância conjunta (HEINICH, 2010-2011). De maneira isolada, esse movimento de patrimonialização provavelmente não revelaria a sua força. Mas, dentro do “regime de comunidade”, o reconhecimento de valores previamente atribuídos em uma participação mais ativa do grupo nos processos de atribuição de valores patrimoniais e de gestão do território patrimonializado pelas vítimas, reconfigura as forças do grupo que se reverberam tanto no reavivamento dos ritos quanto na luta pela articulação do direito dos usos do território.

**CAPÍTULO 3 - EMOÇÕES E COMUNICAÇÃO:  
OBJETOS SOBREVIVENTES, OBJETOS  
AUSENTES**

*Vocês sabiam? É no silêncio que as barragens se rompem. Meu nome é Maria, Pedro, Sebastião, Zeninha de Seu Chicão, Quinota de Joaquina, Lília de Lalado.*

*Eu? Eu sou Sergio Papagaio. Vou contar para vocês a história de um crime, mãe de tantos outros crimes. Caminho de barro. 5 de novembro de 2015, houve um estrondo, o som ecoa o mundo afora, carregando consigo a soma de vários delitos de uma tragédia anunciada. Rompeu-se mais uma barreira da irresponsabilidade. Deixando escapar de si a morte. O senhor Bento Rodrigues trazia em seu ventre vários filhos. Acometido de um mal súbito entrou em trabalho de parto, partindo deste mundo logo após ter abortado todos os filhos seus. Para aumentar a tristeza e o trauma de um pai, viu muitos dos filhos nascendo para morte. Outros morrendo para vida.*

*Bento, pai velho e cansado, vive hoje no mundo das lembranças, atrás dos olhos da gente. Mas, esse mal não contente, desce o vale e ganha o rio. Ganha não, toma e faz dele seu caminho. Galopando como um gigante vai levando tudo a sua frente: ponte, gente, gado, casa... Pinta de marrom o verde das margens. Destrói Gama e Paracatu de cima. Separa os arraiais, afugenta seu povo e chega a Paracatu de baixo já deserto de sonhos e com a esperança parda.*

*Sem gente, sem ponte. Mistura a sua lama as lágrimas deixadas na praça e as casas, em reverência aos seus saudosos anos, curvam-se sob a lama, abraçando as lembranças e a esperança de ver de volta os filhos seus. Doca, Polonha, Iracema, Quito, Élio, Nier, Constância, Maria do Carmo e as Crianças, Emily, Duda, Ariel, Eric, Fernanda de Dadá. E a Glória lá no morro, Maria Geralda, Neo, Ana Paula e Carudo. Ó meu Deus que absurdo, a lama desce o rio de pedra em pedra até chegar em Pedras onde não deixa pedra sob Pedras.*

*E no Bocão engole a ponte de saltar e faz dois mundos: o de lá e o de cá. Já na cachoeira do Gualar, num milagre sobre o manto sagrado salvam-se Dorinha e Bilu. Não contente de separar arraiais, toma o elo entre Mariana e a Barra. Desce pela mandioca querendo jogar para sempre nos braços de morfeu o meu amigo Dirceu. Dirceu é nego esperto, caboclo escolado, não cai nas garras desse barro. E como um trator de esteiras esmaga e divide Gesteira, separando velho do novo. Deita a ponte das Cortinas e chega na onça de surdina. Uma voz lá da Cafuna diz pra Barra e pro Quinduba: "Segure suas pontes morimbundas, pois a da onça já se afunda".*

*Olha que coisa mais confusa, a lama Gualaxo abaixo, a lama Carmo acima. E na volta da Capela apaga-se as luzes, acende-se as velas. Mas nada pode ser feito contra o monstro de rejeito. Ergue-se na beira do Carmo dois espíritos mateiros para salvar o povo inteiro. Um santo o outro padre, os dois São José.*

*E o barro desce a barra, casas, carros, muros caem (...)*

**Sérgio Papagaio**

Em suas reflexões sobre os paradigmas do retorno do passado, Paulo Rossi parte de uma premissa de que “o tempo possui uma direção e uma flecha” (ROSSI,2010, p.129). Na visão linear do tempo, a repetição não se estrutura como uma possibilidade, onde os eventos apenas se ordenam pelas suas singularidades, no qual cada posicionamento se encontra em um ponto determinado da flecha (ROSSI,2010). No entanto, o mesmo autor apresenta que numa dinâmica temporal, o passado pode se reapresentar no presente por meio de fragmentos. No retorno, estaria misturada à imagem da flecha uma perspectiva cíclica, ocasionando uma visão de regressão que traz consigo a ideia de uma volta ou repetição. Nessa concepção temporal, o regresso do passado se estrutura na memória e, para Rossi, se apoiando nas concepções filosóficas de Aristóteles<sup>39</sup>, essa memória parece referir-se a uma persistência, a uma realidade de alguma forma intacta e continua (ROSSI,2010, p.15). A reminiscência, estruturada como uma imagem lembrada do passado, que conserva na memória um passado tecido de recordações, traz de volta à memória aquilo que foi experimentado e que ainda se configura como elemento capaz de afetar os sujeitos no presente.

O evento ocorrido em 2015 ainda parece retornar a todo instante na memória das vítimas. O processo de reminiscência transporta as sensações sentidas no dia do desastre, afetando as vítimas, como se a cada lembrança a dor daquele momento fosse reativada. Eles seguem temporalmente afetados por esse passado. A vista disso, iniciei este capítulo com um trecho de um poema do morador de Paracatu e vítima do desastre: Sergio Papagaio. É um poema apresentado na ocasião do lançamento da campanha de financiamento coletivo do Jornal A Sirene, ocorrido no dia 8 de julho de 2021<sup>40</sup>. O jornal, que ainda se estrutura como um espaço para preservar a memória de pessoas e lugares que passaram por severas transformações desde o ocorrido em novembro de 2015, arriscava acabar por falta de recursos e por isso uma ação coletiva foi estabelecida no intuito de manter vivo esse importante espaço de resistência. É nesse cenário, tomado por um sentimento de resiliência, que Sergio Papagaio nos apresenta o seu poema. Ele oferece uma diversidade de camadas que nos revelam muitos aspectos do crime. Mas, um ponto importante de se destacar é que mesmo em 2021, seis anos após o ocorrido,

---

<sup>39</sup> O Jornal A Sirene surgiu em fevereiro de 2016 visando ser um veículo para comunicação popular feito por e para os(as) atingidos(as). A publicação, distribuída mensalmente nas cidades de Mariana (sede e subdistritos) e Barra Longa, arrisca acabar por falta de recursos. Por ser uma produção popular e independente, dos próprios atingidos e atingidas, os recursos d'A SIRENE dependiam de verbas da Arquidiocese de Mariana, que as manteve até julho de 2019. Desde então, o jornal vem contando com diversas fontes de financiamento instáveis, e atualmente conta com campanhas de financiamento para se manter.

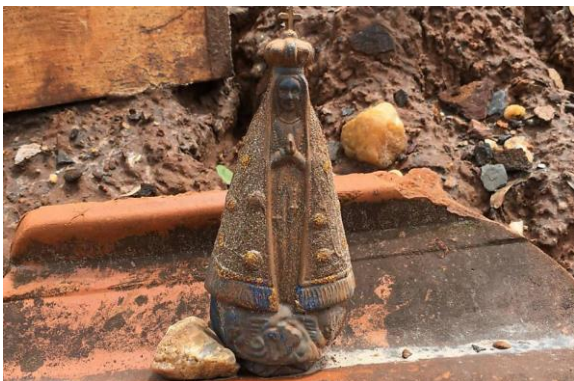
<sup>40</sup> Live do lançamento de campanha de arrecadamento disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=JWv8CTrIVPc&t=1935s&ab\\_channel=JornalASirene](https://www.youtube.com/watch?v=JWv8CTrIVPc&t=1935s&ab_channel=JornalASirene) . Acessado em 28/09/2022.

ele ainda se configura como um evento capaz de mobilizar emocionalmente Sergio Papagaio. Essa emoção se aflora quando cita nomes, provavelmente de conhecidos seus. Diante da pronúncia de nomes como “Doca, Polonha, Iracema, Quito, Élio, Nier, Constância, Maria do Carmo e as Crianças, Emily, Duda, Ariel, Eric, Fernanda de Dadá”, pessoas com vidas e história que foram perdidas, ele para pôr alguns segundos, tentando segurar o choro, pela tristeza de lembrar que todos aqueles com quem compartilhava uma relação no território já não tem mais esse espaço simbólico. Como ele destaca, nada pôde “ser feito contra o monstro de rejeito”.

A metáfora do monstro de rejeitos é simbólica. Em seu poema, podemos sentir o peso do crime, a imagem da lama como um monstro em descontrole a destruir tudo o que vê pela frente. Como expressa Sergio Papagaio, “esse mal não contente, desce o vale e ganha o rio. Ganha não, toma e faz dele seu caminho. Galopando como um gigante vai levando tudo a sua frente: ponte, gente, gado, casa. O barro desce a barra, casas, carros, muros caem (...)”. Esse cenário crítico revela um ponto que se coloca como perspectiva de análise neste capítulo. A lama, enquanto elemento simbólico de um evento crítico, não permitiu que os moradores de Bento Rodrigues tivessem sequer tempo de levarem consigo qualquer objeto pessoal. Nos 15 minutos que antecederam a destruição completa de Bento Rodrigues, houve tempo apenas de salvarem suas vidas. Conforme pudemos visualizar no poema apresentado inicialmente, a lama levou tudo o que estava a sua frente. Nesse processo, uma infinidade de objetos afetivos sumira soterrados pela lama. No espectro do desastre, todos esses objetos passaram a ter um novo significado para os moradores de Bento Rodrigues, sejam aqueles perdidos ou resgatados.

Qualquer busca que se faça sobre o desastre, seremos inevitavelmente tomados por uma infinidade de imagens que têm como ponto central de narrativa os objetos, no intuito de reforçar uma perspectiva sensível de que cada um deles estabelecia uma relação de afetividade com as vítimas. Mesmo sem saber a quem os objetos estavam ligados, ao nos depararmos com tais registros, somos tomados por um sentimento cordial, porque temos a dimensão de que um objeto ontologicamente carrega um potencial de testemunho, como um semióforo portador de significado e que, portanto, nos remete a um processo de humanização que se relaciona com a dimensão valorativa que temos dos objetos nas suas conexões estabelecidas com os territórios, pessoas e significados.

**Figura 44:** Imagem de Nossa Senhora Aparecida encontrada na lama.



**Fonte:**  
<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/nova/40876-bento-rodrigues-apos-a-lama#foto-517811>

**Figura 458:** Conceição de Paula segura a foto encontrada no meio da lama, em Bento Rodrigues (MG).



**Fonte:** G1 -Foto: Flávia Mantovani/G1)

**Figura 47:** Gesteira, Minas Gerais, 2016. Cristiano Mascaro



**Fonte:** Cristiano Mascaro

**Figura 46:** Registro de objetos afetados pela lama. Acervo O Globo.



**Fonte:** Acervo O Globo.

As imagens destacadas, dentro da lógica patrimonial, elucidam dois pontos importantes a serem observados: o primeiro foi analisado pelos autores Marcia Arcuri, Paulo Otávio Laia e Rodrigo Suñer, que ao refletirem sobre os processos de salvaguarda e gestão do patrimônio cultural impactado pelo rompimento da Barragem de Fundão, vão destacar que parte significativa dos objetos, sejam eles históricos ou paisagísticos do patrimônio cultural, acrescentamos também os objetos pessoais afetivos, “tornaram-se em um só golpe, “bens arqueológicos”, ao serem soterrados pela lama.”(SUNER;LAIA; SUÑER,2018,p214). Nesse ponto, é importante salientar que no calor do desastre, na busca em resgatarem alguns bens patrimoniais religiosos na igreja de São Bento<sup>41</sup>, no ímpeto de recolherem qualquer material que representasse o símbolo do trágico evento, arqueólogos coletaram diversos objetos que, ao receberem a alcunha de bens arqueológicos, passaram a se enquadrar em uma lógica “oficial” de salvaguarda. Os objetos se integraram aos dispositivos legislativos de salvaguarda e,

<sup>41</sup> Disponível em :

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/04/interna\\_gerais,714391/arqueologos-resgatam-quatro-pecas-sacras-levadas-pela-lama-em-bento-ro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/04/interna_gerais,714391/arqueologos-resgatam-quatro-pecas-sacras-levadas-pela-lama-em-bento-ro.shtml) . Acessado em: 29/09/2022.

como veremos mais a frente, esse movimento irá cercear o direito de as próprias vítimas resgatarem seus objetos afetivos encontrados na lama de rejeitos.

O segundo ponto a ser elencado ao refletirmos sobre o simbolismo que as fotos acima enumeradas representam é que os objetos destruídos pela lama se converteram, no espectro da materialidade patrimonial, em símbolos de perda dos membros da comunidade de Bento Rodrigues. A polissemia de objetos soterrados traz consigo múltiplos testemunhos de uma realidade que agora é atravessada pelo trauma do desastre e passam a revelar também outras memórias de identidades construídas na vivência do território que já não existe. Assim, compreendemos que esses objetos passaram a se caracterizar como objetos patrimoniais. O pensamento se justifica por dialogar com as reflexões trazidas por Nathalie Heinich que compreende o objeto patrimonial como capaz de despertar emoções (HEINICH,2012). Para a autora, essas emoções podem ser descritas conforme o signo representado pelo objeto patrimonial, seja ele positivo ou negativo, pelo seu contexto (individual ou coletivo, privado ou público), ou os valores que manifestam (autenticidade, presença, beleza). Cada objeto se relaciona a um "registro de valores" específico, ampliado consoante a sua extensibilidade temporal (HEINICH,2012, p.19). Dessa forma, podemos apreender que esses objetos estão profundamente carregados de valores, o que os tornam de fundamental importância de análise. Ou, de investigação axiológica, nos apoiando em Nathalie Heinich.

Meses após o rompimento da barragem, os moradores puderam voltar as ruínas de Bento Rodrigues e nesse processo conseguiram resgatar alguns objetos que se tornaram referências emotivas de construção e rememoração da territorialidade perdida<sup>42</sup>. Da mesma forma, outros objetos jamais foram encontrados, mas ainda se estabelecem como artefatos comunicacionais ativadores de uma memória que se mantém viva a partir da ausência. Assim, apreendemos esses objetos na perspectiva patrimonial e museológica. Analisar os objetos soterrados a partir das suas propriedades e qualidades comunicacionais, as dinâmicas de valorização da autoimagem como membros da comunidade diante os processos de redescobertas e por meio das ausências, parecem revelar um processo íntimo de relação entre memória e objeto que ganha um aspecto particular a partir do trauma do evento crítico.

---

<sup>42</sup> Disponível em :

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/01/interna\\_gerais,712954/moradores-de-bento-rodrigues-voltam-ao-povoado-para-resgatar-o-que-sob.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/12/01/interna_gerais,712954/moradores-de-bento-rodrigues-voltam-ao-povoado-para-resgatar-o-que-sob.shtml) . Acessado em :29/09/2022.

### **3.1. Sobrevida dos objetos: emoção e ressignificação patrimonial a partir do desastre**

O desastre gerador das emoções tem como primeiro ato revelar nos indivíduos a manifestação da dor e do lamento. Na coletividade, o lamento se transforma em indignação. Toda indignação é direcionada a um alvo, reestruturando a lógica das denúncias que se intensificam por diversos meios, transformando-se em multiplicadores das emoções a partir dos fragmentos de dor, revolta e indignação. Dessa forma, refletimos no capítulo anterior que para os moradores de Bento Rodrigues, o alvo, desde o momento do rompimento, foi a mineradora Samarco, responsável pelo crime, e a Fundação Renova, criada visando indenizar as vítimas. No embate contra a responsável, analisamos os processos de intensificação das emoções patrimoniais que geraram uma série de ações que tiveram como elemento central os usos do patrimônio e a defesa do território, contribuindo para reforçar papéis identitários e estabelecer o direito do uso do território destruído para a perpetuação dos ritos patrimoniais.

A noção patrimonial nas vítimas decorreu das experiências traumáticas provocadas pelo evento, sendo ampliada no processo de luta por reparação. Tal experiência propiciou o movimento de resistência por meio da memória que se estrutura, e é ativada, na relação com o território. O patrimônio de Bento Rodrigues, a partir das nuances traumáticas, emociona, afeta e transforma, estabelecendo-se como único elemento de sustentação no processo de luta por reparação.

Observamos que esses processos se desenvolveram com experiências patrimoniais específicas, envolvendo o território, os ritos estabelecidos nesse espaço, em que a não ruptura dos laços afetivos mantém ativa as emoções ancoradas na relação que os membros da comunidade de Bento Rodrigues estabelecem com as memórias coletivas da comunidade. Porém, observamos no início deste capítulo que um retrato impactante do desastre são os inúmeros objetos destruídos. Estes, em alguns casos, remetiam a uma memória coletiva, mas, em sua maioria pertenciam a indivíduos que, nas suas particularidades, mantinham uma relação afetiva com eles. Se a ausência do território e dos ritos ali celebrados geraram uma série de mobilizações a partir das emoções patrimoniais, reforçando a luta pela preservação não só das tradições, mas do próprio espaço, uma vez que é a partir dele que os atingidos mantêm uma relação com a memória da comunidade, a ausência dos objetos afetivos, da mesma forma, geram uma série de emoções como consequência das lembranças dos objetos ausentes ou reencontrados, que passam a ser ressignificados e valorados a partir dos seus aspectos comunicacionais.



Conforme destaca Daniel Fabre, as emoções patrimoniais lidam com um processo complexo de atribuição de valores aos objetos patrimoniais (FABRE,2019). No contexto das emoções, são introduzidas outras qualificações aos objetos, que vão para além dos valores de uso e que, no espectro do desastre, ganham novos significados. Quando dizemos objetos patrimoniais, partimos da premissa de que eles se inserem em uma lógica patrimonial e, na perspectiva das emoções patrimoniais, os valores dos objetos, que em muitos casos são cristalizados por uma perspectiva oficial de valorização, são colocados em jogo. As experiências traumáticas causada pelo desastre condizem ao cerne do processo de atribuição de valores aos objetos que se perderam na lama. Atribuições que perpassam a lógica “oficial”, do ponto de vista da empresa responsável pelo crime, que valora os objetos fruto do crime que ela própria cometeu; e atribuição por parte das vítimas, em que os objetos se inserem dentro do processo museológico comunicacional. Nesse sentido, neste capítulo iremos analisar os objetos e como eles adquirem uma dimensão patrimonial, provocada pelo desastre, a partir da ausência, ou reencontro, dos mesmos.

Uma premissa importante de se destacar é que vivenciamos o mundo físico através dos objetos (DOHMANN,2013, p.22). Eles se constituem como testemunhos da história da sociedade humana, das mudanças tecnológicas, refletindo em simultâneo, conforme destaca Marcus Dohmann, o psiquismo individual e o meio social dos homens (DOHMANN,2012). Mais do que isso, o homem na sua relação com o objeto compõe um elemento central na experiência material, no qual todas as esferas da vida, sejam elas biológicas, psicológicas e sociais, são permeadas pela presença do objeto, conectando o humano com o mundo, o qual o suporte material representa a condição essencial da vida:” a do espírito existir e, sobretudo, manifestar-se” (DOHMANN,2013, p.31). O objeto, na sua materialidade, traduz o ato que lhe consagrou a vida, cuja forma traduz uma imaginação performada antes mesmo da sua configuração física. É a natureza transformada, repleto de experiências intersubjetivas e interativa dos sujeitos com o mundo. Para Dohmann,

O fluxo de sentidos e imagens que os objetos veiculam através dos canais de comunicação é capaz de despertar aspectos singulares nas reminiscências dos indivíduos, pelas recordações de vivências passadas que alternam tensões entre esquecimento e saudosismos, nos sentidos e sensações reavivados pela lembrança material. Objetos ou coisas sempre remetem a lembranças de pessoas ou lugares, de uma simples fotografia até um marco arquitetural. Ao proporcionar a conexão com o mundo, os objetos mostram-se companheiros emocionais e intelectuais que sustentam memórias, relacionamentos e histórias. (DOHMANN,2013, p.33)

A citação de Dohmann traz um ponto importante sobre os objetos, que seus sentidos e imagens, a conexão que estabelecem com o mundo, são expressas por meio das emoções, refletindo vivências e simbolismos que se relacionam com a própria ideia de atribuição de valores. Elas são subjetivas e refletem a nossa condição humana. Nos objetos, expressam uma aura própria, que carrega em si um sentido comunicacional da própria experiência humana. Tal premissa reforça que não vemos nesta tese o objeto pelo seu caráter utilitarista, mas, como reforça Ernest Dichter (2009), pelo seu potencial de refletir as nossas imagens, em um movimento cujos objetos com os quais convivemos no cotidiano influenciam no nosso comportamento social. Por meio dos objetos construímos nossa autoimagem, semeamos e intensificamos nossas relações, reforçamos nossos processos identitários, uma vez que eles guardam o passado, o que nos constitui enquanto sujeitos, estabelecendo essa ponte entre o que foi e o que é.

A cultura material se estrutura como um lugar privilegiado de observação das intencionalidades humanas. Dessa forma, no paradoxo das percepções patrimoniais, observamos que a materialidade dos objetos é significativa no sentido de que é através dela que a imaterialidade é cultivada. Os objetos estimulam as memórias e se dispõem como ferramentas capazes de contribuir para reavaliar e recriar memórias e identidades nos processos de resignificação da materialidade, estruturando-se como suportes de memórias. Sobre a memória e o objeto, Halbwachs irá destacar que conservamos as nossas recordações através das referências materiais que nos cercam (HALBWACHS, 1925 apud CONNERTON, 1999), demonstrando que os objetos se configuram como elementos capazes de ativarem nossas lembranças e é por meio deles que ordenamos o mundo.

No processo temporal, ao observamos os objetos na lógica patrimonial, vemos que estes abrandam seu valor funcional para o qual foram inicialmente designados, sendo-lhes atribuídos novos valores, intrínsecos ou extrínsecos, passando a ter uma nova funcionalidade: a patrimonial. Movidos por uma “vontade de memória” (NORA, 1993), os indivíduos passam a eleger determinados objetos como patrimônio, rememorando o passado a partir do presente. Iremos analisar que na perspectiva do desastre ocorrido em Bento Rodrigues, os objetos ganham uma segunda vida enquanto patrimônio, um novo valor a partir da , configurando-os como objetos patrimoniais pela vontade de memória que os membros da comunidade estabelecem com os objetos destruídos.

Podemos apreender a partir dessas observações iniciais que os valores não emanam dos objetos, são atribuições. O valor patrimonial eclode no campo relacional, estabelecido entre os sujeitos e os objetos. No contato com a materialidade, projetam e rememoram vivências passadas e experimentam as tensões entre o esquecer e o

lembrar. Esse movimento se insere na lógica patrimonial apresentada no capítulo anterior, que envolve a cadeia patrimonial, mais precisamente a cadeia operatória de classificação do objeto patrimonial. A classificação, segunda etapa da cadeia operatória patrimonial destacada por Daniel Fabre, está relacionada ao processo de inventário e organização dos objetos, constituindo-se como elemento central de valoração, atribuindo ao objeto o “título” de patrimônio, implicando na sua salvaguarda. As atribuições, que expressam uma lógica classificatória, a princípio se instituíram no espectro da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, produzindo categorizações sociais interpretadas por um grupo delimitado de especialistas que definiam, e ainda definem, o que deve ser classificado ou não como patrimônio<sup>43</sup>. Essas operações revelam a reprodução da lógica da perpetuação e aumento do capital social sobre a lógica de manutenção de um pensamento discriminatório de relação de poder implementando de cima para baixo. Fabre reforça que o domínio de pequenos grupos legitimados para classificar o patrimônio sintetiza o argumento de que se trata de um campo em que as práticas culturais são articuladas por uma relação de dominação (FABRE,2013, p.56).

Tais relações se tornam mais conflituosa quando a classificação se insere na mudança dos usos de determinados espaços categorizados como patrimônio, tendo implicações de forma direta nos sujeitos que ocupam esses espaços. Todo processo instituído sob a lógica da perpetuação do capital social parece sofrer algumas rupturas, enquanto os movimentos delineados pela disputa patrimonial oferecem novas narrativas na percepção sobre os processos de valoração. Essa percepção será destacada por Daniel Fabre nos casos patrimoniais de classificação na França e em parte da Europa, entendendo a etapa da cadeia operatória do patrimônio da classificação como um instrumento de resistência no embate sobre os usos afetivos sobre os lugares e os objetos (FABRE,2013, p.56 – 57). Esse movimento será aprofundado por Nathalie Heinich, não no sentido de compreender a classificação por meio do inventário como um instrumento de resistência, mas como um processo que caminha na transformação da ideia de monumentalidade, das categorias patrimoniais, que se relacionam com a valoração que se dá a determinados objetos (HEINICH,2014).

As mudanças, segundo a autora, vão se estabelecer a partir da década de 1970, momento em que os profissionais ligados ao trabalho de inventário do patrimônio francês passam a estender o seu olhar investigativo sobre o patrimônio para além da

---

<sup>43</sup> O sociólogo Pierre Bourdieu vai compreender o “campo” como um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas. Ao mesmo tempo, é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. Constitui-se como um espaço de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições (BOURDIEU,2012).

categoria patrimoniais monumentais, como igrejas, castelos e mansões. Denominados por Heinich de “patrimônios involuntários”, as fazendas, as casas, pequenos objetos encontrados como crucifixos, *lavoirs* (tanques de água de uso público coletivo), passam a figurar na lógica de patrimonialização. Tal movimento irá provocar um deslocamento de análise dos objetos a partir do momento que se distanciam das visões padronizadas do patrimônio e são valorados pelos aspectos das subjetividades e das emoções.

Os objetos “involuntários”, ao adentrarem no campo de análise dos inventários, enquadram-se na mesma categoria de patrimônio e, conseqüentemente, na lógica de salvaguarda dos patrimônios monumentais. Nathalie Heinich faz uma interessante análise para entender esse movimento no sentido de monumentalizar os “pequenos patrimônios”. Toma como estudo de caso o tradicional marco *Michelin*, criado por André Michelin, fundador da empresa francesa de pneus, instalados pelas rodovias francesas. Os marcos entraram no processo de inventário e na categoria de monumento artístico da França (HEINICH,2014, p.4). Ao ser qualificado como patrimônio, eles passam a se enquadrarem na perspectiva do pensamento sobre a monumentalidade, a autenticidade e obra de arte. Nesse ponto, a autora irá questionar se a ampliação dos critérios de patrimonialização através do inventário promovem um processo generalizado de categorização dos objetos como objetos de arte.

Segundo Heinich, o processo de valoração perpassa duas condições que definem a categorização dos objetos: a primeira se refere a “comunidade de pertencimento”, de forma que não se pode valorar um objeto sem compreender a relação com a sua comunidade de pertencimento; a segunda diz respeito a “perenidade de seu valor” (HEINICH,2014, p.6). É sobre esse ponto que a autora vai refletir sobre os processos de inventário e valoração de um objeto que se apoiam em critérios de valores subjetivos como a beleza, autenticidade e os seus sentidos “hermenêuticos”. O que a autora destaca é que esses três pontos se revelam em qualquer objeto, seja ele uma catedral ou um marco *Michelin*. Que o aspecto da beleza, da autenticidade, independente dos processos de transformação, e os sentidos, que variam conforme as suas funções culturais e históricas, perpassam um processo de valoração subjetivo que irá qualificar esse objeto como patrimônio. Nesse sentido, não existe um valor no objeto em si. Para a autora,

Os valores são o resultado de processos de avaliação baseados, ao mesmo tempo, nas propriedades objetivas dos objetos (as “visadas” que elas oferecem à percepção); nas representações coletivas de que os atores são, de forma desigual, depositários; nas restrições e nos recursos próprios à situação concreta de avaliação (HEINICH,2014, p.7).

Com isso, o processo de inventário, como reflexo das emoções, opera no sentido de ampliar a noção de patrimônio, deslocando os valores estéticos e de significação, produzindo diversificados valores de autenticidade. Heinich vai compreender dentro desse procedimento que o patrimônio passa por um processo de “desartificação”, na lógica de que não é a arte que se estende aos novos objetos valorados nos processos de patrimonialização, mas, de maneira inversa, a noção de patrimônio se estende, transpassando o pensamento dominante sobre o valor da arte (HEINICH,2014). As emoções, ao operarem um novo sentido de valoração, em que os sujeitos se transformam nos processos de patrimonialização dos bens materiais e imateriais, promovem, na mesma medida, novas experiências na cadeia operatória do patrimônio destacada por Daniel Fabre.

Nesse processo de designação/valoração do patrimônio, o território cumpre uma importante etapa de fixação das lembranças, porque o sujeito reconstrói suas memórias se estas estiverem vinculadas a determinados ambientes (HALBWACHS, 1976). Os vínculos sociais com os territórios contribuem na consolidação, constituição e reconstrução das memórias coletivas e sociais dos sujeitos e das suas identificações. No caso dos moradores de Bento Rodrigues, os espaços afetivos não existem mais e as lembranças se constituem através das memórias estabelecidas pelos objetos encontrados no território destruído, com a imaterialidade que emana nos processos de valoração na perspectiva do crime.

Após um ano do ocorrido em Bento Rodrigues, vimos que o primeiro evento religioso a envolver a comunidade fez despertar as emoções patrimoniais a partir da ausência, em que os atingidos perceberam a dimensão afetiva do território e dos ritos, que só teria o seu sentido sagrado se fosse realizado no território de Bento Rodrigues. Esse movimento inicial gerou uma série de ações, dentre elas de lutarem pelo direito de frequentarem o espaço, que mesmo destruído, ainda era o referencial simbólico da comunidade de Bento Rodrigues. A possibilidade de frequentar o território gerou não somente ações de lutas envolvendo processos identitários e usos do território, como também fez despertar as emoções patrimoniais na medida que os membros da comunidade passaram a procurar e encontrar objetos pessoais soterrados.

Diante da completa destruição do território, alguns pequenos objetos sobreviventes vão se configurando como bens materiais que, por meio das emoções patrimoniais despertadas no reencontro a partir dos vestígios deixados pela lama, vão se instituindo como ativadores de memória, como se os objetos estimulassem uma série de conotações. Passam a estimular memórias guardadas que, perpassadas pela memória do evento, transfiguram a relação com o objeto, concretizando uma série de informações culturais, criando sentimentos de identificação com o objeto patrimonial.

Caso experimentado pelo morador de Bento Rodrigues, Jose das Graças Caetanos, de 63 anos, mais conhecido como Zezinho Café, responsável pela escolha do terreno onde hoje está sendo construído o Novo Bento. Zezinho Café teve seu terreno de mais de dois mil metros quadrados destruídos pela lama e com ele galinhas; passarinhos (canários, estrelinhas, tico-tico rei e papa-arroz, entre outros); pés de frutas dos mais diversos (abacate, laranja, mexerica); hortaliças que ocupavam quase todo o terreno; objetos pessoais, dentre outros. Face à destruição de toda a materialidade, somente um quadro sobreviveu ao desastre. Seu Zezinho Café tinha a esperança de encontrar outros objetos, mas conforme destaca: “quando voltei lá depois do desastre, só consegui pegar esse quadro” (ZEZINHO CAFÉ,2016).

O quadro resgatado por Zezinho Café se trata de um grupo de cantores sertanejos conhecidos como Hunimanos, cuja existência é tão rara quanto o próprio quadro, que agora se configura como um objeto patrimonial, única referência de uma lembrança passada, de uma vida que foi completamente destruída (CAMARGOS,2016). Esse objeto sobrevivente agora se constitui como uma relíquia que Zezinho Café, após recolhê-lo da lama, retirar o revestimento de plástico que o protegia, limpar e pendurar na parede de sua casa, guarda como um objeto patrimonial. Preso em seu apartamento, Zezinho Café se sente “igual a um passarinho preso na gaiola aqui nesse apartamento” (ZEZINHO CAFÉ,2016) e o quadro se configura como objeto capaz de veicular aspectos singulares das reminiscências de Zezinho Café, através das memórias de vivências passadas e experimentações das tensões entre esquecimento e lembrança provocadas pelo desastre. O desconforto de viver no apartamento é amenizado pelo gosto da música sertaneja, pelo quadro que reflete os sentidos e imagens dessa paixão e de um momento em que podia viver livre no território de Bento Rodrigues.

No contato com os objetos, as memórias dos moradores de Bento Rodrigues parecem se estruturar por meio de uma série de circunstâncias que afetam os estímulos culturais, no qual a potencialidade de memória dos objetos é individualizada e as informações carregam sentimentos atravessados pela memória do drama. Se para Zezinho Café o quadro ainda se configura como uma lembrança de um passado nostálgico, para a moradora de Bento Rodrigues Josilene esse sentimento é contrário. Ela também recuperou um quadro, de uma paisagem feita por ela com agulha e linha, nos tempos em que vivia em Bento Rodrigues. Mas, para ela, o quadro, que ainda carrega vestígios da lama, traz consigo uma memória traumática que não se apaga, provoca sensações que remetem mais ao contexto do rompimento da barragem e suas consequências do que um passado afetivo. Para Josilene, as recordações que o quadro carrega não são agradáveis, “vai dando uma coisa dentro que parece que está fechando. Um aborrecimento.” (JOSILENE,2016).

Essa relação com a memória, ativada pelo quadro, em Josilene parece revelar um aspecto importante destacado por Ivan Izquierdo, ao enfatizar que a “memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou” (IZQUIERDO, 1989, p. 89), ela conserva o passado por meio de imagens ou representações que podem ser evocadas. Podemos compreender o aborrecimento que Josilene sente ao ver o quadro justamente por ele ativar uma memória de uma identidade pessoal, o “sou quem sou porque me lembro quem sou” que se cristaliza pela perspectiva dramática. O objeto traz uma lembrança em que ela se percebe enquanto vítima, atingida, uma identidade marcada pela dor da perda do território.

**Figura 48:**Quadro resgatado por Josilene.



Fonte: ESTADAO CONTEUDO

Os moradores de Bento Rodrigues, impulsionados pelo desejo de encontrarem qualquer objeto que pudesse trazer de volta um pouco das lembranças e vivência naquele território, recuperaram aquilo que foi possível, pequenos fragmentos de uma vida que agora se solidifica na lembrança manifestada pelas emoções. Para José das Dores, a emoção se amplifica quando encontra seu relógio que havia ganhado de presente há mais de 20 anos pelos serviços prestados a uma empresa de fabricação de alumínio. Na sua vivência em Bento Rodrigues, o relógio tinha um caráter especial e por isso, mesmo sendo um relógio de pulso, guardava como um objeto afetivo. Para ele, tinha tanto valor que receava que pudesse estragar ao utilizar, por isso “não usava no pulso, deixava ele na prateleira do meu bar” (JOSÉ DAS DORES,2016). Foi o único pertence resgatado por José das Dores e carrega consigo outro valor daquele agregado: o da destruição, marcado no ponteiro do relógio, que demonstrou resistência diante do peso da lama e sucumbiu uma hora e meia após ter sido soterrado (CAMARGOS,2016).

O relógio se institui de duplo valor para José das Dores, já que para ele ainda é o relógio especial que utilizava antes do desastre e agora tem um novo valor agregado a partir do momento em que foi soterrado. O seu encontro representa uma sobrevivida e o testemunho de um crime.

A sobrevivida dos objetos resgatados pelos moradores de Bento Rodrigues, que passam a configurar uma nova experiência patrimonial, revelam camadas que se interconectam na medida que são encontrados e os moradores vão ativando suas memórias a partir desses objetos. Como a toalha encontrada por Toninho, ligada à sua paixão pelo futebol, desperta as lembranças dos dias em que a estendia no capô do seu carro para assistir aos jogos do Cruzeiro, seu time do coração. Além da toalha, ao escavar o barro deixado pela lama, encontrou destroços de sua antiga casa; imagem da santa que era devota; uma bola de futebol que o irmão ganhou numa partida de sinuca (CAMARGOS,2016). Como se fosse a sua nova coleção pessoal, agora com traços do desastre, juntou os objetos em uma caixa e levou consigo: “foi o que conseguimos salvar, além de nossas vidas” (TONINHO,2016). A sua esposa Luciene lamenta que os álbuns de fotografias do seu casamento e da infância da filha não tenham sido encontrados. Segundo ela, é “ruim não ter registro da infância do filho, ou do dia em que se casou” (LUCIENE,2016). O lamento traz consigo a dimensão do entendimento valorativo dos objetos e o desejo de guardá-los, estruturando-se em uma lógica colecionista, como destacado por Celina Mendonza, ao refletir que os sujeitos guardam os objetos como uma tentativa de manterem vivos os testemunhos de um passado que se desloca para o presente por meio das recordações que tais objetos carregam (MENDONZA,2005).

As recordações transmitidas pelos objetos, em alguns aspectos, fazem com que as vítimas, no processo de busca em meio ao caos provocado pelo desastre, ressignifiquem suas relações com os objetos e com o próprio crime, entendendo quase como um sinal de sorte encontrar algo que foi completamente destruído. Vislumbramos esse aspecto no objeto encontrado pelo morador Cristiano José Sales. Ao buscar objetos na lama com a sua mãe, ele lembra: “Estávamos lá revirando a lama e minha mãe gritou: ‘Tiano, vem cá! Olha o que eu achei’” (SALES,2016). Era a camisa de futebol do seu time de paixão, também o Cruzeiro. Para ele, a camisa já tinha o simbolismo de ser considerada um amuleto, pois a utilizou em um contexto que seu clube do coração não ganhava e que nesse dia essa história mudou. Nesse sentido, retirar a camisa da lama para ele foi como um sinal de sorte (CAMARGOS,2016). Ironicamente, diante do azar de ter sido vítima que soterrou todos os seus bens, considerava-se uma pessoa de sorte por encontrar esse objeto que para ele tem um significado emocional. Além da



**Figura 49:** Registro de José Sales com a sua camisa e imagem resgatadas da lama. Foto: Estádio Conteúdo.



**Fonte:** Estádio Conteúdo.

camisa, encontrou outros objetos, como a imagem do Menino Jesus de Praga e um crucifixo que ficava em sua casa, representativo para ele, uma vez que exercia a função de Ministro da Eucaristia. Sobre os objetos, expressa uma frase significativa: “Esses objetos são tudo pra nós. É o que restou de memória da vida que vivemos antes.” (SALES,2016).

A fala de Cristiano José Sales evidencia uma relação patrimonial com os objetos, visto que estes são as únicas referências memoriais de uma vida que ele tem consciência de que não existe mais. Os objetos se estabelecem como únicas ferramentas capazes de comunicarem uma história que permanece viva através dos vestígios. Retomando as reflexões de Natalie

Heinich, é como se esses objetos se tornassem patrimônios involuntários, cujos sentidos hermenêuticos são delineados pela relação que os objetos estabelecem com o evento crítico. Os processos de transformação, os sentidos dados ao objeto, que Heinich vai destacar serem variados conforme suas funções culturais e históricas, os qualificam como patrimônio, na medida que os membros da comunidade de Bento Rodrigues passam a valorá-los subjetivamente, revelando que eles evocam a ideia de autenticidade associada a valores como beleza e sentido.

Quando visitam as comunidades destruídas, o que encontram vai além da lama, dos destroços e das ruínas. Lá tem uma parede pintada de verde claro, uma janela de madeira com adesivos colados no vidro, um banheiro com chuveiro a serpentina, camas ainda forradas com edredons, enfim, algo que pertence a alguém. Não se trata, então, apenas dos valores de posse desses pertences, mas da história, da memória e dos afetos que eles carregam. (A SIRENE, 2017, p.26)

Os moradores de Bento Rodrigues estabelecem com os objetos um ato relacional que configura um processo comunicacional aflorado pelas emoções. As percepções patrimoniais são ativadas nesse processo, despertando as emoções nos moradores, revelando que os objetos se instituem enquanto ativador de memórias afetivas. Sabemos que o objeto por si só, o objeto apenas pelo objeto, não tem a propriedade de despertar as emoções nos sujeitos. As emoções emergem na ideia de representação, cuja objetividade material se configura como dispositivo capaz de criar laços com a subjetividade, no contato com o objeto. Nesse processo, elas se sobressaem, principalmente quando analisamos as relações que os moradores estabelecem com os objetos resgatados. Em uma perspectiva museológica, podemos apreender esses objetos como capazes de comunicarem um passado que se perdeu e

que se reconstitui na medida em que os moradores os encontram. Devido as relações com o rompimento da barragem, provocam a lembrança da vida no antigo território, que se estrutura nas emoções provocadas pela dor do evento traumático.

Sobre o caráter comunicacional do objeto patrimonial, na perspectiva museológica de análise, o objeto vai se instituir como elemento capaz de disseminar informações através da percepção visual. Para Nelly Decarolis, o significado transmitido pelo objeto removido no tempo, lugar e circunstâncias de seu contexto original, é muito mais sutil do que qualquer outro meio de comunicação (DECAROLIS,1994). Dessa forma, a autora vai afirmar que os objetos representam expressões tangíveis da existência material e espiritual do homem, oferecendo uma experiência única e múltipla sensorial. Coaduna com o pensamento Jean Baudrillard, que irá destacar a subjetividade e objeto como termos finais de uma análise conceitual e traça uma análise sobre as emoções e os objetos ao salientar que "... seres e objetos humanos estão relacionados e nessa cumplicidade os objetos ganham densamente um valor emocional que tem sido chamado de presença" (BAUDRILLARD 1993, p.84.). Essa passagem reforçar um ponto importante nesta tese, que busca pensar o desastre de Bento Rodrigues através do fenômeno das emoções na perspectiva patrimonial, pois traduz que o valor emocional representativo dos objetos está intimidade ligado à própria ideia de presença que esses objetos trazem.

As emoções das presenças vinculadas ao processo comunicacional dos objetos são apreendidas de modo que eles se transformam em imagens, ideias, conceitos, considerando as relações com o contexto social, histórico e cultural do qual foram resgatados, pensado que os objetos aqui analisados se inserem em um contexto muito específico, carregando consigo cargas simbólicas vinculadas ao desastre. E, da mesma forma, o próprio pensamento simbólico do sujeito é projetado sobre os objetos patrimoniais, com uma dimensão espacial e comunicacional. Dessa forma, quando um significado é concedido aos objetos, valores estão sendo atribuídos e essa ação profunda e cultural os transformam em sinais e símbolos. A retirada de um objeto de uma cadeia de significação implica a exclusão de um sinal, de um código, em que um elo da cadeia relacional se transforma na dinâmica patrimonial (DECAROLIS,1994).

Á vista disso, podemos afirmar que os objetos soterrados em Bento Rodrigues passam a estabelecer um novo elo de significação com os membros da comunidade, uma vez que agora têm um novo código simbólico adicionado aos códigos que eles representavam antes do desastre. Como testemunhos, são a prova do evento ocorrido. Como documentos, são as evidências vivas necessárias para reconstruirmos a história apagada pela lama.

O olhar para os objetos enquanto testemunhos tem destacada atenção no campo da Museologia. São vistos como portadores de informações a partir dos processos de musealização e, na lógica testemunhal, “inscrevem os códigos genéticos da natureza, civilização e cultura. Todo objeto é como a parte desmembrada de um holograma: contém o caráter do todo”. (SOLA apud VAN MENCH, 1994, p.65. Tradução nossa). Nessa lógica, conforme destaca Maria Horta, qualquer objeto transformado em um objeto patrimonial torna-se uma unidade cultural ou uma unidade semântica que carrega uma quantidade significativa de informação (HORTA,1994). Para Zbyněk Stránský, quando o objeto se enquadra dentro dessa lógica patrimonial, vinculado ao conceito de patrimônio cultural ou monumento, ele tem uma carga emocional e por isso gera esse “impacto” nos sujeitos conforme se relacionam com os objetos (STRÁNSKÝ,1994, p.50).

Vemos que para Stránský o objeto patrimonial se estrutura enquanto meio para estimular as emoções e por isso, pelo seu caráter testemunhal, deve ser visto do ponto de vista holístico do tempo, do espaço, da cultura e dos sujeitos que se relacionam com ele. No sentido de contribuir para a ampliação das perspectivas que envolvem pensar como o objeto patrimonial consegue comunicar um passado vinculado ao território destruído e que agora se presentifica a partir dos objetos resgatados na lama, crucial é entender de maneira objetiva um conceito museológico importante para pensar tais dinâmicas, o qual é a musealidade.

A musealidade é um conceito que ainda se coloca como ponto de debate nas reflexões no campo museológico. Contudo, existe consenso quanto à vinculação da musealidade à atribuição de valores e recolha de objetos. Pode ser apreendido como um processo de deslocamento de percepção dos indivíduos sobre os objetos que os cercam, dando a estes novas classificações de sentidos e representações, que configuraria na sua preservação como difusor de memórias. Conforme destaca Bruno Brulon, “a *musealidade*, proposta inicialmente por Stránský, tem a pretensão de cobrir quase todas as qualidades não-materiais do objeto de museu ou do patrimônio cultural em seu sentido amplo (BRULON,2018, p.191). Essa nova realidade criada no momento da mudança simbólica do objeto está vinculada a musealidade, que Ivo Maroevic vai entender como o valor imaterial ou a significação do objeto, representando as motivações para a sua musealização (MAROEVIC,1997).

Sobre a musealização, André Desvallées e François Mairesse definem como o processo de deslocamento e valorização do objeto cotidiano à *musealia* (DESVALLÉES; MAIRESSE,2014). Esta definição destaca que os processos de musealização se enquadram dentro de uma performance *museal*, comumente estabelecida no espectro das instituições museais. Nesse direcionamento, observamos

que os objetos da realidade cultural estão embebidos de musealidade, ou que o grau de musealidade dos objetos os tornam específicos. Por isso, em Maroevic, a princípio, vemos que a musealidade é entendida como potência de emissão da informação científica e/ou cultural contida na estrutura material do objeto. (MAROEVIC apud MENSCH, 1994). Assim, podemos apreender a musealidade como um traço característico do objeto que, separado de seu contexto original e colocado em um museu, ainda sim se constituiria como documento da realidade o qual foi separado.

Embora comumente as manifestações de musealidade e os processos de musealização estejam inseridos numa dinâmica museológica, e o museu enquanto espaço sagrado consolida essas relações, ainda sim tais processos escapam aos limites do museu (BRULON, 2018, p.190). Neste ponto que os conceitos tratados se inserem nesta pesquisa. Ao buscar analisar os objetos resgatados pelos atingidos, uma vez que se inserem nesse processo de ressignificação museológica, vemos serem simbolicamente reconfigurados como objeto patrimonial, entrando na lógica de patrimonialização e mesmo estando inseridos nos processos de musealização, não a contempla por completo. Isso porque, conforme destaca Bruno Brulon, apoiando-se em Mairesse, o “reflexo patrimonial de *salvaguardar* o que consideramos como patrimônio, se distingue do reflexo museal, dar a conhecer e *transmitir* (BRULON, 2018, p.198). Nessa lógica, queremos entender os objetos resgatados da lama dentro de uma perspectiva museológica em que os membros da comunidade de Bento Rodrigues os consideram como patrimônio e embora eles não se configurem na logicidade museológica de musealização, que busca comunicar e transmitir o valor dos objetos, as suas salvaguardas por parte dos moradores ocorrem justamente porque esses objetos estabelecerem um valor comunicacional, que afetam e são afetados por eles.

Consideramos que a musealidade relaciona-se necessariamente à patrimonialização do objeto. Conforme destacado anteriormente, os objetos retirados da lama passam por um processo de transformação simbólica, que não se relaciona com a sua separação material do ambiente físico, mas direciona uma existência dupla, que se delimita pelo próprio objeto e pelo impacto do desastre. É como se os objetos passassem a ter uma duplicidade, como um suporte para as propriedades imateriais que lhe são atribuídas e, em virtude da musealidade referir-se ao objeto dentro de contextos, de seu papel material, cultural e social, os compreendemos justamente dentro desse contexto na perspectiva dramática do evento crítico, pois é a partir dela que os objetos adquirem um caráter especial e na relação com esse contexto que o deslocamento valoral do objeto se realiza.

Maroevic vai trazer um ponto importante a ser destacado sobre a musealidade, pois o autor irá identificá-la como uma informação possível de qualidades do passado e

como um valor que pode ser comunicado no presente, ajudando na preservação da memória (MAROEVIC,1997). Ao dirigir a memória, a musealidade reforça o seu papel na identificação dos significados dos objetos. Como ela é armazenada de significações, “contribui para o descobrimento da dimensão da memória do patrimônio cultural tangível” (MAROEVIC,1997, p.114). Pensando nos objetos patrimoniais, Maroevic destaca que a memória do patrimônio é um estímulo que vem deles. Eles estimulam o “conhecimento que é guardado em nosso sistema de memória, relacionando nosso próprio conhecimento com as características do objeto (MAROEVIC,1997, p.112). Nessa relação entre memória e objeto, a musealidade irá abranger as qualidades não materiais do objeto ou dos conjuntos de patrimônio cultural, “é a característica de um objeto material que, inserido numa realidade, documenta outra realidade: no tempo presente é um documento do passado, (...)dentro de um espaço é um documento de outras relações espaciais” (MAROEVIC,1997, p.111).

Nessa dimensão, podemos entender que as novas configurações que os objetos adquirem ao serem retirados da lama os instituem enquanto capazes de documentarem outra realidade, que no tempo presente se colocam como objetos que comunicam passados que perderam todas as suas referências territoriais e materiais. Dessa forma, nos apoiando em Maroevic, vemos ser posto em jogo a ação do contexto físico social (território de Bento Rodrigues); as condições sociais (que envolve a própria ideia de se identificarem enquanto sujeitos agentes); circunstâncias históricas (o desastre e a destruição do território), que irão estimular o processo de conotações e associações com os objetos, em que as informações culturais irão criar um sentimento de identificação com o patrimônio e o objeto patrimonial (MAROEVIC,1997). Vemos, assim, os objetos como estimuladores da memória, que na dinâmica do desastre, instituem-se enquanto elementos capazes de comunicarem um passado.

### **3.2. Objetos sobreviventes: a tobata, as fotos e a exteriorização da memória**

A percepção dos usos dos objetos que se transformam devido às circunstâncias históricas, adquirindo novos valores, é ampliada na perspectiva do desastre ocorrido em Bento Rodrigues, pois ele traz a luz essa dimensão patrimonial dos objetos que passam a representar e comunicar um passado que perdeu as referências territoriais ao serem resgatados, tornando-se os únicos referenciais materiais afetivos. A metamorfose do objeto no âmbito patrimonial pode ser captada na própria forma como os moradores de Bento Rodrigues se expressam ao reencontrarem seus objetos afetivos. Caso que sinaliza tais relações, foi reflexionado após conversa com o adolescente D.,quase

levado pela lama, como visualizado no primeiro capítulo. Ao ser indagado se havia voltado em Bento Rodrigues após o rompimento da barragem, o adolescente informou que foi apenas em duas ocasiões: uma para ver como ficou o subdistrito após o desastre; e outra para ajudar um tio a resgatar um objeto da lama. Conforme relata: “Teve uma coisa, de Paulo Cesar, sabe? Uma tobata lá, que eu meu irmão até ajudou ele a resgatar ela.” Desconhecendo o que se trata o objeto, pergunto para que é utilizado e ele responde: “Não sei, acho que vai cavando covas. É tipo um negócio de planar, é de plantar mesmo.” E quando pergunto se retiraram para utilizar novamente, ele responde que não, “foi para guardar” (D., 2022).

Essa conversa me despertou uma série de pensamentos. Primeiro porque logo depois da conversa com o adolescente D, eu tinha uma entrevista marcada com o tio citado - Paulo Cesar-, que até então não sabia terem uma relação de parentesco. A fala de D. aguçou a curiosidade em conversar com Paulo Cesar sobre esse objeto que até então não conhecia. E por não conhecer, a minha primeira ação foi pesquisar para saber mais sobre o objeto em questão. Descubro ser um micro trator utilizado na agricultura para preparar o plantio em hortas, afofando a terra e preparando o solo. No contexto do desastre, ao pensar esse objeto no seu uso inicial, podemos entendê-lo numa lógica dos contextos que contribuem para as mudanças das percepções dos objetos. Peter van Mensch vai defini-los como um plano especial que fornece o local de encontro para o ambiente e os conjuntos de relações que aparecem ou se aplicam nesse ambiente” (MENSCH apud MAROEVIC,2021, p.09). O autor vai classificar os objetos consoante os contextos que ele define como primários, arqueológicos e museológicos, em que cada um é uma combinação de um ambiente físico e conceitual, onde o ambiente físico representa o componente espacial e o ambiente conceitual o componente social, ambos presentes no tempo cronológico e social do objeto.

Segundo Ivo Maroevic, o contexto primário é o mais frequente, determinado pelas funções de produção, uso e manutenção dos objetos. É a estrutura a qual se passa a vida dos objetos, sendo eles pensados dentro da lógica mercadológica (MAROEVIC,2021, p.08). Dessa forma, a tobata, no seu contexto primário, e na minha percepção ao pesquisar a sua função, é apenas um objeto utilizado para o trato com a terra e o plantio. Até o dia do desastre, ela exercia essa função e a sua biografia evolui nesse contexto primário, que, conforme destaca Maroevic, vai adquirindo as propriedades que posteriormente, após o desastre, vai se tornar um objeto patrimonial que documenta uma realidade particular, ou “contexto particular” a partir da relação estabelecida entre os moradores e os objetos (MAROEVIC,2021).

Ao conversar com Paulo Cesar Mendes, de 53 anos, cujos mais de 26 foram vividos em Bento Rodrigues, é notável como as emoções patrimoniais afloram a partir

do momento em que digo que havia conversado com o seu sobrinho e que o mesmo havia me relatado sobre a ajuda no resgate da tobata. A relação que ele irá estabelecer do objeto com a memória do desastre, e ainda, com a memória de Bento Rodrigues, nos direciona a compreendê-lo na lógica que Halbwachs chama de "marcas visíveis do passado", ao tratar dos objetos como transmissores da memória (HALBWACHS, 1990). Pensando a tobata no contexto pós-desastre, ela se enquadra no contexto arqueológico citado por Maroevic anteriormente. Isso porque, segundo o autor, o contexto arqueológico representa um depósito temporário ou permanente de objetos que quando soterrados tornam-se um potencial de objetos cujas identidades reais foram congeladas em um dado momento histórico, suas identidades funcionais interrompidas, e suas identidades estruturais sujeitas a mudanças. A passagem do tempo histórico em que os objetos não participam os tornam cada vez mais documentos históricos, devido à crescente tensão entre os tempos históricos e cronológicos evoluindo no interior dos objetos (MAROEVIC, 1994, p.08). A tobata teve essa transição para o contexto arqueológico em questão de minutos e o seu processo de valoração ressignificado pelo novo tempo histórico configurado pelo desastre.

Quando Paulo Cesar nos fala sobre o esforço para recuperar a tobata, a princípio podemos pensar que se relaciona com o próprio valor monetário do objeto e a sua função enquanto maquinário. Isso porque, como expressa Paulo Cesar, "Eu mesmo fui lá e paguei quatro pessoas, além do D., mais o irmão dele e minha filha" (PAULO CESAR, 2022). O desejo em recuperar a tobata fez com que Paulo Cesar investisse o seu próprio dinheiro e contasse com a ajuda de familiares para voltar a Bento Rodrigues, mesmo diante da tristeza do retorno ao território de Bento, que ainda gera uma série de emoções: "eu chego lá e sinto é tristeza, porque tá tudo debaixo de lama e água. Eu volto lá porque é um pedaço de vida que eu vivi, então você não pode deixar pra trás. É onde você criou uma certa raiz, uma certa harmonia" (PAULO CESAR, 2022).

A fala do morador demonstra que a nossa relação com o espaço não é puramente visual ou corporal, mas também é envolvida por emoções, proporcionadas a partir das nossas experiências e vivências. Grande parte das vivências cotidianas envolvidas pelas emoções são "despertadas" em distintos lugares, ou seja, há lugares expressivos em que as emoções ficam mais evidentes, sendo elas positivas ou negativas (SILVA, 2016, p. 99). No caso de Paulo, a princípio, a emoção é negativa, ao estabelecer um contato com o espaço e com a tobata, ou, como expressa de forma afetuosa, "a tobatinha que eu consegui resgatar" (PAULO CESAR, 2022). Porém, na medida em que discorre sobre objeto, outras emoções são expressas, demonstrando que a relação com a tobata perpassa qualquer ideia de valor monetário ou de uso. Ao falar da tobata, a memória do presente chama atenção e remete a um passado

nostálgico, ao modo que “retornar ao passado é geograficamente lançar-se para si mesmo” (SILVA, 2015, p. 61).

A primeira ação de Paulo Cesar após resgatar a sua tobata é quase que como um reflexo dos processos de patrimonialização, cuja ação se direciona no sentido de “restaurar” esse objeto. Assim, Paulo Cesar diz que logo após reencontrá-lo, a primeira ação foi: “a tobata eu pedi pra “Fundação Enrola”<sup>44</sup> que eles reformassem pra mim, porque essa tobata eu a ganhei quando eu tinha onze anos de idade. Eu morava aqui em Mariana” (PAULO CESAR,2022)<sup>45</sup>. Em um primeiro momento, podemos analisar a fala de Paulo Cesar dentro da discussão apresentada sobre os contextos históricos tratados por Maroevic, envolvendo o contexto primário, o contexto arqueológico e, por último, o contexto museológico. No nosso olhar sobre a tobata, observamos que ela se inseriu nesse contexto primário, adquirindo um valor no contexto arqueológico e que a partir do seu resgate da lama por Paulo Cesar se insere no contexto Museológico, uma vez que nesse contexto os objetos não servem mais ao seu propósito normal, “em vez disso, seu propósito e uso é informativo e comunicacional(...)tornam-se, assim, espécimes do patrimônio cultural. Este é o contexto em que se cria um clima no qual o objeto se torna dominante, com os valores de todas as suas identidades” (MAROEVIC,2021, p.09).

Apropriadamente-nos da fala de Maroevic para ressignificar o contexto museológico e apreender a tobata em um contexto patrimonial, já que o processo de valoração e comunicação do objeto ocorre pela relação emocional que Paulo Cesar estabelece com ele do que uma intenção intelectual material, em que o objeto se torna dominante, com os seus valores sendo estudados. Isso amplia um segundo ponto na nossa análise em relação à fala de Paulo Cesar, ao demonstrar que a sua intenção em resgatar e reformar a tobata se deve ao fato de que ele a havia ganhado de presente quando tinha apenas onze anos. Dessa forma, as dimensões das emoções surgem como um motor de mobilização da memória, ancorando-se no que Jean-louis Tornatore irá delimitar como especificidade na emoção patrimonial, uma vez que a emoção atribuída ao evento não se relaciona aos valores atribuídos ao objeto da emoção (TORNATORE,2013). A tobata, enquanto um objeto patrimonial, desencadeará uma série de teias de memórias que se entrelaçam em meio as emoções despertadas pelo objeto, estabelecendo-se como um objeto sobrevivente, comunicando um passado cujo referencial territorial se perdeu.

---

<sup>44</sup> Termo comumente usados pelos moradores de Bento Rodrigues ao se referirem a Fundação Renova, devido a morosidade da instituição nos processos de reparação.

<sup>45</sup> Paulo Cesar, na sua infância, morava na cidade de Mariana com a sua família. Ela tinha um pequeno terreno em Bento Rodrigues, aonde iam nos fins de semana para cuidar da terra, plantar e colher. Nesse contexto que Paulo Cesar vai estabelecendo uma relação afetiva com o território e assim que se casou, por volta dos 20 anos, mudou-se para Bento Rodrigues com a sua família e nunca mais saiu do subdistrito.



As primeiras lembranças despertadas pela tobata remetem a sua infância, revelando que o objeto se estabelece como um registro memorial, relacionando-se com distintos momentos de sua vida, em que a lembrança despertada pelo objeto se interconecta com diversas outras, revelando esse processo íntimo estabelecido na relação do sujeito com o território. Ao descrever a importância da tobata, dimensiona o valor de afetividade com o objeto, pois como relata,

é uma coisa que eu tenho sentimental, que meu pai me deu. Foi a primeira máquina. Na época eu tinha onze anos e nem aguentava segurar nela. Mas todo final de semana meu pai pegava a gente e “vamo pro Bento passear!”. E eu que ia com ele, porque a minha mãe não gostava, meus irmãos não gostavam. (PAULO CESAR, 2022).

Assim, a tobata aguça a memória de um tempo em que Paulo Cesar ainda não residia em Bento Rodrigues, já que a sua família morava em Mariana, mas o seu pai tinha um terreno em Bento e cultivava diversas frutas, legumes e hortaliças. O presente dado pelo pai a Paulo Cesar, mesmo com onze anos, se relaciona com o fato de que desde criança ele já cultivava um afeto por Bento Rodrigues e por essa vida ligada ao campo. Para ele, quando criança, os finais de semana representavam momentos de felicidades junto ao seu pai, nas idas ao subdistrito para recolherem frutas que eram vendidas na cidade de Mariana.

Então final de semana, meu pai, pegava a gente:” vamos pro Bento passear?” Aí eu que ia com ele, minha mãe não gostava de mato, meus irmãos também não. Eu gostava, eu falei “Vão pai, vão lá no Bento!”. A gente ia, colhia os cachos de banana, chegando aqui Mariana, despencava a banana toda. Pai virava e falava pra mim. “Aqui ó, tem que arrumar gasolina pro carro, pra gente ir no final de semana de novo”. Eu passava a mão no balaio e saía vendendo. Aí quando chegava final de semana, tinha dinheiro pra botar gasolina pra ir lá e voltar e sobrava dinheiro pra eu comprar material de escola. Porque era uma vida apertada para os meus pais, porque eu tinha muito irmão (PAULO CESAR, 2022).

Envolvido pelas emoções patrimoniais, Paulo Cesar não se relaciona mais com a tobata apenas no contexto em que a ganhou de presente, durante uma infância difícil vendendo bananas para comprar material escolar. A partir das lembranças afetivas com a tobata, outras lembranças se sobrepõem, desvelando uma trajetória afetiva com o território. Nesta perspectiva, vemos que as emoções patrimoniais revelam não só sobre como os sujeitos se relacionam com os territórios e patrimônios afetivos, mas também sobre o que ela descortina de si própria a partir das memórias subjetivas dos indivíduos (CLAVAIROLLE,2013). Se a emoção gerada pelo rompimento da barragem configurou uma série de relações afetivas com as ruínas do território, além de mobilizações na defesa deste por parte dos moradores, da mesma forma teve o efeito de atualizar as memórias subjetivas, ao “contribuir” para a ampliação das qualificações patrimoniais dos objetos soterrados.

Assim, podemos entender o simbolismo da tobata para Paulo Cesar dentro daquilo que José Paulo Siefert Brahm vai apreender como “alma dos objetos”. Isso porque, ao falar da memória dos objetos, o autor destaca que ela consegue impregnar e restituir “a alma nas coisas”, complementando que a alma do objeto é uma construção ou atribuição

“feita pelo sujeito, não emana ou está no objeto, mas se complementa na relação que se estabelece entre ambos”. A alma é referente aos objetos que ajudam o sujeito, a partir de suas percepções, na evocação e construção de memórias, na construção e afirmação de identidades, na afloração de emoções, conectam o sujeito a mundos, lugares, tempos, pessoas, culturas e espaços diferentes. (BRAHM,2017, p.65)

Outro ponto importante de se destacar sobre a alma do objeto é o elencado por Helen Kaufmann Lambrecht e Daniel Maurício Viana de Souza, ao considerarem a ideia de ressonância como fator central na influência da alma do objeto e a sua própria vitalidade. Para os autores, através do conceito de ressonância é possível vislumbrar que os objetos detêm poder de evocarem estruturas culturais complexas e de gerarem efeitos de identificação e emoção nos sujeitos na relação com eles (LAMBRECHT, VIANA DE SOUZA,2018, p.3). Assim, reforçam que os objetos guardam as memórias dos sujeitos e as “memórias, as biografias e as invisibilidades que não percebemos na materialidade dos objetos, podem ser narradas e percebidas através da oralidade (LAMBRECHT, VIANA DE SOUZA,2018, p.4).

Nessa dimensão, da alma do objeto como capaz de ajudar o sujeito na evocação de memórias; na afirmação de identidades; no despertar das emoções, conectando o sujeito com lugares, tempos, pessoas e culturas distintas; é possível perceber como a tobata, enquanto objeto patrimonial, consegue transportar Paulo Cesar para outros passados que se revelam por meio da oralidade. Assim, a memória infantil ativada se amplia, somando-se a outras dimensões do passado e da vivência de Paulo Cesar. Lembranças estas que agora se ancoram na sua história em Bento Rodrigues, desde a infância, assim como após o seu casamento, que representou a escolha do subdistrito para viver com a sua família:” quando eu casei eu mudei para lá com 25 anos. Criei minha família lá, tudo lá” (PAULO CESAR,2022). A essas lembranças, soma-se a percepção de que diversas tradições características da comunidade foram criadas por ele.

Quando eu fui pro Bento, fui já casado. Mas, com Espírito de menino ainda, de jovem né? Eu peguei os meninos do Bento e começamos a brincar. Fogueira lá na praça. Por exemplo, o primeiro tapete de serragem foi eu que fiz. Não existia tapete de serragem na semana santa. Eu via aqui em Mariana quando pequeno, eu participei eu quis levar isso pra lá. É uma coisa que tava bacana la no Bento até chegar a lama e acabar. (PAULO CESAR,2022).

Além das referências as festas religiosas, as lembranças perpassam também o aspecto das brincadeiras, pois pela sua relação afetiva com o território e seu “espírito de menino”, contribuir para a harmonia daquele espaço, mesmo que para algumas pessoas não fossem tão harmônicas assim, reflete essa vivência do campo, organizando diversas brincadeiras com as crianças.

Pra você ter noção: brincadeiras com crianças. Eu chegava de noite, fogueira na praça. Eu que inventei fogueira na praça. Por exemplo, no tempo frio aí os menino ia nas cerca dos vizinhos, quebrava os bambu, os vizinhos ficam bravo porque ficavam roubando cerca deles pra fazer a fogueira na praça. Inventei modo de bicicleta, pular rampa. La no Bento o pessoal andava de bicicleta normal. Eu montei pista de bicicross

As lembranças avivadas no contato com a tobata, que agora se institui enquanto objeto patrimonial, expõe uma destacada relação de alguns moradores de Bento Rodrigues com a memória, a partir das transformações ocorridas a partir do desastre. Vimos que para muitos moradores, a relação com a cidade de Mariana se estabelece numa perspectiva em que o tempo se encontra suspenso no ar, onde as vítimas, por não se sentirem pertencentes ao território de Mariana, vivem uma vida na expectativa de um futuro no Novo Bento que se sustenta pela relação com o passado. Tal dinâmica nos permite perceber que os moradores têm uma dupla relação com a memória. Essa visão distinta da memória foi bem abordada por Henri Bergson e permite apreender de maneira aprofundada como os objetos afetivos revelam um quadro de memória nos moradores de Bento que não se relaciona com a vivida no ambiente desterritorializado.

O autor irá delimitar que existe um quadro de duas memórias distintas: uma, seria o conjunto dos mecanismos montados que asseguram uma réplica conveniente às múltiplas interpelações possíveis. Dessa forma, ela faz com que os sujeitos se adaptem às situações presentes e que as ações sofridas se prolonguem por si mesmas, reforçando uma ideia mais de hábito da memória, desempenhando uma memória passada, mas sem evocar a sua imagem (BERGSON, 1990, p. 176-177). Observando as relações desterritorializadas dos moradores de Bento Rodrigues, eles vivenciam a memória no presente nessa direção, como um hábito estabelecido que desempenha uma memória desviada da relação com o passado, já que não se sentem pertencentes, nem criam vínculos com o espaço para o qual foram removidos. A outra memória abordada por Bergson, chamada de “memória verdadeira”, coextensiva à consciência, “retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhe a data, movendo-se efetivamente no passado definitivo, e não, como a primeira, num presente que recomeça a todo instante.” (BERGSON, 1990, p.177). A memória verdadeira é a que parece figurar quando as vítimas reencontram seus objetos afetivos. A relação

emocional é movida para um passado que sustenta o ser no mundo, no presente. Isso porque, como observamos na fala de Paulo Cesar, embora não datadas, as memórias são movidas para eventos específicos do passado, dando a cada fato o seu lugar.

As memórias dos lugares e dos eventos passados se cristalizam na fala de Paulo Cesar a partir da relação emocional com a tobata. Emoção ampliada na rememoração do local onde escavou e a reencontrou. Nesta dimensão, a própria ruína da sua casa se torna um objeto patrimonial, que agora é o lugar e a paisagem, estando estes “abertos às emoções e ao irracional, reconhecidos como predominantes nas relações que se entrelaçam” (ANDREOTTI, 2013, p. 103). As emoções ligadas aos territórios afetam, dessa forma, a maneira como Paulo Cesar sente a substância do passado. Devoto de São Bento, morava ao lado da Igreja que completamente destruída. Ao descrever o local do resgate da tobata, revela outro referencial patrimonial que irá estabelecer uma relação comunicacional de uma memória passada que segue afetando Paulo Cesar no presente. Sobre a tobata, destaca que foi encontrada no seu terreno, “do lado da igreja, do lado do cemitério. Tinha um muro com a Chácara. É a Chácara das Três Palmeiras. Era tudo ali na praça.” (PAULO CESAR, 2022).

A Chácara das Três Palmeiras entra no cenário das emoções, pois se configura como o território onde Paulo Cesar construiu toda a sua vida. São lembranças da família; do cotidiano; de toda uma plantação com uma diversidade de frutos, o sustento da casa; da criação de animais mais diversos. A tobata era um objeto especial em meio a tantas memórias, era parte importante no processo do cultivo na Chácara das Três Palmeiras. Para Paulo Cesar

Era uma chácara top. Tinha pomar de banana, pomar de mexerica. E quando era safra, eu colhia muito. Eu colhia era três, quarto, caminhões por ano de mexerica ponkan. Eu vendia para o sacolão Ceasa. Que eles mandavam pro Ceasa em Bh. E do mesmo jeito que eu colhia, muita gente que hoje já são idosos, gente mesmo crianças, crianças igual o D. Não, igual o irmão dele maior, era frequentador lá da chácara. Porque o muro era baixo, eles pulavam para roubar. As frutas, roubavam banana, mexerica, jabuticaba. Era normal lá no Bento (PAULO CESAR, 2022).

A concretude da chácara na memória de Paulo Cesar desvela um passado de abundância na colheita, na resignificação de um ato comum na vida de quem vive no campo, como, por exemplo, o roubo de frutas. Esse hábito comum no meio rural, no seu contexto primário, gera uma série de divergências entre quem rouba e é roubado, configuração natural de uma vida permeada por uma perspectiva temporal pacata, em que pequenos eventos do cotidiano, como desviar frutas do terreno alheio, geram conflitos locais. Na fala de Paulo Cesar, a emoção manifesta sobre esses eventos retira

todo o aspecto negativo dessas ações e agora se apresenta como um evento que desperta uma nostalgia.

Tomado pela emoção, Paulo Cesar não consegue descrever em palavras tudo aquilo que as lembranças despertadas pela tobata e pela Chácara das Três Palmeiras revelam. Em um ímpeto de colocar todas essas emoções para fora, lembra que tem algumas fotos guardadas com registros dos momentos da sua vida em Bento Rodrigues. Ao apresentá-las, elas parecem descortinar memórias que estavam presas nas palavras. Um resquício do desastre logo se apresenta, pois, ao trazer as fotografias, Paulo Cesar diz:” Eu tenho fotos dessa assim, imprimida” (PAULO CESAR,2022). Algumas fotos apresentadas estavam impressas de forma colorida, em folhas A4. Isso porque, com o desastre, parte das lembranças fotográficas também se perderam. Na busca em encontrar registros de um passado que permanece apenas na memória, Paulo Cesar consegue algumas fotografias enviadas pelas sobrinhas que, na infância, passavam as férias em Bento Rodrigues.

Sobre as imagens, Didi-Huberman destaca que nenhuma delas podem ser compreendidas sem a análise dos contextos em que se inscrevem e aos que afetam em simultâneo. Para ele “a imagem arde em seu contato com o real. Inflama-se, e nos consome por sua vez.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p.208). Destarte, não se pode falar do contato entre a imagem e o real sem perceber os fenômenos que incendeiam essa relação, pois esses conjuntos formam para cada indivíduo uma espécie de “tumba da memória” (DIDI-HUBERMAN, 2012). Analisando Warburg, Didi-Huberman nos apresenta ainda que as imagens carregam outras potencialidades, apreendendo que elas podem ser percebidas como sobreviventes ou com uma pós-vida. Tal perspectiva está ancorada no pensamento Warburgiano ao apresentar dois conceitos fundamentais que buscar demonstrar, por meio de suas pesquisas imagéticas e artísticas, a existência em certas imagens de camadas extremamente profundas e arraigadas a elementos precedentes.

Neste sentido, a arte e a imagem seriam vistas como parte constituinte de uma memória viva e pulsante permeadas por esses dois conceitos. O primeiro, o define como *Phatosformel*, em que a imagem deve ser entendida não por ela própria, mas por sua capacidade de gerar emoção; o segundo, define como *Nacheleben*, referindo-se ao poder de sobrevivência de uma imagem através dos tempos. As imagens sobrevivem e retornam em um mesmo movimento que é do sintoma (*phatos*). Ao buscar demonstrar a existência da *Nacheleben* (sobrevivência), Warburg propõe uma análise etnográfica das imagens, que estariam conectadas aos acontecimentos e as culturas que antecedem tais criações. Estas seriam, por resultância, criações que carregam consigo parte da história, permeadas pela cultura, por elementos humanos e memórias. Por isso,

para ele, as imagens não se configuram apenas como meros “objetos”, muito menos cortes no tempo e no espaço, mas sim “atos”, memórias, questionamentos, imagens dos nossos próprios olhos e reflexos dos rastros de uma história (DIDI-HUBERMAN, 2013).

Assim, reiteramos que as imagens são necessárias quando passam a informar o que, muitas vezes, as palavras não informam. Podemos observar em Paulo Cesar esses dois conceitos trabalhados por Warburg, pois ao relembrar das fotografias para descrever o que não consegue expressar em palavras, observamos que as fotografias para ele expressam esse fenômeno *Phatosformel*, devido à capacidade que elas têm de gerar emoções. Como imagem sobrevivente, *Nachleben*, as imagens se constituem enquanto elemento sobreviventes de um desastre, carregando consigo substâncias do evento e de uma vivência passada que retorna em um movimento entrecruzado nas memórias. A percepção emocional gerada pelas fotos se apresenta logo quando Paulo Cesar fala sobre as fotografias. Com um amontoado de impressões A4 e fotografias originais, as primeiras palavras expressas são: “Coisas que mexem com o coração” (PAULO CESAR, 2022).

Paulo Cesar exhibe as fotos, em cada detalhe aponta com o dedo e rememora as vivências passadas. Como se fosse um quebra-cabeça da vida em Bento Rodrigues, constrói, através da memória e das imagens, um retrato de uma vida que ele sabe que jamais viverá novamente. Atravessadas pelas emoções, as fotografias enquanto objetos patrimoniais, carregam em sua biografia o desastre. Passam a significar o desastre, mas não da dimensão do ocorrido e sim na ausência provocada por ele, tornando esses objetos não apenas referenciais de um passado afetivo, mas de um território ausente permeado pela dor. Assim, numa sequência que procurei não interromper, Paulo Cesar revive o passado cuja ressonância afeta o presente.

“Essas fotos aqui estavam com as minhas sobrinhas. Elas que mandaram pra mim” (PAULO CESAR, 2022). Após essa fala, Paulo mostra suas “reliquias guardadas: “Essas aqui são minhas sobrinhas, uma é professora de economia em Curitiba, a outra é médica pediatra. E a mais nova é engenheira eletrônica, trabalha na Rede Globo. Nessa época elas iam passear.” (PAULO CESAR, 2022). Diante de tantos registros, pergunto se posso fotografar algumas fotos, o que parece ter despertado um sentimento de orgulho em Paulo Cesar, por alguém se interessar por uma vida tão particular, mas que representava parte da sua história. Mostra, assim, as fotografias das palmeiras cujas deram nome a sua chácara destruída.

Isso aqui é o resto da palmeira que tinha, que eram três Palmeira Imperiais. Palmeiras imperiais você sabe como é grande né? Aqui, a igreja de São Bento de novo. A igreja de São Bento né, a que foi destruída. A chácara das Palmeiras é aqui. Aqui é minha sobrinha e

meu sobrinho montado na égua, em frente lá de casa, o galpão, tá vendo?

**Figura 50:** Impressão de uma foto feita por Paulo Cesar. Registra parte de sua casa.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

**Figura 52:** Paulo Cesar segura a foto registrando suas sobrinhas andando de cavalo.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

**Figura 51:** Foto das visitas realizadas pelas sobrinhas de Paulo Cesar. Ao fundo se encontra as 3 palmeiras que dava nome ao sítio de Paulo.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

As lembranças da Chácara das Três Palmeiras se juntam as lembranças da família, das celebrações, dos passeios, das brincadeiras, as criações de animais e plantações. A lama, inevitavelmente, lembra Paulo Cesar a todo instante de que todos esses lugares afetuosos, que vivem intensamente na memória, não existem mais.

Aqui a praça de São Bento, meus meninos brincando no meio da praça. Lá tá um monte de barro só(...) aqui ó, meu menino e minha menina montado no cavalo que eu tinha, uma égua. Que foram embora também com a lama. Lá no Bento(...) essa aqui é a foto da minha menina, que tem 28 anos de idade, na porta da igreja de São Bento (PAULO CESAR, 2022).

**Figura 53:** Os filhos de Paulo Cesar andando a cavalo.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

**Figura 54:** Registro do filho de Paulo Cesar quando criança.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

Em meio as lembranças, um detalhe chama atenção na forma como Paulo César se refere ao território onde morava.

Aqui é no fundo lá de casa(...)aqui as meninas na rede lá no fundo lá de casa. Essa foi feita dentro do Bento, dentro da minha casa, com meu pai e minha mãe. Isso aqui é lá dentro, dentro da minha casa. A casa onde eu moro e te mostrei.

**Figura 56:**Registro do aniversário da filha de Paulo Cesar em Bento Rodrigues.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

**Figura 55:**Comemoração de aniversário na casa de Paulo Cesar em Bento /Paulo Cesar.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

**Figura 57:** Registro de crianças na casa de Paulo Cesar.



Fonte: Arquivo Paulo Cesar

Quando fala de sua casa, Paulo César utiliza expressões como 'lá de casa', 'dentro da minha casa' ou 'a casa onde moro', evidenciando que esses espaços ainda existem no presente para ele. Essas referências identitárias são fundamentais para situá-lo como um morador de Bento Rodrigues e indicam que ele não vê seu lar como algo que ficou no passado. Negar a existência desse espaço e dessa vida que ressoa por meio dos registros fotográficos seria como negar a própria história. As fotografias comunicam um passado que contribui para que ele, no presente, amparado nas memórias atravessadas pelas imagens registradas, capture e expresse o que é e foi



vivido. A maior de todas essas capturas é de que ele tinha uma vida que na sua perspectiva era de riqueza, mas não sabia.

Aqui é o fundo da minha casa. O terreiro. Ta vendo, isso branco aí é os gansos, galinha. Tudo isso é fruta. Jabuticaba, acerola. Eu tinha cavalo, égua. Eu costumo dizer que eu era rico e não sabia. (PAULO CESAR,2022)

**Figura 58:**Registro da Chácara das Três Palmeiras.

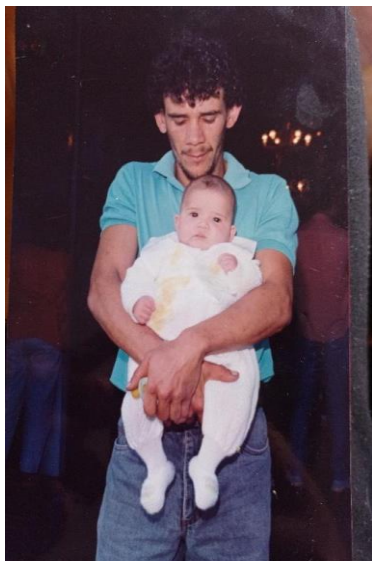


**Fonte:** Arquivo Paulo Cesar

Paulo Cesar é lembrado constantemente da sua riqueza que não sabia que tinha. Toda ela, que se relaciona com a vivência no território, com as memórias de uma vida que foi apagada, são agora comunicadas por meio desses objetos que passam a configurar novos valores. Representam uma experiência vivida, ou seja, fazem parte da biografia de Paulo César. Figuram como objetos patrimoniais, uma vez que agora são tratados com relíquias, adquiriram um novo valor e uma nova história. A atribuição de valor ao que viveu passa, assim, pelo teste da perda e sua colocação em um terreno comum das emoções, ampliadas pelo desastre, transformando a relação das vítimas com os objetos sobreviventes. Os objetos patrimoniais, tanto os resgatados da lama, quanto aqueles que permaneceram vivos, livres da ação da lama, adquirem uma “função patrimonial” (HEINICH,2018), uma vez que agora possuem um valor axiológico, cuja autenticidade, significação, beleza e histórico, amplificaram-se diante do ocorrido. Os objetos sobreviventes, enquanto objeto patrimonial

escapa ao destino de se tornar lixo, como descrito por Michael Thompson, bem como o de ser uma mera “coisa”, redutível à sua materialidade e à sua utilidade. Pode então tornar-se o que o historiador Krystof Pomian chamou de “semióforo”, investido de significados, ou mesmo uma “reliquia” ou um “objeto sagrado” (HEINICH,2018, p.184).

**Figura 59:** Paulo Cesar carrega a sua filha na igreja de São Bento em Bento Rodrigues.



**Fonte:** Arquivo Paulo Cesar

Krzysztof Pomian, ao estabelecer o conceito de “semióforos”, designa que os objetos são dotados de um significado e possuem o potencial de conectar o visível ao invisível, cujo valor não é medido pela materialidade, mas por sua representação simbólica que estabelece uma relação de mediação entre o presente e o passado, resignificando a existência (POMIAN,1984). Como semióforos, os objetos são lidos pelos sentidos e pelas emoções e mostram que para Paulo Cesar a emoção positiva se encontra no passado, enquanto no presente ela se concretiza de forma negativa. Pois Paulo Cesar se encontra deslocado no presente, que se coloca sempre como uma lembrança triste, pois revela que tudo aquilo que desperta a sua felicidade agora está sob lama, “o terreno lá em bento tá todo coberto de lama. Tá no Dique

S4, tá alagado.”<sup>46</sup> A dramaticidade está escancarada em seu rosto, pelo desgaste da luta diária pelo direito à reparação, por ter que lidar com a dor de saber que a sua esposa jamais poderá viver como antes no Novo Bento, já que, na espera em retornar para o novo território, adoeceu, sofreu um AVC e não anda nem se comunica. O sorriso e essa vida feliz expressa por Paulo Cesar nas fotos, ele sente que ficou no passado e sabe que só reviverá esses sentimentos através delas.

**Figura 60:** Paulo andando a Cavalos em Bento Rodrigues.



**Fonte:** Arquivo Paulo Cesar

Podemos observar como reflexo da disrupção pelo desastre que os objetos resgatados passam por um processo de patrimonialização, na medida em que são valorizados pelas vítimas e passam a adquirir outras funções comunicacionais através das emoções, afloradas no reencontro com os objetos e do novo significado que eles passam a representar. A tobata e as fotografias resgatada ou recuperadas por Paulo Cesar clarificam o entendimento epistemológico

<sup>46</sup> Conforme abordamos no primeiro capítulo, a construção do Dique S4 em Bento Rodrigues gerou revolta por parte das vítimas pois acarretaria na construção de uma nova barragem no subdistrito, destruindo a memória do crime e o alagamento de um patrimônio cultural e histórico. Com autorização do governo do estado de Minas Gerais, o Dique acabou sendo construído em 2016 alagando parte do território. Paulo Cesar foi um dos afetados pelo Dique e teve parte do seu terreno tomado pelas águas, o que provoca profunda indignação por não receber qualquer valor pelo uso de suas terras, além do apagamento dos vestígios do desastre.

concernente aos processos de comunicação dos objetos, demonstrando que agora possuem uma dupla natureza. Dessa forma, enquanto objetos patrimoniais, adquirem uma duplicidade valorativa ao atravessar os dois lados representacionais, entre o valor e a representação valorativa emocional. Os objetos parecem conseguir existir numa tensão entre dois campos distintos e conflitantes, constituídos na dor do presente, ao relembra-rem a todo instante o ocorrido, e nas nostalgias emotivas do passado, estabelecidas como capazes de trazerem uma experiência pretérita que se solidifica no presente a partir das memórias dos objetos ressignificados a partir do sentimento de perda.

### **3.3. Emoções em movimento: o pandeiro meia-lua, o quadro na parede, a comunicação das memórias.**

Na dinâmica das emoções, no contato com os objetos, alguns passam a comunicar um passado que sequer pertenceram. Nesse emaranhado processo memorial, eles transitam no sentido de ativar algumas memórias como se pertencentes a esse passado. É o que experiencia a moradora Dona Terezinha. Ela sempre teve um pandeiro meia-lua, com uma representação significativa no seu envolvimento com a música, as festas tradicionais, as celebrações. Assim como praticamente todos os objetos dos moradores de Bento Rodrigues, o pandeiro meia-lua da mesma forma foi soterrado pela lama. Trinta dias após o rompimento da barragem de rejeitos, o pandeiro foi encontrado acerca de quinhentos metros da sua residência, onde vivia com o seu marido, Seu Zezinho. Ao falar do objeto, percebemos a violência do desastre, uma vez que em 2020 o objeto ainda carregava literalmente as marcas do crime, mesmo com todo o esforço por parte de Seu Zezinho e Dona Irene em retirá-las: "Você vê que ele tem umas manchas de barro, de lama, ó, tá vendo? A gente não conseguiu tirar, mas ficou praticamente perfeito" (SEU ZEZINHO apud VASCO, 2020, p.115-116).

O objeto, ao ser resgatado e higienizado, ainda carrega os resquícios traumáticos. Mas, ainda sim, volta ao seu lugar de uso, assumindo, da mesma, forma uma duplicidade, no sentido de que a função primária do objeto é restaurada e, ao mesmo tempo, exerce um lugar de culto, na medida que estabelece uma relação emocional com o passado vivido por Dona Irene e Seu Zezinho. Dessa forma, em conversas com Dona Irene, foi possível constatar que as memórias estabelecidas pelo, e com, o objeto são duplas. A primeira emoção revelada se direciona no seu amor pela música. O pandeiro meia-lua reflete a sua vivência na música, que mesmo diante dos reflexos do desastre, parece ser um remédio para lidar com a dor de estarem desterritorializados na cidade de Mariana, uma vez que ela não se sente pertencente à

cidade, conforme vimos expresso no primeiro capítulo. Ela o utiliza nas apresentações que tem com o seu grupo chamado Trio Maravilha, formado por ela, Seu Zezinho e um sanfoneiro amigo da família. Estar no grupo é um refúgio para a dor.

Eu com Zezinho nós gosta mais é de divertir né? É aproveitar, tipo assim, distraí bastante a cabeça, a mente da gente. Nós canta mais é sertanejo, músicas raízes, né? Aí nós apresenta agora sempre na Rádio Ouro Preto. Muita gente gosta, liga pra lá elogiando, dando os parabéns. A gente faz o possível pra dá certo. (DONA IRENE,2020)

A segunda emoção observada na relação com o objeto é que ele passa a estabelecer uma dimensão afetiva para Dona Irene, revelando que a musealidade se expressa em forma de vontade de memória. Para Teresa Scheiner, a musealidade emergida dessa relação, independe de rigor técnico e científico, uma vez que ela é identificada e ajustada por meio da percepção que os sujeitos desenvolvem conforme os valores e sistemas simbólicos dos grupos sociais (SCHEINER,2005). Assim sendo, ao se identificar com o objeto, ao narrar de forma emocional a relação que o pandeiro mantém com a sua própria história, avistamos que ele ativa as ressonâncias e o trabalho da memória de Dona Irene, de narrar sobre a sua história, mantendo viva uma trajetória ligada ao território destruído.

**Figura 61:**Dona Irene com seu pandeiro resgatado da lama.



Fonte: Jornal A Sirene.

O objeto pandeiro meia-lua, assim como ocorreu com Paulo Cesar, remete a uma memória passada de Dona Irene, do período em que se mudou para Bento Rodrigues. Os objetos parecem ressignificar essas relações, marcando este início de ligação afetiva com o território. Como o pandeiro reforça a musicalidade de Dona Irene, da mesma forma, conduz a uma memória passada cuja ressonância reverbera em um passado musical, reforçando os laços com a história do subdistrito. Assim, ao falar dos

usos do presente do objeto com o seu grupo musical, automaticamente revela uma memória, de quando se mudou da cidade de São João Del Rey para Bento Rodrigues: “Eu tô com 80 anos completo, quando nós mudou, eu tava com 40, 44 anos. Com 40 anos nós mudou pra cá. Foi em 1980/1981, né? Acho que foi em 1980” (DONA IRENE,2020). Em meio as dificuldades para se recordar do ano e da idade que tinha quando se mudou para Bento, é possível notar que Dona Irene se expressa da mesma forma que Paulo Cesar ao falar do território, uma vez que diz que mudou pra “cá”, referindo-se a Bento Rodrigues, mesmo estando na cidade de Mariana. Mesmo diante da dificuldade em lembrar a idade e o ano em que se mudou, as lembranças das primeiras vivências se tornam claras em suas memórias, dado que elas são ativadas pelo objeto e pelo seu valor musical, pois o resgate do pandeiro conduz a uma recordação dos momentos vividos em Bento Rodrigues.

Tinha a festa de São Bento, a festa nossa das Mercês, né? E tinha uma Folia também, que depois acabou, né? É a folia que a gente, quando chegou em Bento Rodrigues, aí Zezinho ainda perguntou se nunca teve essas coisas lá, né? Essas tradições que eu e Zezinho sempre, sempre nós foi muito animado né? Muito animado sobre essas coisas. Ai a gente montou essa folia, sabe? Montamos uma folia depois (de mudarem pra Bento Rodrigues). Eu fazia requinta, né? Aquela voz que tem na folia né? Aquela voz mais fininha que tem, que costuma levantar. Ele era o tirador também, né?” (Ibidem)

O objeto desperta em Dona Irene uma memória afetuosa, estabelecendo uma narrativa que proporciona o entendimento da ponte constituída entre a memória que o objeto desperta na moradora. Deste modo, ele contribui para desvendar redes de afetos e emoções relacionadas à sua família e ao território, relevando uma teia de sentidos que se conectam com tempos, espaços, pessoas e eventos ocorridos no passado. Por meio do pandeiro meia-lua, é possível perceber um valor simbólico atribuído e como ele estimula memórias, identidades e afetividades presentes, tornando-se também representações dos sujeitos (DASSIÉ 2020). Representações estas que em Dona Irene são atravessadas pelas emoções e revela um passado nostálgico de quando levaram a Folia de Reis para o subdistrito.

A gente tocava muito os corações. Tinha gente que chorava. Quando a gente chegava nas casas, se a porta táva fechada, ele (Seu Zezinho) pedia para abrir, entendeu? Se táva aberto aí ele pedia para receber a bandeira, né? Tudo, se dava um café, qualquer coisa, enfeitava a bandeira, tudo ele agradecia, tudo em versos. Era muito lindo. Nós devia ter gravado, né? Não tem registro, não tem foto, nada. Acabou tudo lá também né? Foi tudo embora, né? As fotos, tinha muita foto da nossa folia. Lá onde eu morava foi tudo embora. Aquela parte da baixada onde morava atrás da Igreja do São Bento, foi tudo embora, tudo! A nossa casa ficou igual isso aqui ó, lavou tudo (Ibidem).

A fala de Dona Irene revela a duplicidade da memória despertada pelo objeto. As emoções se estabelecem em um primeiro momento por uma lembrança afetiva relacionada ao contexto de mudança para o território, com a criação da folia, que mesmo durando apenas dois anos, foi marcante em sua vida e por isso rememora os momentos de forma detalhada. A ausência do território e a afetação das lembranças são sólidas que trazem consigo a dimensão triste da emoção, expresso no desejo de ter gravado a folia, entendendo o valor do registro para relembrar, diante da inexistência dos espaços afetivos. Revela o outro lado da memória evidenciada pelo objeto, sendo a memória do evento dramático. As emoções afetivas dão lugar, no mesmo instante, as emoções negativas despertadas pela lembrança do evento, direcionando Dona Irene do estado de euforia ao relembrar dos festejos em Bento Rodrigues para um sentimento de tristeza, ao relembrar que a lama levou embora todas as fotos e recordações da folia. A instante os moradores que resgataram os objetos na lama são atravessados por esse misto de emoções.

Vemos ser revelado no próprio estado de saúde de Seu Zezinho. Ainda permeada pela lembrança dos festejos do tempo em que se mudaram para Bento Rodrigues, Dona Irene lembra das festas de São Bento e diz que “Zezinho era festeiro da festa de São Bento. Eu costumava colocar barraca, sabe? Porque quando a gente chegou em Bento Rodrigues, com o tempo lá ele (Seu Zezinho) acabou sendo colocado como presidente do time de futebol, né? Ai o time que ele mexia, ele era tudo né? Ele era treinador, presidente. Era tudo sabe?” (Ibidem). Nesse ponto, a memória trazida pelo pandeiro não se relaciona mais com a memória musical que ele representa. É direcionado para a relação afetiva que Seu Zezinho tinha com o time de futebol e como a ausência do território em que o time do seu coração jogava o afetou de forma negativa. A dor e a emoção foram tão fortes que quase tiraram a sua vida.

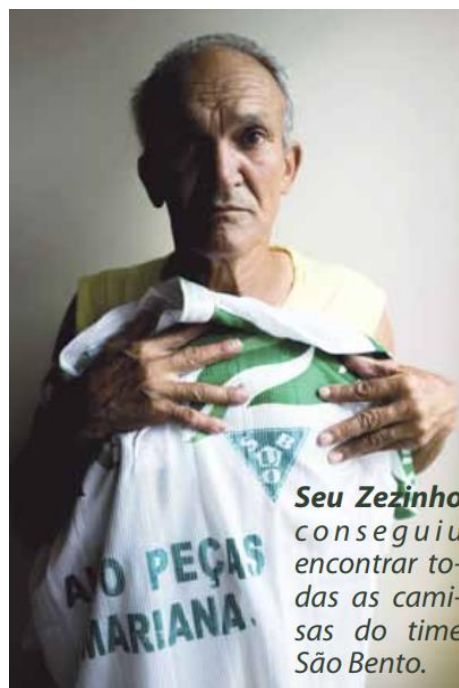
Porque o povo gostava muito do time né. Aí ele registou o time aqui Mariana. Registrou aqui, mas depois que quando aconteceu a tragédia que acabou tudo, aí ele não quis mexer mais nada também não. Porque você deve ficar sabendo que ele teve uma chance de vida que quase que morreu. Agora ele hoje usa marca-passo, tudo por causa da tragédia. Foi sentimento, afetou muito ele. Ele teve um por cento de vida pra se salvar, para viver. Mas Deus é maior, né, meu filho. Deus é maior. Tá trabalhando firme e forte. Ele tava andando muito nervoso, muito nervoso. Ultimamente ele tá bonzinho, legal, entendeu? Mas tudo foi a tragédia que afetou. (DONA IRENE, 2022).

A partir desse relato, podemos compreender como as emoções afetam e mobilizam os indivíduos nas suas mais variadas formas. Em Seu Zezinho, elas se configuram pelo luto diante do desastre e refletem um aspecto peculiar da expressão do sentimento de luto a partir da internalização do sofrimento enquanto processo simbólico. O sociólogo Guilherme Pinheiro Koury vai elaborar uma profunda análise sobre esse

aspecto das emoções em sua obra “Sociologia das emoções. O Brasil urbano sobre a ótica do luto, e Individualidade”. O autor destaca que os fatores sociais são determinantes na expressão das emoções pelos indivíduos e que os sentimentos de medo, perda, vergonha, ao expressar determinado sentimento, como o próprio luto e a saudade, acabam por fazer com que o sujeito se isole socialmente, sofrendo de maneira solitária, direcionado para a melancolia e a tristeza (KOURY,2003). Podemos perceber que o sentimento gerado pela dor da perda do território, das relações afetivas estabelecidas com o espaço, gerou uma emoção em Seu Zezinho representando quase a perda da sua vida. Conforme destacou Dona Irene, a perda do campo de futebol, dos jogos de camisa, tudo aquilo que simbolizava a paixão pelo clube, fez com que ele perdesse o interesse em continuar envolvido em uma cidade a qual não se sente pertencente.

As emoções, da mesma maneira que são expressas por meio do luto na perda do território e dos objetos, permitem vivenciar outras sensações a partir do reencontro com os objetos sobreviventes. Seu Zezinho, na medida em que sentiu a perda dos bens relacionados ao seu time do coração, da mesma forma teve as emoções afloradas quando os reencontraram. Ao contrário do pandeiro meia-lua de Dona Irene, que ainda mantém o seu uso primário, a camisa enquanto objeto patrimonial assume agora um lugar de culto, por representar o sofrimento do desastre, configurando-se como relíquia, sendo salvaguardado em um lugar especial na casa de Seu Zezinho e Dona Irene, comunicando um período feliz na sua vivência como diretor e presidente do time São Bento <sup>47</sup>.

**Figura 62:** Seu Zezinho com o jogo de camisa do time de futebol de Bento Rodrigues.



*Seu Zezinho conseguiu encontrar todas as camisas do time São Bento.*

**Fonte:** Jornal A Sirene

Voltando a Dona Irene, no processo de rememoração despertada pelo pandeiro, outro objeto ganha destaque em meio a sua fala, comunicando outros momentos da sua vida, ao despertar uma emoção que se amplifica a partir do único registro fotográfico da praça onde confraternizava com os amigos. Ao recordar dos momentos de serestas,

<sup>47</sup> Dezoito dias depois da destruição, a equipe de futebol de Bento Rodrigues retorna aos gramados. Diante da tristeza, jogadores buscaram manter viva a comunidade. Como o antigo uniforme ainda estava soterrado, fizeram as pressas um novo com as cores verde e branco, marca do clube. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/23/interna\\_gerais,710511/recomeco-em-campo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/23/interna_gerais,710511/recomeco-em-campo.shtml). Acessado em : 29/09/2022,

Dona Irene fala: “Então, a gente ia muito para praça, né? Na pracinha. A gente, eu recordeo muito, que a gente pegava, juntava a turma, né? A moçada toda. (...) “. Neste momento de relação com a memória, sentada na cadeira de sua casa, ela olha para a parede e fala: “ah, tá vendo lá? Aquela foto lá? A lá, a gente ficava debaixo daquela árvore lá, tá vendo? A(árvore) que Zezinho plantou.” (DONA IRENE,2020). Por impulso, ela se levanta e fica ao lado do quadro. Um quadro com um valor especial, por ser o único registro vivo da localidade onde moravam. É um recorte de jornal, ganhando por Seu Zezinho de um jornalista que havia feito o registro antes do crime. Segundo Dona Irene, “ele ganhou esse quadro e a moldura mandou colocar no quadro. (Ibidem).

Na surpresa diante de mais um objeto afetivo que se revelava, perguntei a Dona Irene se podia fazer um registro da foto e ela, assim como Paulo Cesar, demonstrou-se feliz pelo interesse em registrar um objeto de caráter afetivo<sup>48</sup>. Realizei a foto com uma qualidade ruim, devido ao celular que tinha em mãos no momento, mas que permite revelar algumas camadas.

**Figura 63:**Quadro com o único registro vivo da casa onde viviam Dona Irene e Seu Zezinho. Em primeiro plano se encontra a Igreja de São Bento e ao fundo a praça.



Fonte: Acervo Dona Irene

Antes de refletirmos sobre a imagem e a relação emotiva que Dona Irene estabelece com ela, percebendo as suas potencialidades comunicativas, entendo-a dentro das análises de Didi-Huberman, como um objeto sobreviventes ou com uma pós-vida, faz se necessário fazer uma observação a respeito do registro imagético que atravessa o simbolismo da imagem. Ela foi registrada em 2020. Agora, em 2022, enquanto traço minhas reflexões neste capítulo e reencontro esta foto, ela apresenta um novo significado. Tal porque ela não traz somente o registro da memória de Dona Irene. Nela podemos observar um registro da memória que a tobatu despertou em Paulo Cesar. Em seus relatos,

vislumbramos a relação afetiva que mantinha com a sua Chácara das Três Palmeiras, repletas de bananeiras, próxima a praça de São Bento, onde registrou os momentos com seus filhos; realizou brincadeiras com as crianças. A territorialidade da vivência

<sup>48</sup> Ao pedir para registrar o quadro, perguntei Dona Irene sobre o pandeiro, se poderia fazer um registro. Porém, ele estava no carro do seu marido que não estava em casa no dia da entrevista. Disse que poderia voltar em outro momento para realizar a foto. Logo após esse encontro, veio a pandemia e encerrou qualquer possibilidade de reencontro. Mesmo em 2022, devido a idade, preferem evitar contatos enquanto ainda permanece a pandemia.



dessas memórias está registrada nesta foto: ela apresenta a praça de São Bento, onde se encontra a árvore plantada por seu Zezinho, e parte da chácara de Paulo Cesar, que fazia divisa com a igreja, por meio de um muro que carrega um simbolismo histórico que o próprio Paulo Cesar reivindica como propriedade do seu terreno e não da Igreja, como costumam afirmar.

A imagem completa a fala de Paulo Cesar sobre o território, ao lembrar do muro que as crianças pulavam para roubar frutas, ao descrever a localidade da sua chácara dizendo: “não tinha uma construção grandona em frente a praça? Aquela construção era minha. Do lado da igreja, do lado do cemitério, tinha um muro com uma chácara. É a Chácara das Três Palmeiras. Era tudo ali na praça, no centrão.” (PAULO CESAR,2022). Vemos que nas relações com os objetos resgatado da lama, as memórias se entrecruzam, deixando traços compartilhados pelos moradores de Bento Rodrigues, revelando processos identitários que se amplificam na comunicação estabelecida com os objetos patrimoniais sobreviventes. Conforme destaca Joël Candau, ao analisar a memória das tragédias como recurso identitário, nesse quadro de relação com o passado, “que é sempre eletivo”, o grupo pode fundar e reforçar as identidades sobre uma memória histórica e social alimentadas de lembranças de um passado que, embora prestigioso, se enraíza na memória do sofrimento compartilhado. (CANDAU,2021, p.151). Nisso, as identidades historicizadas vão se construindo e se apoiando sobre a memória do desastre coletivo. Deste modo, podemos observar ser na lembrança do ocorrido em 2015 pelo qual são portadores que as vítimas, desterritorializadas na cidade de Mariana, jogam suas identidades, que se estruturam em volta de uma memória viva.

Entrelaçando as lembranças de Dona Irene e Paulo Cesar, avivadas pelo contato com os objetos sobreviventes, observamos que as forças identitárias são afirmadas por meio de parâmetros de memórias que Joël Candau vai chamar de “regiões-memória” ou “cidades-memória”, espaços onde se consolidam os referenciais identitários. Destarte, sabemos que nos territórios as paisagens podem contribuir para a afirmação de memórias compartilhadas e que igualmente podem influenciar os sentimentos identitários. As “regiões-memória” das vítimas atravessam a praça principal do subdistrito junto a igreja de São Bento. Espaço coletivo em que cada um, em suas lembranças individuais, vai revelando uma memória coletiva, dos festejos na praça, das prosas sentadas no banco, assistindo aos jogos no bar da Sandra. Lembranças do território que, como vimos no segundo capítulo, mesmo sob ruínas, representa um espaço de resistência diante da empresa causadora do desastre e se constitui enquanto espaço sagrado para manterem vivas as memórias dos referenciais territoriais identitários.

A percepção dos lugares de memória em Bento Rodrigues permite identificar que há um certo agrupamento de memórias condensadas pelos cruzamentos das narrativas de cada um dos membros da comunidade. Diversos moradores relatam experiências vividas no mesmo local, porém os ângulos narrados variam conforme a vivência pessoal de cada. Relacionam-se com aquilo que Jean-Louis Tornatore irá identificar como ancoragem patrimonial (TORNATORE,2009). Tornatore identifica ocorrências da contemporaneidade que remetem aos processos de lembrança sobre um mesmo espaço, objeto ou evento. Destaca que um mesmo referencial patrimonial pode ser percebido de diversas formas, ancorando perspectivas múltiplas que não necessariamente se convergem. Experiência essa que vemos ocorrer nos relatos dos moradores de Bento Rodrigues.

Se há uma continuidade emocional na relação com o território destruído, a força emotiva da experiência de reencontrar os objetos soterrados se amplificam, revelando a potência das emoções patrimoniais movimentadas no retorno ao passado. Demonstra que as vítimas têm a necessidade de tais movimentos fisiológicos e psicológicos, para se sentirem vivos, pensarem e agirem diante da dor causada pelo crime. Para Michel Delon, a sensibilidade física transmite ao ser humano uma experiência cotidiana traduzida em emoções que orientam o sujeito no tempo e no espaço (DELON,2020, p.18). Assim sendo, os objetos sobreviventes se configuram como referenciais que despertam emoções, deslocando as vítimas para vivências pretéritas, capazes de reviverem experiências e sensações que afetam os moradores de Bento Rodrigues no presente.

O simbolismo dos objetos de amplificarem as emoções é o que faz com que Dona Irene, ao lembrar os seus tempos de serenata, por impulso, levantar-se de sua cadeira e caminhar em direção ao quadro, único objeto vivo, que congela um registro temporal do passado, capaz de aflorar as emoções. Que se traduzem em outras lembranças, relevando experiências e memórias antes mesmo dos objetos que compõem o quadro existirem. Como todas as experiências emocionais observadas nesta tese, elas sempre são atravessadas pela dor. Imbuída desse sentimento emocional, Dona Irene vai traçando suas lembranças comunicadas pelo quadro.

“Aqui a capela de São Bento, isso aqui foi tudo embora. A minha casa descia aqui para trás aqui na praça. Essa árvore aqui, sempre nós vinha aqui no bar, o bar da Sandra. Tinha aquela mesinha lá que ele (seu Zezinho) fez de cimento, bancos. Sentava aí, ele levava o violão a gente ficava cantando. Pessoal levava cerveja pra gente, a gente ficava tomando. Era muito lindo. Aqui é uma rua toda calçada, tá vendo? Essa rua sai lá perto de casa (DONA IRENE,2022).

Na troca com o objeto, observamos a linguagem em sua dimensão performativa, momento em que a palavra tem o poder de interferir concretamente na

realidade, onde a felicidade de uma revelação consumada conduz a uma dimensão passada da experiência, sendo esta atualizada, passando a fazer parte da experiência atual, operando uma alteração fundamental no presente de Dona Irene. Essa narrativa nada mais é do que o modo de lidar com a grande perda de um objeto, que podemos denominar como o “tempo passado”, transportado pelo recurso da narração para o interior do presente, uma espécie de resgate do “tempo perdido” (BENJAMIN,1993). Esse tempo passado, articulado pelas memórias no contato com o objeto, entrecruza-se com as memórias recentes do desastre, aflora as emoções mais sensíveis e demonstra que a ausência do território e dos objetos afetivos continuam a marcar Dona Irene. Por isso, não controla suas lágrimas no processo de rememoração de uma nostálgica experiência pretérita atravessada pelo sentimento de tristeza provocado pelo evento.

Aqui que nós ficava sentado fazendo serenata. Aqui é uma rua que sobe que vai lá pra das Mercês (Igreja), tá vendo? A próxima da praça de São Bento. Essa arvore, tudo isso foi seu Zezinho que colocou. Essa arvore aqui foi ele que plantou (aponta para a arvore no centro da foto). Foi tudo embora, ficou só um toquinho. Rebentou tudo, foi tudo embora. Aqui, tá vendo essa mangueira apontando aqui? Era tão forte, que tinha umas pedras em volta dela, a mangueira muito forte do lado, do lado do bar da Sandra. E não conseguiu o volume da lama levar, que ela era muito forte. Ela é muito antiga, muitos anos. Secou e acabou tudo. A lama passou no alto, foi quinze metros de altura que a lama passou. Levou tudo (DONA IRENE, 2020).

O quadro, inevitavelmente, estabelece uma relação comunicacional com o momento mais triste na vida de Dona Irene e se articula em um duplo processo de ativar as emoções que se entrecruzam entre as afetivas, acionadas pelo passado pré-rompimento da barragem; e as negativas, figuradas na melancolia: “Isso aqui foi tudo embora ó. O que tinha aqui na praça, aqui isso aqui, ó aqui da praça, foi tudo embora, tudo. Quem morava nessa praça aí acabou tudo” (DONA IRENE,2020).

“Cada peça, cada pedaço, nos lembra quem somos. Mesmo com nossas vidas mutiladas, ainda estamos aqui. O rejeito não soterrou nossas memórias” (A SIRENE,2016, p.19). Essa frase que consta no Jornal A Sirene e se refere ao resgate de pertences pessoais soterrados, sintetiza a ressignificação dos objetos ao serem retirados da lama. Observamos que os objetos resgatados adquiriram uma nova configuração, constituindo-se como objetos patrimoniais que passam a ser valorados pelas vítimas e estabelecem uma relação de comunicação de uma memória pretérita que perdeu todas as suas referências territoriais, materiais e imateriais. As emoções patrimoniais geraram um processo de introdução de outras qualificações aos objetos, transformando os seus valores de uso. Eles passaram a se inserir em uma lógica patrimonial cuja comoção e o resgate dos objetos sobreviventes conferem a estes uma

transformação simbólica que não se relaciona com a separação do objeto material do território destruído, mas sim ao direcionamento de uma duplicidade delimitada pelo seu novo valor representativo, configurando processos comunicacionais que, nas suas propriedades materiais e imateriais atribuídas em virtude da sua musealidade, refletem diversas memórias individuais passadas, entrecruzado nas memórias coletivas, alterando as sensações emocionais no presente.

### **3.4. Da lama à reestruturação no presente: a musealidade emocional dos objetos ausentes**

Se observamos, por um lado, que diversos objetos foram encontrados e resgatados da lama de rejeitos através dos trabalhos dos próprios moradores e, em alguns casos, dos arqueólogos contratados pela empresa responsável pelo crime; por outro, a sua grande maioria desapareceu por completo. Outros, foram totalmente destruídos, deixando uma lacuna presente na vida dos moradores de Bento Rodrigues. Tais objetos se instituem como aqueles herdados das famílias, objetos pessoais, fotografias, brinquedos, móveis, documentos, vestimentas, um banco, uma árvore, a igreja, as cachoeiras, os rios, enfim, objetos carregados de histórias que remetem a uma infinidade de afetos. Os objetos soterrados são para os moradores de Bento insubstituíveis e perder a ligação com eles representa uma ruptura do elo que mantinham com familiares, histórias de vidas, vivências no território.

Por essa ótica, a reflexão que se coloca é como pensar a relação das vítimas com os objetos ausentes, se eles ainda se instituem enquanto elementos capazes de estabelecerem uma relação comunicacional com os moradores, permitindo que as emoções se amplifiquem nos processos da valoração a partir da ausência. Como pudemos observar, o valor do objeto não pulsa de si, muito menos as memórias estão nos objetos sobreviventes. Apoiando-nos em Joël Candau, podemos apreender que estes se estabelecem como “extensões de memórias”, uma vez que os próprios moradores fixam as memórias neles (CANDAU,2021). Assim sendo, os componentes mnemônicos trazem a ideia de que possuem uma vida própria.

Pensando ainda os objetos na sua materialidade, retomamos as reflexões elencadas anteriormente acerca da “alma dos bens patrimoniais”. Sobre esse ponto, os autores Davi Kiermes Tavares, Diego Lemos Ribeiro e José Paulo Siefert Brahm vão reforçar que a alma dos objetos é evocada “sempre em justaposição entre materialidade e imaterialidade, na relação intersubjetiva entre objeto e sujeito, tendo como pano de fundo a ideia de que os objetos são criados, valorados e semantizados em um esquema cultural, social, econômico e psíquico (TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2017, p.103).

Deste modo, os autores reforçam que sua alma não emana deles, uma vez que são atribuições dos sujeitos a partir da sua apropriação, do seu reconhecimento, ecoando junto aos sujeitos e coletivos (TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2017.).

A reflexão dos autores reitera a ideia de que a materialidade do objeto tem um importante papel nos processos de valoração patrimonial, acionada na dupla relação entre materialidade e imaterialidade, sujeito e objeto, emoções positivas e negativas, ativando memórias individuais e coletivas representativas das identidades dos sujeitos e dos territórios. Nessa lógica processual, a questão que se coloca é como pensar os processos de patrimonialização dos objetos por parte das vítimas, a sua musealidade, a partir da ausência. Como valorar algo que não existe em sua forma física? Como os objetos ausentes despertam emoções nas vítimas a partir da sua imaterialidade? Questões semelhantes foram tratadas pelos autores citados anteriormente e se constituem como importante referência para compreendemos os processos relacionais a partir da ausência.

Os autores irão lançar um olhar museológico para uma problemática que se assemelha às levantadas neste capítulo. Tendo como referencial o Museu Gruppelli, localizado na cidade de Pelotas, buscam refletir sobre os processos comunicacionais de um objeto que fazia parte do acervo do museu, mais especificamente, o tacho de cobre. Este objeto musealizado, durante algum tempo, apresentava-se como acervo do museu, mas teve o seu valor inicial de uso ativado e retornou à comunidade. Nos embates ocorridos entre os funcionários do Museu, ao refletirem a deterioração que o acervo pudesse sofrer, o que se sobrepôs foi o pensamento de que a sua conservação é estabelecida pela sua própria representatividade dos modos de vida no campo, que o seu uso representa a manutenção de costumes na produção de doces artesanais, provendo a alma cultural do objeto (TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2019.) O tacho de cobre foi levado por uma enchente ocorrida na região e a reflexão que os autores trazem diante dessa realidade é como pensá-lo a partir da ausência, na medida em que o tacho não representa somente um objeto de fazer doces, mas estabelece um referencial indicador de memórias dos grupos da comunidade onde estava inserido.

Assim sendo, irão observar um fenômeno que provoca o próprio conceito de semióforo. Na relação museal estabelecida dentro do museu, percebem que os visitantes tornam manifestas na exposição a representatividade do tacho que agora se configura como um objeto ausente. Ao se conectarem a narrativa de perda do objeto, algumas pessoas manifestam a sua falta, mesmo pessoas que nunca chegaram a ter qualquer experiência viva com ele, mas reflete uma memória considerada “vivas por tabela” (POLLAK apud TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2019, p.95.) Nessa dinâmica, os autores reforçam a ideia de que o ausente que convoca a presença. O que resta do

tacho se conecta com outras memórias póstumas narradas, ele se estabelece como indicador de memória e fragmento social. Dentro do museu, contrariando a lógica dos processos de musealização e patrimonialização do objeto de valor patrimonial, invertem a lógica e musealizam o ausente por meio das representações. Conforme destaca os autores, “é o ausente que conecta a presença, com o apoio dos resquícios que restaram de sua materialidade – narrativas, fotografias e o próprio repertório cognitivo de quem flerta com o vazio do ausente (TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2019, p.113).

Observamos através dos autores que a memória afetiva em relação ao objeto é gerada pela musealização do ausente. O valor do objeto não reside exclusivamente na sua materialidade, “mas em suas camadas invisíveis, as quais possibilitam aos interlocutores trazerem o invisível por meio do visível” (TAVARES; RIBEIRO; BRAHM,2019, p.102). Esse processo museológico de valoração do ausente desperta o sentimento de pertencimento e reconhecimento dos sujeitos, possibilitando que estes valorizem, preservem, difundam e transmitam as memórias do objeto ausente. As reflexões levantadas pelos autores oferecem importantes contribuições quando direcionamos o nosso olhar para os objetos ausentes que se perderam em Bento Rodrigues. Como essas camadas invisíveis dos objetos ausentes ainda fixam marcas nas vítimas no presente, constituindo-se como referências perenes de um lugar, que agora se institui como um lugar de memória, configurando-se como um elemento simbólico do patrimônio de Bento Rodrigues? Quando os objetos se desacautelam, perdem-se ou são destruídos, o que sobrevive das ausências? Suas imagens mentais, imprecisas, conseguem despertar emoções a partir dos processos valorativos patrimoniais?

O “matar” dos objetos em Bento Rodrigues gera emoções patrimoniais: ora negativa, provocando indignação, espanto ou choque, que circula na arena social graças a uma pluralidade de atores; ora uma emoção patrimonial nostálgica, que se direciona pelos afetos, ressignificando os objetos ausentes. Dessa forma, podemos perceber as emoções patrimoniais manifestar traumas, em que um objeto, que agora se configura como bem patrimonial, é abusado, prejudicado ou torna-se ausente (Waty,2016). Podem, da mesma forma, dar origem a mobilizações positivas, com geografia variável, como pudemos observar no capítulo anterior. Nesse processo, Bérénice Waty afirma que as emoções patrimoniais atestam o desejo dos indivíduos de tomarem parte nas decisões que dizem respeito ao patrimônio, mas mais amplamente ao seu ambiente de vida e aos objetos de suas vidas cotidianas ou histórias, seja na relação com o passado, presente ou perspectiva futura (Waty,2016, p.22). No segundo capítulo, observamos essas dinâmicas nas estratégias de manutenção do território e dos processos identitários. Da mesma forma, anteriormente neste capítulo, como as

próprias vítimas mobilizaram-se em busca de objetos patrimoniais que representavam suas vidas e histórias vinculadas ao território de Bento.

Os objetos patrimoniais, e as emoções despertadas pelo seu destino, são percebidos no processo de ruptura e da ausência como testemunho histórico, pelo seu valor estético ou pela sua inserção na vida das vítimas. Acabam por, conforme apontado por Kiermes Tavares, Diego Lemos Ribeiro e José Paulo Siefert Brahm, conectarem-se com os sujeitos, passando a atrelar-se com o objeto pela musealidade, criando conexões com o ausente; ou pelo processo de patrimonialização do ausente, provocando alterações nos sujeitos, manifestando a dor por meio dos objetos, fixando no presente o passado, tecendo memórias que se conectam a pessoas, objetos, lugares e tempos loquazes.

Avistamos que a noção patrimonial capturada em processos de desapontamentos numa situação de desastre é propícia para as emoções. Se os objetos na sua materialidade são capazes de se instituírem como vetores emocionais, quais são os mecanismos desta fábrica emocional quando os objetos se encontram ausentes? Quando um objeto é ameaçado por elementos endógenos ou exógenos relacionados ao seu ambiente, ou aos desastres, a perda parcial ou total do objeto contribui para uma construção emocional (BRIANSO,2021). Bérénice Warty propõe algumas tipologias circunstanciais propícias às emoções, sendo uma delas ocorridas por ocasião de uma tragédia, que ao destruir os territórios e toda a materialidade constituída neste espaço, torna o evento uma área propícia às emoções a partir do sentimento de perda<sup>49</sup>. No caso analisado nesta tese, as emoções patrimoniais configuraram uma relação com os objetos ausentes que materializam no presente um sentimento emotivo direcionado na relação entre estes com os traços memoriais do passado, presentificados por meio das lembranças. Em outros casos, como aponta Bérénice Warty, reforçam o desejo das vítimas de tomarem parte nas decisões que dizem respeito ao patrimônio, envolvendo a vida do objeto e a sua própria dinâmica de valoração, tanto por parte das vítimas quanto pelos responsáveis (WATY,2016).

Podemos observar essa disputa em um caso particular envolvendo a vítima Mauro. Um dos objetos ausentes que ainda marcam de forma emocional a sua vida é um lampião a querosene e um lustre que pertenceu a sua avó. Ao falar dos objetos e da

---

<sup>49</sup> . Bérénice Warty propõe uma tipologia de três circunstâncias excepcionais que seriam propícias às emoções, definindo como "mobilizações populares em favor de uma propriedade patrimonial" (2016: 15). Segundo a autora, a primeira situação está ligada à acidentes causados voluntariamente ou involuntariamente pelo homem (sinistro, fogo, danos à água etc.). A segunda circunstância ocorreria durante um desastre natural, mas cujas causas não estão diretamente relacionadas à intervenção humana, mas sim em conexão com grandes fenômenos naturais (inundação, tsunami, emaranhamento, relâmpago etc.). O terceiro caso diz respeito às guerras e conflitos armados com destruição intencional de propriedades.

sua ausência, recorda do lustre que instantaneamente o leva para as memórias e recordações afetivas que mantinha com a avó, dos tempos de criança em Bento Rodrigues, quando gostava de brincar, pegar frutas no pé e dos passeios com a família. O lampião, da mesma forma, permanece presente em suas memórias, comunicando as vivências características da vida em Bento, principalmente nos momentos de confraternização com a família, aqueles na cozinha, ao lado do fogão a lenha de sua casa - relata de forma triste, pois foi o único objeto que a lama não conseguiu levar. Para ele, é quase um milagre que o fogão esteja de pé.

A única coisa da minha casa que ficou um pouco visível foi o fogão a lenha e três madeiras que eu tinha feito uma cobertura na área do fogão a lenha. Aí ficaram as três madeiras e uma parte do fogão a lenha, a parte de cima do fogão a lenha. Inclusive com a própria lenha dentro do fogão! O Que não dá para entender isso. Rancou a coluna de concreto. E as coisas que eu fiz lá era muito de concreto mesmo. Então fiz uma estrutura para caixa d'água lá com duas colunas de 6 m de altura, coluna de concreto, portão já era um portão com preparo, as colunas de concreto com fundação que dava para fazer três andares para cima. E rancou tudo e o fogão ficou com a lenha dentro. Então tem coisas que não tem nem explicação (MAURO,2022).

Essas “coisas inexplicáveis” se direcionam ao próprio entendimento do valor que o lampião e o lustre têm para Mauro e que a empresa responsável pelo crime não consegue dimensionar. Tais visões distintas sobre os valores que determinados objetos representam na vida dos sujeitos, mesmo aqueles ausentes, gera um embate entre Mauro e os funcionários da Fundação Renova, revelando que as vítimas conseguem dimensionar o valor que cada objeto representa, principalmente a partir das relações emocionais estabelecidas a partir da ausência, e como esse movimento irá determinar o próprio valor monetário dos bens nos processos indenizatórios. O embate fica explícito no processo de criação de uma matriz de danos que busca indenizar as vítimas por todos os bens materiais e imateriais perdidos. É um documento que visa estabelecer valores para todos os danos sofridos pelas pessoas atingidas. Ela é uma planilha, onde são adicionados os nomes dos danos e os valores respectivos aos danos. No caso de Mauro, a parte em que se encontravam o lampião e o lustre, a empresa não inseriu nenhum valor, com a justificativa de que perda desse bem já estaria valorado na indenização geral que teria direito<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> A função da Matriz de Danos no processo de reparação é ressarcir pessoas e micro e pequenas empresas que tenham sofrido danos materiais ou morais, bem como perdas referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta do rompimento da barragem de Fundão. Na prática, a Matriz de Danos é uma tabela que contém os danos individuais e familiares causados pelo rompimento da barragem e seus respectivos valores em dinheiro. Porém, a Matriz de Danos criada pela Fundação Renova gerou uma série de desagrado por parte das vítimas, pois não contou com a participação das próprias vítimas e deixavam de valorar diversos elementos materiais e imateriais. Dessa forma, um outro órgão, a Caritas, que trabalha



O posicionamento dos funcionários da Fundação Renova gera uma emoção patrimonial negativa em Mauro, provocando uma indignação e espanto que se converte em uma emoção que vai ressignificar os valores dos objetos ausentes. Da mesma forma, demonstra que Mauro tem a dimensão do valor representativo que os objetos têm para ele e, por isso, deve ser indenizado por essa perda de maneira diferente em relação as outras vítimas. Narra a experiência com um sentimento de revolta e crítica a empresa ao não reconhecer os valores afetivos que os objetos soterrados representam para cada uma e que somente elas podem valorar monetariamente a perda.

Aí eu falo que é um programa de imposição mediada, porque você não tem direito a nada. Você só chega e ouve proposta. Você chega lá e eles que faz a proposta. Fala assim: "Ó, você tem direito a isso, isso e isso". Aí você questiona: "Ah não, isso não está no nosso relatório". E eles falam "Ah não, isso não tem como valorar". Por exemplo, eu questionei lá. O Lâmpião, a querosene, o lustre, que pertenceu à minha vó, como eles vão valorar isso? Ai na frente, lá, tava o lâmpião e o lustre com zero, zero, zero. "Mas porque que ta zero, zero?". "Porque não tem como valorar não. Isso aí já está no dano moral." Aí eu peguei e falei com eles: ". Mas toda a casa, no Bento, tinha um lâmpião, tinha um lustre que foi deixado pela avó?". "Não a sua é a única". "Então porque está no dano moral se vocês estão pagando o mesmo dano moral para todo mundo. (MAURO,2022).

Embora o lâmpião e o lustre estejam ausentes, eles ainda permanecem sendo valorados por Mauro. Tais objetos, a partir da sua relação com o desastre, tiveram o seu valor patrimonial ampliado, revelando o entendimento que a vítima tem do seu valor afetivo. Não se trata de qualquer lâmpião ou lustre. Para Mauro, eles carregam uma força simbólica que permanece provocando afetações no presente, a partir das tessituras das memórias comunicadas através das lembranças atravessadas. Se no presente as imagens dos objetos permanecem vivas na memória de Mauro, da mesma forma devem ser valorados dentro da representatividade sagrada que eles têm para ele. Devem ser vistos fora da lógica de indenização em que todos os objetos possuem o mesmo significado, pois a representatividade que cada um tem para as vítimas é que irá determinar o quanto devem ser indenizados pela perda. Esta que não pode ser ressarcida materialmente, muito menos mensuradas por aqueles que não têm nenhuma relação afetiva com os objetos ausentes. Por isso, além das indenizações pelos danos

---

em prol das vítimas, e AEDAS propuseram metodologias alternativas, partindo da centralidade das pessoas atingidas pelo desastre e buscando ampliar os conceitos empregados na elaboração da Matriz. Em adição, apresentam visão mais abrangente dos danos nas dimensões material e imaterial dos modos de vida dos atingidos pelo desastre, a partir de uma construção conjunta com diferentes grupos de atingidos, com zelo pela transparência em todo o processo e garantia de devolutiva e de acesso às informações produzidas. Esse contraste revela, por um lado, a limitação do espectro de danos e do universo de atingidos a serem considerados e reparados na Matriz de Danos da Fundação Renova, fruto de processo pouco participativo de apuração.

morais causados pela empresa, ele reivindica uma indenização pelos mais diversos objetos afetivos que se perderam.

O que eu perdi de mais afetivo é a casa do meu pai, embora eu tinha minha casa lá, a minha casa eu comprei em 2011. Então tinha muita coisa lá que era coisas que já tava abandonada lá na casa do meu pai que eu levei para mim. Mas o meu afeto mesmo é porque eu nasci aonde era a casa do meu pai, eu nasci lá. Eu nasci lá na mão de parteira. E os objetos, a minha infância, foi vivida lá nas férias, com a minha avó, a minha avó era viva. Então foi uma infância muito feliz, então isso me traz muita recordação e os próprios objetos, a própria casa eram uma lembrança. Aí o que a Renova quer? Que o mesmo valor que eu recebo pelo dano moral é o valor de uma pessoa que foi morar lá um ano, seis meses antes da tragédia (MAURO,2022).

Os objetos ausentes descortinam em Mauro a própria dimensão que envolve as disputas identitárias nas relações estabelecidas com o território. Na sua concepção, pela sua vivência em Bento Rodrigues, pelos laços afetivos estabelecidos com o território, a valoração dos objetos deve considerar a própria temporalidade no espaço, demonstrando um conflito identitário em relação a quem tem o direito de se identificar como pertencente ao subdistrito. A emoção patrimonial não tem o mesmo significado e sentido para todos os que vivenciaram a destruição. A designação deste espaço como um lugar de memória traz a luz duas narrativas concorrentes, buscando, à sua maneira, impor um uso legítimo do passado. Isso porque, embora haja um sentimento compartilhado de perda, o que se destaca é um discurso antagônico que emerge das memórias individuais, transformando-se em uma memória coletiva que dá ao discurso da identidade um significado afetivo.

Às duas designações partem de um mesmo ponto e se manifesta de forma homogênea através das emoções patrimoniais, gerando conflitos quando os moradores veem as ruínas e os objetos ausentes como uma afirmação das identidades locais e, por isso, os moradores mais recentes, visto quase como estrangeiros, sem ligação com a linhagem local, representam uma “ameaça” a memória do território por não possuírem uma ligação com àqueles que viveram em Bento Rodrigues desde a infância, ou por mais de 30 anos. Há, nesse sentido, uma relutância entre os locais em permitirem que alguns reivindiquem para si e se apropriem de um símbolo identitário e atribuam outro significado a ele. Podemos entender esses dois movimentos como duas possibilidades de designar e interpretar o patrimônio, refletidos em uma perspectiva conservadora, voltada para uma idealização do passado; e outra que segue a linha proposta por Jean Davallon, ao estabelecer a noção de “filiação reversa”, relacionando-se com os usos do patrimônio no presente (DAVALLON apud CLAVAIROLLE,2011, p.7).

A ideia de emoção patrimonial é vista a luz de casos específicos que destacam a dimensão patrimonial dos afetos, sendo em alguns momentos espontâneos, em outros instrumentalizados, gerando uma série de deslocamentos interpretativos que ressignificam os lugares e os objetos. O desastre gera uma emoção patrimonial que em muitos casos promove uma mobilização singular e efêmera, trazendo atores para os debates sobre temas geralmente tratados por grupos específicos (DASSIÉ,2017). Caso emblemático ocorre da mesma forma com outros objetos que passam a ser valorados diante da ausência. Tal como, o evento provocou a destruição de um número significativo de árvores que foram instantaneamente designadas como objeto de patrimonialização frente à emoção causada. A lama que arrasou Bento Rodrigues vai desencadear na mesma medida uma ação rememorativa de árvores destruídas.

Interessante aspecto a ser observado das emoções patrimoniais, diante do evento de destruição de Bento Rodrigues e das árvores, está relacionado ao sentido estético da emoção. A própria beleza das árvores com seus frutos mobiliza as vítimas no engajamento para readquirirem através das lembranças as representações das relações estabelecidas no território. O aspecto estético revela que as emoções individuais se enredam por meio da nostalgia ativada pelo sentimento das emoções reveladas através do simbolismo das árvores. Esse movimento de ação patrimonial reforça a conexão com o passado, onde a emoção compartilhada face ao desastre traz consigo relações identitárias com as árvores arrancadas.

Para Mauro, as relações emotivas irão se estabelecer com os pés de jabuticaba. A primeira delas diz respeito a farta colheita que contribuía para complementar a renda da família.

Eu tinha um bem material que era os pés de jabuticaba. Que eu já tava, assim, já, eu vendia todo, todo ano duas vezes por ano, já tinham um acordo com o moço que vendia aqui na rua. Ele ia lá e comprava minha produção toda, apanhava, selecionava, ele lavava e só chegava e falava assim: "Ó Mauro, deu tantas caixas, deu tantos litros de jabuticaba. Tá aqui o dinheiro (MAURO,2022).

Interessante notar que Mauro tem uma dimensão patrimonial do valor dos objetos. Assim como o lampião e o lustre, considera as árvores de jabuticaba como um bem, cujo processo de valoração se assemelha ao processo temporal do objeto na sua relação com o território de Bento Rodrigues. No caso dos pés de jabuticaba, eles são valorados justamente pela régua temporal, porque precisam se desenvolver durante muitos anos para dá bons frutos.

A gente sabe que o que predomina na região, aqui o que predomina de jabuticaba, é a jabuticaba Sabará. E a jabuticaba Sabará ela começa a produzir a partir do décimo quinto ano, que dá os primeiros

frutos. E a produção é uma produção satisfatória dela que dá pra ser comercializada, é a partir do trigésimo quinto ano (Ibiden).

Assim como a tobata de Paulo Cesar, o pandeiro meia-lua de Dona Irene, os pés de jabuticabas enquanto objetos ausentes comunicam uma experiência primária vivida na relação afetiva com o território. Como em Paulo Cesar, os pés presentificam uma experiência na infância de Mauro remetendo aos primeiros trabalhos para conseguir uma renda. Comumente rotineiro em uma vida no campo, está vinculada a venda de frutas. A relação afetiva estabelecida por Mauro com os pés foi tão profunda que influenciou diretamente na sua escolha quando adquiriu uma casa em Bento Rodrigues.

Esses pés existe lá desde quando era pequeno. Tem uma história toda, porque essa casa que eu comprei, a infância, ela fez parte da minha infância. A gente brincava no quintal. E quando eu era criança, esses pés já existiam lá e grandes. São pés centenários. Então o que me levou mais também a compra essa casa, além do preço que tava, era os pés de jabuticaba(...) então que a minha vida, eu comecei assim, eu tenho um valor sentimental, que eu comecei lá, o primeiro dinheiro que eu recebi foi através de venda de frutas, de jabuticaba, de laranja, de banana, que eu pegava lá no Bento(...) A gente morava na Vila de Alegria, meu pai trabalhava na Samitri, e a gente morava na Vila<sup>51</sup>. E aí eu pegava as frutas lá em Bento e vendia na Vila também. Então, era com 7 anos eu pegava o carrinho de mão e saia vendendo fruta. Eu já tinha uma relação afetiva(...) E eu falei, eu comecei, eu comecei vendendo fruta e vou terminar vendendo fruta, porque o meu plano, o meu contrato aqui (oficina mecânica) termina em 2025. E já é a época de aposentar. Então não quero mexer mais com oficina de porta aberta, quero continuar trabalhando como mecânico por hobbies, pra atender os clientes e amigos e dedicar a ter qualidade de vida (Ibiden).

Observamos que os pés de jabuticabas enquanto objetos ausentes convocam uma presença, uma memória que se conecta com outras memórias, estabelecendo-se como referências de memórias e fragmentos sociais de distintos momentos na vida Mauro, como se contribuísse para estruturar no presente toda uma trajetória de vida. Ele patrimonializa o ausente por meio das representações, que conecta a presença com os resquícios memoriais restantes da imaterialidade dos objetos, cujo valor não resiste exclusivamente na sua materialidade, mas nas marcas invisíveis comunicadas por meio das lembranças ativadas pela representatividade dos objetos ausentes. Admite compreender que o desastre permite situar um momento de transição no registro emocional na relação com a natureza. Emergem novas emoções perante os espaços

---

<sup>51</sup>A comunidade foi formada em 1969 pela empresa Sociedade Anônima Mineradora Trindade - SAMITRI, em Mariana- MG, como núcleo residencial para alguns funcionários e seus familiares que vinham da zona rural da região de Mariana e de outras cidades vizinhas. A mineradora SAMITRI foi comprada nos anos 2000 pela Companhia Vale do Rio Doce, por R\$ 970,82 milhões (US\$ 525 milhões), pagos à vista. A Samitri pertencia ao grupo Arbed, de Luxemburgo, controlador da siderúrgica Belgo Mineira e um dos interessados na compra de parte do controle da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional). No mesmo pacote, a Vale adquiriu 51% do capital da Samarco (que pertencia à Samitri), empresa especializada na produção de pelotas de minério de ferro.

territoriais os quais as vítimas transitavam e usufruíam, mas não tinham a dimensão emocional dessa relação. O retorno às origens na natureza, nas árvores, frutas, reaviva o maravilhamento naturalista que não se estabelece no ambiente desterritorializados em que se encontram. Podemos entender esse processo dentro da perspectiva apresentada por Charles-François Mathis nas suas reflexões sobre as emoções e como elas são transformadas no sentimento pela natureza, demonstrando que a devastação ambiental, a artificialização da relação entre os sujeitos e os objetos da natureza, geram um pavor progressivo causado por meio da perda de sentido da relação com ela (MATHIS,2020, p. 266-267).

A potência emotiva do retorno à natureza é ampliada nos contextos de conflitos e alterações da paisagem (MATHIS,2020). As reações a assombrosa destruição da paisagem de Bento Rodrigues são testemunhas desse percurso de pensamento, que também é um caminho emotivo para ressignificar, por meio das imagens dos objetos naturais ausentes, a própria relação com o território. É representativa a relação que os moradores de Bento Rodrigues mantinham com os elementos da natureza e como permanecem afetando as vidas dos membros da comunidade. A fala de algumas vítimas registra o sentimento de perda.

Se os nossos pés de frutas falassem, quantas histórias eles teriam para contar? As árvores são como abrigos: nos dão sombra, segurança, amor. Em nossas comunidades, elas não só nos alimentavam, protegiam e embelezavam as paisagens, como também guardavam nossos segredos, nossos sonhos, nossas histórias. Algumas se foram logo naquele dia 5 de novembro, outras resistiram, ou resistimos por elas. Mas ainda hoje recebemos notícias das que estão morrendo, indo embora aos poucos, sem conseguirem sobreviver ao baque (A SIRENE, 2018, p.10).

Os moradores entendem as árvores como parte do cotidiano, para além das belezas estéticas, são valoradas por registrar vivência, histórias, guardarem segredos e sonhos, que se foram com elas no dia do desastre. Para diversos moradores, elas ainda permanecem vivas na memória, mesmo que ausentes materialmente, configurando-se enquanto objetos simbólicos que comunicam e afloram as emoções de um passado que se presentifica e afeta as vítimas.

"A gente tinha vários pés. Era acerola, limão doce, jabuticaba, pitanga. Tinha muita variedade. Eu adorava subir no pé de jabuticaba, porque gostoso é subir no pé e panhar a fruta. O jeito mais gostoso de comer fruta é assim. Vocês nem imaginam como é bom isso. Agora, a gente tem que comprar, mas não tem o mesmo sabor, porque o sabor está em você pegar a fruta direto no pé. Não tem como descrever como era maravilhosa essa vida nossa. Lembro que lá em casa eram dois pés de jabuticaba e minha mãe só deixava a gente subir depois da famosa chavinha da jabuticaba. Então, quando dava a chavinha, era bom demais, as crianças ficavam juntas comendo aquelas que davam nos galhos baixinhos. No lugar que a gente morava não sobreviveu nada, acabou tudo. Só tem mato e a água [Dique S4], que agora tá chegando

lá. Nem das casas que sobraram existe mais algum pé, eles todos morreram com a lama. A Samarco tirou esse privilégio da gente viver, porque hoje a gente não vive, a gente vegeta." (MARINALVA SALGADO, 2018, p.11)

Outros moradores, como as irmã Maria das Graças Quintão e Mônica Quintão, da mesma forma são atravessadas pelas lembranças e presença ausente do pé de manga, vinculado a trajetória de vida das moradoras no subdistrito.

"O pé de manga fazia parte da nossa vida, era como se fosse um membro da família. Quando iam podar ele, a gente ficava vigiando pra não cortar muito. Lembro que teve uma vez que cismaram que o pé estava prejudicando a Igreja e que eles iam ter que cortar. Foi uma briga danada, meu pai não queria deixar, tudo por causa do pé de manga. Quando compramos nossa casa, os pés de manga já existiam, então meu pai fez bancos de pedra embaixo deles e a gente usava a sombra pra conversar, namorar, dava até pra deitar. Era um lugar onde a gente sempre se reunia. Aos domingos, sentavam todos lá, era muito bom. A relação que criamos com o pé de manga é muito forte. Tanto é que, agora, ele está lá morrendo e o sentimento é de que estamos perdendo um membro da família. Eu cresci subindo naqueles pés. Não tem nada melhor que subir num pé de fruta pra comer, né? Principalmente, jabuticaba e manga. E faz falta subir, sabe? Mesmo que seja subir por subir, era bom demais." Maria das Graças Quintão e Mônica Quintão, moradoras de Bento Rodrigues. (MARIA E MÔNICA QUINTÃO, 2018, p.11).

**Figura 64:** Registro dos pés de fruta feito por Mônica Quintão.



**Fonte:** Arquivo Mônica Quintão.

**Figura 65:** Foto do banco de pedras e da árvore onde Mônica Quintão se reunia com a sua família. Foto: Arquivo Mônica Quintão.



**Fonte:** Arquivo Mônica Quintão.

O caráter simbólico das árvores, destacados nas falas das moradoras, revela-se como algo que antecede a linguagem e a razão discursiva, apresentando assim determinados aspectos das vivências reais, realçando as relações entre o simbólico e o lugar. Como é possível apreender, estas relações são mediatizadas pelos símbolos da natureza que são uma realidade material ausente, intercomunicando as emoções, os valores e sentimentos. Podemos entender esses objetos ausentes dentro do simbolismo destacado por Mircea Elide, de que "invocam a nostalgia de um passado mitificado" (ELIADE, 1996, p.13), portanto, essas mediações simbólicas permeiam as atitudes

peçoais em relação aos lugares da afetividade do reencontro. As emoções patrimoniais evocam um patrimônio que representa a memória do lugar, ou seja, aquele que contém o vernáculo da paisagem, enunciando as histórias pessoais, as paisagens naturais, os valores simbólicos dos objetos ausentes.

Descortinamos que na exteriorização imagética dos objetos ausentes e nas simples manifestações das emoções podemos encontrar a memória em suas profundas particularidades, como uma presença que habita as vítimas através das lembranças e recordações. Os objetos ausentes revestem-se de elementos nostálgicos, submergindo sua essência, sendo afetados por outras memórias, recordações, lugares da memória, evocando fragmentos do passado que se cristalizam em um imaginário permeados pelo trauma. Quando as vítimas evocam os elementos patrimoniais, associam imediatamente à memória, não somente a memória objetiva da história, mas uma abordagem afetiva onde o vínculo social com o lugar se destaca como um processo de construção memorial de cada na relação com os objetos ausentes. Eles ainda permanecem afetando e comunicando memórias para os moradores de Bento Rodrigues no presente.

Os elementos patrimoniais evocados pelas vítimas promovem abordagens afetivas que atravessam todas as gerações dos moradores do subdistrito. Da mesma forma que Mauro, com seus 50 anos; Maria das Graças Quintão e Mônica Quintão; Marinalva Salgado, todos com idades das mais distintas que direcionam as experiências diversas com o território, são afetados pelos objetos ausentes. Mesmo os adolescentes, que no ano do desastre ainda eram crianças, estabelecem uma relação emocional com os objetos, que permanecem instituindo uma relação simbólica no presente. Elas lembram igualmente os elementos patrimoniais representativos de suas vivências no território, associando às memórias, transparecendo as relações afetivas com os objetos. Como a bicicleta do adolescente D. Mesmo com nove anos no ano do rompimento, parece ter constituído relação suficiente para criar vínculos com os espaços e objetos, que agora comunicam as lembranças na ausência. Sente saudades da sua bicicleta, relembando o cotidiano ligado ao simbolismo da praça principal do subdistrito.

Eu tinha uma bicicleta lá. Aí ia pra praça de Bento, que era enorme, e ficava andando de bicicleta lá. Eu gostava muito dela, fiquei uns dois, três anos com ela lá no Bento. Eu saía da escola ia pra casa fazer dever, assistia televisão primeiro, uns desenhos que passava. Ai depois mais de tardinha ia pro rio pescar. Ia pro campo brincar com os meninos de pique esconde, pique pega. Ia pro mato com os meninos, tinha um lugar que eu gostava de ir direto ficar sentado, na pedrona. E foi graças a pedrona, se não fosse a pedrona, ia inundar o Bento todo. A lama bateu na pedrona e desviou (D., 2022).

As memórias da adolescente L., agora com seus 16 anos, guarda as lembranças do seu tempo com a bisavó, ativadas pela imagem do chale branco, sua herança particular que ganhou quando tinha seis anos:

eu tinha um chale branco que era da minha bisavó, que morreu um pouquinho antes da tragédia. Ai o chale ficou pra mim. Porque os pertences dela foram divididos na família. Eu fiquei com o chale e os brincos dela. O brinco eu consegui salvar porque estava em Mariana com a minha mãe. Aí o chale eu usava muito, eu dormia com ele. Só que quando aconteceu (a tragédia) eu não tava com ele, aí eu perdi ele e foi bem triste. Lembro sempre dele e da minha bisavó (L.,2022).

Diversos são os objetos afetivos que presentificam uma memória, mesmo que curta, uma vez que tinha menos de dez anos no dia do desastre. Como a boneca de M. Ela saiu às pressas do subdistrito, quando tinha nove anos, correndo da lama, abandonando seu bem mais valioso: uma boneca “que falava. Eu gostava muito dela. Era uma boneca bem velha que nem fabricava mais. Tinha ela desde pequena” (M.,2022). A tristeza também se ancora na própria ausência do território. Para ela, era o espaço sagrado de rememoração da vivência com o pai que faleceu. Por isso, recorda constantemente do território, porque ele representa” lembranças, porque meu pai era de lá, e como ele tinha morrido, lá pra mim era bom porque me lembrava ele (Ibidem). C., vítima do desastre quando tinha nove anos, lamenta a perda de seu único álbum de fotografia, “um álbum de fotos que a minha tia me deu. Tinha fotos de mim bebê. Eu só tenho uma foto de mim bebê só que tá ruim (C., 2022). Vemos que os objetos ausentes permanecem conectados as vítimas por meio das lembranças, capazes de comunicarem uma memória, um sentimento, uma musealidade no ausente. Continuam sendo valorados a partir do momento em que, apagados pela força da lama, passaram a adquirir valores de objetos patrimoniais, marcando o elo com as memórias e identidades dos moradores de Bento Rodrigues.

### **3.5. Reserva técnica: emoção, conservação e valoração dos objetos sobreviventes**

Inicialmente, neste capítulo, trouxemos a análise dos autores Marcia Arcuri, Paulo Otávio Laia e Rodrigo Suñer, para destacar que após o rompimento da barragem todo o território de Bento Rodrigues e seus objetos tornaram em instantes bens arqueológicos. Após o desastre, um movimento coletivo de mobilização para o resgate de alguns bens patrimoniais soterrados foi organizado, onde podemos destacar dentro dos nossos referenciais teóricos de discussões que se relacionam com as emoções patrimoniais ativadas, o que gerou uma comoção nacional, configurando uma série de



ações, dentre elas a própria organização para o resgate de objetos soterrados. Nesse processo, após a criação da Fundação Renova, uma empresa de arqueologia foi contratada para que fizesse o trabalho de escavação para recuperar peças sacras e restos das igrejas dos séculos XVII e XVIII. Ao perceber que a empresa responsável pelo crime buscava ocultar a cena do crime, ao plantar espécimes de plantas que não são nativas da região, o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, determinou que a empresa de arqueologia contratada também preservasse os objetos pessoais dos moradores que descobrissem sobre a lama (CAMARGOS,2016).

**Figura 66:**Objetos que pertenciam a Igreja de São Bento encontrados a Km distância.



**Fonte:** Jornal A Sirene, Edição 0, p.7.

**Figura 67:**Objetos da igreja levados pela lama.



**Fonte:** Jornal A Sirene, Edição 0, p.7.

Segundo o promotor, “as peças contam a história da vida dessas pessoas. Elas já perderam suas casas, seus locais de convivência. Evitar que também as memórias sejam perdidas é o mínimo que podemos fazer” (SOUZA MIRADA apud CAMARGO, 2016, n.p.). Para o acondicionamento das peças, foi criada uma reserva técnica pela Fundação Renova como parte do processo indenizatório de danos causados aos bens patrimoniais de Bento Rodrigues. Se os objetos analisados anteriormente integram outra lógica patrimonial, em que as vítimas valoram seus bens resgatados e salvagam dentro do entendimento do que consideram o melhor para eles, na reserva técnica os objetos se integram aos dispositivos legislativos de salvaguarda e, como veremos, esse movimento irá cercear o direito de as próprias vítimas resgatarem seus bens afetivos encontrados na lama e revelará alguns conflitos entre as instâncias de salvaguarda e dos moradores que sempre deram usos aos objetos, principalmente os religiosos.

A Fundação promove ações educativas na reserva técnica e por isso tive a oportunidade de realizar uma visita no mês de julho de 2022. A visita foi guiada por um grupo de profissionais, sendo elas Yara, restauradora da reserva, Tânia, museóloga recém-contratada, e Teresa, historiadora que realiza o trabalho de pesquisa do acervo. Ela ocorreu em três espaços, divididos entre o laboratório de restauração, onde pude observar alguns processos de restauração de imagens sacras e de objetos doados pelos moradores de Bento Rodrigues; e objetos já restaurados que se encontram acondicionados na reserva; as outras duas salas são as reservas técnicas nominadas como RT1, contando com uma diversidade de objetos resgatados da lama como: bloco do rejeito com um objeto preso dentro, louças, elementos em metal, flores de plástico, coroas de anjo usado nas celebrações, água benta, sabonete, sacos de pipocas vazios, calendários, papéis religiosos(...), enfim, uma infinidade de objetos recolhidos por arqueólogos e pelos moradores; a outra reserva, RT2, acondiciona peças maiores de madeiras. Assim, vemos peças estruturais de grande porte como toras de madeira, pedaços de portas, partes das capelas, altares, objetos residenciais, colunas, janelas, escadas etc.

Segundo a museóloga Tânia, a reserva abriga aproximadamente 2500 peças e fragmentos em seu acervo. No entanto, é importante ressaltar que esse número está sujeito a mudanças devido ao trabalho em andamento para reestruturar o acervo. Até o ano de 2022, o processo de acondicionamento das peças era realizado por arqueólogos, sem a devida catalogação dos bens. No entanto, a contratação da museóloga permitiu um novo enfoque nesse trabalho, que envolve a catalogação e revisão minuciosa de cada item. Como resultado, novas peças são constantemente adicionadas ao acervo durante esse processo. É necessário observar que a prática anterior de coletar objetos sem avaliar adequadamente seu valor patrimonial levanta uma série de questões relacionadas ao destino e aos processos de musealização de alguns deles.

Durante minha conversa com as profissionais da reserva técnica, minha principal dúvida foi a respeito do destino desse vasto material, o qual ainda permanece incerto, especialmente quando se trata dos acervos religiosos. Embora as vítimas tenham dado sentido as peças, preservando-as por meio de ritos sagrados, celebrações, manutenção das igrejas e restauração de diversas imagens, todas as obras são propriedade da arquidiocese, cabendo a ela a decisão sobre o destino desses bens. Legalmente, detém a posse de todos esses objetos e, portanto, sua palavra inicial sobre a destinação desses itens é fundamentada no valor que a igreja atribui a eles. Esse fato gera debates, uma vez que muitos moradores de Bento Rodrigues acreditam que a arquidiocese levará essas peças para o Museu Arquidiocesano na cidade de Mariana, impedindo seu retorno para o uso sagrado no Novo Bento.

Segundo a museóloga Tânia, as peças religiosas presentes na reserva técnica estão envolvidas em dois processos distintos: legalmente, elas estão sob a proteção da Fundação. Porém, a arquidiocese é a detentora dos acervos. Portanto, é ela quem determinará o destino dessas peças. Tânia explica que essa decisão é baseada na intenção da igreja em reintegrar os objetos ao contexto religioso, devolvendo-os ao seu uso original, ou salvaguardando no museu. Somente após essa avaliação, as vítimas terão a oportunidade de aferição. Caso a igreja determine que os acervos não serão incorporados novamente ao contexto religioso, serão consideradas as remoções, indicando que os objetos devem ter uma nova destinação. A comunidade de Bento Rodrigues terá o poder de decisão sobre o destino das peças, caso voltem para o seu uso religioso.

As questões jurídicas envolvendo os objetos revelam uma série de conflitos quando se trata da preservação desses bens materiais, que sempre tiveram um significado importante para as vítimas. Uma vez que os objetos entram nas instâncias oficiais de salvaguarda, as vítimas perdem a autonomia sobre eles e a perda de controle muitas vezes gera desconforto entre os moradores. Esse desconforto se estende aos processos de restauração dos objetos religiosos. Conforme relatado pela restauradora Yara, a maioria das peças religiosas chegaram em fragmentos e precisaram passar por restauros. Resultou em conflitos em relação aos critérios de restauração, uma vez que os procedimentos técnicos propõem intervenções que desagradam os moradores. Inicialmente, a comunidade resistiu à ideia de limpar as peças e desejou que elas fossem mantidas como estavam, com as marcas do desastre. No entanto, após um trabalho inicial de conscientização realizado pela Fundação, explicando os critérios e o processo técnicos de restauração, as vítimas decidiram que todas as peças deveriam ser pintadas. Elas expressaram o desejo de que fossem pintadas como novas, sem seguir os processos técnicos, que envolveria a busca pelos fragmentos originais e a recuperação da pintura e policromia original.

A preservação de um objeto designado como patrimônio depende de diversos fatores. Um deles está relacionado à lógica de isolar o objeto contra qualquer contato externo, uma solução amplamente adotada por órgãos de proteção, como a reserva técnica da Fundação Renova. No entanto, existem bens culturais que não são guardados de forma inacessível e, nesses casos, as disputas patrimoniais envolvendo o processo de conservação vão além do fenômeno de degradação natural, abrangendo a própria intencionalidade dos indivíduos. A existência de um determinado bem cultural é estabelecida pela lógica das emoções, seja pelo abandono ou destruição, pelo seu uso ou preservação. Essa ideia destaca as observações de Daniel Fabre sobre a cadeia operatória do patrimônio. A designação de um bem como patrimônio leva a outras duas

etapas dessa cadeia: conservação e restauração, conforme ressaltado pelo autor. Ao ser classificado como patrimônio, o bem entra em um novo regime de existência, definido pelos processos que buscam fixar a sua preservação em um "presente eterno" (FABRE, 2013). Esses dois elementos na cadeia operatória patrimonial também estão ligados à lógica das emoções, o que traz à tona os debates que envolvem os princípios da conservação e restauração.

A conservação é a terceira etapa da cadeia patrimonial destacada por Daniel Fabre e geralmente surge dentro dos processos de perda dos bens culturais. Seu objetivo é estabelecer parâmetros para a regulamentação e opiniões sobre o patrimônio, bem como preservar a memória ao longo do tempo. Nesse sentido, as emoções desempenham um papel central nas dinâmicas de conservação, principalmente a partir de uma perspectiva oficial de proteção ao patrimônio, como os profissionais envolvidos nos serviços de restauração para a Fundação Renova. No entanto, as emoções das vítimas, quando expressas, não se limitam apenas ao desejo oficial de conservação. Devido ao critério subjetivo de valoração e proteção, em muitos casos um bem que tenha significado para as vítimas pode não ser valorizado pelos órgãos responsáveis pela salvaguarda. Nesses casos, a emoção coletiva impulsiona um movimento de conservação de determinado bem cultural, o que exige que os restauradores mantenham um diálogo constante com as vítimas. Essa interação é necessária para reconciliar diferentes perspectivas e garantir que as emoções e os desejos das vítimas sejam levados em consideração durante o processo de conservação.

Para os moradores de Bento Rodrigues, a discussão teórica sobre o valor histórico dos objetos e a possibilidade de perda de autenticidade por meio de intervenções não importava. O valor dessas peças residia na sua representatividade para a comunidade. Desde o início, os fragmentos das imagens religiosas foram vistos como portadores de memórias. Após a intervenção dos restauradores, acreditava-se que apenas uma pintura nas peças seria suficiente para restaurar seu valor de uso. No entanto, durante o embate entre os procedimentos científicos de intervenção e os desejos das vítimas, os procedimentos técnicos prevaleceram. Todas as peças foram restauradas, respeitando seu valor estético, histórico e sua integridade física, de acordo com o estado em que foram encontradas, gerando um certo desconforto por parte dos moradores. Yara lembra que durante o processo de restauração, os moradores estranharam a pintura realizada apenas na parte da frente de uma das imagens, deixando a parte traseira sem. O procedimento não foi realizado porque, de acordo com a restauradora, as peças perderam as referências da policromia após a lavagem com água pelos moradores e uma repintura seria considerada uma falsificação histórica.

O ato de restaurar gera um conflito que envolve a objetividade histórica e as memórias que permeiam as transformações do objeto patrimonial. Da mesma forma, evoca emoções que, em alguns casos, podem ser positivas, como lamentos e nostalgia diante das intervenções nos bens. As vítimas enxergam seus objetos para além da perspectiva técnica da restauração. O que importa para elas é a utilidade desses objetos para a comunidade. Isso se torna evidente no processo de restauração de peças que foram completamente fragmentadas. Algumas chegaram sem cabeça, partes dos braços, pescoço quebrado, entre outros danos. Quando os moradores se depararam com os fragmentos, questionaram por que não era possível substituir a cabeça ou os braços. Seguindo a lógica oficial de salvaguarda patrimonial, uma vez que essas partes foram completamente destruídas e não existem registros fotográficos ou documentos que orientem uma restauração desse tipo, não é possível realizar tais intervenções. No entanto, para as vítimas, essa abordagem representa o oposto: se algo foi quebrado, elas acreditam que deveria ser reparado e continuar em uso. A historiadora Teresa relata uma experiência envolvendo os moradores de Bento Rodrigues durante uma visita à reserva técnica. Questionando por que as peças não podiam ser "consertadas", uma das vítimas afirma: "Quando perdemos um braço, não colocamos um novo? Então, por que não podemos fazer o mesmo com as peças?". Observamos na fala da vítima que os processos de restauração não estão isentos de intervenções provocadas pelo fenômeno das emoções face à dimensão dramática, traduzindo-se no engajamento coletivo, ao clamarem para si o direito de intervirem nas ações de salvaguarda dos objetos destruídos. Enquanto as vítimas estabelecem essa relação "não oficial" no que se refere a restauração das peças, elas ainda continuam a representar esse simbolismo sagrado. Por isso, os trabalhos técnicos ainda geram alguns ruídos, conforme destaca Marcela Vasco. Ela salienta que em diversos momentos, no processo de restauração, a camada de cor original destacada não se refere a policromia a qual a comunidade reconhece as peças, provocando estranhamento por parte dos moradores. (VASCOS,2020, p.123). Além disso, destaca outro importante ponto no que se refere ao valor de culto dessas obras para a comunidade. Pelo simbolismo, alguns registros dos procedimentos de restauração desagradam os moradores católicos, por entenderem um certo desrespeito com as imagens. Cita, por exemplo, o registro de uma foto feita de um restaurador tentando resgatar um olho de vidro de dentro do oco da imagem de uma santa. A imagem do técnico com uma pinça no olho da imagem gera desgosto em alguns moradores. Outro ponto de descontentamento é visualizado quando da restauração da imagem de Nossa Senhora das Dores. A imagem se encontrava desnuda no laboratório e a sua nudez representa para os moradores um sacrilégio e

desrespeita os costumes, em que somente as mulheres são responsáveis por vestirem a santa (Ibidem).

Podemos observar que as vítimas mantêm uma relação de respeito com os objetos religiosos, mesmo quando estão armazenados na reserva técnica. Isso demonstra o conflito enfrentado ao lidar com o processo de restauração desses objetos, os quais continuam sendo de valor sagrado para a comunidade. Enquanto para os restauradores se trata apenas de um procedimento técnico, para as vítimas os objetos representam toda uma vivência religiosa. Conforme relato da historiadora Teresa, quando as vítimas visitam a reserva técnica, elas mantêm o respeito diante das imagens, como se estivessem dentro da igreja ou em suas próprias casas. Algumas delas retiram seus bonés, fazem o sinal da cruz, mantendo uma relação sagrada e respeitosa. Elas desejam tocar as imagens com as mãos, mas devido aos procedimentos técnicos isso não é recomendado. No entanto, elas recebem luvas para tocarem as peças, com o acompanhamento técnico, e nesse momento muitas choram, sentindo falta das imagens. Enquanto as peças não são destinadas a um local definitivo, o único contato possível ocorre na reserva técnica ou durante as festas religiosas, quando os moradores têm permissão para retirar as imagens temporariamente para exercerem sua fé durante as procissões. Para isso, eles solicitam o empréstimo das peças e, posteriormente, elas retornam à reserva técnica.

Durante minha visita à reserva técnica, o processo burocrático de retirada das peças religiosas levantou outra questão. Como pude observar, diversos objetos foram resgatados por arqueólogos, enquanto outros foram trazidos pelos moradores. Estes, ao encontrarem os objetos, por não se tratar de pertences pessoais, os levavam para a reserva, pois tinham a percepção de que tais objetos possuíam um valor simbólico como testemunho histórico. Estavam intimamente ligados à vida dos moradores e a dúvida era se, agora protegidos pela Fundação, poderiam ser retirados pelas vítimas reconhecendo-os como seus. A resposta da museóloga traz à tona os conflitos que permeiam as discussões no campo do patrimônio e os usos dados aos objetos quando são musealizados por instâncias oficiais. Esses embates refletem a complexidade em conciliar os direitos dos proprietários originais, a proteção patrimonial e a preservação para o benefício da sociedade.

Apesar dos objetos resgatados possuírem uma conexão direta com as vivências dos moradores e, em muitos casos, seus proprietários ainda estarem vivos, a retirada da reserva técnica se torna um processo complexo. Conforme ressalta a museóloga Tânia, assim que os objetos são levados para a reserva técnica, eles entram em uma instância jurídica. Mesmo que as vítimas reconheçam determinados objetos como seus, qualquer retirada de peça dentro da tutela da Fundação Renova só pode ocorrer no

âmbito jurídico. É necessário apresentar dados comprobatórios para reivindicar a posse das peças, seguindo os procedimentos jurídicos estabelecidos. De acordo com a museóloga, a Fundação Renova oferece o tratamento dos objetos resgatados como uma forma de compensação e ressarcimento às vítimas pelo crime cometido pela mineradora. Todas as peças estão sob a jurisdição da fundação e não podem ser retiradas sem o seu aval. Sob a perspectiva museológica, Tânia destaca que a documentação dos objetos é indispensável para que sejam autorizados a retirada.

A emoção dos moradores ao reencontrarem os objetos afetivos resgatados da lama é burocratizada assim que os objetos chegam à reserva técnica. Eles perdem o direito sobre os objetos que foram retirados à força de suas vidas, que agora estão sob a tutela da Fundação. Sob a burocracia, os moradores precisam lutar para provar a propriedade dos objetos. Em muitos casos, algumas pessoas falecem sem o direito de um último contato com seus bens afetivos. O caso de Seu Zezinho, um morador de Paracatu, é um exemplo trágico disso. Duplamente vítima, do crime e da burocracia, ele não conseguiu resgatar uma ponteira que havia identificado como sua na reserva técnica e acabou falecendo sem conseguir recuperá-la devido às questões burocráticas. O poder público designou a Fundação Renova como responsável pela tutela dos acervos e os objetos só podem sair da reserva de acordo com as normas jurídicas da fundação. Para isso, como explica a museóloga, é necessário ter um documento de destinação: uma doação e reconhecimento do objeto. Após ser apontado por uma pessoa como sendo seu, o objeto entra no processo jurídico para determinar se será ou não devolvido à vítima. "Algumas pessoas vão visitar, reconhecem a dobradiça da casa da avó. Se a pessoa vier, falar e quiser que volte para casa, tudo entra no processo jurídico", destaca Tânia (2022).

As vítimas não possuem mais a propriedade individual dos objetos resgatados, pois a responsabilidade de guarda está sob a Fundação Renova. No entanto, de acordo com a museóloga Tânia, essa guarda é temporária. Em algum momento futuro, ainda incerto, a arquidiocese ou as próprias vítimas serão responsáveis pelos acervos. Portanto, as únicas orientações que as vítimas podem fornecer para as peças estão dentro do contexto dos processos coletivos de debate no âmbito da musealização dos objetos. Esse processo ainda está em construção, representando uma situação única. Nenhum dos profissionais envolvidos tinham diretrizes claras sobre como lidar com os objetos resgatados. Restauradores, arqueólogos, museólogos, todos eles careciam de conhecimento sobre como restaurar e musealizar os objetos. Segundo as profissionais, os arqueólogos resgataram todos os objetos sem muitos critérios, pois acreditavam que tudo tinha valor como documento representativo.

Nesse seguimento, as vítimas são convidadas para participarem da destinação que se dará as peças. De acordo com Yara, Tânia e Teresa, todas terão que passar pelo crivo da arquidiocese e dos moradores para decidirem o destino delas. A arquidiocese está envolvida mesmos nos objetos não religiosos, uma vez que as empresas de arqueologia fizeram estudos de pesquisas, dos dados dos objetos para fundamentar qual seria de propriedade da arquidiocese. Nessa delimitação do espaço no território de Bento Rodrigues, tudo o que estava em torno da capela de Bento Rodrigues foi considerado pela equipe de arqueologia como da arquidiocese. Dessa forma, todos os bens encontrados dentro desse perímetro foram vinculados a igreja, mesmo que a lama tenha arrastado diversos objetos por quilômetros. Outras peças sem delimitação de origem, encontradas fora do perímetro da igreja, fragmentos, detalhes que não conseguem fundamentar, gera uma dúvida da museóloga sobre como realizar o procedimento de pesquisa para a sua musealização.

No rito do crivo de algumas peças já higienizadas e restauradas, a maioria dos moradores pediram que elas fossem para um centro de memória. O sentimento deles é que não fossem descartadas, desejam que se mantenham todos os objetos e que sejam direcionados para o memorial, porque tudo para eles tem um valor afetivo. Tânia comenta que as vítimas estão caminhando na intenção de que os objetos sejam musealizados. Para elas, tudo se configura como documento. Como os arqueólogos não fizeram um crivo dos objetos, as vítimas estão realizando esse procedimento. Assim, tupperwares, linhas, fitas, velas, círio pascoal, pedaços de madeira, pregos, sacos de pipoca, roupas, santinhos, calendários, pedaços de janelas, portas, escadas, sabonetes, garrafa de água benta etc., todos os objetos têm um valor intrínseco para os moradores. Não consideram a deterioração das peças, pois importa mais o valor afetivo. Objetos variados tem para eles valores simbólicos considerados na hora do crivo. Musealizam os objetos e não desejam que sejam descartados.

A museóloga Tânia ressalta a importância do envolvimento dos moradores no processo de musealização dos objetos, que ocorre por meio de reuniões de avaliação. Ela relata uma ocasião em que estavam discutindo a destinação de um simples papel de bala. Embora possa parecer apenas um papel de bala comum, como tantos outros, uma senhora lembrou que esse objeto estava relacionado às festividades do Dia das Crianças em Bento Rodrigues, quando as balas eram distribuídas e as crianças se sentavam na porta da igreja para saboreá-las. O relato ilustra como o processo de musealização dos objetos valoriza-os a partir da própria relação que eles têm com a memória do território de Bento Rodrigues.

Dentro da cadeia operatória do patrimônio, a conservação e o restauro são igualmente impulsionados por uma emoção que desloca o interesse oficial sobre o que



preservar e como preservar, assim como a própria prática de restauração. As emoções direcionam os usos do patrimônio para um campo de análise amplo, no qual as vítimas conferem significados aos bens patrimoniais e os valorizam com base em suas representações da identidade coletiva. Dessa forma, podemos perceber que as emoções possibilitam uma visão mobilizadora do patrimônio, ampliando os critérios de valoração, autenticidade e valor artístico para além das limitações impostas pela perspectiva ocidental e moderna de musealização e patrimonialização, questionando a ordem estabelecida.

As emoções patrimoniais desempenham um papel fundamental na cadeia de designação, classificação, conservação e restauração do patrimônio, como observado. Geram operações que têm o potencial de questionar profundamente o funcionamento do patrimônio, especialmente aqueles estabelecidos dentro de uma perspectiva oficial. Os casos emblemáticos analisados, relacionados à completa destruição do território e dos objetos afetivos, suscitam reflexões sobre os desdobramentos nas narrativas patrimoniais, que são intensificados pelas emoções. Os usos e significados atribuídos pelas vítimas aos objetos patrimoniais, que à primeira vista podem parecer invisíveis, ganham uma dimensão de comunicação que se amplia diante da possibilidade, ou efetivação, de sua perda. Essa comunicação emocional é um elemento central que influencia as percepções e a valorização do patrimônio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da pergunta sobre o que a destruição completa de um território poderia nos dizer, sobre como pensamos, na perspectiva patrimonial, às relações com o território destruído, as lutas identitárias, as dinâmicas memoriais, os afetos, as lutas por reparação, percorremos momentos das historicidades dos moradores de Bento Rodrigues nos quais a ação política e o patrimônio iluminam o sentido de suas formas endógenas de relação com o mundo. Concebemos as situações históricas e políticas - os encontros e relações entre o extrativismo que perpassa a história do subdistrito e os sujeitos que integram a comunidade - a partir do modo como manifestaram a existência na relação com o território. Nesse sentido, lançamos, em um primeiro momento, um olhar para o subdistrito na perspectiva teórica sobre o território, permitindo compreender que Bento Rodrigues carrega consigo uma história com a mineração, enraizada na memória da comunidade, culminando no rompimento da barragem em 2015. Mais do que isso, os traços desse processo de consolidação do território determinaram a própria relação de territorialidade, condicionando às relações sociais e às atividades diárias que os moradores estabeleciam com o espaço. O resultado do processo de produção do território, sendo fundamental para a construção das identidades e para a reorganização da vida cotidiana, configurou-se em uma dinâmica social marcada pela religiosidade, por uma relação solidária de vizinhança, por um tempo lento, marca temporal de uma vivência rural/campo.

Em sentido semelhante, o tempo lento marcou de igual maneira os 15 minutos que os moradores tiveram para se salvarem da lama que se aproximava, destruindo tudo o que encontrava pela frente. Presenciamos a desterritorialização, o movimento pelo qual ocorreu o abandono do território, de forma forçada, pela visão dos próprios moradores. Esse movimento foi marcado por uma rede de solidariedade sem o qual o número de mortes poderia ter sido maior. A experiência de desterritorialização foi um momento de ruptura marcado pelo trauma e pela dor. Mesmo diante de tal realidade, demonstrou, de igual maneira, que o processo de consolidação do território a partir das vivências estabelecidas pelos que habitavam Bento Rodrigues até o fatídico dia foram marcados por uma rede de solidariedade, no qual os moradores estavam ligados diretamente ao território, sendo que, enquanto ser social, prevaleceu em seus comportamentos aquilo que é mais considerável à consciência coletiva e não necessariamente o desejo enquanto indivíduos. Por isso, diversos moradores arriscaram a própria vida para salvarem outros que estavam em situação de vulnerabilidade. Diante do território que se desfalecia, no processo de desterritorialização, avistamos a luta constante para que os sujeitos que dão sentido a dinâmica do espaço se mantivessem vivos. Neste instante da desterritorialização,

vislumbramos as relações simbólicas entre a memória e o patrimônio, à medida que as vítimas expõem o processo do vazio sentido enquanto observavam toda a materialidade que dava vida ao território ser destruída.

Logo após, ocorreu o que observamos como a ação de reterritorialização, que se caracteriza por um processo que nem sempre é bem-sucedido, onde o sujeito irá se adaptar aos novos territórios, tornando-se em um agente ativo do (novo) território. O processo de reterritorialização sofrido pelas vítimas foi marcado por uma rede de solidariedade que representou, em um primeiro momento, a acolhida dos moradores de Bento Rodrigues por parte da população marianense, cidade onde se encontravam, e se encontram, desterritorializados. Porém, o amparo foi se desdobrando em repulsa à proporção que os efeitos do desastre geraram uma crise econômica na cidade. A assistência garantida por lei às vítimas foi vista como um privilégio pela população local, que passou a culpar os moradores de Bento Rodrigues pelo crescente número de desempregos na cidade, após a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais embargar as atividades da Samarco na cidade após o evento.

Testemunhamos que os moradores passaram a ser vistos como os outros. A reterritorialização foi marcada inicialmente pelo duplo sentimento de dor, representado pelo trauma sofrido pela destruição completa do território, do rompimento dos laços simbólicos marcadores da vida cotidiana que se desdobrou em um processo ao qual os moradores se encontraram desterritorializados, espalhados por hotéis e casas que representaram a ruptura dos laços de vizinhança. Em simultâneo, avigora a dor sofrida do sentimento de não lugar na cidade de Mariana, retratado no julgamento de alguns moradores locais ao rotularem as vítimas como aproveitadoras, responsáveis pela crise econômica, de “pé de lama”. Não bastasse a ruptura forçada com o território, tiveram que lidar com a população local se organizando em defesa da mineradora responsável pelo crime, criando o movimento “Justiça sim, desemprego não #FicaSamarco”. É a consolidação do fenômeno observado por Hebert Marcuse ao analisar o Homem Unidimensional, referindo-se principalmente a um modo de vida condizente com a ordem capitalista vigente, expandindo-se consensualmente e com grande tendência totalizante pelo tecido social. Destacamos que, de um lado, a lógica unidimensional faz avançar os pressupostos do mercado pelo território econômico, social, político e cultural da cidade. De outro, adentra ainda pelo território subjetivo, notadamente pela produção do desejo inconsciente de manutenção da ordem social, cuja pretensa sensação de segurança econômica e social faz com que os moradores mantenham a ordem social, desconsiderando os danos causados pela mineradora. Nesse contexto, as vítimas novamente têm que lidar com os males causados pela mineradora. Após o rompimento

da barragem, danifica a vida dos moradores de Bento Rodrigues através da população local, pelo temor do fim das atividades mineradoras na cidade.

O ambiente hostil onde as vítimas se encontravam representou uma sensação de vazio territorial, culminando em variados conflitos identitários, contrapondo os interesses da população local aos direitos adquiridos pelas vítimas. Esse cenário gerou uma série de eventos em que os moradores de Bento Rodrigues, no processo de reterritorialização, irão estabelecer uma relação com o antigo território, com o patrimônio destruído, configurando em mecanismos de mobilização que se desdobrarão em um encadeamento de eventos envolvendo processos de afirmações identitárias, lutas por reparação, direito ao território, manutenção dos ritos e representações temporais que refletem o desejo de que as antigas relações territoriais se mantenham no futuro, no novo território. Observando tais dinâmicas, nosso olhar foi direcionado a partir do entrecruzamento das noções de emoções patrimoniais, usos do patrimônio, nostalgia do patrimônio, lugares de memória e musealidade presentes nas ações dos moradores de Bento Rodrigues, mediante à luta estabelecida a partir do desastre. A escolha desses conceitos ocorreu por consideramos estes elementos como constituintes fundamentais para a compreensão de como as vítimas se mobilizaram a partir de um entendimento de patrimônio despertado pela perda do território, servindo como mecanismo de reivindicação de direito à memória.

Analisar os desdobramentos do evento crítico ocorrido em Bento Rodrigues a partir do olhar das emoções patrimoniais se configurou com ponto central nesta tese, justamente pelas razões de que as emoções ocorrem regularmente após a ocorrência de um evento traumático. Por isso, o ocorrido em Bento Rodrigues traz consigo uma série de elementos que permitiram observar a relação emocional com o patrimônio destruído e os variados ecos das práticas patrimoniais. O objetivo inicial era compreender de que maneira as emoções patrimoniais são expressas pelas vítimas e como elas contribuem para uma mobilização dos sujeitos mediante à perda do patrimônio.

A primeira manifestação das emoções patrimoniais que identificamos ocorreu no contexto em que os moradores sentiram um vazio territorial no ato de expressão da fé. No ano posterior ao desastre, a comemoração das festividades religiosas do padroeiro da comunidade, São Bento, e da festa de Nossa Senhora da Mercês, irá marcar um encadeamento coletivo de emoções patrimoniais expressas pela ausência do território afetivo onde eram realizadas as celebrações. Essa emoção se desdobrará em uma sequência de lutas contra a empresa responsável pelo crime, pelo direito de realizar as celebrações no território ao qual se sentem pertencentes. O movimento representará conquistas que envolvem o direito de frequentarem o antigo território, que até então

estava sob a responsabilidade da mineradora, assim como de realizarem os ritos no espaço. A retomada das celebrações nas ruínas de Bento Rodrigues representou o desejo dos moradores de reafirmarem os valores patrimoniais destruídos e de resistência às agressões e à violência do crime da Samarco, configurando-se como um ato simbólico de luta.

A partir desse movimento, as emoções patrimoniais manifestadas no contato com Bento Rodrigues irão se desdobrar na realização de outras práticas identitárias no antigo território, revelando que os laços afetivos com o espaço não se perderam. Este se estabelece como um ativador das emoções, ancorado na relação que os moradores têm com as memórias coletivas da comunidade, reforçando que um dos aspectos centrais das categorias de emoções patrimoniais se fundamenta no valor de presença, no contato com os objetos e espaços afetivos, cuja sensação transporta a emoção que se presentifica por meio do sentimento de unicidade dos objetos e do território. Portanto, observamos que boa parte dos moradores ainda mantêm uma relação simbólica com o território, que se mantém como o espaço para a realização de celebrações como as festas religiosas, de bodas, comemorações de carnavais, festas juninas, carnavais etc.

Testemunhamos outro fenômeno na escala das emoções patrimoniais que, como pudemos analisar, Daniel Fabre identifica como uma etapa característica das emoções e irá denominar como *sédition*, expressada em oposição a projetos de destruição dos espaços afetivos, mobilizando os grupos a se organizarem em defesa daqueles. Mesma reflexão apresentada por Nathalie Heinich, ao destacar que a emoção patrimonial é naturalmente entendida de maneira positiva, mas que pode representar um aspecto negativo, despertando um sentimento de revolta, destacando o lado defensivo instigado pelas emoções patrimoniais. Nesse processo, as ações emocionais pressionam por movimentos de reação contra o motivador da destruição (HEINICH, 2013). Esse aspecto das emoções irá aflorar um sentimento de revolta nos moradores de Bento Rodrigues quando tomam conhecimento do desejo da mineradora responsável pelo crime em construir um Dique que iria inundar completamente o subdistrito. Com isso, têm uma dimensão valorativa patrimonial que se desdobraram em ações pela defesa do território. A relevância do patrimônio avivou nas vítimas o desenvolvimento de estratégias e práticas narrativas que simbolizaram reivindicações relacionadas ao tombamento, produzindo discursos e reflexões sobre a patrimonialidade, ativação patrimonial e patrimonialização.

Nesta batalha contra a Samarco, o sentimento de revolta despertado pelas emoções patrimoniais, mediante à possibilidade de perda do território, representou a preservação do espaço que seria inundado. Isso porque, mesmo sob ruínas, ainda é o espaço representativo das memórias das vítimas. O processo de consciência da

importância patrimonial do lugar evidenciou o direito de continuarem a ser proprietários das terras que já eram suas. Pois, como observamos, a mineradora, por meio da Fundação Renova, ofereceu como condição para a construção do Novo Bento Rodrigues que o antigo território ficasse sobre sua responsabilidade. Avistamos o simbolismo na vitória das vítimas na justiça pelo direito sobre as antigas propriedades, ao ser revelado o valor afetivo que os sujeitos estabelecem com o território e, por isso, a juíza entendeu que mesmo realocados em um novo espaço, o passado de Bento Rodrigues e seus vestígios pertencem aos moradores e não à mineradora.

Um ponto importante observado nesta tese, no que se refere ao aspecto mobilizacional provocado pelas emoções patrimoniais, é a percepção temporal sentida pelos atingidos no ambiente desterritorializado. A proposta de construção do Novo Bento, onde serão reassentados, trouxe consigo um sentimento e a necessidade de manterem no novo espaço as mesmas configurações simbólicas do antigo território. Gerou uma mobilização por parte dos moradores de Bento Rodrigues para que as antigas relações de vizinhança se mantivessem no novo espaço. Mais do que revelar uma vitória das vítimas na luta contra a mineradora, esse desejo de estabelecer no "novo" as vivências pretéritas, demonstram que o passado é vivenciado a todo momento pelas vítimas e há o desejo de que seja restaurado no Novo Bento. As memórias (re)vividas pelos moradores são marcadas por uma vivência em que o presente enquanto experiência temporal não é experienciado, uma vez que não se consideram pertencentes ao território de Mariana, vivendo apenas o "espaço de experiência" que se reverbera na proteção da cultura de Bento Rodrigues, onde o patrimônio se estabelece como ferramenta identitária das vítimas. O tempo está em suspensão e os moradores estão imersos em uma memória passada, na expectativa do retorno das antigas relações no novo território.

Uma representação simbólica do enraizamento do passado que se desdobra em ações presentes foi vista na criação do grupo Loucos por Bento. Reflete a categoria de emoção patrimonial na relação de presença estabelecida com o espaço e os objetos afetivos. Como destacado, o grupo é criado a partir do desejo de alguns moradores de ressignificarem o território destruído, reforçando os laços de afetividades com o local. Observamos que o grupo se estrutura enquanto agentes nos processos de patrimonialização, buscando estancar as lacunas, atribuindo valor ao território e aos ritos característicos da comunidade, gerando o movimento de reocupação do espaço.

As análises desenvolvidas demonstram um importante elemento do patrimônio, que através das emoções se estabelece como alicerce nas lutas identitárias, territoriais e por direitos. É pelo patrimônio que eles lutam por direito ao lugar, de serem reparados materialmente pela perda, de desejarem simbolicamente voltar a realizarem os ritos nas

ruínas. Coloca em disputa as percepções jurídicas do patrimônio, usadas e contestadas nos processos de disputas identitárias negociadas nas lutas. Identidades que se colocam dentro das perspectivas teóricas que buscam definir a identidade dentro dos fenômenos do hibridismo cultural, ou, como define Homi Bhabha um "terceiro espaço"(BHABHA,1990).

Vimos que para Bhabha a identidade não é algo fixo ou estático, mas sim algo que é construído e negociado continuamente através de processos culturais, históricos e sociais. Para o autor, as identidades são formadas em relação a outras identidades e que a fronteira entre "eu" e "outro" é fluida e permeável. Significa que a identidade não é determinada apenas por fatores internos, como a cultura, a língua e a religião, mas também pelas influências externas, como a colonização, o imperialismo e a globalização. Nesse contexto, Bhabha enfatiza a importância do "terceiro espaço" na construção da identidade. Tal espaço é criado por meio do contato entre diferentes culturas e é caracterizado pela hibridização. Desterritorializados, a cidade de Mariana se estabelece para os moradores de Bento Rodrigues como o terceiro espaço, um lugar de negociação e resistência, onde as identidades são redefinidas e reimaginadas. Observamos que ela é uma construção fluida e negociada, moldada na luta, na defesa do patrimônio e pelo direito ao território.

Da mesma forma, presenciamos as disputas no ambiente desterritorializado da cidade de Mariana quando olhamos a luz das reflexões propostas por Stuart Hall. O autor argumenta que a identidade é um processo contínuo e que ela é construída através do que ele chama de "identidades posicionais". Hall argumenta que as identidades são construídas em relação a outras identidades e que elas são moldadas por fatores sociais e históricos, como a raça, a classe social, o gênero e a sexualidade. Segundo o autor, a identidade não é algo inato, mas sim algo que é construído social e culturalmente, está em constante transformação. Fenômenos observáveis nas análises aqui realizadas.

Ambos os teóricos trazem que a identidade é construída socialmente e culturalmente, é mutável e dinâmica. Bhabha enfatiza a importância da hibridização cultural na construção da identidade, enquanto Hall destaca a importância das identidades posicionais na construção delas. A identidade não é uma essência fixa, mas sim uma construção social que é moldada por fatores sociais e históricos. No recorte analisado, o ocorrido no ano de 2015 se caracteriza como um marco que se desdobrará numa série de disputas envolvendo a representação do ser um morador de Bento Rodrigues.

Se, em um primeiro momento, lançamos o nosso olhar para os desdobramentos do desastre, buscando entender como as emoções patrimoniais geraram uma



multiplicidade de mobilizações e valorações do patrimônio destruído, trazendo consigo elementos que envolvem disputas identitárias, o trato com a memória, rememoração do passado, usos e organização coletiva em defesa do território, procuramos, em outro momento, nos debruçar sobre os objetos soterrados pela lama. Uma primeira análise apresentada, e crucial para o desenvolvimento da análise, destacou que os objetos que compunham toda a materialidade do território de Bento Rodrigues foram em questão de minutos transformados em bens arqueológicos e, posteriormente, em bens patrimoniais. Ganha destaque em nossa análise os aspectos das emoções patrimoniais direcionados as práticas de atribuição de valor ao objeto patrimonial. A emoção gerou outros processos e introdução de diversas qualificações aos objetos, transpassando o seu valor de uso.

A lama os transformou em múltiplos testemunhos, atravessados pelo trauma, estruturando-se como objetos únicos relevadores de outras memórias, de identidades construídas na vivência do território que se perdeu. Dessa forma, passamos a compreender os objetos soterrados como objeto patrimonial. Tal compreensão se deu pelo diálogo estabelecido com alguns teóricos, com destaque para Nathalie Heinich, que vê o objeto patrimonial qualificado a despertar emoções (HEINICH,2012). Nessa perspectiva, as emoções podem ser descritas de acordo com signos representados pelo objeto patrimonial.

Ao observarmos os objetos na lógica patrimonial, avistamos que eles atenuam seu valor funcional para o qual foram inicialmente designados, sendo-lhes atribuídos valores que agora se relacionam com o trauma, passando a ter uma nova funcionalidade, comunicando outras realidades. Neste ponto, nos aprofundamos sobre o caráter comunicacional dos objetos, principalmente a sua musealidade. A partir do momento em que passaram a ter uma duplicidade de sentidos, estabeleceram-se como suportes para as propriedades imateriais que lhe são atribuídas, adquirindo um caráter especial. Os objetos retirados da lama, ou perdidos, passaram por um processo de transformação simbólica, não se relacionando necessariamente com a separação material do ambiente físico, mas a uma existência dupla, delimitada pelos objetos. Na relação entre memórias e objetos, a musealidade revelou as qualidades não materiais patrimoniais ausentes e presentes.

Objetos como a Tobata resgatada pelo morador Paulo César, assim como também as fotografias recebidas das sobrinhas; o pandeiro reencontrado por Dona Irene e o seu quadro com o único registro vivo da memória de Bento Rodrigues; passaram a ter um novo significado em suas vidas, transformando-se em objetos patrimoniais valorados que estabelecem uma relação de comunicação de memórias que perderam as referências territoriais, materiais e imateriais. No quadro das emoções, evidenciou

que as emoções patrimoniais provocaram a introdução de outras qualificações aos objetos, transformando o seu valor de uso. Dentro da lógica patrimonial, revestem-se de novos significados, em que a emoção e a recuperação dos objetos sobreviventes lhes conferem uma transformação simbólica, passando a comunicar diversas memórias individuais passadas, transmudando as sensações emocionais no presente.

A comunicação do objeto, a sua musealidade, também se exterioriza na ausência. É o que procuramos analisar por meio dos objetos que jamais foram encontrados, mas que ainda estabelecem uma relação afetivas com as vítimas. Os objetos ausentes passaram a configurar referências a partir de elementos nostálgicos, afetados por outras memórias, outras recordações, outros lugares, rememorando fragmentos do passado que se solidificam por meio da memória traumática. Constatamos que os objetos ausentes permanecem conectados aos moradores através das lembranças, comunicando uma memória, um sentimento, uma musealidade no ausente, sendo valorados a partir do momento em que adquiriram um caráter patrimonial.

Outro ponto importante analisado sobre os objetos se refere à inserção destes dentro das instâncias jurídicas de salvaguarda. Esse quadro irá gerar conflitos, uma vez que, quando os objetos adentraram as instâncias oficiais de proteção, as vítimas perderam o direito de os adquirirem de forma espontânea. Irá, na mesma medida, desdobrar-se em conflitos relacionados à conservação e restauração dos objetos sobreviventes. Na cadeia operatório do patrimônio, a conservação e o restauro são também marcados por uma emoção trazendo para o debate que os procedimentos de conservação e restauração se inserem em uma discussão envolvendo os laços afetivos que os moradores têm com as peças resgatadas e o que tecnicamente se institui enquanto procedimento científico de proteção. Notamos que as emoções geram um movimento mobilizador do patrimônio, em que critérios de valoração, autenticidade e artístico são questionados, contrapondo aquilo que às vítimas acreditam que devem ser realizados com os objetos e o que os técnicos da Fundação Renova e as instâncias jurídicas delimitam.

Após mais de sete anos, a construção do Novo Bento ainda é uma incógnita para os atingidos. Eles ainda permanecem 'desterritorializados' e em meio às disputas em torno da manutenção da memória ligada ao espaço patrimonial destruído, mas que permanece vivo na sua intangibilidade, nos discursos e nas práticas que se ressignificam e se valorizam por meio da sociabilidade e da sensibilidade no contato com os bens patrimoniais identitários (SMITH, 2006). O rompimento da barragem causou inúmeras perdas que levarão anos para serem reparadas; algumas delas jamais serão restituídas. A grande dúvida que se coloca é sobre como serão estabelecidas as

relações afetivas, que os moradores identificam nesse passado, mas que se reconfigura no presente, e podem gerar outras formas de socialização no futuro. A princípio, esse tema era um dos pontos a figurar nesta tese. A intenção era desenvolver um capítulo com o intuito de observar como as dinâmicas patrimoniais se estabeleceriam no Novo Bento. Porém, devido à pandemia e à morosidade da Fundação Renova, as obras do reassentamento ainda não foram concluídas. A previsão, como tantas outras, é que os moradores sejam reassentados no Novo Bento no ano de 2024.<sup>52</sup> É uma possibilidade de estudos futuros.

Acreditamos que seja necessário, no processo de reassentamento, o estabelecimento de uma política de patrimônio que “reconstrua” a memória coletiva dos atingidos pelo rompimento da barragem, no intuito de visibilizar, referenciar e dar significado a esse grupo que constantemente luta pelo direito ao passado. Tal perspectiva coloca-se da mesma maneira com os usos que se pretende dar às ruínas do antigo Bento Rodrigues, pois o dever de memória é uma forma de reparação diante o desastre. Deve-se reforçar o não esquecimento, colocando as vítimas como os principais agentes na busca deste reconhecimento.

Por fim, destacamos que a relação entre emoções patrimoniais e o território destruído é complexa e multifacetada. Ficou evidenciado que as emoções patrimoniais se referem às emoções que as vítimas experimentaram em relação ao patrimônio cultural destruído. Quando um território inutilizado, representa que as emoções patrimoniais das pessoas que o habitam sejam afetadas. A perda de monumentos históricos, dos espaços públicos, dos modos de vida gera sentimentos emocionais, afetando a relação que as vítimas têm com o lugar. Além disso, o território destruído pode gerar uma sensação de ameaça à identidade e à memória coletiva da comunidade, já que as experiências e histórias ligadas a esses lugares podem ser perdidas ou esquecidas. Pode gerar sentimento de frustração e desamparo, fazendo com que as pessoas se sintam desconectadas de sua história e de suas raízes culturais.

No entanto, é importante ressaltar que a relação entre emoções patrimoniais e o território destruído não é unidirecional. As emoções patrimoniais são usadas como um

---

<sup>52</sup> Em matéria publicada no dia 20 de outubro de 2022 no Jornal Minas, é possível testemunhar o quanto as vítimas ainda sofrem com a perda do território. As dinâmicas de reparação desconsideram os interesses das vítimas e as vivências simbólicas estabelecidas com o território. É possível notar que a Fundação Renova pensa e desenvolve a construção do novo território na perspectiva de uma cidade. Por isso, vemos construções de casas que se assemelham mais a um condomínio de luxo do que uma vida rural. O que gera a revolta de diversos moradores que questionam a ausência de um espaço para realização da agricultura que fazia parte da rotina dos moradores. E mesmo que as relações de vizinhança tenham se mantido, os modelos de casas e três andares com seus muros certamente romperá as relações afetivas existentes no antigo território. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=iX\\_hgpzLknY&ab\\_channel=JornalMinas](https://www.youtube.com/watch?v=iX_hgpzLknY&ab_channel=JornalMinas) . Acessado em: 09/02/2023.

recurso para enfrentar a perda do território. Nesse processo, testemunhamos como a memória é utilizada para “reconstruir” a história de uma comunidade. Assim sendo, o patrimônio cultural e as emoções patrimoniais são importantes para ajudar os sujeitos a enfrentarem a perda de objetos afetivos, do território, de entes queridos, dos ritos, dando-lhes uma sensação de continuidade e conexão com o passado.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS DAS FALAS E ENTREVISTAS DOS MORADORES DE BENTO RODRIGUES

- ANDREIA SALES. A Sirene. Edição 19, outubro de 2017, p.12.
- ANTONIO. Jornal A Sirene. 11ª edição, fevereiro de 2017, p.8.
- ANTÔNIO GERALDO DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p.4.
- ANTÔNIO GERALDO DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.19.
- Antônio Geraldo dos Santos. A Sirene. 12ª edição, março de 2017, p.8.
- ARNALDO, Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.
- BRAYAN. Bento: Passado, Presente e Futuro. Fundação Renova. 2017, p.40.
- CAMARGOS. In: Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. Estadão, 05 de novembro de 2016. Disponível em : <https://www.estadao.com.br/alias/so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas/> . Acessado em: 28/01/2023.
- Criança C. Entrevista concedida em 5 de julho de 2022.
- Criança D. Entrevista concedida em 5 de julho de 2022.
- Criança F. Entrevista concedida em 5 de agosto de 2018.
- Criança L. Entrevista concedida em 5 de julho de 2022.
- Criança L. Entrevista concedida em 5 de julho de 2022.
- Crianças de Bento Rodrigues. Jornal A Sirene. Edição 4, julho de 2016, p.9.
- DALUA et al. Jornal A Sirene. Edição 10, janeiro de 2017, p.6.
- DONA MARIA. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p. 03.
- DONA IRENE. Entrevista concedida em 8 de janeiro de 2020.
- DUARTE JUNIOR. In: Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco. BBC News, 30 outubro 2017.
- ELIENE. Entrevista concedida em 5 de julho de 2022.
- ELIENE. Mariana, relatos de uma tragédia. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560162> .
- ELIENE. In: Sobreviventes de desastre de Mariana sofrem preconceito, e moradores pedem volta da Samarco. BBC News, 30 outubro 2017.
- EMERSON. Jornal A Sirene. Edição 19, outubro de 2017, p.7.
- EVA DA PAIXÃO. Jornal A Sirene. Edição 18, setembro de 2017, p.8.
- FLAVIO EDUARDO, Bento: Passado, Presente e Futuro. Fundação Renova. 2017, p.12.

FELIPE. In: HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. "Aqui Tinha uma Escola": Vozes Docentes sobre o Rompimento da Barragem de Fundão. Edição: 1º. Editora Appris, 2022, p. 89-91.

GABRIEL MARCOS. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.10.

GENIVAL PASCOAL. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.25.

GENIVAL PASCOAL. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.9.

GLADISMAR. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.

IRLANE GERALDA. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.10.

JOANA D'ARC. Jornal A Sirene. Edição 18, setembro de 2017, p.8.

JOSÉ FILIPE. Jornal A Sirene. Edição 14, maio de 2017, p.13.

JOSÉ DAS DORES. In: Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. Estadão, 05 de novembro de 2016. Disponível em : <https://www.estadao.com.br/alias/so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas/> . Acessado em: 28/01/2023.

JOSÉ SALES. In: Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. Estadão, 05 de novembro de 2016. Disponível em : <https://www.estadao.com.br/alias/so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas/> . Acessado em: 28/01/2023

JOSILENE. In: Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. Estadão, 05 de novembro de 2016. Disponível em : <https://www.estadao.com.br/alias/so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas/> . Acessado em: 28/01/2023.

JUDITE SOUZA. Jornal A Sirene. Edição 18, setembro de 2017, p.8.

LÊDA. Jornal A Sirene. Edição 19, outubro de 2017, p.7.

LUCIMAR MUNIZ. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.

MANOEL MARCOS MUNIZ. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.11.

MARIA. Jornal A Sirene. Edição 10, janeiro de 2017, p.7.

MARINALDA. Jornal A Sirene. Edição 22, janeiro de 2018, p. 9.

MARIA QUINTÃO. In: Preconceito e espera em Mariana, epicentro da dependência da mineração. El País, 06 de novembro de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722\\_606609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.html) . Acesso em :28/01/2023.

MARIA QUINTÃO. Jornal A Sirene. Edição 16, julho de 2017, p.5.

MARIA QUINTÃO. In: "NÃO É SÓ UM FOGÃO, É MINHA HISTÓRIA". Piauí 28 de abril de 2022.

MARINALVA. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.3)

MARINALVA DOS SANTOS SALGADO. Jornal A Sirene. Edição 19, janeiro de 2017, p.6.

MARLENE. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.9.

MAURO SILVA. Entrevista concedida no dia 04 de maio de 2021.

MAURO SILVA. In: Novo Bento: a angústia da espera. Jornal O Lampião, 05 de julho de 2018.

MAURO; KIVIA. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.9.

MARQUINHOS MUNIZ. In: VASCO, Marcela Roberta Guimarães. Vidas em suspenso: imagens e narrativas de Bento Rodrigues (MG) depois do rompimento da barragem de Fundão. 2020, p.112.

MARQUINHOS MUNIZ. Jornal A Sirene. Edição 22, janeiro de 2018, p. 9.

MÔNICA DOS SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.

SALGADO. Jornal A Sirene. Edição 11, fevereiro de 2017, p.13.

SANDRA. In: Preconceito e espera em Mariana, epicentro da dependência da mineração. El País, 06 de novembro de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722\\_606609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.html) . Acesso em :28/01/2023.

SANTOS; QUINTÃO SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 5, agosto de 2016, p. 13.

SANTOS. Jornal A Sirene. Edição 10, janeiro de 2017. p.7.

PAULO CESAR. Entrevista cedida no dia 21 de julho de 2022.

PAULA GERALDA. In: Brumadinho: 'Pensei que aprenderiam a lição'; a história da 'sirene humana' que salvou centenas de vidas em Mariana. BBC News Brasil, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47129648>. Acessado em: 28/01/2023.

RESERVA TÉCNICA FUNDAÇÃO RENOVA. Visita e entrevista realizada no dia 27 de julho de 2022.

SEU SEBASTIÃO. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.

SEU JOÃO. Jornal A Sirene. Edição 1, março de 2016, p.8.

SÔNIA. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.

PABLO. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.

TEREZINHA. Jornal A Sirene. Edição 0, fevereiro de 2016, p.4.

TONINHO. In: Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. Estadão, 05 de novembro de 2016. Disponível em : <https://www.estadao.com.br/alias/so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas/> . Acessado em: 28/01/2023.

VÍTIMA 1. Mariana, relatos de uma tragédia. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560162>

VÍTIMA 2. Mariana, relatos de uma tragédia. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/560162>

VÍTIMA 3. Jornal A Sirene. Edição 19, outubro de 2017, p.7.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), fev. 2016 a dez. 2022.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDREOTTI, Giuliana. (2013) Geografia emocional e cultural em comparação com a racionalista. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Orgs.). *Maneiras de ler geografia e cultura*. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, p. 98-105.

ARCURI, M.; LAIA, P. O.; SUÑER, R. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico - UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1/2, p. 209-244, 2015. ARCURI, M.; LAIA, P. O.; SUÑER, R. Territórios e patrimônios na lama das negociações: desafios para a museologia comunitária na Barragem de Fundão. Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico - UFMG, Belo Horizonte, v. 24, n. 1/2, p. 209-244, 2015.

BASSO, Gustavo. 3 anos após tragédia, famílias estão proibidas de morar em área de Mariana. UOL Notícias. São Paulo, 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/11/21/3-anos-apos-tragedia-familias-seguem-proibidas-de-morar-em-area-de-mariana.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 14/01/2022.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlin por volta de 1900. In: \_\_\_\_\_. Rua de Mão única. (Obras escolhidas II). São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 71-142.

BERGSON, Henri. Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

BHABHA, Homi K. "The Third Space". In RUTHERFORD, J. Identity: Community, Culture, Difference. London: Lawrence and Wishart, 1990, 207-21.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BIAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária. In: ENGRUP, 4., 2009. Anais... São Paulo: FFLCH/USP, 2009. p. 132-150.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAHM, José Paulo Siefert. A musealidade no museu Gruppelli, Pelotas/RS: entre o visível e o invisível/ José Paulo Siefert Brahm; Diego Lemos Ribeiro, orientador. - Pelotas, 2017.

BREFE, A. C. F. Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 175-203, 1997.

BRIASON, Isabelle. « Le monument violenté: de l'émotion à la mise en exposition », *Culture & Musées* [En ligne], 36 | 2020, mis en ligne le 23 novembre 2020.

BRITO, M. V. Política de patrimônio e território no século XXI: uma análise de Bordeaux na França. *ESPAÇO E CULTURA* (UERJ), v. 1, p. 77-98, 2016.

BRITO, Pedro. Paisagem relíquia formada por acidente de causas antrópicas: o caso de Bento Rodrigues. 4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

BRULON, Bruno. "Passagens da Museologia: a musealização como caminho". In: *Revista Museologia e Patrimônio*. vol. 11, n.2, Rio Janeiro, 2018.

BRULON SOARES, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, e1. Epub January 17, 2020.

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Tradução Maria Letícia Ferreira – 1 ed., 8ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2021.

CAMARGOS, Daniel. (2016, novembro 5). Só uma foto na parede: nos objetos resgatados da lama em Bento Rodrigues, memórias de vidas perdidas. *O Estado de São Paulo* Recuperado de <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,so-uma-foto-na-parede-em-objetos-resgatados-da-lama-em-mg-memorias-de-vidas-perdidas,10000086553>

CAMARGOS, Daniel. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta biquinho. Estado de Minas, Belo Horizonte, 08 de março de 2016. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna\\_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml). Acesso em: 15/12/2020.

CAMPOS, Eduardo. Bento Rodrigues: trajetória e tragédia de um distrito do ouro". 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/004888888d03c6ebab527>

CASTRIOTA, Leonardo Barci. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO BENTO RODRIGUES.2019. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019-capa.pdf>

CASTRIOTA, Leonardo Barci. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO BENTO RODRIGUES.2019. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019-capa.pdf>.

CAVALCANTI, Maria de Betania Uchoa. O stalinismo e a reconstrução do pós-guerra em Varsóvia. Realismo socialista e arquitetura moderna. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 1, n. 7, P. 60-7, JUL./DEZ. 1999.

CHAGAS, Mario. Pesquisa Museologica. In: *Museus Instituição de Pesquisa*. - Organização de: Marcus Granato e Claudia Penha dos Santos. — Rio de Janeiro: MAST, 2005, p.51-63.

CHAGAS, M. S. Patrimônio é o caminho das formigas. In: Maurício Barros de Castro; Myrian Sepúlveda dos Santos. (Org.). *Relações Raciais e Políticas de Patrimônio*. 1ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2016, v. 1, p. 141-166.

CHAGAS, M. S.; BOGADO, D. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o museu das remoções como potência criativa e potência de resistência. In: Lia Calabre; Eula Cabral; Maurício Siqueira e Vivian Fonseca. (Org.). *Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*, 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 139-146.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio / Françoise Choay*: tradução de Luciano Vieira Machado. 5ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romero. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CLAVAIROLLE, Françoise. La destruction d'un lieu de mémoire, entre émotion et résistance . Livraisons de l'histoire de l'architecture [En ligne], 22 | 2011.

CONNERTON, Paul. Como as Sociedades Recordam. 2ª Edição. Oeiras: Celta, 1999.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - CNDH. Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora samarco e seus efeitos sobre o vale do rio doce. Maio de 2017. Disponível em : [https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce\\_FINAL\\_APROVADO.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/old/cndh/relatorios/RelatriodaBarragemdoRioDoce_FINAL_APROVADO.pdf) . Acesso em : 28/01/2023 .

DALLABRIDA, V. R. Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência. São Paulo: Editora LiberArs, 2016

DASSIÉ, Véronique. Une émotion patrimoniale au service d'un engagement consensuel. La politique à l'épreuve des émotions , 2017.

DASSIÉ, Véronique. « Affordances sensorielles : de l'objet d'affection au portrait collectif. » *Anthropologie et Sociétés*, volume 44, numéro 1, 2020, p. 53–74.

DAS, Veena. Critical events: an antropological perspective on contemporary India. Delhi, Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. "Wittgenstein y la antropologia". In: Ortega, Francisco A. (org.). Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad., Bogotá, Universidad Nacional de Colombia/Pontificia Universidad Javeriana pp. 295-343, 2008.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine: deux régimes de patrimonialisation In: KHAZNADAR, Chérif (Coord.). Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine? Paris: Maison desculturesdu monde, 2012. p.41-58.

DA REDAÇÃO. Desabrigados relatam cenas de horror na tragédia de Mariana. Veja, 06 de novembro de 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/desabrigados-relatam-cenas-de-horror-na-tragedia-de-mariana/> .

DECAROLIS, Nelly. OBJETO - DOCUMENTO? In : Symposium. OBJECT-DOCUMENT?. Edited by Martin R. Schärer. Beijing, China, September 1994, p.83-88.

DELON, Michel. O despertar da alma sensível. In: História das eções: 2 Das luzes até o final do século XIX/sob a direção de Alain Corbin, Jean- Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira – Petrópolis, RJ: Voces, 2020, p.17-61.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, Gilles. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1 / Gilles Deleuze e Félix Guattari; tradução de Luiz B. L. Orlandi. — São Paulo: Ed. 34, 2010.

DICHTER, Ernest. in Berger, 2009.

DIDI-HUBERMAN, Georges. “Quando as imagens tocam o real. Pós: Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 204 - 219, nov. 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2013.

DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. In: A experiência material: a cultura do objeto. (org) Marcus Dohmann ...[et al]. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

ELIADE, M. Imagens e Símbolos: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo. Martins Fontes, 1991.

ELIADE, Mircea. Mito do eterno retorno. São Paulo: Mercury, 1992.

ESTADÃO. Desabrigados pela lama enfrentam preconceito e desconfiança em Mariana . Estadão, 10 de outubro de 2016. Disponível em:

<https://www.estadao.com.br/brasil/desabrigados-pela-lama-enfrentam-preconceito-e-desconfianca-em-mariana/#:~:text=%E2%80%9CO%20rapaz%20disse%20que%20tinha,emendou%20um%20cliente%20na%20conversa.&text=Essas%20hist%C3%B3rias%20n%C3%A3o%20s%C3%B3%20chegam,s%C3%A3o%20ditas%20diretamente%20a%20elas.> .

Acesso em : 28/01/2023.

ESTADÃO CONTEÚDO. Um mês após tragédia em Mariana, só 51 famílias estão em casas. UOL, 03 de dezembro de 2015. Disponível em :

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/12/03/um-mes-apos-tragedia-em-mariana-so-51-familias-estao-em-casas.htm> . Acesso em 18/01/2023.

FABRE, Daniel. Le patrimoine porté par l'émotion. In: FABRE, Daniel (dir.). Émotions patrimoniales. Nouvelle édition [enligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2016, P 13 – 100.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez, p. 08 – 19, 2019.

FAULHABER, Priscila. Tentando uma antropologia operativa. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 79–106, 2018 (primeira edição: 1986). Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6358>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FERREIRA, Pamella Thaís Magalhães; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque A Catástrofe como Perpetuadora da Sociedade Unidimensional. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 e 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:IPHAN, 2009.

FREITAS, Raquel. Tragédia de Mariana: estudo aponta impactos na saúde de 74% dos atingidos . G1 Minas Gerais, 20 de agosto de 2021. Disponível em :

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/08/20/tragedia-de-mariana-estudo-aponta-impactos-na-saude-de-74percent-dos-atingidos.ghtml>. Acesso em :

28/01/2023.

G1. Após tragédia em Mariana, doações se multiplicam na região de Campinas. G1 Campinas e Região. 15 de novembro de 2015. Disponível em :

<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2015/11/15/apos-tragedia-em-mariana-doacoes-se-multiplicam-na-regiao-de-campinas.html> . Acesso em 18/01/2023

GIDDENS, A. *The consequences of modernity*; Stanford University Press, Palo Alto, (1991).

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, 28(55), 211-228. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862015000100012>.

GUATTARI, E; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, R. *Des-Territorialização e Identidade: a rede "gaúcha" no nordeste*. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Conferência, setembro de 2004.

HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, *Geografia: Conceitos e temas*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206. *Território e multiterritorialidade: um debate*. *Geographia*, Niterói, UFF, Ano 9, n. 17, 19-46, 2007.

HAESBAERT e LIMONAD. O território em tempos de globalização. *Revista Etc.* Nº 2 (4), vol.1. agosto de 2007.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multi-territorialidade. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, USP, AGB, p. 6.774-6.792, 20 a 26 de março de 2005. Disponível em: < <http://ucbweb2.castelobranco.br.pdf>>. Acesso em 10/01/2013.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent León Schaffter. 2ª ed. São Paulo, Editora Revistas dos tribunais LTDA, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEINICH, Nathalie. The Making of Cultural Heritage. *The Nordic Journal of Aesthetics*, Aarhus, p. 119-128, n. 40-41, 2010-2011.

HEINICH, Nathalie. Les émotions patrimoniales: De l'affect a l'axiologie. *Social Anthropology*. *Social Anthropology*, vol.20, 2012.

HEINICH, Nathalie. Esquisse d'une typologie des émotions patrimoniales. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [enligne]. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2013, P 195 – 212.

HEINICH, N. O Inventário: um patrimônio em vias de desartificação? *PROA Revista de Antropologia e Arte*, v. 1, n. 5, 1 dez. 2014.

HEINICH, Nathalie. *A Fabricação do Patrimônio Cultural*. Tradução: Diego Finder Machado/ Fernando Cesar Sossai. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, N. 32, 2018.

HOJEEMDIA. Samarco inicia entrega de auxílio financeiro para as famílias atingidas. Hoje em Dia, 02 de dezembro de 2015. Disponível em : <https://www.hojeemdia.com.br/minas/samarco-inicia-entrega-de-auxilio-financeiro-para-as-familias-atingidas-1.346670> . Acesso em 18/01/2023 .

HORTA, Maria de Lourdes. The link from things to objects to subjects to documents to museums, and what they're all about. In: Symposium. OBJECT- DOCUMENT? Editet by Martin R. Schärer. Beijing, China, September 1994, p.103-112.

HOTTIN, Christian. Émotions patrimoniales: retour sur les détours d'un programme de recherches . Livraisons de l'histoire de l'architecture [En ligne], 22 | 2011, mis en ligne le 10 décembre 2013, consulté le 20 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/lha/292> ; DOI : 10.4000/lha.292.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo. "Aqui Tinha uma Escola": Vozes Docentes sobre o Rompimento da Barragem de Fundão. Edição: 1º. Editora Appris, 2022.  
IZQUIERDO, Ivan. Memórias. Estudos históricos. v. 3, n.6, p. 89-112, 1989.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico de Filosofia. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelhos da cidade/tradução Rejane Janowitz. -Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC, [S. l.], n. 1, p. 16-40, 2006.

LAMBRECHT, H. K., SOUZA, D. M. V. d., & RIBEIRO, D. L. Objetos evocadores de memórias e de fortalecimento identitário nos museus: O caso do Museu Cláudio Oscar Becker. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, 5(2), 2017.

LAMBRECHT, Helen Kaufmann; VIANA DE SOUZA, Daniel Maurício. Alma e biografia dos objetos como formas de avivamento de coleções em museus. Editora pucrs. Anais ephis, 2018.

LEFÉBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início, fev.2006.

MAIA, Andréa Casa Nova; SILVA, Regina Helena Alves da. Memória pública e ativismo: histórias de luta do Ocupe Estelita (Recife, Brasil). Renovar a Mouraria (Lisboa, Portugal). *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 81-103, jul./dez. 2017.

MAIA, A. C. N.; ALVES DA SILVA, R. H. A sirene que não toca: memórias sobre ruínas e desocupação de uma cidade mineradora. *História Oral*, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 58-73, 2020. DOI: 10.51880/ho.v22i2.961. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/961>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MAIRESSE, François. Muséalisation. Regard & Analyse. In: DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François (dir.). *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011, pp.252-269.

MARCUSE, Hebert. A ideologia da Sociedade Industrial: O homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. 4ª Edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.

MATHIS, Charles-François. A terra devastada: transformações do sentimento pela natureza. In: História das emoções: 3 Do final do século XIX até hoje /sob a direção de Alain Corbin, Jean- Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Maria Ferreira– Petrópolis, RJ: Voces, 2020, p.266-288

MAROEVIC, Ivo. O papel da musealidade na preservação da memória. Texto apresentado no Congresso Anual do ICOFOM – Museologia e Memória. Paris, Zegred, 18 de Febrero de 1997. [Tradução de Tereza Scheiner].

MAROEVIC, Ivo. O objeto de museu como um documento. Tradução André Fabrício Silva/ Bruno Couto Porpora. MOUSEION, Canoas, n. 39, nov. 2021, p. 01-10.

MARQUES, José. Justiça libera acesso de ex-moradores a Bento Rodrigues, em Mariana. BemParaná. 09 de agosto de 2016.

MAWE, John. Viagens ao Interior do Brasil. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, v.33.

MENSCH, Peter Van. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994.

MENDOZA, Celina. A. Lértora. ¿Por qué hacemos colecciones¿In: Episteme, Porto Alegre, n.20, p.217-228, jan-jun 2005.

MENDONÇA, Heloísa. Preconceito e espera em Mariana, epicentro da dependência da mineração .El País Brasil, 06 de novembro de 2016. Disponível em : [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722\\_606609.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/03/politica/1478188722_606609.html) . Acesso em : 18/01/2023 .

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Ação Civil Pública . 10 de dezembro de 2015. Disponível em : [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20-%202%20PJ%20MARIANA%20-%20IC%200400\\_15\\_00306-1%20e%200400\\_15\\_000307-9.pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Acao%20Civil%20Publica%20-%20MPMG%20-%202%20PJ%20MARIANA%20-%20IC%200400_15_00306-1%20e%200400_15_000307-9.pdf) . Acesso em 18/01/2023.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN, Márcio. Catástrofe e representação: ensaio. São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de: Yara Aun Houry. Revista Projeto História, São Paulo, 1993.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO NO BRASIL. Lucro da Vale tem alta de 61% no 2º trimestre de 2015. 31 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.noticiasdemineracao.com/gerais/news/1133001/lucro-da-vale-tem-alta-61-2%C2%BA-trimestre-2015> . Acesso em: 28/01/2023.

ODILLA, F. Quais são os tipos de barragem e porque a Vale construiu a menos segura na mina Córrego do Feijão? BBC News Brasil, 29/01/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47048439>> Acesso em: 13 jan. 2023.

OLIVER-SMITH, A. "What is a disaster? Anthropological perspectives on a persistent question". In: Oliver-Smith, A; Hoffman, S. (orgs.), The angry Earth: disaster in anthropological perspective. New York: Routledge, 1999.

OLIVER-SMITH, A. Anthropology and the Political Economy of Disasters. In: Eric C. Jones, Arthur D. Murphy. The Political Economy of Hazards and Disasters. 2009.p.11-28.

OTTAVI, Dominique. O tempo do despertar: infância, família, escola. In: História das emoções: 3. Do final do século XIX até hoje / sob direção de Alain Corbin, Jean- Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Maria Ferreira. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

PALUMBO, Bernadino. Émotions patrimoniales et passions politiques (Sicile orientale). In: FABRE, Daniel (dir.). Émotions patrimoniales. Nouvelle édition [en ligne]. Paris: Éditions de la Maisondes sciences de l’homme, 2013 (généré le 18 mars 2016).p\_357-376.

PARREIRAS, Mateus. Samarco briga por dique em Bento Rodrigues que tem de ser desmontado. Estado de Minas, 14 de setembro de 2019.

PIMENTEL, Thais. Samarco retoma atividades em Mariana 5 anos após tragédia que matou 19 pessoas .G1 Minas Gerais, 11 de dezembro de 2020. Disponível em : <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/11/cinco-anos-apos-rompimento-de-barragem-prefeito-de-mariana-anuncia-retomada-das-atividades-da-samarco.ghtml>. Acesso em: 28/01/2023 .

PISCAGLIA, Sabrina. Une émotion patrimoniale exemplaire: la destruction et la reconstruction du pavillon d’Art contemporain de Milan. In: Culture & Musées, n°8, p. 115-131, 2006.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. Política y Sociedad, n. 27, p. 63-76, 1998.

PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 58, 2006.

PRATS, L. (2005). Concepto y gestión del patrimonio local. Cuadernos de Antropología Social, 21, 17-35. Recuperada em 20 de novembro de 2022, de <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180913910002.pdf>

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Pau-lo: Ática, 1993.

Rede Minas. Cooperativa de Bento Rodrigues tem atividades suspensas. Rede Minas, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <http://redeminas.tv/cooperativa-de-bento-rodrigues-tem-atividades-suspensas/> . Acesso em: 15/12/2020.

RICOEUR, Paul. Time and Narrative. Chicago: University of Chicago Press, 1990

RIEGL, Alois. Le culte moderne des monuments. Sonessence et sagenèse. Tradução Daniel Wieczorek. Paris: Seuil, 1984.

ROSALDO, Renato. Culture & Truth: the Remaking of Social Analysis: with a New Introduction. Boston :Beacon Press, 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo; tradução revista e prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

SAMARCO. A Samarco. Disponível em: <https://www.samarco.com/a-samarco/>

SAMARCO. ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO. 2013. Disponível em: [http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS\\_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-samarco.pdf](http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-samarco.pdf).



SANTOS, Milton. Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens direitos humanos e cidadania. In: Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, p. 113-140, 2015.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SCHEINER, Tereza Cristina M. Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.

SCHEINER, Tereza. Museologia e pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Museu de Astronomia e Ciências Afins (Brasil). *MAST Colloquia* – Museu: Instituição de Pesquisa, Rio de Janeiro, p. 85-100, 2005.

SCHEFF, Thomas J. 'Uma taxonomia das emoções: como começar'. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 11 (31): 12- 30, abril de 2012.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil. Berkeley :University of California Press, 1992.

SILVA. João. Igreja de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, é tombada pelo IEPHA de Minas Gerais. Jornal Voz Ativa, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/>. Acessado em: 03/12/2020.

SILVA, Vicente de Paulo da; SILVA, Rene Gonçalves Serafim. Os atingidos por Barragens: Reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. In: Soc& Nat, Uberlândia, ano 23 n. 3, set/dez. 2011, P 397 – 408.

SILVA. João. Igreja de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, é tombada pelo IEPHA de Minas Gerais. Jornal Voz Ativa, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/>. Acessado em: 03/12/2020.

SMITH, Laurajane. Uses of Heritage. Routledge, Oxford, 2006.

SILVA, Felipe Kevin Ramos da Memória, Percepção & Experiência: a geopoética do habitar ribeirinho na AmazôniaMarajoara (Pará) / Felipe Kevin Ramos da Silva. - 2017

SOARES DA SILVA, Marcia Alves. POR UMA GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES. GEOgraphia, v. 18, n. 38, p. 99-119, 8 fev. 2017.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Original and substitutes in museums. ICOFOM Study Series, n. 09, p.95-114, 1985.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Symposium Museologie and Museums. ICOFOM Study Series, n.12, p.287-298, 1987.

STRÁNSKÝ, Zbynek. Object-document, or we know what we are actually collecting? In: Symposium. OBJECT- DOCUMENT? Editet by Martin R. Schärer. Beijing, China, September 1994, p.47-52.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. O objeto da Museologia. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaido Bernardo. Stránský: uma ponte Brno-Brasil. Anais do III ciclo de debates da Escola de museologia da UNIRIO, 2017, p. 18-27.

SOUSA, Luiz Antonio Lopes de. WIEDERAUFBAU: a Alemanha e o Sentido da Reconstrução / Luiz Antonio Lopes de Souza. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU / PROARQ 2006. 181f.; 29,7 cm. Orientador: Gustavo Rocha Peixoto Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2004.

TADDEI, Renzo e GAMBOGGI, Ana Laura (2010), “Introdução”, In: Taddei, Renzo e Gamboggi, Ana Laura (orgs.), Depois que a Chuva não Veio – Respostas Sociais às Secas na Amazônia, no Nordeste, e no Sul do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Instituto Comitês para Estudos Antropológicos.

TADDEI, R. Sobre a invisibilidade dos desastres na antropologia brasileira. Waterlat-Gobacit Network WorkingPapers, Thematic Area Series Satad, TA8 – Water-related Disasters, vol. 1 no. 1, Newcastle upon Tyne and São Paulo, September p. 30-42, 2014.

TADDEI, R. Os desastres em uma perspectiva antropológica. ComCiência, Dossiê. Desastres Ambientais, Campinas, n. 176, 13/04/2019.

TAVARES, Davi Kiermes; RIBEIRO, Diego Lemos; BRAHM, José Paulo Siefert. A musealização do ausente em um museu rural: do patrimônio visível ao sensível. In: Cemitério e Museu: Aproximações eletivas [recurso eletrônico] / Davi Kiermes Tavares; Diego Lemos Ribeiro; José Paulo Siefert Brahm -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. P.93-118.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORNATORE, Jean-Louis. O Patrimônio Cultural Imaterial, entre controle e emancipação. Palestra proferida no Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, Convenção do Patrimônio Imaterial 10 anos depois, Pelotas 06-08 nov. de 2013. Tradução; Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.

TURNER, Victor. The Ritual Process. Structure and Anti-Structure. Brunswick and London: Aldine Transaction, 1969.

WATY, Bérénice. « Émotions patrimoniales. Quand le patrimoine devient l'affaire de tous ». *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, 7, 2016, p. 8-22.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. In: LOPES, Diva M. L.; HENRIQUE, W. (Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010 (Série Estudos e Pesquisas, 87).

VAN MENSCH, Peter. Toward a methodology of museology. In: Symposium. OBJECT-DOCUMENT? Editet by Martin R. Schärer. Beijing, China, September 1994, p.59-72

VASCO, Marcela Roberta Guimarães. Vidas em suspenso: imagens e narrativas de Bento Rodrigues (MG) depois do rompimento da barragem de Fundão. 2020. 1 recurso online (184 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

VIANA, Maurício Boratoo. Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). Brasília, 2012.

VIEIRA, Suzane de Alencar V673d O drama azul: narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio-137 / Suzane de Alencar Vieira. - - Campinas, SP: [s. n.], 2010.